

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Museu Nacional
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

Luís Edmundo de Souza Moraes

Ein Volk, Ein Reich, Ein
Führer !

**A Seção Brasileira do Partido Nazista e a
Questão Nacional**

Dissertação de Mestrado
Rio de Janeiro
1996

Luís Edmundo de Souza Moraes

Ein Volk, Ein Reich, Ein Führer!
A Seção Brasileira do Partido Nazista e a
Questão Nacional

Dissertação de mestrado
apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em
Antropologia Social do Museu
Nacional da Universidade
Federal do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro
1996

*À Renato da Rocha Pitzer (in memoriam) ,
grande amigo e camarada, que me abriu as portas do
até então pouco explorado mundo da pesquisa.*

*Às muitas Lucianas da minha vida: à
Luciana auxiliar de pesquisa, à Luciana
pesquisadora, à Luciana leitora, à Luciana revisora,
à Luciana datilógrafa, à Luciana advogada, à
Luciana companheira, à Luciana amante, e à
Luciana que conseguiu numa síntese mágica e
singular reunir todas estas inseparáveis Lucianas em
uma só, esta dissertação é o meu presente
apaixonado.*

Agradecimentos

Não podia começar a não ser pelas pessoas com as quais, em todas as idas e voltas da vida, sempre pude contar. Não só por terem me possibilitado, em momentos dos mais variados, suportes dos mais diversos para que tivesse acesso à formação de que este trabalho é uma das consequências. Há aqui uma história na qual progressivamente aprendi a importância de tê-los e de vivê-los fazendo com que eu não possa hoje falar genericamente em pai e mãe mas sim em *meu* pai e *minha* mãe. A vocês dois, de quem em muitos momentos a página em branco me afastou, meu carinho.

Também fazem parte deste trabalho a coragem e a força de Sylvia, querida irmã e inegável referência de vida; o companheirismo e o carinho de Nícia, a amizade de Aldo e as alegrias de Bernardo e de Helena.

Desde o princípio deste trabalho, iniciado antes mesmo de ter ingresso no curso de mestrado, onde ele ganhou corpo, algumas pessoas foram fundamentais para que ele deixasse o seu lugar de vago projeto.

Marcelo Alves e Artur, grandes amigos, cuja ajuda e incentivo foram de fundamental importância para que eu desse os primeiros passos no curso que agora concluo. Ao lado deles, o incentivo e a confiança de Alexandra, Vanessa, Letícia, Andréa, Elisa e, mais tardiamente, Joca, tornaram alguns momentos e decisões menos difíceis.

Luciana, Roberta, Pedro Simonard e Stephânia realizaram parte significativa do levantamento de dados e indexação das fontes. Nos quase três anos que com eles convivi a partir de 1993, uns em período maior outros menor, evidenciou-se que a competência e a seriedade de seu trabalho de assistência à pesquisa fez com que fosse possível não paralizar o trabalho de arquivo mesmo nos momentos em que minha disponibilidade para tal era nenhuma. A eles devo a possibilidade de controlar um corpo documental que é o eixo articulador deste trabalho, com especial menção à difícil tarefa de Luciana de me *ensinar* a ler, a reconhecer as partes e a, finalmente, caminhar sozinho por um processo judicial. Esta *acessoria*, que me abriu as portas para um mundo até então completamente estranho, é efetivamente impagável.

Porém, este trabalho teria sido em muito dificultado se não fosse a presteza e a competência de alguns dos funcionários e coordenadores de projetos dos arquivos públicos nos quais desenvolvemos o nosso trabalho. com os quais lidamos. No Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, onde realizamos parte significativa de nossa pesquisa, os Profs. Henrique Sammet e Luis Henrique Sombra, sempre disponíveis, nos possibilitaram um trabalho mais produtivo com documentação. Através deles agradeço também a direção bem como a todos os funcionários da referida instituição com os quais convivemos por um significativo período. No Arquivo Nacional, marcante foi a personalidade no trato cotidiano e a extremada competência e atenciosidade de Sátiro Ferreira Nunes, que para mim tornou-se referência de servidor público qualificado.

Desde que ingressei como estudante no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (MN/UFRJ) pude contar com a orientação sempre segura da Professora Giralda Seyferth, que tanto nas discussões sobre esta dissertação de mestrado

como fora dele corrigiu rotas, aliviou angústias e, com sua singular generosidade intelectual tornou possível a realização deste trabalho.

Desta nada fácil empresa também participou de forma especial o Prof. Dr. Antônio Carlos de Souza Lima, sem cujo suporte, conselhos e ensinamentos, em momentos dos mais decisivos, minha formação e capacitação apresentariam ainda mais debilidades do que apresentam. A ele meu reconhecimento por seu constante incentivo e *cobrança* que fizeram parte de suas tentativas, nem sempre bem sucedidas, de fazer de um estudante um pesquisador.

Dois outros professores tem também um lugar particular neste meu percurso: os Profs. Drs. Federico Neiburg e Márcio Goldman, mestres sempre presentes e amigos, incentivadores e críticos cujos ensinamentos busquei maximamente possível incorporar no texto desta dissertação. Em seus nomes agradeço por extensão a todos os professores do programa que de forma direta ou indireta contribuíram para a consecução deste trabalho.

Por todo este período, permeado por tensões bem como por prazeres, lugar de destaque tem os meus inesquecíveis e adoráveis colegas de turma (e *agregados*), hoje sólidas amizades, que descobri interlocutores sagazes e com quem experimentei intenso intercâmbio: Octávio Bonet, Deyse Justus, Patrícia Burke, Sara Alonso, Nilton Santos, Paulo Neri, Ana Cláudia, Ana Tereza, Paulo de Góes, Gustavo e Ludmila, Adriana, Joana, Karina, Marcos Otávio, Sérgio Ricardo, Clinton, Patrícia Scholl. A eles devo os nossos também inesquecíveis *Rituais Ndembu*, as sofridas (pelo menos p'rá mim) partidas de futebol, os perfeitos churrascos (talvez melhor seria chamá-los de *assados!*) e até mesmo as quase tensas reuniões de um especial grupo de estudos. A vocês, o meu agradecimento é por terem me possibilitado a experiência de uma convivência tão frutífera e prazerosa.

À Cristina e Isabel, Tânia e Aurora, meu sincero agradecimento por vocês serem pessoas tão atenciosas, carinhosas, disponíveis e competentes, amenizando e muitas vezes evitando meus tropeços no cotidiano de minha vida no Programa.

Finalmente à Noel, um dos melhores e mais saudáveis ansiolíticos que pude descobrir nos difíceis momentos da redação desta dissertação.

À primeira vista, a mercadoria parece ser coisa trivial, imediatamente compreensível. Analisando-a, vê-se que ela é algo muito estranho, cheia de sutilezas metafísicas e argúcias teológicas. (...) É evidente que o ser humano, por sua atividade, modifica do modo que lhe é útil a forma dos elementos naturais. Modifica, por exemplo, a forma da madeira quando dela faz uma mesa. Não obstante a mesa ainda é madeira, coisa prosaica, material. Mas, logo que se revela mercadoria, transforma-se em algo ao mesmo tempo perceptível e impalpável. Além de estar com os pés no chão, firma sua posição perante as outras mercadorias e expande as idéias fixas de sua cabeça de madeira, fenômeno mais fantástico do que se dançasse por iniciativa própria. (...)

A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho. (...) Uma relação social definida, estabelecida entre os homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas.

(Karl Marx, **O Capital**, Livro 1)

A verdadeira imagem do passado perpassa, veloz. O passado só se deixa fixar, como imagem que relampeja irreversivelmente, no momento em que é reconhecido (...).

(Walter Benjamin, **Sobre o Conceito de História**)

Resumo

Este trabalho tem o objetivo de exercitar uma determinada forma de pensar o fenômeno nacional tomando como caso específico de análise as representações sobre nação e nacionalidade com as quais a seção brasileira do Partido Nacional Socialista (NSDAP) operava, e alguns dos efeitos produzidos por este conjunto de concepções na relação por ele pautada com a população genericamente classificada como “alemães” entre as décadas de 30 e 40. Para isso lançamos mão de um corpo documental que abrange os assim chamados “textos doutrinários” do partido, textos publicados em uma de suas revistas brasileiras bem como documentos partidários apreendidos e depoimentos de alguns de seus membros feitos à polícia política brasileira.

Para o desenvolvimento da questão proposta, perseguimos as articulações verificadas no discurso nacionalista do partido entre os critérios por ele acionados para delimitar as fronteiras da nação alemã e portanto para estabelecer os limites de grupo no interior do qual busca fazer valer seus projetos.

Abstract

The objective of the present study is to exercise a determined way of thinking the national phenomenon. Our focus are the representations on nation and nationality handled by the Brazilian section of the Nazi Party, and some of the effects brought about by this body of concepts for the relationships established by the party with the Population generically labeled as “German”, between the 30’s and the 40’s. To deal with this specific nationalist discourse, we made use of a collection of documents comprising the so called “doctrinal texts” of the movement, texts published in one of its Brazilian periodicals and documents captured by as well as testimonies of some of its members to the Brazilian police.

For the accomplishment of such a task we pursue the connections established between the several criteria verified in the nationalist discourse produced by the party and operated towards the delimitation of boundaries for the German nation, constituting, therefore, the group limits within which it tries to assert its projects

Sumário

Lista de Tabelas e Gráficos	xi
Abreviaturas Utilizadas	xiii
Apresentação	xiv - xxxvi

Parte I

Construindo Nações em Terras Européias

Capítulo 1

A Descendência, a Tradição e a Política: Os Discursos Nacionalistas Alemães do Século XIX.	1
---	---

Capítulo 2

A Nação Nazista: O Jogo das Superposições	
I - Entre Programas e Representações	18
II - A Superposição do Partido.	28
III - O Lugar da Raça	40
- Uma Primeira Síntese	55

Capítulo 3

Do Golpismo ao Gigantismo	
A Organização do NSDAP na Alemanha nas décadas de 20 e 30.	57
Anexos	71

Parte II

Em Águas Brasileiras

Capítulo 4

A História do NSDAP no Brasil	72
I - Os Nazistas no Brasil: entre a “anexação” e a falta de objetivos	76

II - Na Mira do Partido: <i>Individuos</i> ou <i>Grupos</i> potencialmente naxistas ?	88
III - As Adesões	91

Capítulo 5

A Construção Partidária

I - A Montagem da Estrutura	100
II - Fazendo Política no Brasil: As Atividades Partidárias	121
- As Atividades de Divulgação e a Questão das Sociedades	126

Capítulo 6

A Seção Brasileira do NSDAP e os “Alemães” no Brasil

I - O Baile dos Números ou Para um Plural de “Imigração Alemã para o Brasil”	140
II - Em Direção a um Perfil da Seção Brasileira do NSDAP	143
III - Partido Nazista Procura ! A Direção das Adesões	154
IV - Um Povo, um <i>Reich</i> e um <i>Führer</i>	165
	174

Considerações finais	190
--------------------------------	-----

Anexos	196
------------------	-----

Fontes Consultadas	207
------------------------------	-----

Referências Bibliográficas	209
--------------------------------------	-----

Lista de Tabelas e Gráficos

A) Tabelas

1) Origem Sócio Profissional dos Membros do NSDAP. Comparação Percentual 1923/1930	71
2) Tiragens Médias do <i>Völkischer Beobachter</i>	71
3) Número de Filiados à Seção Brasileira do NSDAP por ano entre 1925 e 1933	104
4) Número de Filiados à Seção Brasileira do NSDAP por Região entre 1925 e 1930	106
5) Número de Filiados à Seção Brasileira do NSDAP por Estado entre 1931 e 1934	112
6) Discriminação por Nacionalidade dos Imigrantes Entrados no Brasil entre 1884-1839, em decênios	145
7) Distribuição de <i>Reischdeutsche</i> por Alguns Estados Brasileiros	145
8) Distribuição dos Filiados à Seção Brasileira do NSDAP, por Data e por Estado.	193
9) Distribuição dos Filiados à Seção Brasileira do NSDA, por Profissão e por Estado.	194
10) Distribuição dos Filiados à Seção Brasileira do NSDAP por Estado e por Localidade	
10-a Rio Grande do Sul	195
10-b Santa Catarina.	195
10-c Paraná	196
10-d São Paulo	196
10-e Rio de Janeiro	197
10-f Outros Estados.	197
11) Distribuição Global dos Filiados por Setor de atividade	198
12) Distribuição Global dos Filiados de acordo com os Meses de Filiação	198
13) Distribuição Global dos Filiados por Ano de Nascimento	198
14) Distribuição Global dos Filiados por Idade na Data de Filiação	199
15) Distribuição Global dos Filiados por Local de Nascimento	199

16) Número de Filiados ao NSDAP Nascido no Brasil

Tabela 16.a - Distribuição por Estado	199
Tabela 16.b - Distribuição por Data de Filiação	200
Tabela 16.c - Distribuição por Ocupação	200

B) Organograma

1) Estrutura Organizativa da AO	192
---------------------------------------	-----

C) Graficos

1) Filiações ao NSDAP no ano de 1931 por meses	201
2) Distribuição anual das Filiações à Seção Brasileira do NSDAP entre 1925 e 1941 .	202
3) Filiações ao NSDAP no ano de 1934 pelos meses do ano	203
4) Distribuição dos Militantes por Idade	203

Abreviaturas Utilizadas

AO - *Auslandsorganization* (Organização Estrangeira do NSDAP)

AA - *Auswärtiges Amt* (Ministério das Relações Exteriores)

NSDAP - *Nationalsozialistische Deutsch Arbeiterpartei* (Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães)

HJ - *Hitlerjugend* (Juventude Hitlerista)

BDM - *Bund Deutscher Mädels* (Liga de Moças Alemães)

DAF - *Deutsche Arbeitsfront* (Frente Alemã do Trabalho)

DBJ - *Deutschbrasilianisch Jungendring* (Circulo da Juventude Teuto Brasileira)

MK - *Mein Kampf* (“Minha Luta” - Hitler, 1933)

NSF - *Nationalsozialistische Frauenschaft* (Associação de Mulheres Nacional Socialistas)

OKW - *Oberkommando der Wehrmacht* (Alto Comando das Forças Armadas)

RSHA - *Reichsicherheitshauptamt* (Departamento de Segurança Nacional)

RuSHA - *Rasse und Siedlungshauptamt* (Divisão Central para Assuntos de Raça e Colonização)

SS - *Shutzstaffeln* (Esquadrão de Proteção)

SA - *Sturmabteilung* (Divisão de Assalto)

SD - *Sicherheitsdienst* (Serviço de Segurança)

Gestapo - *Geheime Staatspolizei* (Policia Secreta do Estado)

USHLA - *Untersuchungs- und Schlichtungsausschuss* (Comitê de Investigação e Arbitragem)

Apresentação

O Nacional Socialismo pode ser considerado, sem medo de exagero, como um dos fenômenos sobre os quais mais se escreveu em todos os tempos.

E não é estranho que isso tenha se dado desta forma: o grau, a forma e os métodos de violência empregada antes e durante o Terceiro Reich, a sua radicalidade política, a forma como Hitler chegou ao poder, o “encanto das massas” e a descoberta de Auschwitz e Dachau desorganizaram algumas formas de pensar e certamente a todos surpreenderam. Além disso, as extensões, repercussões e abrangências do fenômeno em muito extrapolam os tempos e os espaços nos quais ele se realiza como movimento de massas e como forma de organização do Estado. Tomando de empréstimo as palavras de Ayçoberry, “muitos de nossos contemporâneos ainda carregam as cicatrizes [deixadas pelo nazismo]” (Ayçoberry: 1979, 7).

Em função disso (mas não somente em função disso) pesquisadores e estudiosos, ligados às mais diversas instituições de pesquisa nos mais diversos países, além de jornalistas, políticos, leigos e atores que vivenciaram, em alguma parte do mundo, a experiência nazista “esquadrinharam” o nacional socialismo de uma tal forma e a partir de um universo de recortes tão vasto que às vezes pode-se supor que ele tenha sido estudado e descrito à exaustão.

E o fato dele ser um *fenômeno* vasculhado, revirado, esquadrinhado há pelo menos 60 anos, nos trouxe a possibilidade de contar com a disponibilidade de um leque de informações bastante significativo sobre o *ele*, com um corpo documental publicado ou acessível em arquivos, testemunhos de “sobreviventes” e de “carrascos”, estatísticas compiladas, etc, talvez único em termos de registros organizados/publicados.

Mas, por outro lado, essa intensidade e amplitude no tratamento reservou para o nacional socialismo um espaço, classificou-o em sucessivas axiomáticas encaixando-o em quadros de referência que tornaram possível o próprio “pensar o nacional socialismo”, que ilumina determinadas de suas faces e relega outras à penumbra, estabelecendo problemas privilegiados, fontes à utilizar, textos canônicos, modos legítimos de problematizá-lo. E é precisamente daí que surge o primeiro dos problemas para se lidar com o *fenômeno*, que é o de sair desta fina rede que define o olhar legítimo para enxergá-lo.

Recentemente alguns dessas formas de vê-lo tem sido reavaliadas e olhares alternativos em relação ao nacional socialismo propostos. Exemplar neste sentido é o trabalho realizado pelos pesquisadores Klaus-Mitchel Mallman e Gerhard Paul sobre a Gestapo. A expressão do típico pesadelo do século XX, a polícia política do estado totalitário (nesse caso o hitleriano, mas podendo ser aplicada à *Securită* romena ou à *Stasi* alemã oriental), estava longe de ser “Onipresente, Oniciente e onipotente” (este é o título do artigo), tal qual durante muito tempo se acreditou. Na realidade, como nos mostram os autores, esta imagem bastante popularizada da polícia secreta de Hitler, divulgada pelos meios de propaganda do Estado e pela a própria agência, não se impôs à própria Gestapo, em muitos casos ineficaz, pouco aparelhada, pouco preparada e com muito mais tarefas que suas capacidades de dar conta delas. (Cf. Mallman e Paul, 1994).

Não muito distante disso estão as questões da nação e da nacionalidade para o nacional socialismo. Porém, ao contrário de outros temas que receberam tratamentos em profusão, o discurso sobre a nação produzido pelo Nazismo foi muito pouco, se tanto, tagenciada direta ou indiretamente por estudos sobre o *fenômeno*.

Nos apropriando de uma estória de Hobsbawn (1990), se um dia um marciano viesse a terra após a humanidade ter perecido e retomasse toda a tradição de estudos sobre o nacional socialismo, talvez chegasse à conclusão de que o tema da nação não era uma questão central para o referido movimento. Ou então diria que é uma “questão mais do que resolvida”, e que portanto não haveria necessidade de se despender esforços para estudá-la.

De fato é surpreendente que em vários trabalhos de calibre dedicados ao estudo do fenômeno do Nacional Socialismo, esta questão do discurso nacionalista não seja sequer abordada. O que, talvez, exista por trás disso é a impressão de continuidade entre este fenômeno e o que se convencionou chamar de “tradição nacionalista alemã”, que faria com que, no caso de se proceder um estudo específico sobre o discurso nazista sobre a nação e as expressões concretas deste nacionalismo, se “arrombasse uma porta já aberta”.

William L. Shirer, jornalista que escreveu um dos trabalhos mais popularizados¹ sobre o tema é taxativo em sua afirmação:

“O Espírito e a paixão de Hitler - todas as aberrações que seu febricitante cérebro possuiu - tinham raízes profundamente encravadas na experiência e no pensamento germânico. Na Realidade, o Nazismo e o Terceiro Reich não foram mais que uma sequência lógica da história da Alemanha” (1964: 147)

¹ Refiro-me ao conhecido “Ascensão e Queda do Terceiro Reich”, que, publicado pela primeira vez em 1960 e apesar de ser citado quase que somente pelo próprio Shirer em outros de seus trabalhos, , ganhou nos primeiros 5 anos após sua primeira publicação traduções em francês, alemão, espanhol e português algumas com várias edições e, segundo Fest (1975), em grande medida “formed the world’s picture of [nazi] Germany” (:375).

Mas lembremos que isto não é de todo gratuito. Para onde quer que olhemos o nacional socialismo, ele nos oferece parte da substância para esta crença: o re-estabelecimento do *Reich* Alemão, agora o Terceiro, a vinculação “pelo sangue” entre os ancestrais guerreiros germânicos e os heróis nazistas e uma série de outros “elos” são exemplos de estabelecimentos de vínculos fazem deles a pura expressão da retomada do *verdadeiro espírito alemão* esquecido pelo interregno republicano.

E a lógica que atravessa este tipo de proposição não é outra a não ser a que diz que entre os primeiros que “descobriram a originalidade alemã”, o *lugar de origem*, até a afirmação de sua *exclusividade* pela política de extermínio nazista não haveria nada além da permanência, materializada em diferentes epifenômenos acidentais, daquilo que era, lembrando Foucault, “a essência exata da coisa, sua mais pura possibilidade, sua identidade cuidadosamente recolhida em si mesma” (1992:17).

A *nação alemã*, buscada assim em sua origem, “formou-se” a partir do amalgama de diferentes mas sempre complementares *substâncias* e tornou-se uma *substância particular*, diferente de outras pelas características que lhes são próprias. Mas, de forma semelhante a outras, essa *substância particular* se assenta em sua trans-historicidade. A originalidade *descoberta* onde quer que ela se assente, se estabelece e se torna a chave que abre ao olhar a possibilidade de identificar para onde quer que ele se volte, a “essência exata” da *nação* mesmo que realizada em heróis diferentes ou encoberta pelo espírito dos tempos.

Mas, aos olhos do analista, se essa *substância particular* se permite “ser vista” ou “ser descoberta” por todos que “a” observem, a unanimidade aí se encerra: para os que a vêem, apesar de ser sempre particular e única, únicos não são os elementos ou

substâncias que se amalgamaram para formá-la, como única não é a síntese produzida por este amálgama: para uns a língua e a raça comuns, para outros a centralização política ou uma economia comum; ou uma história comum ou um sentimento comum de pertencimnto ou ainda um vínculo comum com Deus ou algumas dessas *coisas* juntas. É, pode-se dizer que por mais que muitos tentassem este não é o terreno que pode ser tomado como referente de consenso. E o dissenso não acaba aí. Mesmo entre os que se definem por um ou por outro critério encontramos diferenças: no conjunto “Língua e Raça” haveria alguma hierarquização? Caso existisse qual seria o elemento-chave? Mas apesar de todas as discordâncias, nuances ou pequenas diferenças, se olharmos por cima veremos tonalidades muito próximas que, talvez sem a intenção dos contendores, os insira num campo de concordância mais geral: a “nação existe e como tal ela pode ser definida “de fora” a partir de critérios que orientem o olhar de quem a observa para incluir ou excluir dela os que não tem esse direito. E não pensemos serem casuais estes vínculos. O que está em jogo é a própria legitimidade para poder traçar fronteiras que incluem e autorizam uns e não outros.²

Mas, poderíamos indagar, e a ciência social, não deve ela lançar mão de seu “olhar distanciado” e, tornando a nação um objeto de estudos, de investigação, apresentar um conjunto de critérios objetivos a partir do qual se pudesse reconhecer e definir uma nação escapando, portanto, a essas *disputas interessadas* pelas definições? Poderíamos,

² “Les luttes à propos de l’identité ethnique ou régionale, c’est-à-dire à propos de propriétés (stigmates ou emblèmes) liées à l’origine à travers de lieu d’origine et les marques durables qui en sont corrélatives, come l’accent, sont un cas particulier de luttes des classements, luttes pour le monopole du pouvoir de faire voir et de faire croire, de faire connaître et de faire reconnaître, d’imposer la définition légitime des divisions du monde social et, par là, *de faire et de défaire les groupes*: elles ont en effet pour enjeu le pouvoir d’imposer une vision du monde social à travers des principes de di-vision que, lorsqu’ils s’imposent à l’emsemble d’un groupe, font le sens et le consensus sur le sens, et en particulier sur l’identité et l’unité du groupe, qui fait la réalité de l’unité et de l’identité du groupe” (Bourdieu, 1982: 137.)

tomando *um universo empírico anterior e determinado* e em comparações com *outros universos empíricos determinados* chegar a uma definição do que seria uma “nação” que pudesse ser exteriormente aplicada a todas as nações, não importando os critérios (alguns *verdadeiros* e outros *falsos*) que fossem usados internamente para sua definição?

Seguindo este caminho certamente nos depararíamos com um problema de arriscada solução. Perceberíamos, mais cedo ou mais tarde, que, usando mais uma vez os termos de Hobsbawn (1990), “não há meio de informar o observador como distinguir *a priori* uma nação de outras entidades da mesma maneira como podemos informá-lo como reconhecer um pássaro ou distinguir um rato de um lagarto. (:14). E foi-se o nosso *universo empírico anterior* que nos serviria de referencial, passível de ser carinhosamente apelidado de “naçõometro”.

De fato, perceberíamos que estamos diante de uma impossibilidade: separar o *universo empírico* dos critérios que o tornam “determinável” e “classificável” como uma nação. Não é que um “universo empírico” - seja ele um território demarcado ou uma população que seja reconhecida e que se recoheça como uma nação - não exista. Ele existe em todos os sentidos mas é fruto de um processo de criação, que demanda o acionamento de determinados atributos que tornem, por exemplo, “uma população” que ocupe territórios contíguos separada de maneira irreduzível por fronteiras internas intransponíveis, constituidora de *comunidades*. Me parece serem estes os contornos do carátr de “imaginação” próprio de uma nação proposto por Anderson (1993): “Communities are to be distinguished not by their falsity/genuineness, but by the style in which they are imagined”. (:6)

Sendo assim, em nosso caminho na identificação de uma “definição” de nação que o mesmo tempo seja operativa em sua consideração como objeto de investigação e alternativa a ver a nação como uma “substância”, autônoma e anterior aos agentes que, de uma forma ou de outra a delimitam, podemos pensá-la como uma **construção social eficaz** levada a cabo por agentes interessados e autorizados e construída à imagem dos limites por eles definidos. (Cf. Bourdieu, 1982)

Com isso, além de permitirem ao analista ter acesso à substância circunscrita, as definições em jogo abrem a porta para a identificação dos “critérios legítimos” de pertencimento como fruto de disputas pela legitimidade de conferir a alguém ou a algo o atributo de “nacional”. Dito de outra forma, a recusa em ver a “nação” como “substância anterior” e a percepção dela como o fruto de um discurso instaurador eficaz, permite a abertura de portas em direção à identificação dos elementos que subjazem à eficácia de sua instauração, ou seja, das relações que amparam as disputas pela autoridade de uma definição e de um definidor da nação ou, como nos diz Said (1990) em relação à construção do orientalismo, “a superioridade posicional flexível” que legitima uma perspectiva e não outra. (:19)

Contudo, para efeito de circunscrição do objeto, não me parece suficiente extrair a “nação da natureza e colocá-la como um produto não necessário do mundo social, ou seja, como “artefato” tal qual Gellner o concebe (1984: 6).

Esta “contingência” pode efetivamente ser paralelizada a “contingências outras que criam outros tipos de “di-visões no mundo social” (Cf. Bourdieu, 1982) mas que guarda em relação a eles a especificidade de ser o resultado de um ato de instauração que a cria ao classificar elementos do mundo social como “nacionais”. É portanto não na

“contingência” criada e nos seus critérios difinidores da descontinuidade “introduzida por decreto na continuidade natural” (idem) que buscaremos sua especificidade vistos que esses podem ser acionados para marcar outros tipos de descontinuidade. A procura por esta especificidade deve partir também do discurso que a instaura.

Chamamos de **discurso nacionalista** qualquer proposição que, intencionalmente ou não, busque delimitar fronteiras classificadas como “nacionais”, sejam elas de que tipo forem: políticas, geográficas, culturais etc. no sentido do estabelecimento de uma entidade que, nos termos de Handler (1984), *like a living creature (...) is bounded and self contained and is characterized by a distinct set of attributes that can be identified*”.(: 59)

Assim, supomos o discurso nacionalista um **mecanismo** que, tomando de empréstimo as palavras de Deleuze (1992), “*make one see and speak (...). Each apparatus has its way of structuring light, the way in which it falls, blurs and disperses, distributing the visible and the invisible, giving birth to objects which are dependent on it for their existence.*” (:160)

O discurso nacionalista constrói uma “comunidade” com um estatuto de objeto, e nele justifica e legitima sua existência, pressupondo a não identificação do caráter de “artefato” da nação por ele construída, ou seja, devendo “ela” ser vista como natural. (Cf. Handler, 1984; Gellner 1984; Hobsbawn 1990 e 1984: 9-16)

Por outro lado, essa “comunidade” é ancorada em atributos que a homogeinizam internamente e a singularizam frente a outras comunidades (Cf. Williams, 1989). Tais atributos possuem uma existência autônoma em relação aos indivíduos e dos “objetos” que fazem parte dessa comunidade ao mesmo tempo em que se expressam e se objetivam em cada um deles como totalidade. (Cf. Handler, 1984 e 1985).

Em terceiro lugar, o discurso nacionalista aponta para a realização da particularidade na nação em alguma forma de expressão política formalizada pressupondo algum nível de exercício de soberania. Essa forma de expressão política pode ser consubstanciada em um Estado-Nação que reúna todos os que são descritos como nacionais, pode ser uma Associação de Estados, cada um dos quais independente e soberano (tendo como exemplo alguns discursos nacionalistas alemães verificados no século XIX), ou mesmo um partido político, que como buscaremos indicar foi o caso do discurso do NSDAP produzido na Alemanha.

Este último tipo de generalização sobre os discursos nacionalistas me parece central, visto que, embora muitos deles acabem por associar Estado e Nação como figuras coincidentes, amalgamadas na figura do Estado-Nação, sendo os vínculos jurídico-políticos com este concebidos como critério de pertencimento, alguns discursos nacionalistas pautam critérios de pertencimento que não passam pelos vínculos jurídico-políticos com o Estado mas estabelecem vínculos de outra ordem, os de sangue e os culturais por exemplo. Como buscaremos demonstrar, em diversos discursos nacionalistas alemães, a figura do Estado aparece somente um aparelho administrativa e politicamente central *para* a nação, expressão de *sua* vontade mas nunca critério de pertencimento à nação pelos vínculos de cidadania ou correlatos. Na realidade, como nos indicou com precisão Seyferth (1982), para o caso dos discursos nacionalistas “baseados no direito de sangue (...) a cidadania vincula o indivíduo ao Estado enquanto a nacionalidade o vincula a uma nação ou a um povo (: 8)

* * *

É com base nestas perspectivas sobre a nação e o discurso que a constitui que estrutura-se objeto deste trabalho: a nação alemã tal qual delimitada pelo discurso nacionalista produzido pela seção brasileira do partido nazista.

Por mais que tenha sido sempre caracterizado como um partido de massas, que monta uma gigantesca estrutura para permitir a sua absorção, organização e gerenciamento, essas “massas” nunca foram para o NSDAP simplesmente massas. Elas eram compostas, exclusivamente por “alemães”. Este aparente lugar comum, que de tão “comum” mereceu até hoje muito pouca consideração por estudiosos do tema, traz consigo algumas complicações, principalmente pelo fato de que, para os discursos nacionalistas alemães, o que vem a ser um *alemão* estar longe de ser um consenso.

Bem, como rapidamente indicamos, se a visualização de continuidades em relação à comumente chamada *tradição nacionalista alemã* é a marca das poucas interpretações sobre a questão da nação no discurso do partido nazista, pouco se abrindo a possibilidade para pensar as possíveis descontinuidades entre essa tal “tradição” e os nazistas, quando a questão é a de buscar por diferenças internas ao próprio NSDAP o silêncio é ainda mais audível.

O partido nazista no Brasil é uma seção partidária e não um partido independente. Os vínculos formais que o relacionam com toda estrutura do partido europeu são os mesmos que vinculam outras estruturas partidárias à hierarquia do partido. De acordo com esta formalidade, as políticas, a constituição de estruturas e várias outras ações da seção do partido no Brasil precisavam antes ser autorizadas pela direção na Alemanha. Esta foi, talvez, a razão mais importante pela qual os estudos sobre o nacional socialismo quase

nunca tenham saído da Alemanha: se o controle é formalmente tão estrito, basta então falar-se sobre a estrutura européia. Por outro lado, esta rigidez formal também contribuiu para que tirando-se conclusões para uma das partes se falasse automaticamente de todas as partes.

De fato, em quase todos os trabalhos que tratam do partido nazista fora das fronteiras da Alemanha (e não são muitos), toma-se por suficiente, quando da análise das “concepções” ou da “ideologia”, o trabalho com os assim chamados de “textos fundamentais” ou “programáticos” (o *Mein Kampf* e o programa dos 25 pontos), sendo impossível, dessa forma a identificação de diferenças internas ao discurso partidário.

A hipótese que orienta e articula os argumentos a serem desenvolvidos no presente texto pode ser formulada da seguinte maneira: o discurso sobre a nação produzido pelo partido nazista no Brasil, mesmo operando com referentes identificados no discurso nacionalista do partido na Alemanha, incorpora um critério de pertencimento estranho às diversas tradições nacionalistas alemães, inclusive ao próprio nacional socialismo como um todo: a cidadania. A inclusão deste critério produz efeitos na relação pautada pelo partido com a população correntemente denominada “de origem alemã” estabelecida no Brasil: o partido concebe como sendo grupos distintos os que possuíam e os que não possuíam cidadania alemã, isto se refletindo em sua estratégia de construção.

* * *

Este trabalho divide-se em duas partes que buscam ser sequenciais e foram assim divididas em função de uma perspectiva de clareza maior na exposição dos argumentos a

serem acionados. A primeira delas pode ser, utilizando uma alegoria geográfica, concebida como a “Parte Européia” e a segunda a parte especificamente “Brasileira”.

A primeira das partes justifica-se porque esta dissertação tem a perspectiva de identificar os contornos do discurso sobre a nação produzidos pelo NSDAP em sua seção brasileira. Desta forma, nos parece chave definir alguns contornos de determinados discursos nacionalistas alemães, dando especial atenção para o discurso nazista, situando-o em relação à assim chamada “tradição” de discursos sobre a nação produzidos em torno dos significantes “Alemanha” e “alemão”.

A preocupação e a intenção destes textos não é a de serem bases para uma avaliação comparativa dos referidos discursos, mas, diferente disso, servir como referência para situa-los histórica e socialmente.

Dessa forma, o primeiro dos capítulos, tem a intenção de definir o que queremos dizer quando falamos em “nacionalismos alemães”, ou “discursos nacionalistas alemães”. Trata-se, antes de mais nada, de um exercício duplamente relacionado com o tema geral desta dissertação: por um lado o de identificar elementos componentes dos discursos produzidos sobre a nação e de ver de que formas eles se articulam nos momentos pontuados. E perseguimos um objetivo preciso: Identificar como e em que momento se relacionam e quais os lugares que ocupam dois elementos que surgem diferencialmente nesses discursos: a Nação, acompanhada de seus critérios de pertencimento e de exclusão, e a expressão política da nação. De fato isto é só parcialmente uma seleção nossa: essas são questões que percorrem quase todo os discursos nacionalistas alemães fazendo com que sejam questões que se oferecem à análise como questões centrais desses discursos.

Um tal exercício de mapeamento é simplesmente instrumental, sem ser contudo circunstancial. Apesar de o objeto desta parte ser um dos elementos constitutivos do nosso argumento, ela não se inscreve como um dos objetivos finais deste texto, visto que o que buscaremos discutir de forma mais efetiva é o discurso sobre a nação produzido pelo NSDAP no Brasil e algumas de suas consequências imediatas na relação com a população identificada como “de origem alemã”. Para isso, a abordagem desta questão será, reconhecidamente limitada a perseguir os lugares ocupados pelos referentes *Volk* (categoria normalmente traduzida por “nação” mas com especificidades a serem em breve discutidas) e “Estado”, deixando de lado um universo enorme de questões de ordem política e cultural para as quais não nos voltaremos. Dentro destas limitações, relativamente auto-impostas, buscaremos trabalhar com alguns casos privilegiados, parcialmente eleitos por nós. Isto porque, nesta parte, o trabalho se assenta de forma absoluta, em uma bibliografia que já realizou crivos e sínteses iniciais, nos limites dos quais nos colocamos.

O segundo dos capítulos desta primeira parte do trabalho volta-se exclusivamente para o discurso produzido pelo partido nazista sobre a nação e para a experiência de construção do Estado Nazista na Alemanha (1933-1945) e a forma como este discurso é operacionalizado. Do universo de questões que poderiam nos servir de base para discutir a questão proposta, vamos nos concentrar, por um lado na questão da relação entre o Estado e o Partido e, por outro, na chamada política de populações no Terceiro Reich. A escolha destes dois pontos, apesar de arbitrariedade da seleção (visto que outros poderiam ser eleitos e que também nos dariam respostas às nossas perguntas), obedecem a uma razão fundamental: são exemplificações bastante sólidas da linha central do argumento a

ser aqui proposto: o discurso sobre a nação mantém-se no quadro de referências das tradições nacionalistas alemães ao reafirmar a separação entre as dimensões ditas “política” e “de descendência”, mas as articula de forma absolutamente original e irreduzível à tradição anterior, desestruturando e reestruturado tanto as fronteiras de pertencimento à nação quanto a sua forma de expressão política.

E, é bom que se diga, ao sair dos assim chamados “textos programáticos” em direção às políticas de Estado, não estamos à procura de “não-ditos” de qualquer espécie, de dimensões escondidas ou encobertas pela “névoa enganadora da propaganda”, de um verdadeiro “essencial” que se esconde atrás de um “falso aparente”. Ao contrário, pode-se dizer que por mais que as definições formais de nação e de grupo nacional, presentes nos “textos fundamentais” do partido e mesmo em textos da imprensa partidária de uma forma geral, sejam um ponto de partida fundamental para a avaliação das concepções mais gerais do movimento, deve-se lançar mão de outros “ditos”, de outras afirmações, de outros referentes que por caminhos dos mais diversos não são materializados em formulações doutrinárias mas realizam-se e produzem efeitos nas mais diversas dimensões da vida social. Sendo assim os textos programáticos, que se constituem para o “discurso nativo” na *doutrina*, que formaliza limites muito concretos da ideologia nazista serão tomados como uma das variáveis em jogo no processo de construção mais global das fronteiras da comunidade nacional pelo partido.

O terceiro e último dos capítulos desta parte trata da estrutura do partido na Alemanha. Inicialmente não constando do plano inicial deste trabalho, à exigência de referências constantes ao processo de construção e à organização mais global do partido na Alemanha, nos indicou a necessidade de uma exposição, mesmo que breve, de algumas

informações consideradas aqui importantes para a compreensão do “lugar” da seção brasileira no quadro organizativo mais geral do partido. A exposição limita-se ao período que vai da fundação do partido na Alemanha (1919/1920) até o estabelecimento de sua seção brasileira, em princípios da década de trinta, sendo que as informações relativas ao período posterior consideradas relevantes são indicadas por meio de notas específicas.

A segunda das partes é também composta por três capítulos. O de número quatro volta-se para uma avaliação da bibliografia sobre o NSDAP no Brasil e para a identificação do partido por esta bibliografia construído.

Pode-se pensar que as abordagens sobre a presença do NSDAP no Brasil, ao mesmo tempo que constróem “regiões de legitimidade” sobre as quais passa-se a pensar o fenômeno, estão inscritas em um campo de alternativas no interior do qual pensá-lo seja possível. Ao ser construída, tanto em relatórios de agências estatais quanto na imprensa ou em trabalhos acadêmicos, tais interpretação sobre o fenômeno operam com “portos seguros”, lugares autorizados que legitimam e qualificam o trabalho. A perspectiva aqui é a de identificar alguns dessas questões que progressivamente estabelecem-se como verdades, ou pontos legítimos de divergência e sobre as quais a História do NSDAP no Brasil é construída e reconstruída.

O quinto dos capítulos trata da construção do partido no Brasil, buscando apresentar sua estrutura organizativa bem como suas atividades, apontando para uma discussão dos objetivos da instalação de uma seção do partido nazista no Brasil. O último dos capítulos é uma busca por identificar os contornos da comunidade nacional com os quais o partido operava, tanto em termos das concepções expressas em textos aqui produzidos, evidenciadas pelo uso de categorias de identificação que demarcam fronteiras

grupais (Seyferth, 1994/1995), quanto através de suas estratégias de construção e as conseqüências destas demarcações para as relações estabelecidas pelo partido com o grupo que é normalmente tomado como seu grupo-alvo, qual seja, os que possuem “origem alemã”.

Para o tratamento dessas questões operamos com materiais partidários e policiais variados que passamos agora a descrever.

* * *

Fazem, inicialmente, parte do leque de fontes utilizadas um variado conjunto de documentos tanto do partido alemão quanto de sua seção brasileira. Aqui estão incluídos os discursos e os escritos de Hitler, dentre os quais o *Mein Kampf*³ bem como documentos organizados e publicados por pesquisadores e agências governamentais desde a década de quarenta (Cf. “Fontes Consultadas”), com especial destaque para os recolhidos nos relatórios de Py (1942) e Ribas (1943), que trazem alguns dos raros exemplos de documentos da seção brasileira do partido que foram mantidos no Brasil.

Em 1938, quando o governo Brasileiro proíbe o funcionamento do NSDAP em território nacional, é enviada de Berlim uma ordem segundo a qual todos os documentos de militantes individuais bem como todo o material burocrático do partido deveriam ser entregues à representação diplomática mais próxima e daí, por meio da correspondência consular da embaixada alemã da Capital Federal, no Estado do Rio, enviados para a Alemanha.

³ Em função de alguns sérios problemas identificados com a tradução em língua portuguesa, nos balisaremos pela versão inglesa do referido livro, cuja última edição data de 1993 e incorpora as diversas alterações sofridas pelos textos originais das duas partes que compõe o livro, publicadas respectivamente em 1925 e 1927.

Este ato, tomado após a proibição das atividades do partido por ato do governo brasileiro, fez com que a quase totalidade do material partidário ou deixasse o país através das representações consulares ou fosse destruída pelas direções dos núcleos do partido onde eles se instalaram.

Contudo, por razões das mais diversas, parte desse material, que reputamos como inexpressiva do montante retirado do país ou destruído, foi apreendida durante os anos de perseguição mais intensa ao partido pela polícia política de diversos estados.

Este material seguiu por dois caminhos: o primeiro deles foi a sua incorporação aos arquivos de polícia, em forma de *dossiers*, prontuários individuais ou volumes temáticos, recebendo um tratamento arquivístico próprio dos arquivos de polícia. Estes arquivos, no geral, se orientavam pela perspectiva de encontrar uma mesma classe de informações da forma mais rápida possível, sendo que foge ao nosso controle os critérios que fazem com que um documento seja incluído ou excluído de uma ou outra dessas classes.⁴

Além disso, a própria regionalidade dos arquivos policiais, chegando em não poucos casos à existência de arquivos municipais e em alguns outros à arquivos de delegacias de um município, fez com que este material se fragmentasse ainda mais.

Uma outra parte deste material foi encaminhada à justiça (em várias instâncias mas principalmente para a Justiça Federal) com o propósito de ser utilizada como prova

⁴ Ilustrativamente, dois documentos referentes a uma mesma firma podem, por exemplo, ser alocados, em uma coleção temática de documentos sobre a firma e outro em uma outra coleção referente ao estado no qual ela opera. Da mesma forma, documentos dizendo respeito a um indivíduo podem ser encontrados tanto em ser prontuário individual quanto num volume referente ao seu local de trabalho, quanto num dossier de uma investigação específica ou anexada à um depoimento de outra pessoa em que seu nome aparece. Não nos parece que inexista um critério de organização das informações nos arquivos policiais com os quais trabalhamos. Ao contrário, esta forma de distribuição nos dá a impressão de que uma tal organização existe, sem contudo podermos precisar os critérios que fazem com que documentos semelhantes sejam diferentemente classificados ou sejam classificados desta e não daquela forma.

documental em processos individuais e coletivos, onde foram arquivadas. O que temos hoje, portanto, encontra-se ou na justiça federal ou nos arquivos da polícia política, em sua representação central ou nos estados da federação, ou em arquivos da polícia civil, alguns incorporando os arquivos municipais outros não.⁵

Este tipo de destinação dado aos documentos implicou em sua fragmentação. Um primeiro elemento significativo em relação a esta massa documental diz respeito à variedade tipológica dos documentos. Pode-se encontrar desde material iconográfico de propaganda (editado no Brasil e na Alemanha) até cartas pessoais, depoimentos à polícia e a justiça, documentos partidários e consulares, de firmas alemães, material de (e sobre) espionagem, etc. Ao lado disso, a abrangência de tipos de documento, origem institucional, data, etc. é muito grande.

Não menos problemática é a forma como os arquivos policiais foram organizados.

Uma outra característica imediatamente visível desta documentação diz respeito a falta de correspondência entre a amplitude e a linearidade temática, cronológica e espacial. Dito de outra forma, apesar da existência de documentos cobrindo um amplo leque temático, ou oriundos de determinados estados ou cidades ou ainda se referindo a um determinado período, em muitas situações estas questões são tratadas em um único espécime. A dificuldade muitas vezes aumenta quando a própria polícia, em seus famosos “relatórios”, preenchem as informações inexistentes pela falta de seqüência da documentação, o que não ocorre poucas vezes.

⁵ A pequena probabilidade de que encontrássemos algum arquivo particular contendo materiais partidários nos afastou deste caminho para o levantamento do material. Além do mais, mesmo na remotíssima hipótese de conseguirmos localizar alguma coleção particular de documentos partidários, acreditamos que mais improvável ainda seria a garantia de nosso acesso a estes documentos.

Um exemplo é pitoresco: numa informação sobre os “nazistas perigosos” do Paraná figura o nome do Sr. Primo Lattes. Os outros nomes (todos com “sobrenome alemão”) são seguidos de informações razoavelmente completas quanto a profissão, endereço etc... Porém, as informações sobre o Sr. Primo Lattes fornecidas pelo investigador são as seguintes: “Judeu, Italiano, Oficial do Exército Alemão e Membro da Tropa de Assalto”⁶.

Com isso não se pretende afirmar que o material de autoria da polícia é de todo sem validade. Muito ao contrário, vários relatórios, pelo que pudemos comprovar com o cruzamento de informações das mais variadas, são bem substancializados. Mas, por outro lado não se pode deixar de explicitar dois grandes problemas referentes ao material policial.

O primeiro desses problemas se encontra no fato de a polícia política se constituir grupo de interesse, que, antes de mais nada está longe da aura de isenção através da qual representa-se e, em não poucos casos, é representada. Dessa forma, cria-se o inimigo que se busca combater e legitima-se o combate oferecido por esta polícia, a única autorizada a fazê-lo.

Por outro, não se pode perder também de vista que o que a polícia chama de “nazismo” inclui desde manifestações das mais inocentes (uma criança falar alemão numa escola primária brasileira na Ilha do Governador-RJ, por exemplo) até atos de espionagem menos inocentes.

Uma outra questão não pode ser esquecida. Em muitos casos a figura da “delação” instrumento muito usado na prática da polícia política, torna-se uma outra figura: a

⁶ AERJ-DESPS-A-P1

“informação”. Isto nos obriga a, antes de mais nada, considerar os documentos policiais, usando duas outras figuras da linguagem policial, como “indícios” e não como “fatos”.

Mas, no começo, nosso problema foi o de saber o que havia de material (e disso o que poderia ser acessado) e onde se encontrava, trabalho que havíamos reputado como breve. Tomamos como ponto de partida o Arquivo da DESPS - Delegacia Especial de Segurança Política e Social, entregue à guarda do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro e recentemente aberto a pesquisadores, com o objetivo de localizar a documentação do NSDAP apreendida pela polícia. Após breves percursos de “reconhecimento do terreno” a ser ocupado, percebemos que por uma opção de tratamento do material por parte desta instituição (que hoje reputo como feliz) a organização da massa documental fornecida pela (o que na época me pareceu “falta de”) classificação policial foi mantida.

Os documentos da DESPS foram organizados pelo DGIE (Departamento Geral de Investigações Especiais) em vinte uma coleções de documentos chamadas “Setores” que remetem parcialmente aos tipos de investigação levadas a cabo pelo órgão. Essas vinte e uma coleções são por sua vez subdivididos em “volumes” de documentos agrupados dos quais constam “Dossiês” ou simplesmente coleções de “documentos” não organizados na forma de “dossiês”. Além dos “setores” existiam os “Prontuários”, com informações e documentos sobre indivíduos “fichados” neste órgão. Os documentos possuíam organização somente ao nível das fichas individuais indexadas, onde todos os objetos de investigação apareciam relacionados alfabeticamente. Visto que o acesso a essas fichas indexadas nos é, por força de legislação, vedado, adveio a impressão de que em função desta forma de organização dos documentos, jamais saberíamos o que existiria neste

acervo que fosse de nosso interesse se cada um dos documentos existentes sob determinadas entradas não fosse percorrido.

A partir de um cruzamento das datas limite de cada uma das coleções (“setores”) com as denominações de cada um deles, foram selecionados os cinco setores para serem percorridos: “Geral”, “Estados”, “Político”, “Sul-Americano”, “Diversos” e “Alemão”, sendo que este último foi o priorizado.

Isto implicou na realização de um trabalho de levantamento e indexação de cada documento existente nos 27 grandes volumes que dele faziam parte. Os outros setores foram buscados na medida em que houvessem referências da existência de “dossiês” ou quando suspeitávamos da existência de documentos complementares aos existentes no setor “Alemão”: alguns documentos referentes à investigação sobre o “Clube Germânia” de São Paulo, existente no setor Alemão no volume dedicado a investigação sobre a “Firma Herm Stolz e Cia” (!) nos remeteu ao setor Estados na procura por mais informações nos volumes referentes à São Paulo. Dessa forma foi-se montando uma malha de índices cruzados dos documentos do setor “Alemão” com documentos de “assuntos”afins identificados em outros setores.

Ao final dos dois anos nos quais se desenvolveu este trabalho de levantamento e indexação, em alguns momentos envolvendo o trabalho de três auxiliares, conseguiu-se mapear vários relatórios policiais, muitos documentos de propaganda, materiais bancários e alguns depoimentos, que nos permitiam, num certo grau, fornecer tratamento para a questão da organização e da composição do partido, de algumas de suas atividades e de sua relação com instituições, associações e organizações diversas mas, ainda assim, muito pouca coisa tínhamos em termos de material que nos permitisse dar conta das questões

que pautavam nossa investigação: o discurso nacionalista produzido pelo partido. Com isso dois caminhos foram seguidos: o primeiro foi o de identificar, em listagens nominais constantes dessa documentação, a presença de nomes de membros do partido que pudessem ter fornecido depoimentos à justiça e à polícia que constassem de processos do Tribunal de Segurança Nacional, a instância judicial que cuidava dos casos envolvendo “atividades nazistas”; o segundo foi o de buscar em materiais periódicos editados pelo partido, onde pudéssemos identificar tais questões tratadas.

Este primeiro caminho nos levou ao Arquivo Nacional, onde procuramos pela existência de processos que tinham como réus indivíduos cujos nomes haviam sido previamente selecionados por um cruzamento de listagens nominais. Sem proceder um levantamento exaustivo, em função dos prazos para a consecussão do trabalho, foram selecionados 76 processos, sendo que destes, 12 não foram localizados. Estes 64 processos, possuíam as seguintes procedências: São Paulo, 9; Rio de Janeiro, 9; Paraná, 3; Santa Catarina, 18; Rio Grande do Sul, 2; Minas Gerais, 3; Bahia, 11; Goiás, 3; Paraíba, Território do Iguaçu, Amazonas, Pará, Mato Grosso e Pernambuco, 1. Nestes 64 processos foram identificados 129 indivíduos que eram membros do partido conforme informações constantes em seus depoimentos, bem como informações anteriormente recolhidas.

O segundo caminho nos levou à Biblioteca Nacional, onde o Almanaque *Volk und Heimat* foi encontrado. Dos cinco números lançados (1935-1939) existiam quatro no acervo da instituição, cujos artigos de interesse também foram indexados e nos quais a atenção se centrou na identificação não somente de categorias e de outras formas de

expressão dos limites das “fronteiras nacionais” com as quais o partido operava mas também na identificação das linhas de argumentação que sustentavam tais demarcações .

Com esse material recolhido e, pelo menos parcialmente, organizado, o caminho para seu tratamento tomou por base a organização de um índice temático em função dos delineamentos iniciais dados ao texto agora apresentado, através do qual o cruzamento (e a confirmação) de *informações* existentes em documentos diferentes, várias vezes presentes em coleções e mesmo em instituições diferentes se tornasse possível. Com isso, mesmo sem possuir um critério de validação que fosse universalmente aplicável, as margens de erro foram sensivelmente reduzidas nos possibilitando materializar em afirmações algumas *informações* bem como outras descartar e mapear as formas pelas quais tanto a seção do partido “oficialmente” concebia a “comunidade nacional”, em direção a qual as atenções do partido se voltavam, como também se, e em que medida esses limites eram reproduzidos no discurso dos “partidários” e produziam efeitos em suas atividades.

Parte I

Construindo Nações em Terras Européias

Capítulo 1

A Descendência, a Tradição e a Política:
Os Discursos Nacionalistas Alemães do Século XIX

I

Os diversos discursos nacionalistas produzidos em torno do significante “Alemanha” desde o final do século XVIII e por todo o século XIX, podem ser abordados do ponto de vista de se identificar neles o lugar dos diversos referenciais que progressivamente vão constituindo a sua composição: “Cultura”, “Língua”, “Sangue”, “Povo”, “Nação”, “Território”, “Estado”, “Raça”, “Guerra” e uma série de outros. Com isso, quero dizer que é possível que se persiga no interior dos diversos discursos nacionalistas as relações que existem entre os elementos eleitos pelo “discurso nativo” para serem referenciais a partir dos quais se delimitam fronteiras, se demarcam regiões¹ que legitimam o pertencimento, ou seja, que servem de parâmetro para excluir e incluir em seus limites populações, objetos, histórias, projetos, etc.²

É certo que em se comparando discursos nacionalistas diferentes não nos é difícil, ao identificarmos lugares diversos ocupados por cada um desses elementos, afirmar as diferenças das “nações” respectivamente por eles construídas, é também certo que em discursos nacionalistas que concorrem para a construção de uma suposta “mesma” nação (os discursos nacionalistas “alemães”, por exemplo) as diferenças que encontramos aparentemente não nos remetem a noções diferentes mas simplesmente a imagens de completude ou incompletude (este ou aquele discurso deixam menos ou

¹ “ L’etymologie du mot région (*regio*) (...) conduit au principe de la di-vision, acte magique, c’est-à-dire proprement social, de *diacrisis* qui introduit par *décret* une discontinuité décisive dans la continuité naturelle (...). *La regio* et ses frontières (*finis*) ne sont que la trace morte de l’acte d’autorité consistant à circonscrire le pays, le territoire (qui se dit aussi *finis*), à imposer la définition (autre sens de *finis*) légitime, connue et reconnue, des frontières et du territoire, bref le principe de di-vision légitime du monde social” BOURDIEU, 1982: 137-138. Grifos no original

² Segundo Handler (1985), cujas observações seguimos de perto, “This collective individual [a nação] is imagined (like a biological organism) to be precisely delimited both physically and in terms of other traits (its culture, heritage, or “personality”) that distinguishes it from all other collective individuals. The nation is said to “have” or “possess” a culture, just as its human constituents are described as “bearers” of the national culture”. (:198)

mais lacunas) de precisão ou de imprecisão (menos ou mais dubiedades em sua definição) na construção de uma “mesma nação”. Desta forma, ao reduzir as diferenças na qualidade à diferenças na quantidade de elementos definidores de uma nação por um discurso nacionalista qualquer, fazemos coro às atribuições de legitimidade próprias do discurso “nativo” cujo interesse primordial é a de se tornar um discurso ao mesmo tempo autorizado e autorizador da verdade a ser dita sobre a “nação” que ele busca construir.

De caráter eminentemente exploratório, este capítulo tem o objetivo de, acompanhando o trajeto do assim chamado nacionalismo alemão, mapear os lugares ocupados por alguns dos referenciais supracitados em determinados momentos entre o final do século XVIII e o final do século XIX, com especial atenção para os referenciais “Nação” e “Estado”.

II

A Europa Central de fins do século XVIII não passa de um emaranhado de unidades políticas independentes. Desde o século XIII, quando o Sacro Império Romano Germânico começa a dividir-se, não existe algo como um Estado Unificado “Alemão” nesta Região³. Na realidade, em 1806 quando o Imperador Franz II abdicou do trono Romano-Germânico, existiam 314 unidades políticas soberanas - entre Estados maiores e menores e cidades independentes. Este quadro de fragmentação do princípio do século XIX se estende desde a constituição de burocracias até a economia e às aduanas. As lealdades políticas, acompanhando os limites territoriais pouco perenes, eram rendidas a cada um dos 314 reis, príncipes e *Burgmeisters* de cada uma destas unidades. As pessoas se consideravam “súditos da Prússia, da Baviera, da Austria, da Saxônia-Colburg-Gotha ou de Schwarzburg-Sondershausen” (Shulze, 1987: 5).

Depois de 1789, os ventos revolucionários que sopram de Paris não deixam intocadas as ordens e as terras à leste do Reno. Porém, se nos primeiros anos da década de 1790 tensões entre camponeses, cidadãos e a nobreza aparecem no Saarbrücken, em Trier, em Mains e por toda a Saxônia, não se pode dizer que estes

³ Duas referências para a compreensão deste quadro são necessárias mesmo que, aqui, feitas de forma breve:

1) a Reforma Protestante de Lutero, que afirma a necessidade de obediência à autoridade secular, legitimada por Deus, fornece a *cada* soberano lastro político e religioso para o exercício de um poder de contornos absolutistas

2) Sucessivas Guerras e tratados, dos quais se destacam “A Paz de Augsburgo” (1555) e o “Tratado da Westfália” (1648), consagram o territorialismo, o enfraquecimento progressivo da figura central do imperador e, em contra partida, o fortalecimento dos soberanos de cada unidade política. (Cf. DROZ 1958: 8-9; SHEEHAN, 1993: cap I; para uma perspectiva comparativa em relação à Europa ocidental. Cf. TILLY: 1975: 15ss.)

“levantes partilhem com a Revolução Francesa de algo mais do que um espírito de sublevação.

“ The peasants’ mood was clearly revolutionary, their tone defiant, their anger genuine, but the blend of specific demands and eschatological rhetoric seems more like the rural rebellions of the sixteenth century than the revolutionary debates going on in contemporary Paris.

(...) The disturbances of 1789, 1790, and 1791 were extensions of pre-revolutionary developments rather than echoes of the forces at work in France. (SHEEHAN, 1993: 216-217)

É neste contexto que a Literatura em língua alemã abre um espaço de construção de referenciais de identidade que pouco a pouco se amplia e ganha contornos inéditos. E, enfatizemos, não é um mero detalhe o fato de ser a literatura um lugar privilegiado que fornece as condições de possibilidade para a articulação de um discurso que ao mesmo tempo rompa com lealdades locais e proponha referenciais de identificação que as englobe e, numa posição oposicionista clara, se sobreponha a elas.

Elias é preciso quando diz que

(...) Na melhor das hipóteses (os elementos busgueses) podiam “pensar e escrever independentemente, mas não agir da mesma forma.

Nesta situação, a literatura torna-se o escoadouro mais importante. Nela, a nova autoconfiança e o vago descontentamento com a ordem vigente expressam-se de forma mais ou menos encoberta. Nela, que o aparelho dos estados absolutos havia liberado até certo ponto, a geração jovem da classe média contrapunha seus novos sonhos e idéias contrárias, e com eles a língua alemã, aos seus cortesãos (ELIAS, 1994: 36)

Este movimento difusamente amparado em alguns princípios políticos do liberalismo e tendo como referencial alguns valores inspirados pela Revolução Francesa, não se pautou por construir referenciais de identificação e de unificação nacional que ultrapassassem as fronteiras de uma dimensão mais imediatamente “cultural” e “moral”. Por um lado, muitos deles viam de forma negativa a associação entre a questão de buscas por referenciais de identificação nacional com a política.

Wieland, por exemplo, afirmava que “os alemães devem ouvir a seus poetas e não a seus príncipes”⁴. Por outro lado, quando a política é objeto de preocupações, a “*união dos alemães*” não se confunde com a construção de uma unidade político-territorial nos moldes de um Estado Nacional. Shiller, em seu poema inacabado *Deutsche Grösse*, separa o *Deutsches Reich* e a *Deutsche Nation*; para ele, a “grandiosidade da Alemanha é “moral, ela vive na cultura e no caráter da nação, independente das coisas políticas”.

Neste momento, a preocupação, diria, primeira é a de tornar o alemão, uma língua “bárbara”, um veículo legítimo de expressão da “particularidade germânica”, ao mesmo tempo erudito e popular, que se contraponha à penetração do francês, a única língua civilizada para as cortes da região. Não é sem razão, desta forma, que um dos eixos fundamentais a partir do qual o romantismo articulou a questão da nacionalidade foi a questão da língua: Herder e o alemão como *Ürsprache* (língua original), Arndt e a *Deutschland* como o lugar onde o alemão é falado são exemplos deste centramento do discurso sobre a nação nas fronteiras lingüísticas do alemão. Efeitos deste tipo de ênfase não demoram muito para serem notados, visto que amplia-se sobremaneira entre o final do século XVIII e a primeira metade do século XIX a proporção de livros publicados em alemão na Europa Central⁵.

Porém, este discurso que estabelece limites e legitimidades por outras vias que não as das fronteiras geopolíticas não deve ser visto como estando desprovido de uma dimensão eminentemente política, que se consubstancia na disputa pela autoridade

⁴ WIELAND, C.M. “Über deutschen patriotismus: Betrachtungen, Fragen und Zweifel.” (Maio de 1793) apud. SHEEHAN, 1993: 373.

⁵ Como nos mostra Hobsbawun, no princípio do século XVIII somente cerca de 60% de todos os títulos publicados na Alemanha (sic!) eram em língua alemã. “Depois de 1830 o número de livros em alemão (em comparação com os livros em latim e francês) ultrapassou pela primeira vez os 90%, sendo que o número de livros em francês caiu depois de 1820 para menos de 4%. De maneira mais genérica, a expansão editorial nos fornece uma indicação semelhante. Assim (...) o número de livros publicados em 1821 foi quase o mesmo que em 1800 -- cerca de 4 mil títulos por ano; mas em 1841, tinha subido para 12 mil títulos.” (HOBSBAWN, 1977: 155)

lingüística e cultural. Paralelo a afirmação do alemão como critério definidor de pertencimento, se encontra a contraposição ao francês, considerado a língua que fornecia a legitimidade e o status social das cortes “civilizadas” de Frederico II⁶.

Um grande conjunto de autores, dos quais são exemplos Klopstock e Herder, Goethe, Schiller, Fichte, os poetas do *Sturm und Drang*, os filólogos Jacob e Wilhelm Grimm, Jahn, sendo alguns deles inspiradores, outros caldatários do movimento romântico alemão, tornaram-se figuras de proa neste período.

A tônica neste momento é dada pela busca de elementos que façam *renascer* o uno do múltiplo, contudo não se pode ter segurança em afirmar que algum projeto os unifique. De fato tais possuem pontos em comum: o uso de significantes *Deutsche*, *Deutschland* e derivados e a resistência ao absolutismo monárquico dos pequenos estados soberanos. Para além disso, o próprio lugar que estes significantes ocupam para cada um dos autores, bem como as alternativas às estruturas políticas então vigentes apresentam uma enorme variedade. Isto, de uma certa forma, define os contornos do assim chamado “nacionalismo alemão” como sendo em muitos aspectos múltiplo e plural.⁷

Porém, não nos precipitemos, pois, tão enganador quanto não reconhecer-lhes as distinções, seria não reconhecermos, aparte às relativizações necessárias, não só a existência das referidas semelhanças bem como a própria centralidade delas. E elas não se encontram em quaisquer lugares. Este “movimento” traz consigo a busca pela construção de referenciais que substancializassem esta “comunidade de alemães”. E

⁶ “Esta Nação é groceira, preguiçosa e incapaz de instruir-se’ escrevia em seu testamento. (...) Tendo Voltaire sido a grande ligação de sua vida, ele povoou a academia de Berlim com franceses e só escrevia nessa língua”. POLIAKOV, 1985: 142.

⁷ “German Nationalism was open to all kinds of ideas, could have liberal, religious, democratic or egalitarian colouring, could accommodate demands for any type of State or Constitution -- Briefly, it was the ideal vehicle for any kind of idea inimical to the existing political system: it was the common denominator for any form of opposition.” (SCHULTZE, 1987: 12). Cf. também MARX, 1976: 63-65; SCHORSKE, 1988: 125-128

nessa busca, histórias distintas são elaboradas e “inventados” *lugares de origem* diferenciados, sendo em umas o Sacro Império, em outras as tribos dos germanos e em outras ainda Frederico Barbarroxa ou Lutero. Contudo, para além das diferenças na localização da *origem*, eram traçados os contornos do *Volk* Alemão. É nesse lugar, na idéia de *Volk*, que as diferenças de projetos políticos deste conjunto de autores encontram um ponto de convergência. As idéias de *Volk* e, a ela associadas, de *Volkgeist*, *Volkstum*, *Volksgemeinschaft* são, pode-se dizer, pedras angulares destes discursos nacionalistas. Tratemos, mesmo que brevemente, delas.

Categoria de particular importância para que se pense os contornos dos nacionalismos alemães a partir do século XIX, *Volk*, normalmente visto e/ou traduzido pelo termo “Nação”, “povo”, opera com um conjunto de elementos que tornam singular, visto que essas últimas estão intimamente ligadas à idéia de “Estado Nação”, numa dimensão eminentemente política⁸. Num primeiro momento, ao nos aproximarmos desta noção, fica claro que ela se constitui em uma *categoria de pertencimento*. De acordo com Hobsbawn, este é um termo vernáculo que “significa nascimento ou grupo de descendência”, tendo a palavra se desenvolvido “para descrever grandes grupos fechados (...) que necessitavam (*sic* !) ser diferenciados de outros com os quais coexistiam. (1990: 29).

A partir de finais do século XVIII, duas dimensões são definidoras das fronteiras inclusivas e exclusivas da noção de *Volk*.

O que inicialmente define um indivíduo que pertence ao *Volk* é o próprio fato do pertencimento fornecido por elementos hereditários relacionados à elementos vinculados a laços familiares, linhagem etc. Desta forma, o indivíduo traz em si as marcas da germanidade, localizadas, para além das características físicas, intelectuais e

⁸ Para a concepção moderna de Nação enquanto relacionada a Estado-Nação, ver HOBSBAWN, 1990: 13 e 18; GELNER, 1983: cap. 1

psicológicas por diversas vezes listadas, no sangue. Portanto, a definição das fronteiras (em sentido amplo) de nacionalidade possui um lugar último que, objetivamente, permite definir os limites do pertencimento. Porém, o pertencimento ao *Volk* não se esgota na pureza do sangue. Ele opera como um elemento que potencializa, possibilita a construção de um verdadeiro “homem alemão”. Aqui entra uma dimensão mais relacionada a idéia de “cultivo”, abarcada pela noção propriamente alemã de *Kultur*. De tal conceito, discutido longamente por Norbert Elias, é importante que retenhamos que, ao contrário das acepções francesa e inglesa de civilização,

O conceito alemão de *Kultur* alude basicamente a fatos intelectuais, artísticos e religiosos e apresenta a tendência de traçar uma nítida linha divisória entre fatos deste tipo, por um lado e fatos políticos econômicos e sociais, por outro.” (1995: 24)

É nesta dimensão de “cultivo”, de construção, que situamos um segundo referente-chave para a noção de *Volk*: a língua. Com Fichte e a teoria do alemão como “*Ursprache*” (língua original que se diferencia das línguas derivadas—francês, inglês etc.) e com Ernst Moritz Arndt e a associação entre *Vaterland* (pátria) e língua, a língua torna-se um polo do eixo definidor do pertencimento a nação, que tem no outro o “sangue”⁹.

Desta maneira, a concepção de nação, ligada à idéia-força de *Volk*, articulada pelos referenciais hereditários do “sangue” e da “língua” (cultura) implica numa demarcação de limites que não se confundem com quaisquer limites político-geográficos do Estado-Nação: todos os portadores de determinadas características hereditárias e os que exprimem seu pertencimento através de um falar específico fazem

⁹ Além da consagração da língua como referente definidor da *Deutschland* encontramos também em Arndt a preocupação com a pureza do sangue e com o “modo de vida”, com a tradição, amalgamados de forma particular. Em princípios do século XIX ele afirma:

“Todas as grandes coisas que o homem faz, forma, pensa e inventa como herói, artista legislador ou inventor — tudo isso lhe vem da nação.(...) Mas entre todas as coisas, ele percebeu a importância para a sua grandeza e magestade tinha o fato de haverem preservado a pureza do sangue e mantido suas características, que continuassem vivendo uma vida verdadeiramente alemã, no pleno sentido da palavra, sem influências externas.” (Apud Kohn, 1963: 72)

parte da nação, não importando onde vivessem ou o local onde tivessem nascido: desde as colônias brasileiras até o Volga, da Escandinávia até o Tirol.

Assim, à esta concepção de nação = *Volk* não se vincula à idéia de construção de nação ou de nacionalidade (*Nation-Building*), definida, esta última, como o resultado do consentimento ativo ou passivo da população a uma ordem política determinada, a uma forma determinada de gerência de populações, territórios, bens. Por um lado, estamos, aqui, no campo em que a temporalidade (implicada na idéia de *nation-building* pela noção de progresso—antes não era uma nação, mas foi progressivamente se constituindo como tal) não é um elemento chave na organização do pensamento destes nacionalistas¹⁰. Por outro, a legitimidade política não é fornecida por Deus, pela maioria ou pela força imbuída de qualquer *Raison d'Etat*. O sentido aqui é inverso: é o *Volkstum* (algo como um caráter imanente ao *Volk*), permeando o coletivo através de um *Volkgeist* (espírito, essência do *Volk*) que se materializa, sob variadas formas, nos indivíduos pertencentes à um tipo de comunidade “imaginada”, no sentido dado por Anderson (1992), a *volksgemeinschaft*, comunidade nacional, e em uma série de instituições que fornecem o lastro de legitimidade e autoridade para a unidade do *Volk*. Dessa forma, a lealdade do indivíduo à dinastia ou à um Estado é superposta pela legitimidade da herança do poder do *Volk*¹¹ e por referenciais que expressem o autêntico espírito nacional e o interesse da comunidade nacional.

¹⁰ Não queremos dizer com isso que um ou outro tipo de temporalidade esteja ausente deste pensamento nacionalista, mas somente que os eixos chave em torno dos quais ela se articula estão, por assim dizer, “fora do tempo”: a *História alemã* dos germanos até o século XIX é atravessada por estas duas entidades -- o sangue e a língua alemã, que é uma *Ursprache* -- que a cada momento, podemos dizer, se realiza em feitos, em heróis, em livros. Cf. Ginsburg, 1982: 184ss.

¹¹ “Os títulos jurídicos deste império não provém mais de uma transferência pontifícia qualquer, mas repousam nas pretensões hereditárias do Poder Popular Germânico (*Germanische Volkskraft*), que no tempo das grandes invasões abateu o colosso romano”. Paul Joachimsem. Apud POLIAKOV, 1974: 80.

Com a entrada em cena do domínio napoleônico (1806-1813)¹² este discurso nacionalista ganha contornos mais claramente políticos. Não seria absurdo considerarmos a dominação napoleônica e as Guerras de libertação como catalizadores e ampliadores, em termos de alcance social, de formas de organização e da inclusão de temas até então bastante secundarizados, se existentes, no corpo destes tipos de discursos.

Na realidade, somente a partir da primeira década do século XIX que se pode, efetivamente, falar de um movimento nacionalista alemão na região centro europeia, visto que é só então que ao discurso nacionalista passam a se integrar dois níveis de materialidade antes ausentes: inicialmente, a constituição de estruturas organizativas que objetivavam fornecer sustentação não só à propagação de idéias mas também a ações unitárias; e posteriormente, traçados gerais de programa que, ao mesmo tempo em que forneciam substância política (projeto) ao discurso sobre a nação, definiam linhas demarcatórias internas ao discurso nacionalista.

É no período imediatamente anterior à chamada “Guerra de Libertação (1813-14) que são dados os primeiros passos para a constituição de algo que pudesse ser chamado de uma estrutura organizativa para os movimentos nacionalistas que então se constituíam. Desde pelo menos 1808 (quando se constitui a *Tugendbund* -- Liga da Virtude)¹³ começam a existir estes tipos de organização.

¹² Inscrita num plano de conflitos e concorrências mais amplas com a Inglaterra, por um lado, e com Estados monárquicos (Áustria, Prússia e Rússia) que, em aliança buscavam oferecer resistência à expansão francesa (e com isso às intuições da França Revolucionária), a invasão napoleônica reorganiza de forma bastante radical o mapa político e as estruturas institucionais da Europa Central. Após a derrota da Áustria em Austerlitz (1805) e a consequente vitória francesa sobre a Prússia, Napoleão entra em Berlim e dissolve, de direito, o Sacro Império Romano Germânico, reduzindo o número de Estados independentes a 40, incluindo protetorados franceses como a Confederação do Reno, e inicia a abolição das instituições herdadas do *Ancien Régime*. Cf. Maurois, André *Histoire de l'Allemagne* S/L : Librairie Hachette, 1965: pp 174-185; HOBBSBAWN, 1977: 95-110; DROZ: 1958: 16-28.

¹³ Além da anteriormente citada merecem menção a *Deutsche Bund*, a *Reimersche Kreis* e a *Fechtbodengesellschaft*.

Inicialmente clandestinas e balisadas por princípios conspirativos, é a partir da criação, por Friedrich Ludwig Jahn, da *Turngesellschaft* -- Sociedade de Ginástica -- em 1811, uma organização pública, que proliferam sociedades, ligas e agremiações, na quase totalidade organizações que tinham na ginástica o veículo de suas atividades. Além destas, várias *Burschenschafts* -- organizações estudantis -- também se constituem por todos os Estados de língua alemã, com exceção da Áustria. O sucesso deste tipo de organização é tão grande que estruturam-se, a partir de 1817, os “Festivais Patrióticos Alemães”, que reúnem anualmente centenas de pessoas em torno da celebração da idéia de nação.¹⁴

Por todo o período inscrito entre o desmembramento do império napoleônico (1815) e a concretização da Unificação Alemã, sob a égide da Prússia (1871), para ficarmos aí, os efeitos destas mudanças fizeram-se sentir¹⁵. Neste processo uma questão é fundamental: a centralidade que assume a figura do Estado. De fato é a própria resistência ao invasor francês que coloca em pauta a questão de uma dimensão propriamente política substancializadora e gerenciadora do *Volk*. Ao afirmar a necessidade de um nível de unidade (militar e burocrática) que garanta a expulsão de Napoleão, incorpora-se a noção de um “espaço” interior e outro exterior, instaurando uma dimensão da qual o discurso articulado pela idéia de nação teria que necessariamente dar conta: o território e a sua gerência. (Cf. Steinert, 1991a:66) Nas palavras de Josef Görres, destacado jornalista na época da Guerra de Libertação,

“toda nacionalidade (*Stamm*) é em si completamente fechada e constitui um todo (...) A voz da natureza em nós mesmos nos mostra a distância entre nós e o estrangeiro”(Apud Kohn, 1963: 21)

¹⁴ Sobre a organização das sociedades neste período Cf. CHICKERING, 1988: 160-167; DÜDING, 1987: 22-33; SEYFERTH, 1982: 24-27; SPERBER, 1992.

¹⁵ Isto se deu de forma particularmente aguda nos anos entre 1830 e 1848, das chamadas “revoluções liberais” (Cf. HOBSBAWN, 1977: 127-164)

Neste processo, posições que antes poderiam ser denominadas “colorações” mais ou menos conservadoras, liberais, republicanas, monarquistas etc, ganham materialidade e passam a constituir polos com posições políticas cada vez mais definidas, balisadas ou não por estruturas organizativas militantes. O caso, já citado, das Ligas Estudantis é um exemplo claro deste processo. (Cf. SEYFERTH, 1982: 26-27).

Estas posições internas ao campo do discurso nacionalista, que são efetivamente constituídas por um miríade de posições políticas, de ideologias, de confissões religiosas, e que tem exatamente na questão do Estado o ponto nodal de sua divergência, podem ser, *grosso modo*, vistas como constituindo duas grandes “linhas de força”¹⁶: por um lado os que são partidários da constituição de um Estado para os alemães, e por outro os que defendem a manutenção do particularismo político dos Estados dinásticos alemães. Uma outra grande divisão que progressivamente ganha força é interna à primeira das referidas “linhas de força”: nela existem partidários de um Estado que reúna os territórios do antigo Sacro Império Romano-Germânico (claramente a favor de uma liderança austríaca) numa *Grossdeutschland* (Grande Alemanha) e partidários de um Estado menor sob a liderança da Prússia, uma *Kleindeutschland* (Pequena Alemanha).

Tal polarização em relação à questão do Estado dá a tônica aos desenvolvimentos posteriores do chamado nacionalismo alemão. Porém, se o Estado mantém-se como referência fundamental em torno do qual os debates se desenvolvem, mesmo depois da Unificação bismarkiana de 1871 entre *Klein e Grossdeutschland*,

¹⁶ A idéia de "linhas de força" é aqui central: ela se contrapõe, ou melhor, relativiza a noção de "grupos políticos", com fronteiras claras, com unidade interna sólida, com posições globais definidas etc. A importância de tal idéia se encontra no fato de que o objeto das divergências sobre as quais nos voltaremos, a forma de conceber o "Estado Alemão" e as legitimações que instrumentalizam e agenciam estas "formas de pensar" não são próprios a grupos isolados mas, em maior ou menor grau, são linhas que perpassam setores, mais ou menos organizados, mais ou menos formalizados e institucionalizados, que neste espaço se enfrentam. (Deleuze e Guatarri, 1980)

podemos dizer que este debate não se confunde com a questão da definição da nação, que se mantém, mesmo nos desenvolvimentos turbulentos da metade do século XIX, ancorada na noção de *Volk*. Não que o Estado estivesse fora do arco de preocupações dos nacionalistas. Na realidade, reitero, ele era o centro mesmo destas preocupações, visto que implicava na discussão da forma de expressão política do *Volk*. Com isso, se aponta para o fato de as noções de *Volk* e de Estado serem paralelas, numa acepção matemática do termo, ambas positivas e não-contraditórias.

Após a unificação de Bismark (1871) e com a entrada no cenário político de movimentos nacionalistas cada vez mais organizados, a questão do Estado deixa de ser simplesmente uma discussão de formas (limites) ideais de Estado e torna-se também um debate de projetos políticos de gerenciamento do Estado Nacional.

As últimas três décadas do século XIX vê nascerem no cenário europeu os chamados “movimentos pan”, que tem no pan-eslavismo e no pangermanismo expressões prototípicas de um tipo de nacionalismo radicalizado e militante que deixam marcas bastante visíveis no espectro político internacional, principalmente europeu. O pangermanismo, com particular riqueza, nos permite uma aproximação desta forma de relacionar Estado e Nação como entidades paralelas. O melhor exemplo, por seu alcance social e político, nos vem das formulações pangermanistas construídas pela *Alldeutsche Verband*, a “Liga Pangermânica”.

Fundada em 1891¹⁷, por Ernst Haase, Alfred Hugenberg, Heinrich Class dentre outros, a *Alldeutsche Verband*, formalmente constituía-se num grupo de pressão que,

¹⁷ Esta data nos é apresentada por Seyferth (1989: 137 e 1994: 27). De fato, estes são os únicos textos que nos trazem uma indicação mais precisa sobre este fato. Dos autores consultados existe muito pouca precisão quanto à data de fundação da liga: desde os mais claramente improváveis, como Magalhães (“início do século XIX” - 1989: 88) e Arendt (“1866” - 1989: 254) até os que circunscrevem genericamente a década de 1890 como a data de fundação Craig (1992: 205) Carsten (1982: 28-29), Spielvogel (1992: 7). Para informações genéricas sobre a Liga Pan Germânica, além dos autores citados ver também, Herwig (1991), Caplan (1992), Hobsbawn (1988), Kennedy (1987) e Berghahn (1973).

como uma série de outros grupos nacionalistas como a Liga Naval (*Flottenverein*) e a Sociedade de Gerreiros (*Krieger Verein*), por exemplo, advogavam e propagandeavam de maneira vigorosa uma política externa expansionista e anexionista, apontando seja para o leste, o chamado *Drang nach Osten* (impulso para o leste) seja para a aquisição de colônias em regiões não europeias que possibilitasse o desenvolvimento maior do já acelerado processo de industrialização alemã. Tinha como elemento chave de seu programa um nacionalismo agressivo, belicista, balizado pela perspectiva de conquista de *Lebensraum* (espaço vital) para a população alemã, programa cujo elemento doutrinário fundamental era a superioridade dos arianos e, em contrapartida, a “inferioridade biológica de todas as outras raças, inclusive brancas”, (Cf. Seyferth, 1994: 27)

Apesar de exercer enorme influência em muitos círculos nacionalistas alemães, que iam desde os mais liberais até os mais conservadores¹⁸, a Liga sempre foi reduzida em termos numéricos¹⁹. Porém, por menor que tenha sido o número de seus membros formais, incluindo-se entre eles profissionais liberais das mais diversas áreas, membros das forças armadas, publicistas, docentes etc., ela conseguiu estender em muito seu alcance político, exercendo enorme influência entre membros do *Reichstag* (o parlamento imperial). De acordo com Seyferth, pertenciam à Liga, em 1901, 38 deputados e em 1908, 31 deputados do Reichstag, a maioria deles através do Partido Nacionalista Liberal (1994:35), além de fazer com que setores da imprensa e sociedades outras fizessem eco às suas propostas. A intensidade da propaganda pan-nacionalista levada à cabo pela Liga Pan-Germânica acabou, por um lado, amplificando

¹⁸ Sobre o amplo leque de suporte da Liga Pan-Germânica ver HOBBSAWN 1988: 217 e 266

¹⁹ Segundo Seyferth (1989), “o número de membros da liga até diminuiu após 1912 (em 1901 eram 22.420. em 1912 eram 17.000), mas o papel destes em outras sociedades nacionalistas ampliou consideravelmente sua influência.

o discurso da superioridade alemã, balisada por critérios biológicos²⁰, e, por outro, fazendo com que esse tipo de discurso fosse tomado como um discurso de Estado²¹.

Neste momento, o elemento articulador do discurso nacionalista do pangermanismo é, sem a menor sombra de dúvida, a figura do Estado. Ele é o alvo principal de todo o tipo de ataques desferidos pela Liga. Além disso, é através dele que se torna possível a execussão de políticas externas agressivas, é através dele que se pode potencializar o desenvolvimento industrial, “conquista incomparável do espírito germânico”, é através dele que se pode implementar políticas internas segregacionistas (em relação a judeus e eslavos, por exemplo), e é a ampliação das dimensões territoriais do Estado alemão na Europa Central um dos elementos programáticos mais importantes da Liga.

Mas, apesar dessa centralidade assumida pela figura do Estado, progressivamente construída desde as décadas de 1840 e 1850, o discurso pan-nacionalista não deixa de lado dimensões outras, presentes em nacionalismos alemães a ele anteriores.

A *Alldeutsche Verband* (Liga Pangermânica) e o seu nacionalismo expansionista nos fornece, através de seus estatutos, um exemplo da presença, perspectivada, de alguns desses elementos anteriormente referidos:

“§1. A Liga Pangermânica pretende a animação do caráter nacional alemão em todo o mundo, a conservação da índole e dos costumes alemães na Europa e além-mar, e a união total do *Deutschtum* ...

§2. Quando os meios adequados para alcançar estes objetivos forem considerados pela Liga Pangermânica sem prejuízo para o

²⁰ “[a liga Pan Germânica] Incutia um sentimento de superioridade racial dos alemães que, na prática, encontrava respaldo no extraordinário crescimento econômico após a unificação de 1871 -- ao qual se associam a ciência, a técnica e a cultura alemães. (...) A liga atribuiu tudo isto às virtudes próprias da raça ariana -- da qual os alemães seriam os representantes modernos -- e usou o racismo para exigir do governo uma política expansionista de dominação” (1994: 27)

²¹ “Para muitos Estadistas responsáveis pela política externa alemã, políticos e homens de negócios, as atividades da Liga Pangermânica constituíram um incômodo e criaram sérios problemas, exatamente porque, dentro da Alemanha como no exterior os objetivos pangermânicos eram interpretados como objetivos do governo alemão” (Seyferth 1994) Para os conflitos entre Elementos do Governo Imperial e a Liga ver Berghahn (1973).

parágrafo 1, os grupos preservarão sua autonomia: 1. animação da consciência nacionalista na pátria e campanha contra todos os desenvolvimentos nacionais de direção contrária; 2. solução das questões das constituições, educação e escola no espírito do nacionalismo alemão; 3. cuidado e proteção dos esforços nacionais alemães em todos os países onde existem afiliados do nosso povo, e lutar pela manutenção da sua particularidade, e a concentração de todos os alemães no mundo para este objetivo; 4. exigência de uma enérgica política de interesses alemães na Europa e além mar, especialmente da continuação do movimento colonial alemão com resultados práticos.

§3. Cada alemão íntegro pode ser membro da liga Pangermânica , sem levar em conta sua cidadania (*Staatsangehörigkeit*)...” (Apud SEYFERTH, 1982: 35-36)

Das inúmeras questões que podem ser aí pautadas, duas possuem, para nossos propósitos, importância central. A primeira delas é, sumariamente, a forma através da qual os estatutos articulam a figura do Estado e o *Volk*. A outra diz respeito aos próprios limites deste *Volk* , ou seja, às fronteiras da nação que a liga busca representar.

De contornos bastante agressivos, o conjunto de formulações da Liga aponta para uma perspectiva expansionista e belicista, como foi visto, das quais a figura do Estado constitui-se como o meio articulador (da expansão e da guerra), deixando marcada a dimensão política positiva, afirmativa, deste discurso nacionalista. A “enérgica política de interesses alemães”, é um chamamento à intervenção do corpo político que, de forma legítima gerencia a coisa pública num território limitado, por ser legítima expressão da vontade do *Volk*.

Por outro lado, ao se referir a “todos os alemães do mundo” bem como ao fato de a cidadania não ser um impedimento à filiação à Liga, afirma o paralelismo das duas formas de pertencimento à comunidades de tipo diferenciado: por um lado a cidadania que implica fazer parte de um Estado politicamente definido e, por outro, a nacionalidade que deixa marcada a outra das dimensões aqui discutidas,

eminentemente ligada à descendentência e às “tradições”, biológica e cultural portanto, articulada pela idéia de *Volk*.²²

Com isso visto, passemos agora ao mapeamento desse conjunto de referenciais na forma em que é abordado pelo discurso nacionalista construído pelo Nacional Socialismo a partir da década de 20 de nosso século.

²² Demonstração deste paralelismo encontra-se também na diferença estabelecida pelos pangermanistas entre *Staatsfremde* e *Volksfremde*, referindo-se a primeira das categorias aos elementos “de origem” alemã que não eram cidadãos do Reich e a segunda aos que, sendo ou não cidadãos do Reich não eram elementos “de origem” germânica. (Cf. ARENDT, 1989: 255)

Capítulo 2

A Nação Nazista: O Jogo das Superposições

I) Entre Programas e Representações

“O sistema nazista é a versão ‘aerodinâmica’ do imperialismo alemão de antes da Guerra. (...)”

O nazismo nunca teve quaisquer princípios políticos ou econômicos genuínos. É indispensável compreender que o princípio mesmo do nazismo é seu oportunismo radical”

Erich Fromm

I

Este pequeno trecho de Fromm (1970) é, acredito, um dos melhores exemplos de uma das direções que foram, durante muito tempo, seguidas para se pensar o conjunto de idéias em torno das quais o nacional socialismo se sustentou. Uma tal perspectiva propunha que essas idéias não representavam nada mais do que um grande blefe, um conjunto desconexo constituído de palavras de ordem, bravatas e de projetos irrealizáveis, sem conteúdo e sem muita coerência interna, elementos maleáveis (e variáveis) submetidos às idas e voltas da conjuntura e à necessidade de conquistar as massas através, fundamentalmente, do espetáculo estético utilizado para a sua “sedução”.

Este modo de pensar o conjunto de idéias e de concepções construídas, ou recuperadas, pelo nacional socialismo se articula pela afirmativa de que o único objetivo do partido/movimento nazista é a conquista do poder pelo poder. Um dos primeiros, senão o primeiro a sugerir uma abordagem do discurso nazista a partir desta perspectiva é Herman Rauschning que, lançando mão do "privilégio" de ter sido membro e dirigente do NSDAP, torna-se por muito tempo, e para muitos, fonte de “informações seguras” sobre muitos dos aspectos do nacional socialismo.²³

Num de seus textos mais famosos, no qual se dedica a uma discussão, diria, ‘teórica’ sobre o nacional socialismo, seus pressupostos e seus propósitos, Rauschning, sobre a questão que aqui nos interessa, afirma:

“We have to combat two views, one that the course followed in the Reich was carefully planned and thought out and directed toward definite objectives fixed once for all, and the other that National Socialism is guided on the whole by doctrinaire program points. (...) The doctrine is meant for the masses (...). It is an instrument for the control of the masses. The élite, the leaders, stand above the doctrine. They make use of it in furtherance of their purposes.” (1939: 18)

Mais a frente, ele é taxativo

“The national Socialist ‘philosophy’ is not the outcome of any lofty intuition; it is deliberately and carefully manufactured. (...) A myth must be created to give the masses the energy for action. Thus the ruling consideration in the production of the National Socialist philosophy is its power of influencing the masses by suggestion, of instilling into them the sense of the duty of obedience. The great paradox of this revolution is that its lack of principle is one of the main secrets of its effectiveness. (ibid.: 24)

²³ Conservador dentro do espectro político-partidário alemão da década de vinte, sendo dono de terras na região de Dantzig, Herman Rauschning entra para o partido em 1931 e torna-se em 1933 governador desta cidade e acaba rompendo com o partido após 1934, sem negar contudo suas concepções conservadoras (cf. Rauschning, 1939: introdução).

Apesar de longa, a citação desses extratos justifica-se pelo fato de expressar com rara clareza, formulações que, com base neste “autorizado” intérprete do movimento, tornaram-se progressivamente mais e mais difundidas.

E essa difusão não foi pequena. Pode-se verificar, como um índice, que o livro citado, *Die Revolution des Nihilismus. Kulisse und Wirklichkeit im 3.Reich* (publicado em Zurich em 1937) é inicialmente traduzido para o francês (alcançando em 1939 sua 5ª edição) e, posteriormente, para o inglês. Nesta última língua, teve sua primeira edição datada de agosto de 1939, e teria até outubro do mesmo ano, ou seja, 3 meses depois, mais outras oito edições com milhares de cópias cada. Além deste, há também o outro “sucesso editorial” do autor - "Hitler m'a dit" - escrito na década de 30 a partir de entrevistas feitas após 1933 e publicado em 1939. Em 1940 foi lançada a 375ª (trecentésima septuagésima sétima) edição francesa deste último...²⁴

Porém, além da repercussão mais imediata, mensurável pelas vendas, Rauchning é também um dos autores mais citados em trabalhos analíticos sobre o nacional socialismo. E neles os desenvolvimentos não são muito distantes das duas teses expressas pelo trecho citado. Por um lado, temos a tese da exterioridade dos nazistas em relação ao conjunto de idéias por eles “propagandeadas”, ou seja, eles (pelo menos os líderes) não acreditavam no que diziam. Por outro temos a que considera as idéias nazistas (todas elas) ora como pontos de um (irrealizável) programa, ora como pura ficção direcionada para a vitória política.

²⁴ Apesar do impressionante alcance desse “sucesso editorial” a autenticidade do “testemunho dado por Hitler ao autor já foi por mais de uma vez colocada sob suspeição. A este respeito, Cf. BRACHER, (1995: 440), JÄCKEL, (1995: 12-13n) e AYÇOBERRY (1979: 61-63).

Dessa forma, a propaganda partidária e as idéias a ela subjacentes tem a mentira como pré-requisito (Laski, 1945, Ludwig, 1947 e Shirer, 1964). Assim, tendo objetivos não declarados, os líderes do movimento tinham que ser hábeis no falseamento da realidade, através de suas “maquinações” características, e contar com uma gigantesca estrutura capaz de fazer com que a ficção se sobrepusesse à realidade. E a realidade falseada, forma de pensar também muito cara aos marxistas ²⁵, não é outra que a do subjugo absoluto, da mais-valia absoluta e da coerção.

Autores como Colloti (1965), Bourderon (1979) Guyot e Restellini (1987), Richard (1988a), Arendt (1989), Milza (1991), Burgelin (1991), Welch (1995), trabalham, uns com menos outros com mais precauções, dentro dos limites das teses esboçadas pelo autor de “A revolução do Nihilismo”: o conjunto de idéias expressas pelo nazismo, tomadas de tradições anteriores (quase) sem modificações em seu conteúdo, são para eles vazias de sentido, podendo apenas ser pensadas como “máquinas de sujeitar” através da sedução, promovidas pelo "fantástico", pelo "espetáculo estético" e através do apelo mitológico ao "Führer", responsáveis pela sedução e pela manobra das massas.

Na verdade, por mais variações que apresente, e não são poucas, dos vários trabalhos que se dedicam a uma análise ou abordam a propaganda nazista, poucos deixam de ceder à tentação de vê-la como operando com uma ideologia exterior aos líderes do movimento, que seria em sua radicalidade um elemento simplesmente instrumental (e portanto negativo), expressão de um *nihilismo radical* nos termos de Rauschning.

²⁵ Para uma visão da abordagem marxista da questão do Nacional socialismo, a partir de variadas perspectivas, cf. DIMITROV, 1984 e 1976; MILZA & BENTELI, 1973 POULANTZAS, 1976 e 1978; SWEEZY, 1976; ROSEMBERG, 1986; TROTSKY 1979; MANDEL, 1962. BETTELHEIM, 1977; OHLWEILER, 1987; KÜHNEL, 1982 e KONDER, 1979.

Como uma consequência imediata dessa perspectiva temos a desconsideração, como objetos de pesquisa, das representações do nacional socialismo (lugar da “mentira”, do “falseamento”), restando como campo privilegiado para a pesquisa a sua “prática concreta”(o lugar da “verdade”).

Uma outra forma de se ver livre do problema das representações produzidas pelo nacional socialismo, mesmo nos que se dedicam a uma análise mais detida sobre o conjunto de idéias expressas pelo movimento, diz respeito a considerá-las como meros pontos de programa, como formas de se organizar progressivamente a sociedade alemã ou, no sentido de Arendt (ibid: 411), de construir “um mundo fictício” que seja um canal para a manipulação das mal e mal definidas massas.

Exemplo desta perspectiva encontramos em discussões sobre a categoria de *Volksgemeinschaft*, referência fundamental do discurso nazista sobre a nação. David Welch (1995), por exemplo, afirma que o partido nazista balisou a sua política e, conseqüentemente, sua propaganda, por quatro objetivos a serem alcançados, um dos quais se constituía na “reestruturação radical da sociedade alemã” (:52), a ser transformada em uma *Volksgemeinschaft* ²⁶. Esta categoria é por ele descrita como um apelo à unidade nacional, onde a comunidade tornar-se-ia anterior ao indivíduo e como uma sociedade que ultrapassasse todas as divisões internas (de classe, de status, etc..) e se tornasse um todo indiferenciado (:52 ss).

Um dos efeitos concretos de uma análise deste tipo é o de, ao lado de uma acurada exposição empírica, que no caso de Welch é centrada na propaganda no

²⁶ Para Welsch os outros três “objetivos” do partido expressos pelos temas de sua propaganda, são a manutenção da pureza racial, a eliminação dos inimigos (judeus e bolscheviques) e a constituição de um *Führerstaat*. (:52)

Terceiro Reich, há uma busca por um “*gap* entre a imagem fornecida pela propaganda e a **realidade social**” (:54 - grifo meu).

Já estando há muito estabelecido que a ideologia nazista está longe de ser um mosaico desconexo de instrumentos de propaganda mas que informava de maneira efetiva a prática do partido como um todo (Cf. Fest, 1975: 89-106 e 373-384; ; Jäckel, 1995: 7-28; e Herf., 1993: 13-28 e 211-238), nos parece que tratar as representações a partir das quais o movimento constrói-se como pontos programáticos com possibilidades mais ou menos remotas de se realizarem “na prática”, significa, ainda, não reconhecer qualquer *Weltanschauung* produtora de um mundo no qual os nazistas constroem seu movimento e para o qual são direcionados os programas lá formulados.

De uma outra forma, se passarmos a ver em *Volksgemeinschaft* uma categoria de pertencimento, a definir os limites de uma “comunidade imaginada”, por mais que possa incorporar, como foi bastante bem apontado por Welch (:52-65), um projeto determinado de sociedade corporativa, a palavra remete também a uma realidade na qual os nazistas se movimentam definida por seu discurso. Sendo assim, ao ser enunciado, o termo é também descritivo/instaurador: fala de uma comunidade já constituída, formada pelo *Volk*, com limites, atribuições e características definidas. Desta forma, podendo mesmo ser lida como um projeto para a organização da sociedade alemã, como pretende Welch, busca-la-emos, antes, como uma categoria que apresenta uma dimensão performativa muito bem marcada, construindo uma realidade no momento em que é enunciada.²⁷

²⁷ sobre a dimensão performativa de enunciados/ categorias do tipo de *Volksgemeinschaft* , cf. Bourdieu (1979 e 1982); Austin (1962 e 1979).

II

Para tratar das representações nazistas nestes parâmetros, podemos começar pela forma através da qual a História transparece no discurso de Hitler. Ao se remeter ao “passado” ele constrói uma “História” que possui, pode-se dizer, uma dupla dimensão. Uma delas chega a tocar a atemporalidade, constituindo-se num conjunto de epifenômenos marcados, definidos e delimitados por um motor eterno e estrutural, que fornece movimento às engrenagens que atravessam o tempo: a luta feroz e encarniçada entre raças humanas desiguais, encontrando-se uma delas numa posição hierarquicamente superior (os arianos) e outras em posições inferiores, progressivamente mais afastadas da primeira, pela sobrevivência. Por outro lado, e aparentemente constituindo-se numa contradição, nos deparamos com uma outra profundamente marcada pelas agruras do tempo. E esta parece fazer com que o tempo se divida e constitua uma grande linha demarcatória que, apesar do que poderia parecer, não se encontra nos imemoriais tempos dos germanos nem em quaisquer tempos nostalgicamente gloriosos. Ao contrário, esse “divisor-das-águas-do-tempo” encontra-se, de fato, muito próximo de nós: ele é o Novembro de 1918.

É de impressionar qualquer leitor, mesmo o mais desavisado, a quantidade de referências à este momento no *Mein Kampf*. Também, não é de surpreender que isso seja desta forma, pois é lá, “no Novembro”, que se conjugam todos os “males” contra os quais o Nazismo se levanta: a derrota (“traição”) na Guerra Mundial, a consequente perda de territórios e a assinatura do tratado de Versailles, a abdicação de Guilherme II e a proclamação da república social democrata, o movimento conhecido como “Revolução Alemã”, levada à cabo pelos spartaquistas e todas as consequências advindas desses sucessivos “desastres”. Porém, se os desastres são múltiplos e com

consequências difíceis de ser globalmente visualizadas pois estão ainda em curso (1923), as suas causas são bem precisas e em número bem reduzido. Na realidade, todos eles podem ser resumidos, para Hitler, em duas palavras: **judeu e traição**.

Se todos os males foram gerados por uma conspiração judaica internacional (e isto não é uma ironia!) eles foram amparados por traidores internos à nação que, na gerência do Estado, abriram espaço para que tanto os bolcheviques do “judeu Marx” quanto os exploradores do “capitalismo judeu internacional” levassem a Alemanha à derrota e à ruína, com a humilhação de Versailles.

De fato, a imagem do “Novembro de 1918” assim construída consegue conjugar de forma bastante particular alguns temas centrais em torno dos quais o discurso nacionalista do nazismo vai girar: o anti-semitismo, o anti-bolchevismo, o anti-republicanismo, o anti-liberalismo, a necessidade de livrar o Estado Alemão dos traidores da nação, a necessidade de uma alternativa de poder que permita a sobrevivência da “raça dos senhores”, a necessidade de busca de um *lebensraum*, a questão das forças armadas e uma série de outros. Desde a fundação do partido (1920) as afirmações nacionalistas pautadas por este leque de questões são, certamente, a pedra de toque do discurso nacional socialista. As “palestras” dadas por Hitler durante as primeiras reuniões partidárias demonstram este dado de maneira cabal²⁸.

Nesse momento, porém, a categoria “nação” aparece sempre como pressuposta, como se possuísse uma capacidade auto-explicativa, o que não acontece com as categorias “judeu”, “república”, “democracia”, “bolschevismo” etc. Dessa

²⁸ Cf. os rascunhos feitos por Hitler para estas reuniões em HITLER, 1976: 215-273.

forma, justifica-se perguntar quais os elementos que compõem o discurso nazista sobre a nação, ou seja, de que Hitler trata quando fala de “nação”?

Talvez, pensem alguns, este seja um lugar comum pois pode-se responder a esta questão afirmando, como alguns já o fizeram que o nazismo articula um conjunto de referenciais que fazem parte da *tradição nacionalista alemã*.(Guyot e Restellini, 1987:28; David, 1987: 59-62) Mas, poderíamos perguntar, de que tradição e de que nacionalismo se fala? Um primeiro ponto de partida para que se pense a relação que o discurso nacionalista do Nacional Socialismo guarda com uma possível tradição nacionalista é afirmar que esta tradição constitui-se num miríade de posições, das mais liberais e iluministas às mais reacionárias e anti-semitas. Para além da separação entre as dimensões do Estado e do *Volk*, dificilmente encontraremos muitos pontos de contato entre as diversas tradições. Desta forma, se Hitler é herdeiro do nacionalismo do século XIX, é importante que se precise especificamente qual dos nacionalismos alemães se está falando. E aí certamente concluiremos que os nazistas, bem como boa parte da extrema direita *Völkisch*, são caudatários não das formulações do nacionalismo liberal mas sim daquelas que, a partir do final do século XIX foi encaminhada pelos diversos movimentos pangermanistas. Desta forma, conclusão também óbvia, os nazistas são partidários de uma “Grande Alemanha”, que em termos territoriais congregaria populações pertencentes à “nação” e operam com a separação entre a dimensão cultural-biológica do *Volk* e a dimensão política do Estado. De uma forma geral, o programa do partido confirma esta conclusão quando nos deparamos com os pontos 3, que trata da necessidade de expansão territorial, e 4, que define quem pode ser membro da nação e quem pode ser cidadão do Estado, e deixam tais conclusões amparadas por sólido material.

Porém da coincidência de termos não podemos, de forma imediata, passar para a identidade das idéias. Se de fato podemos inscrever o Nacional Socialismo como caudatário de um veio que percorre todos os nacionalismos alemães do século XIX, ou seja, a separação entre uma dimensão política e uma outra biológica e cultural, e de proposições de ordem política propagadas pelo pangermanismo, ao percorrer uma série de outros documentos, dentre os quais o próprio *Mein Kampf*, texto fundamental do ideário nacional socialista, notamos mudanças de ênfase, diferenças de articulação e o surgimento de elementos novos em relação à estes discursos nacionalistas.

Para os nossos objetivos, importa-nos sobretudo a forma como o discurso nacionalista do nacional socialismo define, ou seja, cria por ato performativo, os limites da “nação” de que fala e a forma legítima para o seu gerenciamento, ou seja, a sua expressão política. O que se segue busca, numa breve pontuação de algumas dimensões deste discurso, é discutir esses dois eixos, tentando mostrar que, embora caudatário de pensamentos nacionalistas a ele anteriores, o nacional socialismo altera lugares de referenciais de identidade e define novas formas de legitimidade política.

II) A Superposição do Partido

“It is not the State which commands us but rather we who command the State. It was not the State which created us but rather we created our own State.”

Adolf Hitler, 1934

Discurso no Congresso do
NSDAP

Amparados na afirmação de que, como nos diz Fromm num trecho já citado (Cf.1970: 175), a diferença existente entre o nacional socialismo e as diversas tradições nacionalistas alemães era simplesmente a “aerodinâmica” nova aplicada à antigas idéias²⁹, tornou-se lugar comum, ao se tratar da dimensão mais eminentemente política do discurso nacionalista produzido pelo nacional socialismo, qual seja, a sua relação com o Estado Alemão antes e depois de 33, afirmar-se que o Estado ³⁰ era, *par excellence*, o meio legítimo de concretização das vontades de Hitler e dos projetos

²⁹ Uma outra forma de se traduzir semelhante tese é a de afirmar, como faz Hans Kohn, que “o sucesso de Hitler baseou-se no fato dele ter *democratizado* ou vulgarizado, para uso das massas, algumas das grandes tradições intelectuais da Alemanha”. Para além do fato de ancorar, com razão, o nacional socialismo na história, coisa que não o fazem algumas de suas interpretações, o problema se encontra no fato de este tipo de abordagem não abrir espaço para a existência de reelaborações de categorias, de mudanças de perspectiva, condição que me parece chave para se atingir a dimensão de novidade do fenômeno. Cf. Felice, 1978: 47)

³⁰ No discurso nazista, o termo “Estado” possui um sentido particular. Ele refere-se, de uma forma geral, exclusivamente ao aparelho de Estado. Ele é algumas vezes usado paralelamente ao termo “*Reich*”. É importante notar que o uso de “*Reich*” e de “Estado” apontam para coisas que são diferentes. Enquanto o primeiro trata do território, população e recursos em geral delimitados por fronteiras geográficas e políticas, o segundo trata do aparato mobilizado para gerenciar o “*Reich*”. Esta concepção de Estado como aparato não é estranha à assim chamada *tradição völkish* do nacionalismo alemão e o uso dado ao termo Estado aqui segue de perto o uso “nativo”. Cf. os textos de Hans Frank, chefe na Associação Nazista dos Advogados e da Academia de Legislação Germânica em NOAKES & PRIDHAM, II: pags 199-201; HITLER, 1993: 351-398.

nazistas de uma forma geral. Ele constituiu-se, assim, no “fim verdadeiro” perseguido pelo NSDAP, escondido atrás da névoa lançada pela propaganda.

Para esta perspectiva, operando com a tese da “continuidade”, nada mais natural do que transportar para o NSDAP a visão do Estado como encarnação da vontade da nação e gerenciador autorizado de sua vida. Mais ainda quando o discurso *Völkisch* do século XIX, com expressão destacada para o discurso pangermânico, defende um Estado forte, centralizado e belicista, perfil no mínimo próximo daquele defendido pelo partido. Isso vem expresso, de maneira bastante clara, no programa partidário escrito em 1920, que, em seu último ponto, demarcando com o projeto weimariano, afirma um Estado central forte. Citemo-lo em extensão:

25. To put the whole of this programme into effect, we demand the creation of a strong central state power for the Reich,; the unconditional authority of the political central Parliament over the entire Reich and its organizations; and the formation of Corporations based on estate and occupation for the purpose of carrying out the general legislation passed by the Reich in the various German states. (Noakes & Pridham, I: 16)

Desde que foi “aprovado”, o programa foi dito imutável e , no pós-1933, tornou-se inclusive “lei fundamental do Estado”. Porém, há que se observar que, no percurso do partido, vários dos 25 pontos não foram confirmados ou resgatados por elaborações mais aprofundadas ou por sua materialização em políticas de governo.³¹ Os

³¹ Escrito por Drexler, fundador do então DAP (*Deutsch Arbeitpartei*), e por Hitler, o programa é concebido por este último não como um conjunto de objetivos mas, antes, como um instrumento para o trabalho de propaganda. No *Mein Kampf* ele afirma que os 25 pontos “were devised to give, primarily to the man of the people, a rough picture of the movement’s aims. They are in a sense a *political creed* which on the one hand recruits for the movement and on the other is suited to unite and weld together by a commonly recognised obligation those who have been recruited” (: 416). Dessa forma, é mais importante possuir um programa com esses delineamentos, “even if it should not entirely correspond to reality” do que perder a “fé cega”, tão necessária ao movimento. Cf *Mein Kampf*: 416-417 e Jäckel (1995: 99)

exemplos mais facilmente verificáveis deste tipo de “esquecimento” são os pontos 12 a 14, que dizem respeito ao rompimento com a lógica de acumulação capitalista³².

De forma semelhante, no que concerne às formulações sobre o Estado, diferenças em termos de concepções e de práticas nos indicam que esta parte do programa partidário foi também “reelaborada” (Cf. Jäckel, 1995: 98-102). O exemplo mais óbvio deste tipo de “reelaboração” diz respeito ao lugar ocupado pelo parlamento.

Já no texto do *Mein Kampf*, escrito entre 1925 e 1926, são perceptíveis algumas mudanças. Falando sobre as causas do “colapso” da Alemanha na guerra de 1914-18, Hitler nos propõe pensá-lo, antes de mais nada, como consequência de um processo de desintegração interna da nação. E é no parlamento, enquanto instituição, que recai uma das maiores responsabilidades por este estado de coisas:

“ The starting point of this plague in our country lies en large part in the parliamentary institution in which irresponsibility of the purest breed is cultivated.

(...)

In reality, the effect of this institution can be nothing else than devastating ...” (:218 e 245)

Não restam dúvidas: a instituição parlamentar é vista como negativa. E essa negatividade se encontra na própria lógica de funcionamento desta instituição: o processo de tomada de decisões no jogo parlamentar elimina a necessária definição das responsabilidades pelas decisões tomadas. Por um lado a constante necessidade de

³² Os textos dos pontos mencionados são os seguintes:

12. In view of the enormous sacrifices of life and property demanded of a nation by any war, personal enrichment from war must be regarded as a crime against the nation. we demand, therefore the ruthless confiscation of all war profits.

13. we demand the nationalisation of all business which have been formed into corporations (trusts).

14. we demand profit -sharing in large industrial enterprises.

Apud Noakes & Pridham, I:15. Para uma discussão do perfil de acumulação na Alemanha pós 33 cf. Bethelheim, 1973, tomo 1: 89- 169. Para a associação entre a economia de guerra, o sistema concentracionário e grande indústria alemã cf. Billig: 1967, cap. II: 91-123 e cap III 287- 298.

acordos, mediações e modificações dos projetos originais imperra a ação do governante que, segundo ele, estando submetido ao parlamento, não é mais do que um “executor” de suas decisões. Para Hitler nenhuma maioria pode ser responsável por coisa alguma, tendo essa que recair nas mãos de *um* homem só. Com isso, do parlamento deve ser retirada qualquer prerrogativa de **tomar decisões**, devendo-se esta instituição se constituir num conselho cujo objetivo deverá ser “realmente o de dar conselhos” ao governante que terá autoridade, direito e responsabilidade de tomar as decisões corretas. (C.f. MK: 409)

Porém, para além do fato de o programa haver sido “retocado”, ou em alguns casos totalmente alterado, no que tange às considerações sobre o Estado, podemos dizer que se tratam de um tipo de abordagem que não ultrapassa a simples descrição de algumas características mais gerais do Estado. O vigésimo quinto ponto não aponta para nenhuma conclusão, por exemplo, sobre a relação entre Estado e partido, elemento de fundamental importância tanto para Hitler quanto para a quase totalidade das análises sobre o tema. Desta forma, mesmo se tivesse sido realizado, o programa seria frágil em nos fornecer elementos para pensar as questões que por hora nos interessam. Para um *approach* mais “analítico” é o Mein Kampf que nos serve de ponto de partida.

“(…) The State represents no end, but a means. It is, to be sure, the premise for the formation of a higher human culture, but not its cause, which lies exclusively in the existence of a race capable of culture.

(…) Thus, the precondition for the existence of a higher humanity is not the State, but the nation possessing the necessary ability. (MK: 357- grifo nosso)

Neste conhecido trecho, duas questões sobressaem. Inicialmente, ele marca a já mencionada separação entre Estado e Nação, que se encontram em posições desiguais

estruturadas hierarquicamente, sendo que a positividade em termos de valores recai sobre o último desses polos. Mas voltaremos a isso mais adiante. Por hora nos interessa uma segunda questão que aqui transparece: a importância e o lugar atribuídos ao Estado na realização dos projetos elaborados pelo nacional socialismo, que para Hitler não é mais do que um instrumento à serviço da nação.

Em se tratando de um instrumento para a garantia da sobrevivência da raça, não é qualquer tipo de Estado o apropriado. É somente o Estado *Völkisch* que será capaz de ser um meio para este fim, visto que para corresponder às tais exigências este deve ser um Estado que incorpore determinados valores, que adote determinadas perspectivas e que seja gerenciado de uma determinada forma. Porém, como bem observa Hitler, “the *Völkisch* state (...) will not be realized by the mere knowlwdge of what is necessary to this State. It is not enough to know how a *Völkisch* state should look. Far more important is the programme for its creation.” (MK:411). E o detentor deste programa não é outro que não o partido ou, como Hitler gostava de dizer, o Movimento Nacional Socialista. É ele que atribui valor aos instrumentos utilizados para gerenciar nação e garantir a sobrevivência da raça. Dessa forma, é o partido que é capaz de transformar o aparato estatal em um Estado *Völkisch* e somente o partido é capaz de mantê-lo assim. É no partido que se encontra o centro regulador do Estado e é dele que se irradia a vontade da nação que fornece ao aparato o seu necessário conteúdo *Völkisch*. Como nos diz Hitler,

“(...) Anyone who really and seriously desires the victory of a *Völkisch* philosophy must not only recognize that, for the achievement of such a success in the first place, only a movement capable of struggle is suitable (...) Any attempt to realize *Völkisch* ideas without such a militant organization would today, just as in the past and in the eternal future, remain without success. (...) Any attempt to put forward the *Völkisch* idea outside the framework of the National Socialist German Workers’ Party is impossible (...)” (MK: 418-419. Grifo meu)

Mas, escrito em 1926, este texto do *Mein Kampf* pode ser efetivamente lido como uma “carta de intenções”, um arrolamento de princípios sem qualquer efetividade prática. Contudo, percorrendo alguns documentos partidários e alguns direcionamentos legais fornecidos pela chancelaria para a relação do Estado com o Partido, nos quais a questão do lugar do Estado é abordada, percebe-se que a concepção não se modifica.

Após ter se tornado Chanceler do Reich, em janeiro de 1933, e, depois da morte de Hindenburg, Presidente, unificando as duas funções, Hitler começa a fornecer corpo de lei para um processo que já havia se iniciado: a integração entre o NSDAP e o Estado Alemão. Com a Lei de Unidade do Partido e do Estado, de 1º de dezembro de 1933, estabelece-se que o NSDAP “is the bearer of the concept of the German State and is inseparably linked with the State”(Noakes and Pridham, 1991, II: 233).. Contudo, este processo não implica no desaparecimento de uma dessas esferas.

Apesar da apregoada “fusão” entre o Estado e o NSDAP, que deixariam de ser estruturas distintas, dentro da formulação (nazista) do “Estado Total”, vem do próprio partido a afirmação da necessidade de separação entre as duas esferas e a manutenção de ambas com funções diferenciadas.

No quinto congresso do NSDAP, o chamado “Congresso da Vitória”, em 1933, Hitler afirma que após a “*élimination de la démocratie parlementaire pluripartite et la suppression de la libre critique, la NSDAP constituait l’unique support de la puissance publique*”, ao passo que o Estado enquanto tal “*devait continuer à gérer ... les corps constitués, dans le cadre de la loi et au moyen de celle-ci.*”(Bracher,1995: 314)

Mas apesar de distintos, Partido e Estado integram-se por dois caminhos complementares. Este processo não se mantém, como se poderia pensar, nos limites da incorporação pura e simples de quadros partidários para postos burocráticos estatais. Ele implicou, por um lado, na transferências de estruturas partidárias inteiras, (como o departamento de propaganda do partido, sob a direção de Goebbels, que “foi tornado” Ministério ainda em 33), valores, hierarquia, etc, e, por outro, no esvaziamento de funções e aparelhos do Estado e a superposição dessas funções e aparelhos por equivalentes partidários.

O primeiro desses movimentos é, por assim dizer, inaugurado pela própria transferência do título de *Führer* (uma categoria originalmente partidária) para as posições institucionais do Estado Alemão. A partir da morte do Marechal Hindenburg, Hitler, unificando as funções de Chanceler e de Presidente, fornece tons de unidade às esferas estatal e partidária com sua proclamação como *Führer*, estendendo, teóricamente, as prerrogativas da função partidária para esfera estatal-burocrática.

Disso nos fala Ernst Rudolf Huber, talvez o mais importante teórico constitucional do Terceiro Reich:

“... The office of Führer has developed out of the National Socialist movement. In its origins it's not a state office. This fact must never be forgotten if one wishes to understand the current political and legal position of the Führer. The office of Führer has grown out of the movement into the Reich, firstly through the Führer taking over the authority of the Reich Chancellor and then through his taking over the position of Head of State. (...) If we want to define the political power in the *Völkisch* Reich, we must not speak of “State Power” but of “Führer Power”. For it is not the State as an impersonal entity which is the source of political power but rather political power is given to the *Führer* as the executor of the nations common will. (...) Führers power is not restricted by safeguards and controls, by autonomous protected spheres, and by vested individual rights, but rather it is free and independent, exclusive and unlimited” (NOAKES & PRIDHAM, II: 198

Não desejamos entrar aqui na discussão da extensão do poder de Hitler, um dos pontos focais do texto de Huber³³. A posição de Hitler como dirigente máximo do Reich, em nada difere de sua posição partidária. Também na esfera do Estado o referencial básico de organização do corpo político-burocrático é o *Führerprinzip*.

Proposto por Hitler desde 1921, quando assume a função de dirigente máximo do recém denominado NSDAP, o *führerprinzip* (princípio de autoridade)³⁴ implica na concentração da autoridade e, conseqüentemente, das responsabilidades nas mãos de um líder e que esta preponderância é absoluta em relação a seus subordinados. Para o autor do *Mein Kampf*, tal princípio implicava na rejeição do “princípio da maioria” através do qual o líder torna-se um mero executante da vontade e das direções de outros. Ao contrário da chamada democracia parlamentar, o que é proposto é o que Hitler chama de “Democracia Germânica”, no qual “o líder é eleito, e com isso conquista a autoridade absoluta” (MK: 312).

Mas, a transformação da lógica organizativa do partido em um princípio estatal esbarraria na existência de um corpo de leis que apontam para sentidos diferentes das regulamentações partidárias. E mais uma vez, a articulação do princípio da autoridade com a estrutura legal herdada de Weimar encontra expressão nas formulações de Huber, que busca fornecer os fundamentos sobre o que seria a nova estrutura legal do Estado Alemão.

“The law itself is nothing other than the expression of the communal order in which the people live and which derives from the Führer. The Führer Law makes concrete the unwritten principles of the *Völkisch* communal life. It is therefore impossible to measure the laws of the Führer against a higher concept of law because every

³³ Para o tratamento desta questão bons trabalhos, neste aspecto, são Kershaw (1993), Bracher (1995: caps. 4 e 5), Stern (1995: caps 15 e 16) e Jäckel (1995: cap 4).

³⁴ Este termo é normalmente traduzido por “princípio de liderança” ou por “princípio da personalidade” mas opto aqui por “princípio de autoridade”, que julgo descrever melhor as relações que são por ele balisadas.

Führer law is a direct expression of this *Völkisch* concept of law.
(Noakes and Pridham, 1991, II: 476)

Para Huber, portanto, a palavra do *Führer* suplanta quaisquer leis escritas pelo fato dele expressar a vontade do *Völk*, sendo portanto desnecessário constituir uma estrutura legal do Estado *Völkisch* e alterar o corpo legal-constitucional herdado da república. De fato, mesmo com todas as mudanças ocorridas em todos os campos da vida no Reich a partir de 33, a Constituição não foi alterada. Porém, seria ingenuidade supor que a permanência de toda a estrutura legal de Weimar diz respeito apenas à falta de necessidade de leis escritas para legitimar e regular as ações do Estado, como Huber parece sugerir. Muito ao contrário, os próprios nazistas relativizam o papel da “lei não escrita” de que fala Huber, quando se socorreram da promulgação de leis e de decretos específicos (as leis sobre o matrimônio, de que trataremos a seguir, são um exemplo disso) em momentos determinados.

A aparente contradição que se refere à manutenção da Constituição liberal de Weimar paralela a organização do Estado a partir do *Führerprinzip*, pode ser para nós um índice de que, em vários aspectos, o que Huber afirma deve ser lido como algo mais do que petições de princípio sem qualquer efetividade prática. O que isso nos indica é que a “office” de *Führer*, se mantidos os limites institucionais do Estado, não importando aqui quais sejam, em função de necessárias mediações e concessões feitas a setores que lhe forneciam apoio (industriais, banqueiros, o exército etc.)³⁵, só pode se realizar plenamente se neles não se enquadrar, ou seja, se ela lhes for exterior e superior.

³⁵ Para uma visão da amplitude do suporte do chamado “grande capital” ao nacional socialismo Cf. Bettelheim, Charles La Economía Alemana Bajo el Nazismo. Madrid: Editorial Fundamento, 1980. 2 Tomos. esp. I: 2ª parte, caps. 3 e 4; Guérin, Daniel Sur le Fascisme. Paris: Maspero, 1971. 2 tomos. esp. tomo II: “Fascisme et Grand Capital” pp 134-155.

E isso Hitler, ou o partido, anteviu já no primeiro de seus 12 anos à frente do Reich. Para o controle a ser exercido sobre a sociedade alemã, a estrutura do Estado era antes um entrave e, dessa forma, os canais partidários foram acionados. Em um discurso no congresso do NSDAP em 1935, Hitler afirma que “whatever can be solved by the State will be solved through the State, but any problem which the State through its essential character is unable to solve will be solved by means of the movement”(ibd.:237).

Com a abertura formal deste espaço, à uma série de instituições eminentemente partidárias é dado o status de instituição do Estado sem, contudo, estar submetida à hierarquia estatal, estando, pelo contrário, hierarquicamente ligada pelos canais partidários a Hitler.

Um exemplo importante deste dado refere-se a uma dimensão reconhecidamente nevrálgica do Estado Nazista que se organiza exatamente nestes termos: a área de segurança. Apesar da manutenção da polícia, submetida a cada um dos *Länder*, unidades da federação, cria-se toda uma rede de departamentos e agências articuladas pela RSHA (*Reichsicherheitshauptamt*), o Departamento de Segurança Nacional: A *Geheim Staatspolizei* (Polícia Secreta do Estado - GESTAPO), as *Schutzstaffeln* (unidades de proteção - SS) a *Sicherheitsdienst* (Serviço de Segurança - SD) e a Kripo (polícia criminal). Este aparato de segurança cresce progressivamente e para garantir-lhe suporte operacional, constituem-se tribunais, prisões e dotação orçamentária próprios, paralelos aos equivalentes estatais. Com isso, esvaziam-se várias funções que originalmente eram da jurisdição das polícias regionais, dos tribunais (sejam eles cíveis ou criminais) e, neste caso, do Ministério da Justiça, não

casualmente dirigido por um não-nazista (Dr. Gurtner). (Cf. Spielvogel, 1992, cap 4; Burrin, 1991: 72-82; Delarue, s/d, caps 2 e 10)

Também em outras esferas um paralelismo deste tipo se verificou. No âmbito do Ministério das Relações Exteriores, dirigido pelo conservador Konstantin von Neurath, o partido cria duas “Secretarias de Assuntos Exteriores”, uma dirigida por Alfred Rosenberg, que seria responsável pela formulação das diretrizes mais gerais da política exterior nazista, e outra dirigida por Joachim von Ribbentrop, que funcionaria como um ministério paralelo (Cf. Spielvogel, op cit: 87). Na esfera militar, apesar da força do OKW (*Oberkommando der Wehrmacht*), o alto comando das forças armadas, que sempre se constituiu num dos limites mais significativos à ação do partido, exigindo em alguns momentos recuos por parte dos nazistas, o partido, com a aproximação do conflito, cria as *Waffen-SS* (SS em Armas), que permite a Hitler gerenciar, a partir de um determinado momento, sua estratégia militar sem se submeter ao OKW (Cf. Keegan, 1973; Bezimenski, 1967 e Diest, 1982). Tal paralelismo de estruturas, progressivamente construído, se mantém até o final do Terceiro Reich.

Estes dois universos, o da concepção de atividade legal e o do exercício do paralelismo institucional, nos aponta para alguns dos aspectos-chave desta dimensão propriamente política da nação. Um primeiro dado fundamental é que a transposição de um princípio de legitimidade e de poder (a “office” de *Führer*) da esfera do partido para a esfera do Estado não é levado à cabo sem consequências e produz efeitos significativos na organização da ordem institucional a partir da adoção de princípios extra-constitucionais para a gerência do aparelho de Estado e da vida civil. Um outro dado que queremos deixar aqui marcado é que o Estado é apenas uma das instâncias de gerenciamento do Reich da qual se servem os nazistas. Paralelamente a ele há uma

malha, nem informal nem extra oficial, mas “extra-legal” que permite aos nazistas superarem os entraves institucionais, burocráticos e políticos impostos pelo Estado para a realização da “Vontade da Nação”, do qual o partido é guardião e Hitler a sua expressão máxima. Voltando ao discurso proferido no Congresso do partido de 35, Hitler é enfático em afirmar que “... The State itself is but one of the forms of the organization of the *Völkisch* life; it is set in motion and dominated by the immediate expression of the *Völkisch* vital will [*Lebenswillens*], the Party, the National Socialist Movement”(Noakes and Pridham, op.cit.)

Desta forma, o partido, em posse da vontade geral da nação, não é *estatizado* mas, ao contrário, é ele a instância que efetivamente sustenta o poder político da nação, que “desestatiza” progressivamente a vida civil esvaziando a esfera estatal limitadora e construindo estruturas próprias para a consecussão de seus fins, que não são outros que não a “preservation of those racial elements which bestow culture and create the beauty and dignity of a higher mankind” (Hitler, 1993: 358)

III) O Lugar da Raça

“When I think that with those blue eyes and fair hair they talk Polish. it seems absolutely incredible”

Hans Frank,
Governador Geral da Polônia
Ocupada
Diário, 30 de maio de 1940³⁶

Apesar de já ter se tornado um lugar comum, nunca é demais afirmar que as teorias raciais não são nem nazistas nem propriamente alemães. De acordo com Banton (1979) a idéia moderna de raça, implicando num “meio de classificar as pessoas” a partir de suas “características distintivas”, tem expressão em escala europeia no século XIX, mesmo que entre os autores que a advogam pouco consenso existe sobre o que seria, precisamente, “raça” (:39-40)

No cenário especificamente alemão, como já foi visto anteriormente, a linha de descendência é um dado chave para os diversos discursos nacionalistas então difundidos. As dimensões da *Kultur* e da biologia dividem a função de critérios definidores do pertencimento ao *Volk*. Em momentos diferenciados e em discursos distintos a preponderância de um ou de outro se alternam, se bem que a presença de ambos seja sempre identificada.

³⁶ Citado por HENRY & HILLEL, 1977: 159

O objetivo desta parte do capítulo é o de, após proceder uma breve delimitação da forma pela qual se estrutura a teoria racial no discurso nacional socialista, buscar identificar o lugar ocupado por este na definição das fronteiras mais gerais do *Volk*, em relação à outra dimensão do pertencimento, ou seja a cultura, no sentido preciso de *Kultur*.

Noção chave na composição de sua ideologia e visão de mundo, com expressão na grande parte dos documentos produzidos desde a fundação do partido, balizados, a partir de 1924-25 pelas direções contidas no *Mein Kampf*, a *Rasse* nazista não está distante do que se produziu sobre o tema no século XIX.

Deixando de lado o debate sobre se a teoria racial de Hitler é um tipo de reprodução “fiel ou distorcida” de autores como Gobineau (*Essai sur l'inégalité des races humaines*) e Houston S Chamberlain (*Les Fondements du XIX^e siècle*), não restam dúvidas que encontram-se nesses teóricos do racismo, apropriados de forma direta ou indireta por Hitler, alguns dos eixos de seu discurso racial. Pontuemos os aspectos que são, para nossos objetivos, centrais desta “teoria racial” nazista.

Começemos pela inscrição do mundo humano na dimensão da natureza. São os atributos naturais e as leis da natureza que definem os contornos das culturas humanas e que regulam os seus desenvolvimentos, sendo exatamente o conhecimento dessas leis que faz com que o homem, sem “dominar” a natureza - uma impossibilidade objetiva - possa potencializá-la em favor do único caminho possível: o de sua evolução (cultural, social e biológica). (Cf. MK: 258-269)

O Conhecimento de tais leis e atributos nos informa que a diferença existente entre as culturas humanas é, antes de mais nada, uma diferença de capacidades raciais

inatas, ou seja, as raças são naturalmente desiguais e escalonáveis hierarquicamente, de acordo com Hitler, em fundadores, depositários e destruidores de cultura, sendo que “only the aryan could be considered as the representative of the first group.” (ibid: 263)

Paralelamente à identificação da desigualdade entre as raças humanas, a natureza também nos informa que o cruzamento e a procriação entre indivíduos de raças diferentes leva ao progressivo enfraquecimento das raças superiores até o seu aniquilamento enquanto tal e a conseqüente paralização do processo evolutivo do mundo humano, de responsabilidade única e exclusiva dos “culture-founders”, ou seja, dos arianos.

Um terceiro dado fundamental diz respeito ao que Hitler chamou de “o curso eterno da História” uma expressão cunhada no início de sua carreira política³⁷ e que se refere à forma pela qual, no processo de interação entre as raças, se dá o desenvolvimento em direção a uma “higher humanity”. Citêmo-lo:

“The precondition for [a higher breeding of all life] does not lie in associating superior and inferior, but in the total victory of the former. (...) In the struggle for daily bread all those who are weak and sickly or less determined succumb, while the struggle of the males for the female grants the right or opportunity to propagate only to the healthiest. And struggle is always a means for improving a species' health and power of resistance and, therefore, a cause of its higher development. (...) What leads the one to starvation trains the other to hard work”. (Ibid: 259 e 262)

Dessa forma, a luta é princípio de seleção dos aptos e de descarte dos inaptos; ela é o lugar de aprendizagem, do desenvolvimento de qualidades necessárias ao estágio evolutivo ulterior e por fim é na luta que , dentre os aptos, transparecem os

³⁷ Antes do *Mein Kampf* Hitler chegou a escrever um esboço de um futuro livro a ser chamado “A Monumental História do Homem”, no qual revelaria a verdade final sobre o que já mobilizara muitos filósofos e historiadores antes dele: o princípio motor da evolução humana. Cf. a este respeito Hitler 1976 (:275-276).

mais aptos à dar continuidade à “vontade da natureza” por “a higher breeding of all life.”

Um quarto e último ponto a ser aqui abordado diz respeito aos elementos que fazem parte do “meio ambiente” que constituem-se em condições para o aproveitamento das forças criativas da raça. O raciocínio de Hitler é o seguinte: como a genialidade está presente num indivíduo desde o seu nascimento, também o dom criativo é latente na única raça capaz de possuí-lo (os arianos), e só será desenvolvido à sua potencialidade máxima se os recursos oferecidos pela natureza forem utilizados de forma adequada. Preponderantes entre este conjunto de “recursos” que a natureza coloca a disposição dos mais aptos, são o “espaço”(Raum) e os tipos humanos inferiores; o primeiro dos quais como uma condição mínima para o estabelecimento da vida e o segundo como instrumento através do qual seria garantido um eficaz aproveitamento dos recursos oferecidos por aquele:

“For the formation of higher cultures the existence of lower human types was one of the most essential preconditions (...) As a conqueror [the Aryan] subjected the lower beings and regulated their practical activity under his command, according to his will and for his aims. But in directing them to a useful, though arduous activity, he not only spared the life of those he subjected; perhaps he gave them a fate that was better than their previous so-called ‘freedom’. As long as he ruthlessly upheld the master attitude, not only did he really remain master but also the preserver and increaser of culture. For culture was based exclusively on his abilities and hence on his actual survival.”(ibid: 267-268)

A partir destes quatro eixos do pensamento de Hitler acima pontuados (as diferenças das culturas humanas como fruto da desigualdade racial; a necessidade da manutenção da pureza da raça superior; a luta como motor da história e como alavanca para a evolução; a necessidade da utilização do “espaço” e dos tipos humanos inferiores para o desenvolvimento das potencialidades criativas da raça ariana) é articulada a ideologia racial do nacional socialismo. (Cf. Steinert, 1991a: 183-197 e

469-490; Grunberger, 1971: 502-516; Dupeux, 1992: 177-190; Spielvogel, 1992: 266-283)

Porém se esses quatro eixos do raciocínio de Hitler, como a figura-chave de edificação, ou pelo menos de expressão, do corpo de idéias nazistas sobre a questão da raça, podem ser efetivamente paralelizados com tradições a ele anteriores (Cf. Bracher, 1995: 60-74; Carsten, 1982: 22-31), é nele mesmo que encontramos algumas demarcações com as “construções passadas” e a abertura de um caminho talvez não necessariamente para noções novas mas para um tratamento, senão novo, pelo menos particular, destas “noções herdadas”. Quando Hitler se pronuncia sobre as possibilidades de *germanização* de populações e de territórios nas regiões a serem conquistadas (ao leste principalmente) aparece uma primeira demarcação, vejamos:

“Even in Pan German circles the opinion could be heard that the Austrian-Germans, with the promotion and aid of the government, might well succeed in a *Germanization* of the Austrian Slavs; these circles never even began to realize that the *Germanization* can only be applied to *soil* and never to *people*. (...)

Since nationality or rather race does not happen to lie in language but in the blood, we would only be justified in speaking of a germanization if by such a process we succeeded in transforming the blood of the subjected people.” (MK: 353-354)

Se num primeiro momento (lógico e não cronológico), a “raça” e o “solo” são elementos paralelizáveis por se inscreverem numa ordem natural dada, isso não estabelece que estes dois elementos naturais sejam de mesmo *status*. A primeira das categorias, a “raça”, tem como dado elementar a imanência e a imutabilidade de valores, capacidades, características, sendo intangível pela cultura, ou seja, mesmo partilhando, cultivando e reproduzindo particularidades culturais “próprias de uma raça”, indivíduos de uma raça distinta permanecem como tal, visto que o elemento que define o seu pertencimento é o “sangue”. A segunda, “o solo”(território), apesar de

possuir atributos naturais, possui como característica constitutiva a plasticidade, a tangibilidade à cultura, incorporando os valores e as particularidades do grupo humano que nele se estabelece. É por isso que membros de uma raça como a eslava não pode ser germanizada: a natureza já lhes decretou um lugar do qual não podem sair. Por outro lado o “solo”, este sim, pode ser germanizado simplesmente pela presença de elementos germânicos nele. É esta plasticidade do solo e a necessidade de “espaço vital” que legitima a perspectiva expansionista do nacional socialismo.

Uma outra questão de não menor importância refere-se ao lugar da língua na sua relação com a nacionalidade: a língua, expressão da *Kultur*, que para os nacionalistas do século XIX tinha um lugar central como índice de germanidade, aqui não é sequer considerada como um elemento significativo da nacionalidade. O raciocínio de Hitler é simples: se a língua pode ser aprendida por um “negro”, por um “mongol” ou por um “judeu”, ela não pode ser, tanto quanto a cidadania não o é, um indicador de pertencimento à nação (Idem pag. 353 e 399-400). Ao se despir da dimensão cultural (língua, tradições etc.) da descendência, e o ancoramento da idéia de nação somente em aspectos biológicos da raça³⁸, as linhas de descendência materna e paterna passaram a ocupar um espaço técnico-burocrático fundamental, principalmente para os membros de organizações partidárias, para os quais a presença do adjetivo “puro” era chave mestra para a abertura de portas e a sua ausência um entrave³⁹.

³⁸ Claro está que temos em mente apenas os referenciais utilizados pelo assim chamado “discurso nativo” ao fazer tal afirmação. Não está em questão o fato de os critérios tidos pelos nazistas como biológicos serem social e culturalmente construídos, questão que é para nós um *a priori*. Sobre esta questão, ver Bock, 1994: 116-121.

³⁹ Entre 1934 e 1935 Heirich Himmler expurgou das SS um total de 60 mil homens “menos qualificados racialmente” e que só haviam sido aceitos pela seleção “demasiado apressada” de anos anteriores. Além disso, ele instituiu um centro de pesquisa racial e de descendência chamado *Ahnenerbe*, dedicado à pesquisas genealógicas.

“ The vauve of genealogical tree now resides no longer merely in its showing one’s aryan descent; it offers us guiding lines for the breeding of a new race of leaders. This is of the greatest importance for the SS in particular if it is to maintain its character as an élite and as an Order. “

Este eixo sobre o qual se assenta a idéia de nação para o Nacional Socialismo, que apesar de articular outros elementos, os hierarquiza sob a égide de noções como “raça” e “sangue”, vem acompanhada da valorização do tema do “homem nórdico” e da questão do arianismo, que sendo idéias-referenciais de “pureza”, estão longe de estar inscritas no campo da história mítica ou apresentando somente um valor propagandístico. Poder-se-ia afirmar, sem muito trabalho, que para os nazistas esta História, ancorada nas leis de bronze definidas pela natureza é, por isso mesmo, um sempre presente. Detendo a chave do conhecimento destas leis, a teoria nazista as realiza e as legitima também no campo das políticas de Estado, produzindo um conjunto de efeitos de envergadura bastante significativa.

Neste campo, alguns autores dividem a ação do Estado alemão no pós-1933 em três grandes períodos (Cf., p.ex., Spielvogel, 1992: 270ss.). O primeiro, iniciado já em 1933, envolveu boicotes contra judeus, excusão dos não-arianos do serviço público e leis que limitavam o seu número nas escolas e nas universidades. No segundo, tendo início entre 1935 e 1936, os judeus foram proibidos de frequentar uma série de locais públicos (cinemas, teatros etc.) e de editar jornais (medida que, por pressões internas, foi logo suspensa) e foram anunciadas as já famosas “Leis de Nuremberg”, que redefiniam a cidadania alemã, e portanto os direitos civis, de acordo com o “princípio do sangue” e proibiam o casamento e as relações extraconjugais entre arianos e não-arianos. No último dos períodos tem-se o aumento da violência política das SA contra “os inimigos internos da raça”, a exigência do uso de indicadores externos dos grupos raciais (a estrela amarela no caso dos judeus, por exemplo), a massificação do envio “temporário” aos campos de concentração e a implementação, já no início da década de quarenta, da chamada “Solução Final”.

Apud HENRY & HILLEL: 30. Cf. também Manvell, 1974. Esp. cap.3.

Porém, por mais que possamos pensar em “períodos” de maior ou menor agressividade por parte do Estado nazista em relação aos que eram “racialmente inferiores”, a aplicação de determinadas políticas de “gerenciamento de populações” estabelecem-se desde 1933 e a sua constância por todo o período no qual esteve à frente do Estado alemão extrapola quaisquer periodizações. As políticas eugenistas⁴⁰, tanto as positivas quanto as negativas, institucionalizadas ao nível do Estado, são um claro exemplo deste tipo de “continuidade” das políticas racistas. (Cf: Bock 1992: 11ss)

Contudo não nos adiantemos, ao relacionar tipos de políticas eugenistas a grupos específicos, em pressupor a existência perene de um grupo que, imutável, se constituísse na própria *Volkesgemeinschaft*. As fronteiras entre *in-* e *out-group* são maleabilizadas durante todo o período considerado, a ponto de não ser possível falar de um grupo que tenha, desde um suposto “início”, sempre sido considerado como constituindo a *Volksgemeinschaft*. E isso por uma razão: se é possível relacionar alguns *out-groups* contra os quais se elaboram e implementam políticas de eugenia negativa durante todo o regime, dois outros fenômenos paralelos são identificáveis: a ampliação progressiva dos *out-groups* sujeitos a essas políticas e a modificação, diminuição num período e ampliação em outro, do *in-group*. Isto é para nós particularmente importante pois fazem parte de um processo de desconstituição-reconstituição dos critérios definidores da *Volksgemeinschaft* progressivamente pautados pelas políticas de Estado do Terceiro Reich.

⁴⁰ A origem do termo eugenia se encontra em Francis Galton, cientista inglês que em 1883 o transpôs do grego para significar o controle sobre a reprodução humana buscando atingir o objetivo de “uma linhagem de melhor qualidade”. De uma forma geral, apesar dos diversos significados adquiridos pelo termo, podemos considerá-lo, seguindo a definição de Stepan (1991), como “propostas (e, no caso dos nazistas, políticas) para fazer com que a sociedade assegure a melhoria constante de sua composição hereditária, tanto encorajando indivíduos ou grupos a se reproduzirem e, talvez mais importante, desencorajando ou impedindo que os “incapazes” contribuam com sua incapacidade para as futuras gerações” (:1-2).

Do leque de regulamentações e práticas exclusivistas balisadas pela questão racial verificadas durante todo o Terceiro Reich, algumas são particularmente expressivas da forma de reelaborar os limites da nacionalidade a partir do referencial da “Raça”. Tomemos como ponto de partida todo o processo de regulamentação do papel da mulher e do casamento que, por meio de legislação específica ou não, é verificado na Alemanha a partir dos anos 30. Num discurso pronunciado em 1934 na reunião da NSF (Seção das Mulheres Nacional Socialistas, Hitler afirma que

“The sacrifices which the man makes in the struggle of his nation, the woman makes in the preservation of that nation in individual cases. What the man gives in courage on the battlefield, the woman gives in eternal self-sacrifice, in eternal pain and suffering. Every child that a woman brings into the world is a battle, a battle waged for the existence of her people. (...) The programme of our National Socialist women’s movement has in reality but one single point, and that point is the child ...”(NOAKES & PRIDHAM, II: 449)

É curioso esse paralelo traçado por Hitler: tanto a guerra quanto a maternidade são questões que dizem respeito não ao indivíduo mas à Nação por se tratarem de dois polos fundamentais de sua preservação: a luta e a reprodução. Mas engana-se quem pensar que quaisquer mulheres que possuam a qualidade de serem “alemães” tem capacidade (e o direito) de “gerar os filhos para a nação”. E quanto a isso as instruções do Ministério da Propaganda não deixam margem para dúvidas: “The goal is not: ‘children at any cost’, but: ‘racially worthy, physically and mentally unaffected children of German Families’” (apud. Bock, 1992: 120).

Para a garantia deste tipo específico de “reprodução” toda uma rede político-institucional é criada e uma estrutura reguladora dos casamentos é montada. A própria NSF, tem como eixo de atividade exatamente incidir sobre a taxa de nascimentos, principalmente através de campanhas “instrutivas” que, ao mesmo tempo,

desencorajavam os incapazes e encorajavam os racial e fisicamente aptos a terem filhos.

Deixando o campo da propaganda para o da materialização das concepções eugenistas em legislação, o processo de regulamentação dos casamentos no Terceiro Reich (que se inicia em 1935 com as chamadas Leis de Nuremberg) acrescenta um outro elemento ao conjunto “raça”, “sangue”, “pureza”: a perfectibilidade do corpo portador do sangue.

O Estado nazista, na sua política de incentivo aos matrimônio, criou a instituição de “empréstimos para o casamento”. Além de uma quantia a ser recebida logo após a concretização da união legal, o casal teria direito a uma “pensão mensal” de acordo com a “sua necessidade” O leque de regulamentações relacionados ao matrimônio englobava inclusive o sexo e a manutenção do casamento, que deixaram de ser, legalmente, questões de domínio privado, pronunciando-se o Estado sobre eles com a intenção, se bem que com ênfases diferentes, de regular ambos⁴¹. O dado importante deste elemento é que dos critérios fundamentais para o recebimento do empréstimo e da pensão, estava a inexistência de quaisquer traços de “defeito”, má formação ou doença física ou mental.⁴²

⁴¹ “Sexual activity serves the purposes of procreation for the maintenance of the life of the nation and not the enjoyment of the individual... If However, the desire to have a child has been fulfilled and the continuation and enlargement of the nation has been secured by the production of a sufficient number of children, then, from the point of view of the nation, there is no objection to further satisfaction.” Cf. NOAKES & PRIDHAM, II, pag 455. Sobre o divórcio Cf. decreto suplementar à Lei do Casamento de 1938 em Idem, pag 468.

⁴² O Decreto Suplementar para os Empréstimos de Matrimônio estabelece que será desqualificado o casal:

“§(d) If one of the two spouses suffers from hereditary mental or phisical ailments which indicate that his (or her) marriage is not in the interest of the national community.” Cf. NOAKES & PRIDHAM, II: 454.

Balisando-se pelas supostas “Leis da Natureza” o Estado Nacional Socialista, assim, buscava impedir a reprodução de elementos que progressivamente degenerassem as qualidades da “raça ariana”. Com este espírito é que promulga-se em 14 de julho de 1933, a Lei para a Prevenção de Doenças Hereditárias que tornava compulsória a esterilização de qualquer indivíduo que não se enquadrasse nos padrões de “saudável” concebidos como satisfatórios para a reprodução da raça. Com o mesmo espírito, verifica-se a institucionalização do aborto e uma série de medidas para a verificação médica da “qualidade futura do feto”.

O que é interessante, no espírito desta pesquisa, é a progressiva ampliação do grupo dos considerados “indesejáveis” para a composição da nação. Se inicialmente somente os físicos e mentalmente deficientes compunham esta classe, dela passaram a fazer parte os chamados “socialmente desajustados”. E isso implicava na exclusão do *in-group* dos indivíduos que, mesmo sem portar quaisquer doenças hereditárias ou “deficiências físicas ou mentais”, tais quais prescritas pela lei de esterilização, podiam ser considerados como exteriores à comunidade nacional por não se adequarem aos modelos fornecidos pelo Estado para as diversas categorias sociais da família (pai, mãe, marido, jovem etc), as categorias profissionais (professores, operários, etc.), a divisão de gênero, etária e etc. Os vereditos sobre a esterilização mostram claramente que a “inadaptação” aos modelos partidários são considerados como anormalidade mental:

“[A Sra Schmidt, mãe de dez filhos,] is to a quite unusual extent unclean and neglectful, and shockingly neglects her children and the household. Such uncleanness and neglect is however not conceivable with a more or less mentally normally disposed person”. (Apud: Bock, 1992: 119)⁴³

⁴³ O padrão de normalidade aqui não é muito difícil de ser identificado: uma mulher para ser digna do pertencimento à “comunidade nacional” deveria ocupar o lugar que lhe foi reservado pela natureza (casamento e maternidade), e voltar-se exclusivamente para o cuidado com os filhos e com a casa.

As fronteiras da *Volksgemeinschaft* passam a se definir também pela identificação com os modelos partidários da vida social. Não basta ser alemão, membro da raça, ser livre de doenças hereditárias e ser “perfeito” fisicamente: tornar-se, por assim dizer, nazista e adaptar-se ao seu modo de vida passa a ser critério do pertencimento de um indivíduo na comunidade nacional.⁴⁴

Apesar de cada vez mais restrita num primeiro momento, as fronteiras de nacionalidade voltam a se modificar mais tarde, fundamentalmente a partir de 1939, quando do início da guerra e da ocupação de uma série de países do leste europeu.

Expressão deste tipo de alteração, encontramos numa instituição criada por Heinrich Himmler ainda em 1935 e que sobreviveu até o final da guerra: as *Lebensborn* (literalmente: “fontes da vida”). Preocupado com a criação de uma super-raça nórdica, de acordo com os parâmetros definidos para as SS⁴⁵, o então chefe da polícia nazista, objetivava construir meios adequados de “reprodução” às famílias de membros da SS bem como à mães solteiras de sangue ariano, cujos parceiros fossem conhecidos (em geral homens da própria corporação)⁴⁶. Após o nascimento as crianças eram colocadas

Uma representação deste tipo esbarrou no aumento da utilização de mão-de-obra feminina e no necessário “desvio” da mulher de algumas de suas “tarefas naturais”. Sobre essa questão, cf. Noakes and Pridham (1991, II: 462-470) Bock (1994: 121-129) e Grunberger (1972: 275ss.). Para outros modelos de papel social (jovens, artistas, intelectuais, operários, etc.) além dos autores citados, cf. também Spielvogel (1992), Guyot & Restellini (1983), Richard (1988), Welsch (1995), Bartov (1994) e Lüdtké (1994).

⁴⁴ Tornar-se nazista não é aqui utilizado para indicar filiação partidária ou atividade de militância em quaisquer esferas sociais. O sentido aqui é muito mais amplo e aponta para o fato de que para o Nacional Socialismo, partilhar de sua *Weltanschauung* é condição necessária para que os membros da raça tenham conhecimento das leis da natureza, condição necessária para a sua preservação. Cf. Hitler (1993: 418-419), Bock (1994: 120).

⁴⁵ Tal modelo, pautado por um dos eminentes teóricos do partido sobre as questões raciais, Hans Gunter, em seu livro *Ritter, Tod und Teufel* de 1928, afirmava que o tipo ariano-nórdico deveria apresentar as seguintes características: ser alto, apresentar um crânio longo e estreito com um queixo bem definido, nariz afilado e com uma base bastante alta, cabelos macios e dourados, olhos claros (cinzas ou azuis) não muito expostos, e cor de pele branco-rosada. Cf. Henry & Hillel, 1977: 24.

⁴⁶ Requisito básico, a pureza do sangue ariano era investigada não só através de exames praticados por médicos (na busca de doenças hereditárias), psicólogos (na avaliação das aptidões e “ajustamentos” mentais) e antropólogos (na medição dos caracteres físicos), mas também através da montagem das árvores genealógicas das pretendentes, remontando a 1850, 1750 e a 1650 relativamente à sua data de nascimento. Sobre o rigor dos métodos de seleção das pretendentes, cf.

em famílias SS que optassem pela adoção ou os parceiros eram induzidos a construir um núcleo familiar. Fazendo parte da Divisão Central para Assuntos de Raça e Colonização da SS (RuSHA - *Rasse und Siedlungshauptamt*) as *Lebensborn* funcionaram dentro desses limites até 1939, quando do início da guerra. As direções para a ampliação das funções desta instituição foram dadas ainda em 1938. A segunda cláusula estatutária dos *Lebensborn*, editada neste ano estabelece que:

“Seus objetivos se baseiam nos domínios da *política populacional*. Caberá ao órgão apoiar e respaldar a potencialidade infantil no âmbito da SS, protegendo e assistindo todas as mães dotadas de bom sangue, cuidando também das mães necessitadas e das *crianças de bom teor sangüíneo*. (apud. Bleuel, 1972: 239. Grifo meu)

Além de manter as funções, diria, “originais” da instituição, o campo da política populacional se amplia para abarcar também o cuidado com “crianças de bom sangue”, sem nenhuma definição regulamentar tanto da necessidade de elas haverem nascido num de seus estabelecimentos quanto de sua origem. Não é um simples acaso o fato de 1938 ter sido o ano em que ocorreram o chamado *Anschluss* com a Áustria e a anexação da Tcheco-Eslováquia. As *Lebensborn* passam a fazer parte de uma política mais ampla de gerenciamento de populações e, a partir de 1939, com a invasão da Polônia, até o final da guerra, elas espalham-se, literalmente, por toda Europa Ocupada, com excessão da França. Se inicialmente colocada nos limites da garantia de condições de maternidade para esposas ou parceiras de membros da SS, o que reorienta as atribuições das *Lebensborn* é uma das questões cruciais para a RuSHA após o início do conflito: a *Eindeutschum* (germanização).

Padfield, 1995: 166 ss; sobre a questão dos métodos científicos e da participação de especialistas no Regime, cf. Pollak: 1991 e Bock, 1994. Sobre a questão da ilegitimidade cf. Spielvogel: 1992: 187-188 e Grunberger, 1971: 269-274

Numa ordem secreta dada pelo *SS Gruppenführer* Ulrich Greifelt, chefe do Escritório Central da SS na polônia, em 1941, intitulada a “Regermanização das Crianças de Famílias e de Orfanatos Poloneses” lê-se:

“There are large amounts of children in former Polish orphanages and with Polish foster-parents who *by reason of their racial appearance* should be regarded as children of Nordic Parents.

(...) Children whose racial appearance leads to the assumption of Nordic parentage may be brought back to Germany, orphans in former Polish orphanages and in care of Polish foster-parents must be subjected to a process of racial and psychological selection. The children who are bearers of blood valuable to Germany are to be Germanized

(...)

(...) These children are to be treated as German children even before the granting of German nationality. (Apud Henry & Hillel, 1977: 146)

De fato, milhares de crianças foram “transferidas” para a Alemanha desde o início da guerra, selecionadas através de um rigoroso processo, para serem adotadas, receberem um “nome alemão” e serem reintroduzidas na *Volksgemeinschaft*.⁴⁷

A primeira impressão que podemos ter ao comparar o texto de Hitler no *Mein Kampf* (cf. pg 44, supra) com os subseqüentes desenvolvimentos da política de gerência de populações, já sob o *Reich* nazista, é de que haveria uma contradição entre a “impossibilidade de germanização de um povo” e a prática de “transferência” de crianças das regiões ocupadas para a “adoção por famílias racialmente capazes”, inscrita numa política mais geral de reprodução da raça nórdica.

Na realidade, pode-se dizer que ao traçar-se esta política para as populações dos territórios ocupados, consegue-se obter a melhor forma de expressão das

⁴⁷ Este processo deu-se também com adultos julgados de sangue nórdico, levados para a Alemanha para serem “reeducados através do trabalho”, na maior parte das vezes inseridos em famílias SS como empregados domésticos. Este grupo não se confunde com os trabalhadores temporários, racialmente inferiores, que foram direcionados para trabalhos em fábricas e similares, e era composto majoritariamente de mulheres. A este respeito cf. Padfield, 1995: 366.

formulações hitlerianas: tais crianças a serem “germanizadas” já fazem parte da raça germânica/ariana e, pela ausência de um gerenciamento correto, se perderam no decorrer do tempo, tendo agora possibilidade de voltar a conviver com os seus *Stammesgleisches* (literalmente: os de mesma linhagem).

As citações e os exemplos poderiam ser em muito multiplicados. O que porém já podemos deixar marcado, com base no material visto, é que a política do Reich de gerenciamento das populações está em sua globalidade relacionada aos limites nem sempre constantes traçados para a *Volksgemeinschaft* e, por consequência direta, para o *Volk*. De fato, os referenciais de pertencimento à nação são os direcionadores das políticas de Estado neste campo, que ao mesmo tempo e de certa forma, os exprimem com uma clareza e uma crueza singulares. O olhar para o leste não implicou somente na liberação de território (“solo”) para a instalação de populações alemães. É paralelo à este processo de expansão espacial, a incorporação de populações com características físicas que se iguallassem às do ariano. Neste processo não importa o lugar onde nasceram, nem o “ambiente ideológico” no qual estão inseridas ou as ideologias que partilham, nem a sua cidadania, nem a dos pais. Para serem incorporadas à germanidade, o fundamental é que possuíssem características do Homem Nórdico e que fossem educadas *corretamente*. Para que pudessem ser “germanizadas”, isto é, tendo sido aprovadas como “alemães-potenciais” por dois dos critérios de pertencimento (a raça e a saúde física e mental), deveriam ser *reconduzidas* à *Volksgemeinschaft* onde poderiam preencher o outro dos critérios: ser nazista.

Uma Primeira Síntese

Tratar do tema do discurso nacionalista do nazismo a partir, por um lado, do paralelismo institucional e por outro da experiência do gerenciamento de populações, não é um mero desvio de rota. Identificamos neste breve percurso, tornado mais breve ainda pelo conjunto de limitações em jogo, uma necessidade: ao se relacionar as formulações nazistas sobre a nação com aquelas oriundas dos vários nacionalismos alemães do século XIX, pontuados anteriormente, devemos nos pautar pela prudência e pela desconfiança das obviedades.

Como tentamos apontar, apesar do discurso e das referências do nacionalismo nazista se manter nos marcos da referência do século XIX no que tange a separação entre as dimensões, chamadas operativamente, da “política” e da “descendência”, deste ele se separa ao redefinir relacionalmente estas duas dimensões, fornecendo a elas sentidos inéditos.

Em relação à primeira das dimensões, apesar de o termo “Estado” ainda se encontrar em seu campo de referências, ele assume um papel eminentemente negativo, distante da positividade que esta figura assume nos debates em torno da polêmica questão do Estado como *Grossdeutschland* ou como *Kleindeutschland*. O Estado, como aparato de expressão da nação, é secundarizado no discurso e na prática nazistas em nome do Partido, este sim instrumento que consegue sintetizar a melhor forma de gerenciamento do *Reich* com a vontade do *Volk*, que sempre lhe garante direção correta e legítima.

Por outro lado, a centralidade dos referenciais de descendência biológica, ligados a idéias de “sangue” e “raça”, bem como às formas de “expressão do sangue”, ou seja, os caracteres físicos do indivíduo, trazem consigo não só efeitos empiricamente mensuráveis a partir das políticas de Estado para a gerência de populações como também algumas conseqüências bastante significativas em termos da redefinição das próprias “fronteiras” da nacionalidade traçadas ao longo do século XIX.

Os arianos “encontrados” nas regiões ocupadas, não importando se filhos de poloneses, checos, ucranianos ou outros, podem ser levados “de volta à germanidade” porque suas características físicas são índice de que são *alemães*. Dessa forma, com base no material com o qual lidamos, podemos afirmar que para o Nacional Socialismo o *Ariano* e o *Alemão* são uma e a mesma coisa, visto que, no fundo, ambos os termos remetem a uma realidade mais profunda que ultrapassa línguas, religiões, culturas, fronteiras físicas e políticas, Estado e cidadania.

Capítulo 3

Do Golpismo ao Gigantismo

A Organização do NSDAP na Alemanha nas décadas de 20 e 30

Desde sua fundação em 1920 (como *Deutsch Arbeitpartei*) até 1923 (já com o nome de NSDAP), quando do "Putsch da Cervejaria"⁴⁸, o partido se movimenta ainda em função de uma linha de força *Völkisch* mais ampla⁴⁹. Intimamente ligado ao conjunto de turbulências da vida política alemã do final da década de 10 e do princípio da de 20, o *Nationalsozialistische Deutsch Arbeitpartei* é inicialmente um partido com expressão mediana principalmente na Baviera. Se Hitler progressivamente se destaca como propagandista e como dirigente, neste momento ele certamente partilha o "poder decisório" com muitos outros dirigentes. Este "poder" se reduz ainda mais se tomamos como referência este movimento *Völkisch* mais amplo, do qual Ludendorff é, talvez, a figura de maior proeminência. É importante retermos aqui que, no "Putsch" de 23, este movimento mais amplo apresenta mais de uma liderança de peso nacional e abarca uma multiplicidade de forças políticas, das quais o NSDAP é uma de importância considerável mas que está longe de ser majoritária. Além disso, não se pode ver o próprio NSDAP como constituindo um bloco

⁴⁸ O "Putsch de Munich" ou "Putsch da Cervejaria, foi como ficou conhecida a tentativa levada a cabo pelo NSDAP, e por algumas outras organizações para-militares e de extrema direita, de derrubar o governo de Weimar e de instalar um outro, tendo a frente Hitler e o General Ludendorff. Veterano da Primeira Guerra e um dos líderes de maior expressão do Movimento *Völkisch*. Tendo começado na noite de 8 de Novembro numa reunião na *Bürgerbräukeller*, uma das maiores cervejarias da capital bávara, na manhã seguinte, após a defecção de alguns dos cabeças do movimento, organiza-se uma marcha com o objetivo de conquistar apoio da população e de algumas unidades militares. Porém, isolado, o movimento encerra-se, numa barricada da polícia no centro da cidade, com a prisão de todas as lideranças. Sobre o "Putsch de Munique", cf., dentre outros, FEUCHTWANGER, 1995: 132-135; BRACHER, 1995: 156-172; ABEL, 1986: 67-70 e SHIRER, 1967, vol.I: 1964.

⁴⁹ Sobre a idéia de "linha de força", cf. cap. 1 nota 16

coeso: facções mais ou menos "nacionalistas", "socialistas", "beligerantes" e etc, se enfrentam na luta pelo controle da estrutura partidária.

No momento em que o partido é colocado “sob suspeição” e posteriormente “interditado” em função da tentativa de golpe, ele conta com um jornal nacional (o "*Völkischer Beobachter*") e algo em torno de 55.000 membros, organizados de forma flúida em aproximadamente uma centena de “organizações afiliadas” fora de Munique⁵⁰, mas que eram pouco controladas pelo comitê executivo do partido. Segundo Abel,

“Left to their own devices, these groups were little more than gatherings of sympathizers who had heard about Hitler but had only the vaguest conception of his program”. (ABEL, 1986: 64)

A secundarização da construção de uma estrutura formal de partido está profundamente relacionada com as dimensões de seu projeto estratégico consolidado até este momento. Tal como boa parte do movimento *Völkisch*, o NSDAP definia como seu objetivo final a derrubada do Governo de Weimar. Não é portanto sem razão que Hitler rejeita a participação do partido em quaisquer disputas eleitorais e opta pelo caminho do levante militar (Spielvogel, 1992: 31). Assim, não é de se surpreender que o centro da organização partidária neste momento sejam as *Sturmabteilung* (tropas de assalto). Organizadas em meados de 1921, as SA, estruturadas militaristicamente, constituem-se em aproximadamente 30% dos quadros partidários mas, ao contrário das outras estruturas vinculadas ao centro de Munique, as SA estavam sob o controle rígido e imediato da direção do partido.

⁵⁰ No interior desta “linha de força” *Völkisch* mais ampla não é incomum que os partidos sejam bastante regionalizados, muitas vezes fortes e bem organizados em uma só cidade, e que recebam a filiação de organizações, também regionais e locais, que lhes sirvam de “correias de transmissão” em lugares que, de outro modo, não poderiam ser alcançados por sua propaganda ou por sua organização. A título de exemplo, além do próprio DAP/NSDAP, também o DVP (Deutsche Volkspartei) e DNVP (Deutsche-Nationale Volkspartei) operam desta forma. Cf. RICHARD, 1988: 374-76; NOAKES & PRIDHAM, 1991: 7-35; SHIRER, 1964: VOL 1, pp 99-106; ABEL, 1986.

Depois do “Putsch”, sob a direção de Alfred Rosenberg, algumas das características organizacionais do partido transparecem: sua regionalidade, sua descentralização, a sua faccionalidade e a importância de Hitler na "costura" de mediações para as diferenças. Neste momento o jornal do partido é proibido, boa parte de seus membros são absorvidos por outras organizações do movimento *Völkisch* e o "centro" em Munich perde, em alguns casos parcial em outros total, o pouco do controle (informação) que conseguia ter sobre a situação e as atividades regionais dos grupos organizados em torno do ilegal NSDAP.

A prisão e o julgamento de Hitler o projetam como figura nacional com uma intensidade inédita. Em 1925, logo após ter sido "re-legalizado", o partido conta com aproximadamente 20.000 membros. Um dos aspectos da retomada do trabalho político do NSDAP a essa época torna-se significativa para os nossos propósitos: a reformulação da estrutura organizativa do partido. Um duplo aspecto envolve esta questão. Por um lado, temos a reavaliação da tática golpista que levava ao “Putsch de Munique” e por outro há uma definição mais precisa tanto do projeto estratégico quanto do papel da estrutura partidária na consecução deste projeto. Dedicamo-nos, por breve que seja, a considerar estes elementos.

Antes mesmo de sair da prisão, algumas das alterações nas diretrizes políticas do partido já vinham sendo elaboradas por Hitler. De acordo com Kurt Ludecke, comerciante ligado ao Partido, numa de suas visitas a Hitler, este afirmou:

“When I resume active work it will be necessary to pursue a new policy. Instead of working to achieve power by armed conspiracy, we shall have to hold our noses and enter the Reichstag against the Catholic and Marxist deputies. If outvoting them takes no longer than outshooting them, at least the results will be guaranteed by their own constitution! Any lawful process is slow. But already, as you know, we have thirty-two Reichstag Deputies under this new programme, and are the second largest party in the Bavarian Landtag

diet⁵¹. Sooner or later we shall have a majority and after that we shall have Germany". (citado por NOAKES & PPRIDHAM, 1991, vol.I: 37)

Num outro momento, após o reinício das atividades do partido, Hitler, através do *Völkischer Beobachter*, pontua a relação desta nova tática com o programa partidário:

"In the future, the movement's struggle must once more take the form which we intended at its foundation. With all its forces concentrated together it must be turned against that power to which above all we owe the collapse of our fatherland and the destruction of our people. This does not mean an alteration in or a 'postponement' of the old and main aim of our struggle, but simply its reassertion. (Idem: 39)

Quando sai de Landsberg, Hitler e sua "facção" propõem condicionantes para a reorganização do partido. Em termos político-organizacionais, estas condições dizem respeito ao controle da direção partidária por este grupo. Desta forma, radicaliza-se a verticalização e a monolitização do partido em torno de Hitler, com o seu centro dirigente, a partir daí, progressivamente substituindo e realocando dirigentes nacionais e regionais e desarticulando as fronteiras faccionais pelo princípio da "submissão ou exclusão"⁵². O chamado *Führerprinzip* sai do campo das concepções e ganha aplicabilidade prática. (cf. cap 2 pag. 18)

O "*führerprinzip* está intimamente relacionado ao projeto estratégico do NSDAP visto que mais do que ser uma norma organizativa interna, constitui-se em um modelo de estruturação do Estado *Völkisch* projetado pelos nazistas. A concepção de

⁵¹ Hitler refere-se aqui às eleições de maio de 1924, nas quais vários candidatos oriundos do NSDAP, naquele momento ilegal, concorreram por intermédio do DVFP (*Deutsch Völkisch Freiheitpartei*). Dos trinta e dois deputados a que Hitler se refere, somente dez eram oriundos do NSDAP.

⁵² Uma das expressões administrativas deste tipo de princípio encontra-se no estabelecimento, em 1926 da USCHLA (*Untersuchungs- und Schlichtungsausschuss*), uma espécie de tribunal partidário, com representação em todas as instâncias verticais do NSDAP, com a função de resolver pendências, conflitos, transgressões às normas e casos afins, e com autoridade para expulsar indivíduos e até organismos inteiros do partido Cf. Shirer, 1964, Spielvogel, 1992.

Estado com a qual o partido opera incorpora duas características que lhe são constituintes: por um lado, a idéia, continuamente repetida no *Mein Kampf*, de que o Estado nada mais é do que um instrumento, um meio que objetiva a preservação da existência racial dos homens e, por outro, a idéia de que o Estado Nazista é um *Führerstaat*, um Estado Autoritário, liderado, não pelas massas ou por quaisquer tipos de representação parlamentar mas, em todos os seus níveis, pelo *individuo* ou, como o próprio *Chanceler* gostava de dizer, pela “personalidade”.⁵³

A constituição de um Estado deste tipo demanda a progressiva identificação dos indivíduos em condições de assumir postos de direção e também a capacitação dos que demonstrem habilidades para o desenvolvimento de tais funções. A necessária anterioridade desta preparação em relação ao controle do Estado faz com que se necessite de uma estrutura que interiorize a lógica do “princípio de autoridade” e constitua-se como um projeto para a sua realização. E é o Partido que reúne ao mesmo tempo o projeto e as condições de sua realização. Voltemos à Hitler.

(...) Such a fundamental change [na sociedade] can and will only take place through a movement which is itself constructed in the spirit of these ideas and hence bears the future state within itself. (MK: 410)

Tendo no partido o seu “balão de ensaio”, tal princípio estabelece, por um lado, a submissão de um nível inferior em relação aos níveis superiores, tendo como limite, obviamente a figura do *Führer*. Este tipo de estrutura possibilitou, não poucas vezes, a reprodução da noção de que o NSDAP era um “*single-minded party, under one leader and only one leader*” (Spielvogel, 1992:45). Lido dessa forma, estaria na figura de Adolf Hitler o eixo controlador de toda vida partidária e dirimir-se-iam a autonomia e a responsabilidade das direções intermediárias e de base, sendo o monolitismo e a invariância as características-chaves desse partido.

⁵³ Cf. STERN, 1995, caps. 15 e 16; JÄCKEL, 1995, cap IV e HITLER, 1993, vol.II caps. 1 e 2.

Entretanto, para compreender o funcionamento de um partido como o NSDAP devemos ter claro que ele se estrutura organizacional e politicamente em níveis verticais inclusivos, em instâncias hierarquizadas, cujas lideranças são legitimadas pelo já mencionado “princípio de autoridade”. Desta forma, além da dificuldade de concebermos logicamente a onisciência e a onipotência de quaisquer funções de direção, mesmo que formalmente estabelecidas, e por mais que as direções definam linhas gerais e até mesmo direcionamentos mais concretos da política partidária, os chefes dos grupos locais, gerenciadores da vida partidária dos milhares de militantes organizados nestas estruturas, possuem atribuições, usufruem de autoridade e tem níveis de responsabilidade equiparáveis, em termos relativos (óbviamente), às do *Führer*. No próprio *Mein Kampf* encontramos relativizada esta pretensão onipresença do *Führer*, o seu controle e responsabilidade absolutas pelo funcionamento da máquina:

The First chairman of the local group is elected, but then he is the responsible leader of the local. All committees are subordinate to him and not, conversely, he to a committee. There are no electoral committees, but only committees for work. the first principle applies to the next higher organization, the precinct, the district or county. The leader is always elected, but thereby he is vested with unlimited powers and authority. And, finally, the same applies to the leadership of the whole party. The chairman is elected, but he is the exclusive leader of the movement. All committees are subordinate to him and not him to the committees. He makes the decisions and hence bears the responsibility on his shoulders. Members of the movement are free to call him to account before the forum of a new election, to divest him and his office in so far as he has infringed on the principles of the movement or served its interests badly. His place is then taken by an abler, new man, enjoying, however, the same authority and the same responsibility.

(...)

From the smallest community cell to the highest leadership of the entire Reich, the state must have the personality principle anchored in its organization. (MK: 408/409)

Dessa forma, a realização do “princípio de autoridade” em toda a organização, em todos os degraus da cadeia, é o que faz com que seja possível

conceber o partido como um verdadeiro “balão de ensaio” para a estruturação do Estado *Völkisch*.

A partir de 1928, com a opção pela chamada “Revolução Legal”, a participação nos pleitos para os Landstage, parlamentos regionais, para o Reichstag e para a Presidência da República passam a ser os direcionadores da reorganização bem como de todas as atividades partidárias.

Objetivando a adequação do trabalho organizativo e de propaganda em relação às disputas eleitorais, o partido redefine a sua distribuição regional de forma a adaptar as suas *Gaue* (distritos) às vinte seis grandes regiões eleitorais da Alemanha, cada uma das quais dirigidas por um *Gauleiter*. Subordinados às *Gaue* estavam os *Kreis*, círculos, que correspondem a grupos organizados em cidades ou distritos (maiores ou menores), dirigidos por *Kreisleiter*. Abaixo dos *Kreis* encontram-se os *Orstgruppen*, grupos locais, dirigidos por um *Orstgruppenleiter*. O espaço de ação dos grupos locais era, na quase totalidade dos casos, o de uma comunidade. Estes líderes dos grupos locais eram responsáveis pelo julgamento das qualificações dos que buscavam entrar para o partido e pelo recolhimento das contribuições dos militantes. Eles deveriam organizar reuniões regulares, objetivando a propaganda em pequena escala e o crescimento numérico do partido, e distribuir e regular o cumprimento das ordens vindas “de cima”. Os *Orstgruppenleiter* eram escolhidos pelo *Gauleiter* ante a indicação do *Kreisleiter*. Segundo as estimativas de Spielvogel, um *Orstgruppe* abarcava uma área que incluía em torno de 1500 famílias.

Diretamente subordinados aos *Orstgruppen* estavam as organizações de base propriamente ditas: as *Zellen* (células) responsáveis por uma área que incluía entre 160 e 480 famílias; e o *Block*, a organização de menor nível em termos

hierárquicos, responsável por uma área que consistia de 40 a 60 grupos familiares.(Cf. Spielvogel, 1992; Steinert, 1991a; Pauley, 1987, Bracher, 1995)

Além disso, na segunda metade da década de 20 organizam-se, para além das já existentes seções regionais (*Gaue*), os departamentos responsáveis por "áreas" específicas, sendo elas profissionais ou não, chamadas por Bracher de "organizações auxiliares" por não implicarem, formalmente, na inscrição de seus membros nos quadros do partido: advogados, jovens, agricultores, médicos etc. que, eram representadas em todas as instâncias do partido, dos núcleos até o topo. A partir de 1928 verifica-se, progressivamente, uma mudança operacional destas organizações do partido: estes departamentos tornam-se verticalizados e "paralelos" à estrutura formal do partido, cujos membros em todas as instâncias respondem ao nível departamental imediatamente superior. Esta alteração objetivava intensificar o trabalho militante/propagandístico junto aos segmentos correspondentes em função de suas especificidades.

A *Hitlerjugend* (HJ-Juventude Hitlerista) é um bom exemplo dessa situação. Ela surge em 1926, nos limites administrativos e hierárquicos do partido, subordinada, então, às diversas direções das SA. Oriunda de um mal definido "Movimento Juvenil do Partido Nacional Socialista", que agrupava diversas associações com uma estrutura organizativa independente, a HJ agrupava menores de 18 anos do sexo masculino e possuía como objetivos principais de suas formações despertar e valorizar "o amor pela sua pátria e pelo seu povo, a fruição do combate franco e honesto e da atividade física saudável, a veneração de valores éticos e espirituais e a rejeição de todos os valores da judiaria .." (Apud. Koch, 1973: 23). Para atingir este objetivo, a HJ estipulava que este "espírito deveria ser cultivado em reuniões semanais, palestras, excursões e 'jogos do movimento'"(idem.).

A partir de 1929 processam-se diversas modificações na HJ, tanto no que diz respeito ao seu lugar na estrutura interna do partido quanto em relação a sua própria forma de organização, até o ponto em que, após meados de 1932, a estrutura da organização torna-se paralela à estrutura formal do partido, com uma divisão regional e com uma linha de comando vertical que não acompanham as direções partidárias. Nessa época, por exemplo, a HJ organiza-se em 10 *Gaue* que incluíam a Alemanha e a Áustria e o seu líder, Baldur von Schirack, torna-se subordinado somente ao *Führer*.⁵⁴

O mesmo ocorre com alguns departamentos administrativos do partido, dos quais o Departamento Nacional de Propaganda tornou-se o exemplo de maior notoriedade em função das alterações no tipo bem como na forma de condução e de estruturação da propaganda partidária. Vejamos

Até a proibição das atividades do partido em 23 a propaganda política resumia-se quase que exclusivamente aos comícios e à atividade militante das SA. Existem responsáveis nas regiões (*Gaue*) mas que são subordinados às direções regionais, o que faz com que o controle vertical das atividades nos vários locais onde elas se realizam seja bastante precário, visto que as próprias divisões internas e as lutas pelo controle do aparelho enfraquecem esta pretensa homogeneidade e centralização.

A partir de 25, após iniciado processo de "reconstrução", a estrutura da propaganda partidária ganha novos contornos. O controle da propaganda segue a lógica da centralização do partido em torno de Hitler e de seu "grupo". Com a diluição das "frações" (através de expurgos, de transferências de dirigentes ou

⁵⁴ Para além da HJ, surgem também, e passam por mudanças semelhantes as organizações para mulheres, professores, médicos, advogados, agricultores, estudantes e artistas, além de outras. (Cf Bracher, 1995; Spielvogel, 1992; Fest, 1970; Shirer, 1964.)

simplesmente pela submissão em função deste ou daquele ganho), deixam de existir variações de abordagem das "grandes questões", enquanto que a estrutura local era ainda a responsável pela seleção e formação de seus "oradores" e pela forma como eram conduzidas campanhas eleitorais ou pela organização, digamos, de seus "periódicos".

Com a redefinição tática e estrutural do partido entre 27 e 28, o NSDAP passa a contar com um departamento responsável somente pela propaganda partidária. Esta passa a ser absolutamente verticalizada e "paralela" à própria estrutura formal do partido: todas as instâncias partidárias passam a ter um responsável pela propaganda, submetido diretamente ao seu superior departamental. Duas prioridades quanto à organização do trabalho de propaganda são definidas: recrutar "formadores de opinião" em todas as categorias ou segmentos correspondentes aos "departamentos" e "formar quadros" de maneira centralizada objetivando não só à capacitação para as atividades de propaganda propriamente ditas bem como a própria preparação de quadros para assumir funções governamentais. Nesta época o partido passou a contar com cursos de treinamento mais rápidos "enviados" às diversas regiões, outros por correspondência e é construída uma escola do NSDAP para oradores, estabelecida em 1929, cujo treinamento era feito por um período de alguns meses e, em alguns casos, anos. Além disso, definiu-se uma estrutura interna de assessoria aos "oradores" enviados a cada região cujo papel era amparar a atividade com o máximo de informação possível sobre política e economia locais, etc. Goebbels foi indicado para dirigir esta estrutura de propaganda e passou a controlar forma, conteúdo, frequência, enfim, todos os aspectos ("menores" ou "maiores") da atividade propagandística do partido⁵⁵.

⁵⁵ Para ilustrar a centralização da atividade propagandística do Partido, segue transcrita parte de um documento que a expressa exemplarmente:

A concentração das atividades do partido na abertura de espaços políticos para sua atividade em toda a Alemanha bem como na organização de *Ortsgruppe* nos mais diversos lugares, fez do departamento de propaganda um órgão quase que puramente profissional, cujas atividades eram planejadas e executadas por funcionários do partido capacitados especificamente para o desempenho deste tipo de atividade.⁵⁶

Aliava-se a este detalhamento e profissionalização a prática de violência dosada e dirigida a alvos específicos. Os grandes inimigos da raça ariana, o judaísmo internacional e o marxismo, além dos símbolos de uma “cultura decadente e judaizada” expressos por cinema, teatro, artes plásticas etc., são objeto de boicote

"(a) Reich Propaganda Department to all *Gaue* and all *Gau* Propaganda Departments.

..... A striking slogan:

"Those who want everything to stay as it is vote for Hindenburg. Those who want everything changed vote for Hitler."

(b) Hitler poster. The Hitler poster depicts a fascinating Hitler head on a completely black background. Subtitle: white or black - "Hitler". In accordance with the Führer's wish his poster is to be put up only during the final days [of the campaign]. Since experience shows that during the final days there is a variety of coloured posters, this poster with its completely black background will contrast with all the others and will produce a tremendous effect on the masses ...

(c) Instructions for the National Socialist Press for the election of the Reich President.

1. From Easter Tuesday 29 march until Sunday 10 April inclusive, all National Socialist newspapers, both daily and weekly, must appear in an enlarged edition with a tripled circulation. Two-thirds of this tripled must be available without charge, to the *Gau* leadership responsible for this area for propaganda purposes ...

2. From Easter Tuesday 29 march until Sunday 3 April inclusive, a special topic must be dealt with every day on the first page of all our newspapers in a big spread. Tuesday 29 March: Hitler as a man. Wednesday 30 March: Hitler as a fighter (gigantic achievements through his will power, etc). Friday 1 April: Hitler as a statesman - plenty of photos (...). J. Goebbels, 1932. citado por NOAKES & PRIDHAM, 1991, I: 73-4. Sobre a estrutura e as atividades de propaganda do partido cf., dentre outros, BURGELIN, 1991; BURRIN, 1991; RICHARD, 1988a; NOAKES & PRIDHAM, 1991; GUYOT & RESTELLINI, 1987; MILZA, 1991.

⁵⁶ "Carefully organized propaganda headquarters in the individual *Gaue* ensure that the speaker and subject are adapted to the local and economical circumstances. (...) Rhetorical skills combined with subjects carefully chosen to suit the particular audience which in the countryside and in the small towns are mainly interested in economic matters, ensure, according to our observations, halls which are almost invariably overcrowded with enthusiastic listeners. Meetings with an audience of between 1.000 and 5.000 people are a daily occurrence in the bigger towns. (...) On such occasions the network of local branches is extended as far as possible or at all events contact men are recruited who are intended to prepare the ground through intensive propaganda (...) Frequently such propaganda squads stay in a certain place for several days and try to win the local population for the movement through the most varied sorts of entertainment such as concerts, sports days (...) and even church parades. In other places an outside propaganda speaker is stationed for a certain time; with a car at his disposal, he travels systematically through the surrounding district. National Socialist theatre groups travelling from place to place serve the same purpose." Memorando do Ministro do Interior da Prussia de maio de 1930. Citado por NOAKES & PRIDHAM: 71-72.

comercial, atentados, manifestações pouco pacíficas (não raro terminando em quebra-quebra e pancadaria). Como nos diz Pauley (1987) “one of the nazi’s favorite pastimes was breaking up opposition party meetings by howling, screaming, prolonged applause, coughing, and various other assortments of noise making, employed to embarrass, confuse, and drown out the speakers” (:89).

Dentre as estruturas que surgiram entre o final dos anos 20 e os dois primeiros anos da década de 30 encontra-se a “organização estrangeira” do NSDAP, a *Auslandsorganization* (AO). Fundada em 1931, ela passa em 33 a ser dirigida por Ernst Wilhelm Bohle, imediatamente subordinado a Hess (organização) na hierarquia partidária. A sua fundação se relaciona com a constituição, em alguns países, de uma série de grupos do partido nazista e que se mantinham exteriores à estrutura do partido por não se encaixarem em nenhum de seus espaços formais de organização, passando a AO a possuir o status de uma *Gau* e, conseqüentemente, à Bohle foi dado o posto de *Gauleiter*. Num primeiro momento, o seu papel era o de estruturar formalmente e dirigir as atividades destes grupos ou, segundo Bloch (1986) “federações nacional socialistas” no estrangeiro ou, melhor dizendo, em países outros que não possuíssem um partido nazista autônomo e já solidificado, como é o caso do Partido Nazista Austríaco (DNSAP - *Deutsch Nationalsozialistische Arbeiterpartei* - fundado em 1903). e do Partido Nazista existente nos Sudetos (também DNSAP e anterior ao existente na Áustria).

Logo depois, já sob o regime instalado em janeiro de 1933, a AO busca ampliar seu raio de ação auto-atribuindo-se a responsabilidade por todos os cidadãos alemães existentes no estrangeiro, objetivando com isso não só a ampliação do número de quadros organizados no interior do partido ou de alguma de suas “organizações auxiliares” mas também, e principalmente, ocupar os espaços até então

ocupados pela *Auswärtiges Amt* (AA - Ministério das Relações Exteriores), dirigido por um não-filiado ao partido nazista, Konstantin von Neurath. Além disso, é perspectiva também da AO o controle das firmas alemães que operassem no estrangeiro.

Esta superposição de espaços de atuação não poucas vezes foi gerador de conflitos com von Neurath e com a estrutura da AA, principalmente os serviços consulares e, segundo Bloch, comprometeu as relações do Reich até mesmo com os países amigos”(84). Em função deste tipo de intervenção da AO, vários países, como os Países Baixos, a Austria, os Estados Unidos, a Suíça tomaram medidas contra as atividades da AO.

No que tange aos *Volksdeutsche* (indivíduos que não eram cidadãos do Reich mas que, segundo as fronteiras de nacionalidade com as quais os nazistas operavam, eram alemães) esta superposição de intervenções de distintos órgãos partidários era mais acentuada. Em fins de 1933 constituiu-se a *Volksdeutsche Rat* (Conselho de assuntos relativos aos *Volksdeutsche*). “Este conselho estava subordinado ao aparelho do partido (Hess); ele também mantém uma estreita cooperação com a AA mas entra em conflito com a AO e com a Juventude Hitlerista. No princípio de 1935, ele encerra quase toda a atividade. Hess a substitui por uma outra *Office* não menos ineficaz.” (Bloch, 1986: 85. Além desta obra, sobre a AO cf. Bracher, 1995: 432-439).

Com este amplo processo de reestruturação, pereniza-se o trabalho organizativo e propagandístico do partido fazendo com que ainda no final da década de vinte o NSDAP ganhe proporções de um partido de massas voltado para a conquista de espaços institucionais na política alemã. O partido encerra o ano de 1928 contando 100.000 membros. No final de 1932 os membros do partido somavam

cerca de 1.000.000. (Cf. Shirer, 1964-I; Richard, 1988a; Noakes & Pridham, 1991-I; Fest, 1975-Cap. 2 e 3)

Anexos ao Capítulo 3

Tabela 1

Origem sócio-profissional dos membros do NSDAP
Comparação percentual 1923/1930

	1923	1930
Operários	12.9	26.3
<i>White Collars</i>	2.6	24.0
Artesãos	20.0	8.5
Comerciantes	13.6	7.6
Camponeses	10.4	13.2
Serv. Públicos	7.2	7.7
Outros - inclusive desempregados, estudantes e donas de casa.	33.3	12.9
Totais	100	100

fontes: Noakes & Pridham, 1991 e Buron Y Gauchon, 1983.

Tabela 2

Tiragens Médias do *Völkischer Beobachter*

Ano	Exemplares
1926	10.997
1927	13.869
1928	16.782
1929	26.715
1930	84.511
1931	108.746
1932	126.642

fonte: Richard, 1988a.

Parte II

Em Águas Brasileiras

Capítulo 4

A História do Partido Nazista no Brasil

I

Comparada à enorme quantidade de trabalhos que desde a década de 30 tratam, a partir das mais diversas perspectivas, do Nacional Socialismo, a presença do partido no Brasil não mereceu nada além de sumárias considerações. Ainda que deixássemos de lado preocupações em selecionar e tomássemos materiais que analisam, descrevem ou expressam juízos sobre o fenômeno, nosso levantamento bibliográfico não ultrapassaria, talvez, umas duas dezenas de títulos.

Porém, mesmo sendo em número reduzido, as abordagens sobre a presença do partido nazista no Brasil constroem, e estão inscritas em, determinadas “regiões de legitimidade”, espaços de abordagens possíveis, autorizadas pelo próprio fato de partilharem de teorias, fontes, perspectivas, temas próprios dessas “regiões”. Ao serem construídas as interpretações sobre o nazismo no Brasil, tanto através de relatórios das agências repressivas do Estado Novo quanto na imprensa ou em trabalhos acadêmicos, surgem determinados lugares que constituem-se em coordenadas (não poucas vezes conflitantes) a partir das quais os produtores individuais qualificam ou disputam a qualificação de seus trabalhos

De uma forma geral, costuma-se agrupar esta reduzida bibliografia sobre o (ou que falam em algum momento do) NSDAP no Brasil em dois tipos de trabalho: os que, antes de mais nada, tem como perspectiva denunciar a infiltração nazista em “território nacional, muitos escritos ainda nas décadas de 30 e 40, e os que podem ser descritos como textos analíticos sobre o fenômeno, que tem em comum o fato de terem sido produzidos utilizando linguagem, métodos e abordagens próprias das assim chamadas ciências sociais.

Como parte de um primeiro grupo são normalmente considerados, por um lado, textos dos mais diversos produzidos por setores da imprensa, brasileira ou não, principalmente em áreas onde a presença do nazismo fêz-se notar com particular intensidade⁵⁷. Ao lado destes, são também considerados como parte deste grupo produções brasileiras de agentes diretamente ligados à campanha de nacionalização, levada a cabo no governo Vargas após a instauração do Estado Novo. Estes tratam-se, na maioria das vezes, de relatórios de atividades policiais iniciadas no pós-37, cujos resultados sistematizados só começaram a aparecer no início dos anos quarenta.

A tônica deste conjunto de trabalhos é fornecida pela preocupação de trazer à luz um fenômeno que é sob todos os pontos de vista nocivo; que progressivamente se “infiltra” e ganha cada vez mais espaço em muitas regiões do país, afetando de forma cabal nossa soberania nacional.

Num segundo grupo poderiam ser arrolados trabalhos que possuem um perfil acadêmico mais claro e onde o Nacional Socialismo aparece ora como referência marginal, geralmente em estudos sobre a imigração e a colonização no Brasil, ora como objeto central da análise.

Por mais legítima que possa ser este tipo de classificação, não se pode negar, por um lado, que estas duas perspectivas não são antitéticas e em muitos dos casos as fronteiras entre estes “tipos” de trabalhos são muito permeáveis. Assim, Giudici (1938), Py (1942) e Ribas (1943), qualificam seus textos como “instrumentos de luta”, e de “denúncia”, possuindo contudo, partes que, sem muito esforço, poderiam ser qualificadas de “analíticas”, nas quais a compreensão do fenômeno está subordinada à necessidade de combatê-lo. (Cf, respectivamente, 1938:: 8-9, 1942: 8 e 1943: 1). Por

⁵⁷ O acompanhamento do Nacional Socialismo feito pela imprensa remonta ao princípio da década de trinta, ganhando intensidade e tonalidades mais fortes a partir de 1933, após Hitler assumir a chancelaria do Reich.

outro lado, em alguns textos que se definem como “analíticos”, a preocupação em fazer deles instrumento de denúncia ou de combate, também está presente. Assim, para Cohen (1988), seu estudo “tem o papel de alertar para a contemporaneidade deste tema [o nazismo]. É notório que a extrema direita vem organizando-se cada vez mais atualmente (...) [e] nos parece que certos homens atuais estão perdendo a sua memória histórica e desejando repetir experiências que causaram tanta opressão e morte” (:3 e 199)⁵⁸

De qualquer forma, tanto o texto que tem como o principal objetivo a “denúncia” quanto aquele cuja construção é claramente “analítica”, progressivamente constróem modos de ver e de pensar o fenômeno (conhecimento), que extrapolam as fronteiras a eles atribuídas. Estes variados discursos sobre o nazismo no Brasil, mesmo com suas perspectivações, objetivos e recortes diferenciados, foram, desde a década de trinta construindo o que podemos provisoriamente chamar de uma “História do Partido Nazista no Brasil”, produzindo formas de abordá-lo, porta-vozes autorizados para dele falarem, fontes obrigatórias à pesquisar e também definindo, em campos de discussão específicos, divergências legítimas sobre ele.

Dessa forma, não nos importam de maneira imediata as caracterizações (auto-atribuídas ou não) dos textos como “jornalísticos”, “policiais” ou “científicos” mas sim o fato de construírem (e operarem sobre) “esquemas de pensamento” a respeito do fenômeno sob análise. (Bourdieu 1979)

Inicialmente, buscaremos este conjunto de textos para, através deles, realçar algumas constâncias (e inconstâncias) no tocante a duas questões: a primeira refere-se aos objetivos do partido e ao grupo social para o qual ele voltara suas atenções. A

⁵⁸ Não está aqui em questão o mérito dessas auto-definições dos objetivos destes trabalhos. A perspectiva aqui é simplesmente a de indicar a permeabilidade da fronteira que separa a “análise” da “denúncia”.

segunda trata das dimensões do partido e de sua composição. Com este itinerário em mãos, pretende-se pontuar e discutir alguns dos caminhos (os que se relacionam mais especificamente ao nosso tema mais geral) que, ultrapassando muitos dos produtores singulares desta “História”, foram transformados em referenciais de legitimidade para se tratar do fenômeno aqui abordado.

Os Nazistas no Brasil: Entre a “Anexação” e a Falta de Objetivos

No Brasil é muito difícil de serem separadas as reações ao nazismo das discussões que tinham por objeto as chamadas zonas coloniais, principalmente no sul, compostas por imigrantes ditos “alemães”, cujo processo de constituição tem início ainda na primeira metade do século XIX. E isto não se dá por outra razão a não ser pela continuidade da associação dessas duas temáticas. E não é preciso que nos desloquemos muito para percebê-lo: grande parte (senão todos) os livros que até hoje tratam do tema do nacional socialismo no Brasil trazem algum capítulo introdutório ou mesmo algum sub-item no qual estes temas tornam-se relacionados; isto para não falar nos estudos sobre a imigração “alemã” e seus descendentes.

Porém, mais importante do que constatar a relação estabelecida entre esses dois temas é perceber de que forma eles são relacionados e quais os elementos que fazem parte desta relação, questões que invariavelmente aparecem quando o tema dos objetivos do partido é abordado.

De uma forma geral, esta é uma das questões de maior destaque no conjunto dos trabalhos sobre a presença do NSDAP em solo brasileiro (ou, dependendo do âmbito de análise, latino americano), visto que, destes, poucos são os textos em que esta questão não é abordada.

De fato, vários autores se propõem pensar por que razão um partido que se constitui no germe de um tipo de Estado a se estruturar na Alemanha, tenha se estendido para um país tão distante de sua terra natal como, digamos, o Brasil.

Durante as décadas de trinta e quarenta, as respostas para uma tal questão, fornecidas pela imprensa, por intelectuais, políticos e policiais⁵⁹ fazia eco à vozes europeias que também tinham neste ponto o centro de suas preocupações⁶⁰. A imagem do “povo germânico” como sendo, desde tempos imemoriais, expansionista, agressivo e belicista era aqui traduzida pelo fantasma da anexação. Com uma formulação lapidar, Ribas (1943) coloca esta questão nos seguintes termos:

“[O NSDAP], em obediência ao velho sonho de expansão, voltou desde logo as suas vistas para o exterior, promovendo uma propaganda de agitação político-racista que atingiu os recantos mais pacatos e longínquos de todas as nações do globo, instalando nelas, através de células políticas subordinadas à Organização do Exterior do NSDAP, verdadeiras “cabeças de ponte”, dando-lhes a missão de promoverem a arregimentação total de todos os residentes, acidental ou definitivamente nos países de além fronteira, preparando-se, assim, já se vê, para o assalto fatal contra a soberania das mesmas.(:18)

De forma efetiva, percebe-se que ao lado de algumas dubiedades, o que ficou conhecido como “Perigo Alemão” constituiu-se numa inabalável certeza. E nas décadas de trinta e quarenta isso já não era uma novidade.

Desde o início do processo de colonização no Brasil por imigrantes de língua alemã, ainda no Império, há os que acreditam na positividade da utilização deste “grupo” em função tanto de suas aptidões para o trabalho quanto da possibilidade de, uma vez assimilados, contribuírem para o progresso da empresa

⁵⁹ Em nossos levantamentos bibliográficos não encontramos nenhum livro sobre o tema que fosse anterior a 1937. A quase totalidade do material coetâneo ao fenômeno foi publicado na década de quarenta. É nesta última década que também se concentra a maior parte do material publicado na imprensa, havendo contudo uma diferença importante: durante toda a década de trinta são identificados artigos isolados ou seqüenciais denunciando a existência do fenômeno no Brasil, principalmente a partir da nomeação de Hitler para a Chancelaria do Reich. Cf., por exemplo, artigos de Franz Metzler e de Nestor Ericksen, diretor do jornal *Deutsches Volksblatt* e Jornalista do Correio da Manhã, respectivamente, transcritos por Py (1942).

⁶⁰ Um dos melhores exemplos deste tipo de preocupação encontramos em Herman Rauschnig. Os seus dois livros de maior repercussão foram escritos exatamente com o propósito de revelar os objetivos que estavam escondidos pela propaganda:

"Inadequate knowledge of what has actually been happening in Germany could not but result in mistakes in policy.(...) Perhaps too much attention has been given by students and observers to published doctrine and outward events in Germany - the trappings of a political movement. (...) The synthesizing element in the political aims of the regime has not been revealed. The main purpose of this book is that revelation..." (Rauschnig, 1939: vii-viii.)

civilizadora aqui no Brasil. Este privilégio concedido aos “alemães” até a segunda metade do século XIX é logo problematizado em função das próprias experiências coloniais. Se “bem sucedidas” em relação ao desenvolvimento econômico, permanência dos núcleos, etc., a não-integração sócio-cultural desses “elementos germânicos” a uma suposta “sociedade nacional” e a constituição dos chamados “quistos étnicos” fez com que vozes se levantassem para desqualificá-lo como um “grupo” que se adequasse aos propósitos de nossa empresa colonizadora.⁶¹ Dessa forma, nos termos de Seyferth (1990),

“a imigração alemã se transformou no “perigo alemão”, ameaça à integridade nacional; os teuto-brasileiros considerados os mais estrangeiros entre os estrangeiros, os mais alienígenas entre os alienígenas. Imigrantes ideais durante o Império, bons para civilizar, foram transformados em problema diante da insistência na sua especificidade étnica” (:29)

Tendo início no final do século passado, tanto em períodos mais longos (no caso das duas guerras mundiais) quanto em situações episódicas (das quais o “caso Panther” é exemplo paradigmático [Seyferth 1994]), este quadro de resistência à manutenção da distintividade pelos “alemães” se atualiza de formas variadas e com alcances social e político diferenciados.

Na década de 30 é o nazismo que serve de combustível aos “alertas” e às denúncias do “Perigo Alemão” ou, como afirma Ribas(1943), do “neo-perigo Alemão”(:10), no Brasil bem como em outros países da América Latina.

⁶¹ Tematizada desde então, a questão de qual seria o imigrante ideal para os objetivos de colonização merece respostas e considerações diferenciadas mas com algumas referências constantes: primeiro, a preferência pelo elemento branco-europeu; segundo, a resistência a elementos negros e asiáticos de uma forma geral; por último, a opção por grupos que melhor se adequassem aos objetivos de ocupação de vazios demográficos (= terras não ocupadas pelo branco) e da miscigenação=branqueamento=civilização. Há que se notar que mesmo só tendo sido considerado um objetivo primordial da colonização no final do século XIX, a questão da miscigenação com elementos raciais superiores estava dentro do horizonte dos que pensavam a imigração desde o império, mesmo que secundarizada, nos termos de Seyferth, sob a forma de “um benefício adicional” (1990: 9)

Ernesto Giudici, jornalista argentino que desencadeou duas “campanhas” contra o Nazismo a partir de 1937 e que foram organizadas, aumentadas e reunidas em um volume com o título *Hitler Conquista America*, insere a discussão da presença do Nacional Socialismo na América Latina numa estrutura mais geral que tem como eixo a teoria do imperialismo: uma das demandas fundamentais de uma Economia de Guerra é por matérias-primas. Desta forma, o controle político e econômico das regiões fornecedoras é condição *sine quae non* para o bom atendimento dessas necessidades. Para o jornalista argentino é nesta relação entre interesses econômicos alemães na América Latina e a necessidade de controle das regiões fornecedoras de matérias-primas que se inscrevem as relações entre Brasil e Alemanha, e é por essa razão que a sombra da dominação política no Brasil percorre todo o texto.

Nesta parte entra em cena a questão da imigração e das colônias alemães. O processo migratório progressivo constituiu colônias que são caracterizadas por Giudici como extensões concretas do regime, pois buscam hegemonizar politicamente as regiões onde se encontram com o objetivo de dar consecução a pretensões separatistas. Com efeito, as experiências migratórias são pensadas por Giudici como momentos preparatórios para a transformação das áreas por eles ocupadas em “colônias” do país de onde saíram estes imigrantes.

“ Las colônias de estas nacionalidades [Alemanha e Japão] no se fundaran al azar y en qualquiera parte sino en lugares estratégicos desde el punto de vista económico y militar.(...) [Nestes países] se estudiaron detenidamente las regiones mas ricas del mundo o las zonas hacia donde se orienta la expansión económica de esos imperialismos; y hacia ali es dirigida oficialmente la inmigración. (...) Esto nos explica como una colônia extranjera puede servir a los fines de la expansión imperialista”

(...)

“Las ‘colonias’ sirven: primero, como avanzadas ideológicas del imperialismo fascista, utilizadas para la difusión de ideas políticas reaccionárias, para la propaganda fascista en el exterior, etc; segundo como sostén de las oligarquias reaccionárias de los respectivos países, con las cuales se ponen en contacto un pro de sus comunes planes ditatoriales y antidemocráticos; tercero, como centros de espionaje fascista; cuarto, como consumidores de los

productos de exportación [dos respectivos países] y como vendedores de esos produtos (a ello se ha referido Goering); quinto, como base de apoyo para el imperialismo desde el punto de vista estratégico, guerrero, militar ...” (GIUDICI: 108 e 110-111)

Dessa forma, Giudici estabelece um ponto de partida para pensar a construção do partido nazista no Brasil: havendo necessidades econômicas e políticas não satisfeitas pelas relações formais entre Estados, a Alemanha estabelece a “imigração dirigida” e constitui colônias que serão, agora, transformadas em instrumento político, econômico, ideológico e militar, articuladas pelo partido nazista.

Bem próximo desta perspectiva, ainda que distante do referencial a partir do qual Giudici pensa esta questão, está o trabalho do uruguaio José Fernandes Artúcio sobre a constituição de uma rede nazista subterrânea na América Latina. Na primeira das partes do trabalho, onde discute os planos nazistas globais para a região, o autor nos alerta:

“The German State and the German National Socialist Party exists wherever there are members of the German community. Then: no individual, no institution - whether political economic, religious, or cultural - can be considered to possess rights superior to those of the party. The party has priority over all individuals and institutions. The party takes absolute moral, juridical, and material precedence throughout the world. Consequently, wherever there are German industries, business houses, schools, churches, or simply individual members of the German community, there will be found the “Greater Germany”, whose right to occupy and later possess the occupied land becomes the right of conquest, which Hitler holds himself free to utilize whenever it suits the creative strategy of the Great German Empire of 250 million people”. (Artúcio, 1942: 23)

Não demanda muito esforço notar que apesar de o autor argentino não ser citado em momento algum, a lógica de Giudici segundo a qual as regiões coloniais seriam “cabeças-de-ponte” do Estado alemão a serem acionadas no momento oportuno é reproduzida tal e qual por Artúcio.

Com a entrada em cena dos famosos “relatórios policiais” este tipo de concepção que, por mais que vista como a “expressão da verdade”, eram, até então,

somente “muito prováveis”, ganha uma imagem de concretude e se estende para áreas ainda não atingidas.

Também em Py (s/d e 1942) o perigo representado pelas zonas de colonização alemã está presente. Então Chefe da Polícia do Rio Grande do Sul durante o Estado Novo, o Tenente-Coronel Aurélio da Silva Py produz dois relatórios internos e um livro público que são o resultado de sua “campanha contra o partido Nacional Socialista” iniciada em 1937.

Os dois primeiros, tendo como título *O Nazismo no Rio Grande do Sul*, não foram projetados para publicação, tratando-se na realidade de relatórios das atividades de repressão ao partido no RS distribuído com o carimbo “SECRETO” para várias outras repartições públicas interessadas e delegacias regionais⁶². Já o terceiro dos textos é pensado como instrumento tanto de denúncia pública das atividades do NSDAP no Brasil, como de uma prestação de contas do trabalho realizado pela polícia. Porém, apesar dessa diferença pode-se dizer que o livro é a reprodução dos primeiros de forma “reorganizada”.

Talvez em função de serem relatórios, estes trabalhos apresentam uma característica que os diferencia dos anteriormente vistos: os capítulos trazem, na quase totalidade dos casos, uma breve introdução (quando muito) seguida de um grande número de documentos.⁶³

⁶² Este documento foi por mim encontrado na biblioteca pública de Curitiba- PR e, em anexo, trazia a seguinte mensagem do então Major Aurelio da Silva Py para o Sr. Hostílio de Araújo, Diretor Geral de Educação do Estado do Paraná:

Atendendo a sua solicitação, envio-vos, junto a este, para seu uso particular, o 2º relatório desta chefia sobre o “NAZISMO NO RIO GRANDE DO SUL”.

Quanto ao pedido idêntico, de um volume, para a biblioteca dessa diretoria, lamento não poder satisfazê-lo pela razão de se tratar de um documento em caráter secreto.

(Ass.) Major Aurélio da Silva Py
Chefe de Polícia

Este documento é datado de 20 de julho de 1940 e o grifo está presente no original.

⁶³ O livro *A Quinta Coluna no Brasil* (1942), por exemplo, vem organizado internamente em capítulos que ora são temas referentes às áreas da intervenção policial e ora são simplesmente

De uma forma geral, podem ser delimitados alguns tipos de documentos que são, neste momento privilegiados e que, com os trabalhos de Py se canonizam. Grosso modo, as fontes buscam mostrar 1º) a realidade da existência do partido nazista no Brasil, sendo para isso utilizados carteiras do partido, da D.A.F. e relatórios de acompanhamento policial de uma ou outra localidade; 2º) a desvalorização do Brasil por parte dos “nazistas”, onde aparecem quaisquer manifestações de fidelidade à Alemanha ou ao Führer, reivindicações de distintividade étnica, “insistência” no uso da língua alemã em escolas, igrejas etc. 3º) o “perigo nazista” e a agressão à soberania, constando documentação que “demonstra” o interesse de Hitler em transformar o sul do Brasil numa colônia, que “evidencia” a atividade de espionagem, as redes institucionais formadas pelo partido (consulados, associações), e a propaganda separatista; e 4º) a debilidade moral das “hordas nazistas”, onde são utilizadas cartas de militantes, documentos com resoluções, casos de suicídio, de boicote etc. que “denunciam” o regime totalitário de um partido entregue à direção de “desajustados”.

No “*Quinta Coluna . . .*” o primeiro dos capítulos é um importante índice do tipo e do uso de tais fontes. Nele Py descreve cuidadosamente o esboço do “plano de dominação nazista do Sul do Brasil”, tema aliás retomado em vários capítulos posteriores. E não é sem razão que isto se dá desta forma: esta é, talvez, a base mais sólida que legitima o trabalho de repressão: as pretensões alemãs em tornar o Rio Grande do Sul um protetorado são antigas e, agora, com Hitler, começam a ganhar concretude. E quanto a isso Py é bastante explícito:

“Se a fase de dominação militar nazista ainda não nos tocou, e provavelmente não nos tocará, foi em parte por uma simples questão cronológica: a nossa vez, na escala de Hitler estava mais abaixo do que a vez daquelas nações [Polônia, Tchecoslováquia, Noruega, etc.] Mas de qualquer forma o perigo não foi conjurado. Pelo contrário: aproxima-se de nós no dia em que o Eixo declarou guerra aos

documentos que, possivelmente para o autor merecessem um capítulo em separado. Uma das consequências deste tipo de organização está na recorrência dos temas pelos vários capítulos.

Estados Unidos e só desaparecerá quando a base levantada em Berlim for desmontada até seu alicerce.” (1942: 10)

O foco de Py recai sobre as formulações do final do século XIX que são “executadas por Hitler”. Assim retoma citações de material publicado sob os auspícios da Liga Pan-Germânica ainda no século passado e comentários dessas citações produzidos por André Chéradame e por Graça Aranha. Apesar da debilidade de suas fontes, são essas as formulações que constituem-se em “prova cabal” da perspectiva anexionista do III Reich e é com elas que Py busca mostrar que os interesses alemães no sul do Brasil são muito concretos e fazem parte das disputas por mercado e por áreas estratégicas com a Inglaterra e com os Estados Unidos. Durante o restante do texto, com poucas exceções no que tange à propriedade entre fontes e conclusões, esta situação se repete.

Em relação aos objetivos do partido, apesar de Py não se distanciar muito de Giudici e de Argúcio, há entre eles uma diferença: a migração e o estabelecimento de colônias são ao mesmo tempo estratégia estabelecida e instrumento inconsciente da dominação econômica e política dessas regiões por parte da Alemanha.

A introdução desta variável (as colônias são usadas como instrumento de dominação sem necessariamente o desejarem) instaura uma contradição que percorre todos os seus trabalhos, aparecendo de forma mais clara no “*Quinta Coluna...*”. Inicialmente, balizado por Graça Aranha e Chéradame, o autor assume uma posição que poderíamos chamar de substancialista: o ataque à nossa soberania é parte inerente ao espírito germânico. A conquista e a dominação, para Py se confundem com o próprio “ser” do Alemão, em seu espírito, presente “no mundo alemão [construído] no Rio Grande do Sul” (:56) e, citando Graça Aranha, “peregrina no sangue da raça e intensifica-se de geração em geração” (1942: 18). Em outros momentos, porém, o

“perigo” interpela o imigrante que “outro interesse não possuía que fosse alheio ao próprio trabalho e à educação dos filhos”(s/d:7 e 1942: 55)

Com esta segunda abordagem o eixo do argumento de Py concentra-se sobre a situação de vulnerabilidade dos imigrantes em relação à propaganda nazista. Deixados à sua sorte por governos negligentes em nacionalizá-los, os imigrantes que aqui chegavam ficavam isolados e mantinham relações com a Alemanha. É exatamente o isolamento e a manutenção de laços com o país de origem que permitiu a construção de “um mundo germânico” no Rio Grande do Sul, condição para que a penetração de elementos vindos de Berlim com o intuito de construir aqui um “protetorado alemão”(1942: 57) se realizasse ⁶⁴.

“A missão mais importante confiada aos agentes da GESTAPO é a de propagar a ideologia Nacional Socialista alemã no estrangeiro e estabelecer, assim, os pontos de apoio que permitam, quando chegar o momento crítico, enfraquecer a resistência do país eleito para a invasão militar e econômica.” (1942: 31)

Da mesma forma, Ribas (1943), como Py também um delegado de Ordem Política e Social e cujo trabalho é de contornos muito próximos dos de seu colega gaúcho, afirma ser a imigração um instrumento utilizado pelo “genial Bismark” para que um império sem terras ultramarinas se tornasse, graças aos planos pangermânicos, uma “fundadora de colônias nos continentes longínquos”, passando a ser “a terceira potência colonial do mundo” (: 7).

“Os processos de infiltração pangermanista no continente americano eram, pois, insidiosos e mascarados por um pacífico desejo de cooperação. Os técnicos que para cá vinham com ares de quem busca vida sossegada e digna, não eram senão os precursores da ocupação... O plano de domínio germânico, quanto à América, incluía mesmo a tática de emigração alemã (...) para pontos onde se acham zonas fechadas de imigração alemã” (:9)

⁶⁴ Não nos esqueçamos que este tipo abertura de um espaço para a intervenção do Estado deve ser lido à luz do fato de o autor ser um agente da Campanha de Nacionalização.

Assim torna-se explícita a espionagem como método de ação partidária no exterior. E não é gratuito o aparecimento da espionagem na galeria de honra dessa história construída ao longo dos últimos cinquenta anos: se a anexação é o horizonte mais próximo da ação do partido, praticamente sua ação se volta para a construção dos agentes que “atrás das linhas” iriam preparar o terreno e fornecer indicações precisas de suas vulnerabilidades, os famosos “quintas-colunas”. Em Ribas (1943) a questão é colocada nos seguintes termos:

“O que o nazismo fez foi ampliar mais os horizontes de ação, sob fundamento racial, com o propósito deliberado de conquistas, praticando a espionagem militar, comercial, industrial, marítima e social, visando incontestavelmente a formação da “Quinta Coluna” (:26).

Porém, tais atividades aqui, por mais que estivessem conseguido “avanços bastante sólidos”, não foram a frente. E se as pretensões anexionistas do Estado alemão não se concretizaram, isto deveu-se exclusivamente à intervenção oportuna do Estado Novo proibindo “as atividades políticas estrangeiras no país”(11) e levando a cabo a sua “obra nacionalizadora” impedindo os avanços através de “modernos processos cirúrgicos” (Martins, s/d:10) e revertendo as conquistas da propaganda de “Hitler e de seus malfeitores, que *fizeram* com que grande parte dos brasileiros de descendência alemã e dos alemães ficasse quase que odiando seus semelhantes de descendência lusa e outra”(Ribas, 1943:113).

Porém a resistência não parte somente do Estado. “teuto-brasileiros dignos”, como Py gostava de dizer (p.ex. 1942: 143), também resistiram às tentativas do partido de transformar todos os de *sangue alemão* em espões à serviço do Reich. Da mesma forma, Souza (1941), que reproduz grande parte dos trabalhos de Py, também louva os da “corrente alemã” que recusaram o nazismo por terem realizado “uma

completa incorporação à nacionalidade brasileira”(16) (Cf. também Ribas, 1943: 112ss, Martins s/d: 4-5)

Na grade dos interesses políticos relacionados à “Campanha de Nacionalização”, o quadro que se estrutura na forma de conceber a imigração e as regiões coloniais, em oposição ao substancialismo que fala da conquista como uma imanência do “sangue alemão”, é o do interesse do partido por essas regiões e pelas “populações de origem alemã”, para que fossem transformadas em uma região colonial, visto que, na ausência de qualquer ação nacionalizadora por parte dos governos brasileiros até então, esta população mantivera-se alemã. .

A partir da década de cinquenta algumas reavaliações desta forma de se pensar o projeto político do partido nazista na América do Sul, especialmente no Brasil, entram em cena. Autores como Jong (1953), Mgnus (1956), Gruchmann (1962), Hildebrand (1969), Jacobsen (1968), Ebel (1970), Pommerin (1977) e Gertz (1980, 1987, 1991, 1994) apontam para a conclusão de que as pretensões nazistas em fundar uma Alemanha Meridional, ou equivalente, a partir das áreas colonizadas por “alemães” na região que envolve os estados do sul do Brasil, parte da Argentina e do Uruguai, ou não foram formuladas (não existindo, portanto, em forma de suporte documental) ou simplesmente não existiram.⁶⁵ Para além disso, Gertz sugere que os

⁶⁵ JONG, Luis Die deutsche fünfte Kolonne im Zweiten Weltkrieg. Stuttgart Deutsche Verlag Anstalt, 1959; MAGNUS, Arthur W von Die neue Phase der Monroedoktrin angesichts der bedrohung Lateinamerikas durch die totalitaren Staaten (1933-1945) Universidade Livre de Berlin, 1956 (Tese de Doutorado); GRUCHMANN, Lothar Nationalsozialistische Grossraumordnung. Die Konstruktion einer “deutschen Monroedoktrin” Stuttgart, Deutsche Verlagsanstalt, 1962; HILDEBRAND, Klaus Vom Reich zum Weltkrieg. Hitler, NSDAP und die koloniale Frage 1919-1945. München, Wilhelm Fink Verlag, 1969; JACOBSEN, Hans Adolf Nationalsozialistische Aussenpolitik 1933-1938. Frankfurt/M. Alfred Metzner Verlag, 1968; EBEL, Arnold Die Diplomatischen Beziehungen des Dritten Reiches zu Argentinien unter besonderer Berücksichtigung der Handelspolitik (1933-1939). Landau/Pfalz, Druckerei Dr. A. Kraemer KG., 1970; POMMERIN, Reiner Das Dritte Reich und Lateinamerika. Düsseldorf. Droste Verla, 1977. Todos estes trabalhos citados foram arrolados e discutidos em extensão (no que tange ao ponto sob análise) por Gertz (1987: 75-78), trabalho no qual nos balisamos para citá-los. A ausência de quaisquer avaliações mais amplas dos referidos textos por mim realizadas, se explica pela inexistência de um contato direto com os mesmos. Apesar disso, as referências me pareceram importantes em função das reavalições por eles

objetivos para a organização do NSDAP no Brasil, de uma forma geral, não foram definidos, visto que, segundo o autor, “(...) há fortes indícios de que não havia uma concepção clara sobre o trabalho com a população de origem alemã no Brasil”.

Mesmo com estas indicações, ou melhor, com esta falta de evidência sobre as intenções anexionistas de Berlim, seria ingenuidade pensar que as bases assentadas nesses muitos anos em que a “História” do partido foi construída, simplesmente deixariam as nossas representações sobre o nazismo no Brasil. Assim, num recente trabalho, Rambo faz o seguinte raciocínio sobre os objetivos nazistas no Brasil:

“[Os nazistas] supunham que aí seria relativamente fácil firmar cabeças de ponte para as suas pretensões anexionistas. O *Deutschum*, a germanidade ainda preservada na sua essência, como nos estados do sul do Brasil, não se limitaria a atuar como mero “adubo cultural”. Prestar-se-ia, supunham, para cumprir a função de Cavalos de Tróia, capaz de alimentar a intenção pangermanista do Terceiro Reich em consolidar pelo mundo afora bases sólidas das quais deveriam, num primeiro momento, irradiar-se a ideologia nazista. Num segundo momento deveria firmar-se sobre essas bases um autêntico domínio colonial. E o final do processo culminaria com a concretização do grande império pangermanista, sonhado pelos líderes nazistas alemães (: 50. Os sublinhados são meus.)

Uma outra questão que também se faz presente em boa parte desta bibliografia e que se relaciona de forma íntima com a questão dos projetos do NSDAP, diz respeito as adesões ao partido. Antes de tomarmos as conclusões dos diversos autores sobre este ponto, faz-se necessário retomá-los e pontuar três questões que me parecem chave nesta discussão: 1ª) pode-se delimitar um grupo-alvo para os objetivos do partido? 2ª) qual é este grupo-alvo? 3ª) qual foi o nível de resposta deste grupo-alvo (ou de indivíduos caso à primeira questão tenha uma resposta negativa), em termos organizativos (adesões à estrutura orgânica do partido), às investidas da propaganda partidária?

Na Mira do Partido: Indivíduos ou Grupos Potencialmente Nazistas?

Uma das primeiras coisas que nos chama a atenção ao fornecermos este encaminhamento para a questão é que ante a pergunta “quem poderia ser nazista no Brasil?”, a resposta é quase unânime: os “ALEMÃES”. De fato, poucos acham que todo “alemão” era um nazista, mas quase todos identificam a potencialidade das pessoas chamadas de “alemães” ou *de origem* para se tornarem membros do partido.

Contudo, frente a uma análise mais pormenorizada desses textos, a aparente obviedade que é o pertencimento ao grupo chamado “alemão” ou “de origem alemã”, para lembrar Marx, “se desmancha no ar”. O que os diversos autores consultados consideram como fazendo parte do “grupo-alvo” do partido nazista no Brasil, está longe de um consenso, ou seja, as fronteiras delimitadoras do grupo potencialmente nazista (ou do interior do qual saem os membros do partido), assumem em diversos autores contornos bastante diferentes.

Inicialmente identificamos autores que enxergam simplesmente, como faz Artúcio (1942), “*the people of the Aryan race*” (:68)⁶⁶, ou como faz Giudici (1938), “la raza germana” (:98). Para este último a ligação que as diversas gerações de “alemães” mantém com a Alemanha é um índice da impossibilidade de sua assimilação, não fazendo sentido, portanto, diferenciá-los internamente: “el alemán no vió en el exterior sino un país de residência accidental; “de paso” mantuve sempre mayores vinculaciones con la metropoli” (:113). Desnecessário dizer que este grupo formado por imigrantes alemães e descendentes de imigrantes constitui-se para ambos não só no alvo do partido mas em seu próprio corpo militante

⁶⁶ É curioso o fato de Argúcio lançar mão deste princípio classificatório logo após apontar para a falácia da “*scientific notion of Aryan descent*” (: 65. Grifo do autor.)

Em outros trabalhos, apesar de a diferença entre os “alemães” e os “descendentes de alemães” aparecer, essa diferença não se expressa praticamente no desenvolvimento de seus textos e não traz nenhuma consequência analítica para os mesmos. Os relatórios policiais não deixam margem de dúvidas quanto à essa questão: imigrantes alemães e descendentes de imigrantes nascidos no Brasil são o alvo do partido. Em Py (1942), por exemplo, há uma certa indecisão (diria melhor, contradição) no tocante a considerá-los um só grupo ou não. No primeiro dos capítulos do “Quinta Coluna” (1942), ao analisar um texto (“prova cabal das intenções pangermânicas no Brasil”) de Karl-Heirich Hunshe, chama de exótica a concepção expressa por seu autor segundo a qual tanto os imigrantes como seus descendentes fazem parte do povo alemão pelos vínculos de sangue e de cultura. Por outro lado quando discute a resistência do “povo alemão” aos arbitrios de Hitler, buscando apontar que o “impressionante aspecto de unanimidade monolítica” em torno do nacional socialismo não passa de aparência, ele inscreve os teuto-brasileiros no grupo que demonstra a falta de consenso interno ao povo alemão (emigrados, “Frei Deutsch”, teuto-brasileiros, etc...) e louva a fidelidade de “imigrantes alemães e teuto-brasileiros à *nova pátria*” na luta contra o nazismo. (1942:143. Grifo nosso. Cf. também Ribas 1943: 20 ss e Martins s/d)

Porém, sendo considerados como um mesmo grupo ou não, isto não faz muita diferença ao longo do texto de Py, visto que o que importa é que estes grupos (ou este grupo) constituíam a base militante do NSDAP no Brasil: “o teuto-brasileiro é, assim, completamente desviado de seu caminho patriótico. Considera-se alemão e defende cegamente a causa germânica, sem refletir e sem pensar”(ibid:310).

De uma forma geral, pode-se dizer que esta “indefinição” é constituinte em boa parte destes trabalhos: por um lado, afirma-se a “nacionalidade” brasileira dos que

aqui nasceram e marcam, por outro, a exterioridade desses “teuto-brasileiros” em relação aos “nacionais” pelas assim chamadas “tradições que cultuam”.

Próxima desta perspectiva encontra-se Cohen (1988), que mesmo utilizando no decorrer do texto uma classificação mais ampla que a utilizada pelos autores anteriormente citados (“alemães”, “descendentes”, “teuto-brasileiros”, “*Auslandsdeutschen*”), as congrega na classe “alemães que viviam no Brasil” (:7) ou “grande comunidade alemã residente no sul do país” (:11) ou correlatas, grupo para o qual volta sua análise.

Já Seyferth (1979 e 1982) afirma e opera com as diferenças entre os “teuto-brasileiros” e os nascidos na Alemanha enquanto categorias de pertencimento mas julga que para os objetivos do partido, para além dos *Reichdeutsche*, os teuto-brasileiros também constituíam-se em objetivo da propaganda partidária. No *abstract* de seu texto “O Nazismo e a Imprensa Teuto-Brasileira do Estado de Santa Catarina” a autora diz que “através da década de 1930, várias organizações nazistas trabalharam no sul do Brasil para atrair a população teuto-brasileira para o nazismo”. (1979: 267)

Podemos ainda citar Gertz (1987) que, mesmo marcando a diferença entre os “nascidos na Alemanha” e os “teuto-brasileiros”, utiliza, para a análise da relação do NSDAP com estes grupos as categorias “teuto”, “população teuta” ou “população de descendência alemã”, não identificando qualquer diferença, de acordo com os interesses do partido, entre os nascidos na Alemanha e os nascidos no Brasil (Cf. capítulo 3.4).⁶⁷ Também visualizando como objetivo do partido tanto os “alemães, quanto os “descendentes” ou “teuto-brasileiros” podem ser arrolados Souza (1941),

⁶⁷ Há que se notar, contudo, que num outro trabalho onde também aborda esta questão, o autor limita mais o grupo de interesse para o qual o partido se volta: “A NSDAP admitia, como membros, alemães que residissem mesmo definitivamente, em qualquer parte do mundo”, sendo que o termo “alemães” como ele observa anteriormente, refere-se somente aos cidadãos alemães (Cf. 1980: 198n.13 e 201).

Willems (1940 e 1945), Roche (1969) e Diegues Jr.(1964), mesmo que entre eles formas diferentes de ver a reação destes “grupos” estejam presentes.

Com estas observações feitas, pode-se facilmente verificar que para esses autores existe, do ponto de vista do partido, o que inicialmente chamamos de um “grupo-alvo” que, mesmo quando os autores consideram distintos “alemães” e “teuto-brasileiros”, a chave está na dita “origem”. Este ponto de vista é bastante bem resumido por Gertz (1987) quando diz que:

“(…) nos anos 30 havia entre 5 e 10% de indivíduos nascidos na Alemanha no RS e em SC. Importante para uma avaliação da situação, porém, não é o grau relativamente pequeno de elementos nascidos na Alemanha, mas o quadro geral da população de descendência Alemã.” (pg 68).

Contudo, ao mesmo tempo em que estes autores concebem esta população “de origem” como sendo o alvo do partido, em relação às respostas deste “grupo” às investidas da propaganda partidária, as coisas se complexificam.

As Adesões

Em Giudici (1938), Artúcio (1942), pode-se dizer que toda a população por eles chamada de “alemã” é imediatamente nazista. Numa frase lapidar, Argúcio coloca a questão nos seguintes termos:

“By 1936 the German National Socialist Party completely dominated the many populous German colonies throughout the vast territory embraced by the three southern states of Brazil. It had, therefore, a huge working base of more than 900,000 people of the aryan race who had been subjected to the iron discipline imposed by the storm troops and the elite guard (SA and SS) of the nazi party.” (:68)

Por outro lado, em Py (s/d e 1942), Ribas, (1943) e Martins (s/d) existem relativizações. Para eles todos *correm o risco* de serem aliciados mas alguns deles (os

mais “dignos” e “fiéis a pátria que lhes acolheu” [cf. *infra*]) recusaram e até mesmo combateram o nazismo.

Já Cohen (1988), parte da certeza de que o partido nazista infiltrou-se nas “comunidades de origem germânica” no Brasil havendo um “grande número de adesões [ao partido nazista] por parte dos alemães e seus descendentes”, devido principalmente à ideologia pangermanista, “presente no pensamento de grande parte da comunidade alemã desde finais do século XIX”, à manutenção de “fortes ligações emocionais, culturais, políticas e econômicas com a Alemanha” por parte dos “alemães que viviam no Brasil” e ao trabalho de propaganda levado à cabo pelo partido (Cf. introdução, esp. pp 4-7).

Outros autores, mesmo considerando os “descendentes” e os “alemães” como grupos distintos, quando tratam das adesões ao partido, dissolvem no processo de análise os limites grupais e a atenção se centra no *grau de assimilação dos indivíduos*. Souza (1941), por exemplo, concebe a diferença existente entre as classes “teuto-brasileiro” e “alemão”(:15). Contudo, este autor estabelece uma outra classificação, separando os “teuto-brasileiros” em três grupos: os já assimilados; os chamados “tradicionalistas” (majoritário e que “não alimentam intenções políticas; conservam a tradição, antes por motivos de ordem espiritual” [:18]) e a “**minoria** nazista”, recrutada entre os “tradicionalistas”. Perspectiva muito semelhante encontramos em Roche (1969), que aborda o nacional socialismo no contexto de um amplo estudo sobre os “alemães” no Rio Grande do Sul, utilizando em profusão, quando se refere ao nacional socialismo, autores ligados à campanha de nacionalização (Cf. cap. X, e as suas respectivas notas). Para este autor é a proximidade ou a distância em relação à sociedade brasileira que vai definir a possibilidade *dos indivíduos* serem **atraídos** pelo partido nazista: “*Alguns* teuto-brasileiros podiam ser atraídos pelos agentes aliciadores

hitlerianos justamente porque haviam conservado a língua, a cultura e, sem dúvida, a mentalidade alemãs”(II-720).

Além de Souza e de Roche, não há como não fazer referência ao que foi talvez o maior expoente deste tipo de perspectiva: Emílio Willems. Apesar de não trabalhar especificamente com o nazismo no Brasil, ele o tangencia em função do objeto mais geral de seus trabalhos: o processo de assimilação/ aculturação de “alemães” no Brasil. Pode-se efetivamente dizer que este autor tornou-se referência obrigatória em análises do processo imigratório pois assenta as bases de uma determinada interpretação sobre ele.

Em seus dois trabalhos de maior fôlego (1940 e 1946), o raciocínio de Willems, a exemplo de boa parte dos trabalhos que operam com o referencial da assimilação, se orienta pela estruturação de um *continuum* no qual, num dos polos, se encontra o *indivíduo* antes do contato cultural (socialmente estável) e, no outro, o *indivíduo* assimilado (também socialmente estável). Entre essas duas extremidades, o processo progressivo, e inexorável, de mudança implica em situações de maior ou menor desequilíbrio expressas pela situação de “marginalidade cultural” do indivíduo e pela conseqüente ambivalência de suas atitudes. É com base nesta lógica que Willems aborda o nacional socialismo no Brasil: ele faz parte, ao lado de um conjunto de outras manifestações que evidenciam a ambivalência de atitudes de um grupo social marginal, que já não é inteiramente alemão e ainda não é brasileiro. A adesão ao partido nazista representa exatamente a resistência a um processo-de-mudança-em-andamento por parte de um *indivíduo*: “Uma política nacional tolerante associada ao aparecimento de uma Alemanha “forte” com tendências pan-germanistas, *fez pender os indivíduos marginais para o lado germânico*”. (1980: 128, grifo nosso).

Para além disso, em Willems a presença do NSDAP (organização partidária estrangeira) no Brasil, é lido como um tensionador do conflito cultural latente, vivido pelos “*individuos* teuto-brasileiros”: [o partido] “visa o controle moral, e talvez material, sobre as populações marginais, suas organizações e instituições, opera numa referência funcional. Estas tentativas [de controle] que partiram dos núcleos nacional socialistas, (...) tiveram o efeito de tornar consciente o conflito cultural das populações marginais.” (1940:145).

Em Diegues Jr. (1964) vemos uma tentativa de combinação das perspectivas de pensar a potencialidade de adesão ao partido nazista por parte de grupos, mas agora definidos, não em termos de origem nacional ou de local de nascimento, mas de grau de assimilação. Este autor propõe que os “alemães” sejam inicialmente diferenciados entre os que chegaram no Brasil até a Primeira Guerra mundial e os que chegaram a partir deste momento; em segundo lugar, os que se instalaram em áreas urbanas ou semi-urbanas e os que ocupam lotes em áreas rurais. Para o autor, essas diferenças traduzem o grau de contato e de integração destes “grupos” com a sociedade brasileira. Por um lado, os que chegaram mais recentemente possuem uma ligação mais profunda com a pátria de origem e por outro, os que ocupam zonas de colonização rurais são mais isolados em relação à sociedade nacional, formando os chamados “quistos étnicos”, visto que são “áreas em que as populações tinham sido esquecidas, populações a que faltou o estímulo ou a atividade governamental no sentido de melhor integrá-las no ambiente brasileiro”(1964:266). Com essa dupla demarcação, Diegues Jr. articula a adesão de membros das colônias ao partido e às idéias nacional-socialistas mostrando que:

“Somente o imigrante mais novo, vindo justamente como veículo ou instrumento para a propaganda política, promoveu adesões ou atitudes favoráveis à Alemanha na Primeira Grande Guerra, ou ao nazismo, depois da vitória de Hitler. (...) As velhas gerações de imigrantes de um modo geral não se meteram nesta

aventura. Alguns casos, portanto, são esporádicos; não representam uma atitude coletiva, nem muito menos um pensamento, ponto de vista ou aspiração dos imigrantes já localizados no Brasil.”(267)

Não muito distante destas conclusões, Seyferth (1982) nos indica que a penetração do partido nazista foi bastante razoável em vários núcleos urbanos no país mas lembra que apesar de muitos teuto-brasileiros terem “se deixado empolgar pela doutrinação nazista (...), a maior parte dessa população estava longe de aceitar a tutela de um partido político estrangeiro, e o NSDAP foi assim encarado”(176). Isso, para Seyferth não significa que as simpatias ao Terceiro Reich não tenham sido significativas.

“O comportamento e as formas de identificação dos descendentes dos imigrantes alemães mostra que existe uma linha de separação entre o que deve ser considerado como étnico e como político em relação ao Estado alemão (...) Não sendo cidadãos da Alemanha, [os teuto-brasileiros] nada tinham em comum com o governo daquele país e muito menos com o partido político que o dirigia. (...) [Porém] a Alemanha é um *Urheimat*, e essa ligação não pode ser colocada em segundo plano. Há uma nítida separação entre Alemanha como entidade política e como pátria de origem.” (1987:177)

Porém, a resistência ao partido não passa somente por uma dimensão de recusa ao partido político estrangeiro. A resistência é também fruto da prática dos próprios militantes do partido nazista, ou seja, o distanciamento em relação ao partido é também provocado pelo “aspecto de tutela com que o nazismo tentou penetrar na comunidade teuto-brasileira”. (: 96) Por outro lado, como a autora nos mostra com o exemplo de Brusque, a própria forma de divulgação, restrita a palestras com perfil elitista, “fez com que a maior parte da população, especialmente operários e colonos, encarasse o nazismo com reservas e até mesmo com hostilidade”(176-7).

Isso expressa-se nas páginas dos periódicos com os quais a autora trabalha,⁶⁸ nos quais ela identifica dois níveis de relação com o Nazismo: um no qual a reação tanto à ascensão de Hitler na Alemanha quanto ao NSDAP no Brasil são positivas, exemplificado pelo *Blumenauer Zeitung* e pelo almanaque *Volk und Heimat*, e o outro no qual, apesar de reagir positivamente ao Terceiro Reich, reage-se negativamente ao partido no Brasil, posições que são expressas pelo *Kolonie Zeitung*, pelo *Der Urwaldsbote* e, de forma mais radical pelo *Der Kompass*. Essa diferença entre as reações está ancorada, como diz a autora, não propriamente num repúdio da ideologia racista ou mesmo da comunidade dos cem milhões de alemães, mas sim [numa] crítica contundente à apropriação nazista do conceito de *Volksgemeinschaft* [comunidade do povo, ancorada num princípio de descendência ao que os nazistas opuseram um princípio político: ser alemão é ser nazista.] (1979: p.274)

Seguindo um caminho diferente⁶⁹, René Gertz também fala de dois tipos de reação da “população teuta” ao nazismo: por um lado, a “reação à tomada do poder pelos nazistas na Alemanha” e, por outro, a reação à atividade partidária no Brasil”(81). A diferenciação desses dois tipos de reação se justifica. No primeiro caso, trata-se do posicionamento diante da ideologia e da política nacional-socialistas dentro da Alemanha e, no segundo caso, das consequências concretas para os teutos no Brasil”(Idem). Tomando por base esta diferença, o autor afirma ter havido um hiato entre as reações favoráveis ao Terceiro Reich, relacionadas ao reavivamento do

⁶⁸ Quando discute o nazismo no Brasil, a preocupação de Seyferth é com a identificação dos contornos da ideologia étnica veiculada pela imprensa sob influência do nazismo e um cotejamento desta com a veiculada por jornais teuto-brasileiros objetivando pontuar as mudanças desta sob a influência dos nacional socialistas. Dessa forma, a autora lida com o universo dos periódicos editados em alemão do Vale do Itajaí.

⁶⁹ Apesar de estar preocupado especificamente com o integralismo nas áreas de colonização alemã do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, Gertz afirma que “estudar o integralismo [nestas regiões] ... requer inicialmente uma introdução sobre a inserção política dos imigrantes e seus descendentes à realidade brasileira. Feito isso não se pode deixar de discernir entre integralismo e outros movimentos como o nazismo e o germanismo, para estabelecer se eles se identificam pura e simplesmente entre si ou se devem ser feitas as devidas distinções.”(GERTZ: 1987, p.11).

germanismo (de certa forma fomentado pelo governo brasileiro, tendo como pano de fundo o incremento das relações Brasil-Alemanha a partir de 33), e as favoráveis ao NSDAP aqui no Brasil, concluindo que a resistência ao partido foi muito maior que a simpatia a ele:

Como Seyferth, Gertz (1980, 1987), por caminhos diferenciados, também observa que a pouca inserção do partido nas comunidades “teutas” se inscreve na recusa à diversas práticas do partido. Este autor faz uma caracterização da estrutura do partido no Brasil como mal gerida e pouco controlada pelo centro berlinense⁷⁰ o que gerou uma situação de bastante fragilidade orgânica. Por outro lado, a “arrogância e a violência dos ‘partidários’” acarretou num distanciamento do grupo que para o partido seria o de “aderentes potenciais”, ou seja, os “teutos”⁷¹.

“A atividade partidária parece ter se restringido a alguns elementos não integrados nas zonas de colonização alemã e por isso houve uma oposição muito generalizada à atividade dos ‘partidários.’ (1987: 108)

Com essas observações, podemos pontuar algumas sínteses sobre estas questões:

1º) Quanto aos objetivos do partido nazista, a bibliografia analisada apresenta dois tipos de alternativa: ou o partido organizou-se no Brasil com o intuito de construir as condições para uma futura anexação das áreas coloniais à Alemanha, utilizando (de forma ativa ou passiva, de acordo com cada autor) as populações “de origem” presentes nestas áreas, ou o partido é caracterizado como não possuindo qualquer objetivo claramente definido ao se construir no Brasil;

⁷⁰ “Em geral era nomeado como dirigente partidário quem escrevesse uma carta para a Alemanha, apresentando-se como membro do Partido. Mas em geral essas pessoas não tinham qualquer influência ou liderança no meio em que viviam e sua atividade não surtia efeito.” (pg. 78)

⁷¹ “Chegamos ao máximo de 5.000 “partidários” para todo o Brasil (pag. 86, grifo do autor)

2º) Diferença também se nota na forma de conceber o partido em termos de suas dimensões e composição. Para alguns o partido é grande, bem enraizado na “zona colonial germânica” do sul do Brasil. Já para outros o partido é pequeno, urbano, tem pouca representatividade nas colônias, é mal gerido e ineficaz nas ações que realiza em seus campos de atividade.

3º) Porém existe uma unanimidade: para se construir no Brasil, o NSDAP visualizava como grupo alvo todas as pessoas “de origem”, não havendo, do ponto de vista do partido, nenhuma diferença entre os nascidos no Brasil (descendentes) e os nascidos na Alemanha. Dessa forma, fica claro que para os autores que abordam a questão, invariavelmente, na definição do grupo-alvo, o referencial de nacionalidade aparece como o grande divisor-de-águas. E este “referencial de nacionalidade”, não importando se operado por agentes da repressão, por homens de imprensa ou por pesquisadores, está ancorado no *jus sanguinis* próprio de algumas tradições nacionalistas alemães gestadas no século XIX (cf. cap. 1 supra). Assim, para esses autores, do ponto de vista do partido, não importa se as pessoas tenham nascido no Brasil ou na Alemanha, como não importa se elas são cidadãos deste ou daquele país. O dado fundamental é que eles são “de origem”.

Capítulo 5

A Construção Partidária

I - A Montagem da Estrutura

Não se pode dizer que, como em alguns dos aspectos anteriormente abordados, a construção do NSDAP no Brasil seja objeto de divergências ou que, ao contrário, haja um consenso estabelecido sobre essa questão. Quando tratamos da estrutura partidária, envolvendo questões como a fundação e a construção progressiva do partido, sua composição, distribuição regional, a relação do partido aqui no Brasil com a direção na Alemanha e questões correlatas, percebe-se a existência de grandes vazios de informação e a tentativa de alguns de reconstruir esses vazios com referências esparsas e, em não poucos casos, pouco documentadas.

Um exemplo importante desta situação nos é dado pela discussão da fundação do partido no Brasil⁷². Dos poucos que se aventuram por este tema, Ribas (1943) e Martins (s/d) optam por tentar reconstruir a fundação do NSDAP como um processo desencadeado por “indivíduos desagregadores” presentes nas regiões coloniais. Eles seguem o caminho de uma personagem (Bruno Fricke) que até o Putsch de Munich (1923) fizera parte de um dos *Freikorps* que atuaram na Alta Silésia e que após a prisão de Hitler no mesmo ano, viera para o Brasil em busca de trabalho.⁷³ Esta

⁷² Para autores como Giudici (1938), Artúcio (1942) esta questão não parece fazer sentido. Coerentes com a forma de ver as colônias como “cabeças-de-ponte” alemãs lá colocadas desde o século passado com intenções anexionistas claras, a fundação do partido não parece marcar qualquer diferença significativa no perigo por elas representado. Da mesma forma, em PY (s/d e 1942), a continuidade estabelecida entre o pangermanismo (existente desde “1740” [1942:11]) e o nazismo também faz com que o momento da instalação do NSDAP entre nós seja secundarizado. Apesar disso é curioso notar que é em Py que aparece um “Relatório Secreto” sobre o nazismo na América Latina que serve de base para outros autores falarem da construção do partido nazista no Brasil (Cf. cap. denominado “Panorama geral do nazismo na América do Sul”, pp 368-398).

⁷³ Cito, a título de exemplo, um trecho da narrativa de Martins: “[Neste momento] a confusão era geral. Ele próprio é um desambientado. Já não sabe trabalhar. Só sabe matar. Se o gangsterismo em Chicago estivesse então em seu apogeu, provavelmente tudo estaria solucionado. Haveria emprego se ele não fosse lerdo em sua apresentação, porque outros camaradas de armas, sem dúvida lhe levariam a dianteira. Entre esses (...), um soldado austríaco (...) chamado Adolf Hitler. Na falta de Chicago, surgiu o Partido Nacional Socialista na Alemanha. Fricke incorporou-se ao grupo, logo no início.

personagem permite a Martins definir com precisão os “primórdios” do nazismo no Brasil:

“Em 1923 ouve a primeira tentativa nazi em nosso território. (...) No Rio Grande do Sul, por exemplo, os remanescentes de Fricke, desde 1926 estavam em atividades nacional socialistas. Contudo era um trabalho disperso, precário e desorganizado e sem ligação com o partido Nacional-Socialista da Alemanha. (...) Em Blumenau, Santa Catarina, atividades análogas e também desconexas se verificaram em 1929. (...) Em Porto Alegre, o Círculo nazista para todo o Rio Grande do Sul foi fundado em outubro de 1932. (Martins, s/d: 12-13. Cf. também Ribas 1943: 19-24)

Porém, apesar da sofisticação quase romanesca das informações fornecidas por Martins e, em menor grau, também por Ribas, as indicações da origem de seus dados são precárias quando não totalmente inexistentes.⁷⁴

Agora, mesmo com a pouca sustentação documental, o trabalho de ambos explicita uma forma de pensar a organização do partido nazista no Brasil: ela é identificada em função da existência de manifestações de simpatia ao nazismo e mesmo da presença de filiados ao partido em uma determinada localidade. A retomada da trajetória de Bruno Fricke é exemplar neste sentido: o NSDAP aporta em terras brasileiras quando este nazista aqui chega; a existência de “remanescentes de Fricke” é índice da continuidade do trabalho partidário.

[Com o *Putsch* foi preso e logo depois de libertado] tomou um navio e desembarcou no Brasil. Aqui havia trabalho honesto (...). O pão fê-lo esquecer a pistola. [Porém, com as notícias da pátria] Fricke lembrou-se de Frederico II, de Bismarck e dos velhos sonhos imperialistas germânicos. Lembrou-se da Alemanha Antártica e passou a agir entre nós procurando nas colônias alemães do Rio Grande do Sul aliciar adeptos para o Nacional Socialismo inaugurando, assim a quinta coluna no Continente americano. (:11-12)

⁷⁴ Martins nos fornece o roteiro de sua pesquisa da seguinte forma ;”Acabo de saltar de um avião que me trouxe de uma peregrinação pelo interior do Rio Grande do Sul. Lá entrei em contato com as zonas colonizadas pelo elemento alemão e italiano. Investiguei, de perto o problema dos quistos raciais. Confundi-me com eles afim de lhes sentir as reações. Fiz inqueritos, colhi as emoções de sua gente. Vi-lhes o viver, auscuitei-lhes os seus sonhos. Conversei, indaguei e robusquei por todos os cantos. Enchi, enfim, o meu embornal de confidências e documentos, uns e outros recolhidos em todos os meios sociais, não só no campo como na cidade. Conferenciei com autoridades e dessas compulsei os arquivos com inteira liberdade de movimentos. Estou, pois, razoavelmente habilitado a contar e a mostrar alguma coisa”. (:11) Apesar de não se referir em momento algum à origem dos dados específicos sobre este ou aquele tema, está claro que no que tange à fundação do partido é o referido “Relatório Secreto”, incluso no livro de Py, que serve de base tanto a Martins quanto a Ribas.

Antes de prosseguirmos, contudo, é importante que façamos uma necessária distinção, normalmente não verificada nos textos compulsados, entre a existência de simpatizantes ou mesmo de filiados ao partido nazista em um determinado local e a existência aí de uma estrutura organizativa do partido. Esta diferença é chave pois importa-nos sobretudo a organização partidária. Dessa forma, não está em questão a existência ou não de indivíduos nazificados ou propensos a se nazificar e o conjunto de suas motivações para fazê-lo. A existência de casos de indivíduos, filiados ao partido ou não, que desde meados da década de 20 demonstravam, publicamente ou não, alguma forma de proximidade em relação ao NSDAP tal qual existente na Alemanha, de qualquer forma muito provável e em vários casos até comprovada, não é, contudo, índice de organização partidária. O que nos interessa aqui é a associação de indivíduos ou grupos de indivíduos em algum tipo de estrutura que implique na possibilidade formal de uma ação coletiva e de concepções (também formalmente) comuns.

Porém, isto não implica que não houvessem nazistas fora do NSDAP. Ao contrário, esta delimitação deixa aberta esta possibilidade mas não a tangencia. Com isso, ante a questão de podermos considerar nazista somente os filiados ao NSDAP, ou se incluímos na categoria “nazista” um espectro mais amplo de relações com o partido, com o Estado Alemão, com a ideologia nazista etc..., proposta com propriedade por Gertz (1987: 87), propomos a alternativa de somente se poder falar do partido nazista no Brasil a partir das referências organizacionais e das representações formalmente ligadas ao NSDAP aqui estabelecido.

Este recurso à dimensão eminentemente formal do partido se balisa pela perspectiva de que se evitem dois tipos de equívocos: o primeiro diz respeito à dificuldade de delimitação de critérios objetivos do que seria ou não nazista,

dificuldade que foi por muitos ultrapassada pela definição do tipo: manutenção da distintividade étnica=ser nazista. Como nos diz Gertz (1987: 88): “qualquer traço cultural podia ser aproveitado [pelos agentes da campanha de nacionalização] na tentativa de comprovar o nazismo entre os teutos. [Nesta] categoria de provas caíam: falar alemão, ler um jornal de língua alemã, ser membro de uma sociedade recreativa.”

Um outro problema muito comum diz respeito às generalizações pouco cuidadosas tanto no que se refere ao fato de as diferenças entre indivíduos que fazem parte de um grupo qualquer (o partido nazista, por exemplo) serem consideradas inexistentes, quanto em relação à percepção de indivíduos e instituição como uma e a mesma coisa. Assim, quando em determinados momentos se busca comprovar que os nazistas são elementos moralmente incapazes, lança-se mão de exemplos de indivíduos ditos “moralmente incapazes” ou quando se fala na espionagem exercida pelo partido nazista no Brasil, são relatados casos de espiões e atos de espionagem nazista, sem que contudo fique demonstrado que este era um tipo de atividade dos membros do partido ou mesmo da organização como um todo (Cf. Py, 1942; Ribas, 1943; Martins, s/d).

Desta forma, a opção por tomar como campo de análise a estrutura partidária formalmente estabelecida e as representações por ela produzida e formalmente compartilhada pelos seus membros implica que não podemos falar nos “nazistas no Brasil” ou mesmo nas “idéias nazistas no Brasil” mas simplesmente nos indivíduos organizados no (e nas idéias produzidas ou acionadas pelo) Partido Nazista no Brasil

De uma forma geral, a idéia de como o Partido estruturou-se no Brasil nos é até hoje indicada pelo já citado “Relatório Secreto”, muito provavelmente produzido por algum órgão de repressão política, chamado “Panorama Geral do Nazismo na América do Sul” tornado público por Py (1942: 368-398). Um resumo bastante

razoável de algumas das indicações presentes neste relatório nos é apresentado por Cohen (1988) nos seguintes termos:

“Cada *Landsgruppe* (grupo-país) subdividia-se em *Ortsgruppen* (grupos locais), cada um com o seu *Ortsgruppenleiter* (chefe do grupo local). Em países em que o número de alemães era muito grande, existia ainda os *Kreis* (círculos). No Brasil, os círculos acompanhavam a divisão do país, isto é: para cada Estado, um círculo. Nas grandes cidades havia *Zellen* (células) dirigidas por um *Zellenleiter* (chefe de célula), uma em cada bairro e, no interior do país ou estado, figuravam como células as pequenas localidades. As células dividiam-se em *Blocks* (blocos), com um chefe de Bloco para ruas extensas ou grandes blocos de edifício, ou para as localidades longínquas e afastadas com reduzido número de alemães. O Grosso dos partidários ficava reunido dentro dos Blocos e, por intermédio destes, achavam-se eles ligados às células, aos grupos locais, aos círculos, aos grupos-países e finalmente à *A.O.* Toda a organização nazista no exterior baseava-se no sistema estrutural-político da Alemanha Nazista.” (: 50. Os sublinhados são meus. Outros grifos no original.)

A impressão que se tem após a leitura do referido “Relatório”, e reproduzida pelo texto de Cohen, é a de que foi montada uma minuciosa e super-ampla rede de organização do Partido Nazista na América do Sul. No Brasil esta estrutura é tida como centralizada e com representação em todos os estados e nas grandes cidades, onde o número de militantes era suficiente para a construção de células e até de blocos. Assim a autora complementa:

“O Partido Nacional-Socialista [foi] representado pela grande comunidade alemã residente no sul do país... As atividades nazistas no Brasil foram coordenadas pela embaixada alemã no Rio de Janeiro e pelos consulados, especialmente em Porto Alegre, Curitiba e São Paulo. Os agentes do partido tiveram à sua disposição diversos organismos e associações criadas pelo NSDAP, que permitiram infiltração de pessoas nas principais sociedades recreativas e culturais e nas escolas teuto-brasileiras”. (:11 e 46)

* * *

Apesar de existir na Alemanha desde o início da década de 20, no Brasil o NSDAP veio a constituir uma estrutura organizativa somente em princípios da década de 30, tendo como data referencial de seu estabelecimento no Brasil o ano de 1931, sendo que os primeiros núcleos a se formarem são os do Distrito Federal (cidade do Rio de Janeiro) e o de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul 1931⁷⁵. Além destes, encontramos referências precisas sobre a fundação do núcleo de São Paulo (o que aconteceu em setembro do mesmo ano), São Francisco, Porto União e Joinville (SC) e Bahia (Salvador) constituídos posteriormente àqueles.⁷⁶

Embora não existam quaisquer indicações mais precisa sobre o momento da fundação de alguns destes núcleos, pode-se perceber que a partir do segundo semestre de 1931 o número de filiações ao partido cresce de maneira bastante significativa, podendo ser tomado como índice de algum tipo de organização do trabalho partidário. (Cf. Gráfico 1 em Anexos)

Uma situação exemplar deste crescimento à partir de Junho nos é fornecida pela Capital Federal, corroborando a hipótese de que o segundo semestre marca o início do trabalho organizado do partido no Brasil. Não contando com nenhum

⁷⁵ Apesar de em uma série de trabalhos (como nos vistos logo acima) a fundação do partido ser indicada como tendo ocorrido na década de 20, dois elementos nos apontam para a fragilidade desta hipótese: o confronto da única fonte com a qual os referidos autores trabalham, o dito “Relatório Secreto”, com um conjunto outro de fontes, inclusive policiais e judiciárias, que nos apontam para o ano de 1931, apesar de em nenhum deles a data precisa vir indicada. Além disso, se observarmos o próprio número de membros inscritos no NSDAP na segunda metade da década de 20 até o final de 1930, verificaremos que ela é sensivelmente menor do que o dos anos a ele imediatamente posteriores:

Tabela 3 : Número de filiados à seção brasileira do NSDAP por ano entre 1925 e 1933:

	1925	1926	1927	1928	1929	1930	1931	1932	1933
Nº filiações	1	0	1	11	11	32	71	226	410

Fonte: AERJ-DESPS-A-P6

⁷⁶ Sobre a fundação do partido e dos núcleos citados, encontramos referências nos seguintes documentos: AN-TSN- Pr. 4000- fls. 197-201; AN-TSN- Pr. 4760 - fls. 5 e 7; AN-TSN-Pr. 5150 fl. 5; AN-TSN-Pr. 3757, fl. 43; AN-TSN- Pr 3367 fl 13; AERJ-DESPS-A-P1-00018, 00036-40; AERJ-DESPS-A-P6, AERJ-DESPS-A-P7-000121-000127;

membro até então, os primeiros dois *Parteigenossen*⁷⁷ da cidade do Rio de Janeiro ingressam no partido somente em junho de 1931. Até dezembro a cidade contaria com 11 e o Estado (incluindo cidades que fazem parte do atualmente chamado Grande Rio) com 7 novos filiados. Da mesma forma, se até 1930 o número de militantes residentes na capital gaúcha era a exata metade dos existentes no interior, no final de 1931 esta situação se inverte: o número de *Parteigenossen* existentes no interior era somente de 53,8% do número de filiados da capital.⁷⁸

Uma primeira questão que podemos levantar a respeito do estabelecimento do partido no Brasil diz respeito à interferência de Berlim neste processo. Dito de outra forma, o quanto de estratégia existe na constituição de núcleos do NSDAP aqui no Brasil. Apesar de não havermos encontrado qualquer referência conclusiva a este respeito, não nos parece, contudo, casual que seja precisamente neste ano que é organizada ou quando o primeiro passo é dado para a organização da seção brasileira do NSDAP.

Um elemento que sem dúvida não é de menor importância neste processo, diz respeito a própria estruturação, neste mesmo ano, da *Auslandorganization* (AO) do NSDAP, como já foi visto (cf. cap 3), não sendo absurdo supor, muito ao contrário, que a constituição de uma estrutura com o objetivo de organizar os militantes do partido no exterior operasse como um catalizador na montagem de estruturas partidárias com este fim. Além deste fato, um outro elemento reforça nossa suposição. Durante a segunda metade da década de 20 vieram para o Brasil vários membros do Partido (e outros ainda filiaram-se aqui, possivelmente através de

⁷⁷ Literalmente: partidários. Este termo será usado aqui para indicar somente os membros filiados ao partido constantes do documento AERJ-DESPS-A-P6.

⁷⁸ Ainda que nenhuma das fontes nos fale especificamente a este respeito, não nos parece absurdo propor que na cidade de Blumenau tenha se constituído também um núcleo do partido por esta época. Apesar de percentualmente seu crescimento não ser tão expressivo quanto o do Rio de Janeiro e o de Porto Alegre, não se pode descartar a constância do crescimento partidário na cidade, chegando ao final de 1931 com 18 membros novos, para um total de 22 até o final de 1930.

contatos com a Alemanha). O fato é que até o final de 1930 (ano imediatamente anterior ao ano de “fundação” tal qual indicado por uma série de fontes, existiam no Brasil 54 filiados. Verificando-se a distribuição regional destes, percebe-se que o Estado que concentrava o maior número de *Parteigenosen* no Brasil era Santa Catarina, com 30 indivíduos filiados ao partido, 22 deles somente em Blumenau. Ainda assim, as cidades que primeiro constituíram seus núcleos foram a Capital Federal e Porto Alegre, a primeira delas sem quaisquer *Parteigenosen* e a segunda com somente 3⁷⁹.

Ainda que não exista qualquer referência mais substancial a este respeito, não nos parece simples afirmar que tenha ocorrido um processo de “auto-organização” em cidades sem nenhum militante do partido (ou mesmo com poucos). Além disso, ainda que trabalhemos com a hipótese de que, por exemplo, o núcleo de Blumenau não tenha demorado a se estabelecer (tendo surgido, hipoteticamente, ainda em 1931 - informação não constante nas nossas fontes), não se pode negar que em face do estabelecimento prioritário da organização partidária em umas cidades e não em outras, somente a existência de membros do partido não era critério definidor da possibilidade de se ter uma organização, devendo ser tomado também em consideração o interesse do NSDAP de que existisse algum tipo de estrutura organizativa neste ou naquele lugar.

⁷⁹ **Tabela 4:** Número de Filiados à seção brasileira do NSDAP por Região entre 1925 e 1930:

	RJ	SP	RS	SC	O-E.*	S/E*	total
Capital	0	3	3	0	-	-	6
Outras Cidades	8	2	6	30**	-	-	46
Total	8	5	9	30	0	2	54

* O-E= Outros Estados; S/E= Sem Endereço Registrado

** Destes, 22 centram-se na região de Blumenau e 8 na cidade de Rio do Sul.

Dessa forma, pode-se supor que a fundação do partido no Brasil se dá a partir de um tipo de intervenção qualquer da *Auslandsorganization*. Essa suposição balisa-se na hipótese de existirem locais de importância estratégica maior para a direção do NSDAP, nos quais a Capital Federal, por exemplo, considerado por membros do partido como “um dos lugares especialmente importantes da América do Sul” (Apud Gertz, 1987: 79), estaria certamente incluído.⁸⁰

Porém, apesar da possibilidade deste tipo de intervenção da AO aqui no Brasil não ser tão remota, ao que tudo indica, o partido não é fundado de uma maneira centralizada, por meio de uma reunião dos partidários existentes no Brasil ou qualquer forum correlato. Os núcleos organizados inicialmente (os de Porto Alegre e da Capital Federal, da cidade de São Paulo)⁸¹, estabeleceram-se autonomamente, sem qualquer tipo de centralização em termos de uma organização central ou uma coordenação das atividades partidárias no Brasil⁸².

Exemplo dessa situação nos é dado pelo estabelecimento do núcleo de São Paulo. Até 1931 haviam 5 indivíduos filiados ao partido em todo Estado e, na capital, cerca de 40 simpatizantes que, neste ano, organizaram-se em um núcleo. Para isso fizeram uma reunião na qual foi eleita uma diretoria provisória, composta por três membros (Hans Henning von Cossel - Chefe Local, Karl Illinorp - Tesoureiro e Otto Amil Schulke - Secretário). Esses nomes, bem como a própria existência da

⁸⁰ Lembramos, para que não hajam dúvidas, que pensar na possibilidade da intervenção da direção berlinense no estabelecimento do partido no Brasil não implica na existência de um plano anexionista qualquer, como pretendiam vários dos autores anteriormente analisados. Mesmo não havendo, como já ficou há algum tempo demonstrado, qualquer prova documental ou ações concretas que comprovem a inclusão do Brasil nas pretensões expansionistas do Nacional-Socialismo, não nos parece antitética a existência de algum tipo de coordenação (qualquer que seja) das atividades do NSDAP (e não dos “nazistas”) no Brasil

⁸¹ Não excluo, reitero, a possibilidade de que tenha havido neste ano de 1931 o estabelecimento de algum outro núcleo do partido em outra cidade. Parece ser contudo significativo o fato de não existirem quaisquer referências a este respeito nas declarações de membros do partido, na maior parte das vezes de suas direções central e regionais (de norte a sul do país), colhidas nas fontes compulsadas.

⁸² AERJ-DESPS-A-P6; AERJ-DESPS-A-P1, 00018; AERJ-DESPS-A-P7, 000121-000127.

organização, deveriam ser, como foram, remetidos à Alemanha para serem confirmados pelo setor da direção do partido em Berlin responsável pelos núcleos no estrangeiro, a AO.⁸³

Apesar de o salto percentual de partidários ser mais significativo em algumas capitais, pode-se notar que, com a constituição destes núcleos, o número de membros cresce em todo Brasil, alcançando um número de 71 novos adeptos até o final do ano de 1931, representando uma taxa de crescimento de 131,5%, e 226 até o final de 1932. De fato, o partido neste momento amplia-se para além das fronteiras físicas dos locais onde os seus núcleos estão estabelecidos, conquistando adesões também nos estados de Minas Gerais, Bahia, Espírito Santo e Pernambuco. Neste momento a estrutura interna dos núcleos era em geral pouco complexa. Em São Paulo, como já foi dito, haviam somente três indivíduos a desempenhar funções dirigentes e, no Rio de Janeiro, quatro.

Progressivamente constituem-se outros núcleos até a primeira reorganização, na primeira metade de 1933, quando o partido passa a contar com uma direção centralizada para todo o Brasil e estruturar-se, tanto no que diz respeito a constituição de hierarquias para todos os âmbitos da organização quanto pela formalização de áreas geográficas submetidas às diversas direções intermediárias.

Dito de outra forma, constituem-se os círculos e os grupos locais e a eles são delimitadas áreas de atuação que correspondem parcialmente, num primeiro momento, a determinados estados da federação. A necessidade de trabalho político, o

⁸³ Segundo Gertz (1987) a escolha de dirigentes locais se dava da seguinte forma: “*Parteigenossen* escreviam à AO, autoproclamando seus méritos e em consequência lhes eram dados cargos de chefia. Frequentemente, porém, pouco depois um outro *Parteigenosse* conseguia convencer às instâncias superiores na Alemanha de que tinha méritos maiores e se operava uma substituição”. (: 220. Cf. tb. 1987: 78-80). Contudo, pelo que pude até agora verificar, ou os núcleos, à exemplo do de São Paulo, elegiam seus dirigentes ou os dirigentes eram escolhidos pelo *Landesgruppenleiter*, como é o caso do *Ortsgruppen* de Salvador (BA), sendo que, em ambos os casos, a direção da AO tinha a prerrogativa de confirmar ou não a escolha, última situação esta não verificada. Cf. AN- TSN- Pr. 4000; AN- TSN- Pr.4760; AN- TSN- Pr.3757; AN- TSN- Pr. 5150; AN- TSN- Pr. 3367.

surgimento de *orstgruppen* em estados que não possuíam um *Kreis* ou mesmo a definição de áreas para o trabalho político em que não houvessem militantes suficientes para constituírem um *Kreis* ou um *Ortsgruppe*, fez com que se maleabilizassem os limites de suas áreas de abrangência. Sendo assim, estados do Norte ou mesmo o Paraná, sem militantes ou possuindo militantes suficientes somente para a constituição de *orstgruppen* organizavam-se nos círculos referentes aos estados do Rio de Janeiro e São Paulo respectivamente. Com esta estruturação, a organização do partido ficou distribuída da seguinte maneira: Direção Central (com sede na Capital Federal), Círculo Centro e Norte (com sede na Capital Federal), Círculo São Paulo e Paraná (sede na cidade de São Paulo), Círculo Santa Catarina e Círculo Rio Grande do Sul. Nessa época foi destacado por Berlin como dirigente do NSDAP no Brasil (*Landsleiter*), o dentista Herbert Guss; para o Centro e Norte o sr. Heinz Weber; para São Paulo e Paraná Hans Henning von Cossel.⁸⁴

Ao nível internacional, o Partido no Brasil, cujos grupos regionais encontravam-se até então vinculados diretamente à AO, torna-se parte da Estrutura do partido na América do Sul. De uma forma geral, os diversos *Landesgruppe* estavam diretamente ligados ao Departamento Exterior da AO. Contudo, na América do Sul os diversos *Landesgruppe* (Brasil, Argentina, Chile, Paraguai, Perú, Bolívia e, posteriormente, Uruguai) passaram a ser subordinados a uma instância dirigente intermediária, única no partido e imediatamente subordinada à *Gau Auslandsorganization* dirigida por Bohle: o comissariado da América Latina, dirigido por Wilhelm Kohen, ex-dirigente do NSDAP no Chile⁸⁵ (Cf. Organograma 1 nos Anexos ao capítulo).

⁸⁴ AERJ-DESPS-A-P6; AERJ-DESPS-Pront. 36345, AN- TSN- Pr. 4000; AN- TSN- Pr. 3757. Infelizmente não foi localizada qualquer informação sobre os dirigentes para Santa Catarina ou Rio Grande do Sul no período posterior à primeira reorganização do partido.

⁸⁵ AERJ-DESPS-A-P1/cont. - 00206-00256. Cf. também Artúcio, 1942: 24-33.

Em meados de 1933 um processo que poderíamos ilustrativamente caracterizar como uma crise na direção do partido no Brasil, culminando com a intervenção no *Landsgruppe* por Wilhelm Kohen, caso que posteriormente tornou-se público, catalisa o que pode ser considerado como a segunda reorganização do NSDAP no Brasil.

O referido caso, por mais que publicado ainda na década de 40 e mencionado em boa parte da bibliografia sobre o NSDAP no Brasil ainda não foi, por assim dizer, contado. O que se sabe é mais ou menos o seguinte: o então *Landsleiter* Herbert Guss, elevado a este posto em abril de 1933, sofre um processo da USCHLA (uma espécie de setor jurídico do partido, Cf. Capítulo 3, supra.) antes do final de 1933. Neste processo, os adversários imediatos de Guss são Theodor Kamps (da Capital Federal), Hans Henning von Cossel (de São Paulo), bem como o próprio comissário Wilhelm Kohen, que torna-se interventor no partido no Brasil. Após Guss ter sido exonerado do cargo que ocupava, veredito no qual W. Kohen tomou parte, o âmbito de julgamento (possivelmente através de uma apelação), ao que tudo indica, se desloca para a Alemanha. Com isso inúmeras cartas e relatórios são enviados para a justiça partidária em Berlin tanto por Guss e por partidários a ele solidários, alguns indo parar nas mãos de figuras de proa no partido como Streicher e Hess, quanto por parte de alguns membros do partido no Brasil sustentando a decisão anteriormente tomada. Em 1934 Guss chegou a ser expulso do partido pelo chefe do Grupo Local (DF) sendo, contudo, sua expulsão revogada por ordem vinda de Berlin. Em 1935 o próprio *Gauleiter* da AO, Bohle, expulsou-o provisória e, logo depois, definitivamente do partido.

Além de toda essa repercussão, este episódio gerou o único caso no Brasil até agora conhecido de constituição de um bloco interno ao partido. Até a expulsão

definitiva de Guss, algo em torno de 50 membros do partido no Rio de Janeiro colocaram-se ao seu lado contra as decisões tomadas a este respeito por parte da direção nacional do partido. Ao final de todo o processo, foram expulsos 54 partidários que haviam ficado ao lado de Guss.⁸⁶

Se levarmos em conta somente o número de pessoas que ingressaram no NSDAP até o final de 1934 (antes de finalizar-se o processo, portanto) a expulsão destes 54 partidários representou uma perda significativa de quadros, algo em torno de 12,5% do total de membros ingressos no partido até aquele momento.⁸⁷

⁸⁶ Menções e relatos mais e menos extensos (porém sempre incompletos) sobre o caso Guss podem ser encontrados em AERJ-DESPS-Pront. nº36.397. Matins s/d; Gertz 1987 e em Py, 1942. Importante neste último são duas cartas do próprio Guss presentes no 2º capítulo.

⁸⁷ Apesar de ser difícil precisar o objeto das discordâncias entre os grupos em questão, capitaneadas por um lado por Guss e por outro por Cossel e Kohen, não parece que ele tenha se referido à disputas no campo da ideologia ou da teoria, visto a reafirmação por parte dos “reus” de seu compromisso com o nacional socialismo apesar das críticas ao partido. Em uma das cartas anteriormente mencionadas (cf. nota 13), datada de setembro de 1935, logo após sua expulsão definitiva, Guss, em tons bastante agressivos, afirma: “Hoje já estou convencido de que Bohle [*Gauleiter* da AO], Kohen [Comissário para a América Latina], Schlagen e o homossexual Kamps [membros da direção do partido no Rio de Janeiro] são os verdadeiros nacional socialistas, enquanto que nós, que levamos a teoria nazista a sério, somos os falsos”. (Apud Py, 1942: 36).

Existem duas interpretações sobre este processo. A primeira é apresentada por Py e Martins, baseados no já conhecido “Relatório Secreto”. Para eles, a recusa por parte de Guss de se submeter às ordens da AO por discordar de sua orientação para o trabalho partidário foi o gerador de todo o processo. Para Gertz, amparado por fontes documentais de arquivos alemães que comentam o caso, a saída de Guss deveu-se a sua incapacidade de construir vínculos com a “colônia alemã” do Rio de Janeiro, o que a distanciaria do partido.

Nesta última, há, acredito, um problema referente às fontes apresentadas por Gertz. Segundo seu texto, “constata-se que a situação no Rio de Janeiro é extremamente insatisfatória”. E na verdade deveríamos ter no Rio de Janeiro um dos lugares especialmente importantes da América do Sul, um grupo que funcionasse perfeitamente. O fracasso a meu ver deve-se à questão da liderança”. (Apud Gertz 1987: 78-79). Tomando o crescimento do partido no Rio de Janeiro desde sua fundação, e se compararmos esse crescimento com o ocorrido em outras regiões, notaremos que lá é o local do Brasil em que o partido mais cresce em termos absolutos até 1933, quando se inicia todo o processo, fazendo com que seja difícil que tomemos a ineficiência da direção, hipótese não totalmente improvável, como a única alternativa (Cf. Tabela 5 supra). Do material que foi parar nas mãos da AO e da justiça partidária na Alemanha, muito provavelmente os que afirmam a “ineficiência” que o grupo do Rio de Janeiro, que servem de fonte de informação para Gertz, fazem parte das disputas pela “história legítima” deste processo por nós chamado de “crise” em que estavam envolvidos os solidários e os contrários a Herbert Guss. Além do mais, mesmo operando com a hipótese de deficiências no crescimento do partido no *Kreis* Rio de Janeiro, como *Landsleiter* não poderia ele, Guss, sozinho, ser penalizado pelas insuficiências do trabalho de um *Kreisleiter*. Mais improvável ainda esta hipótese se torna se nos remetermos a dois outros dados: a direção do *Kreis* Rio de Janeiro se colocou contrária a Guss e a USCHLA foi o fórum no qual se realizaram as disputas, o que as torna, para o partido, uma questão de razoável gravidade.

Por outro lado, nos parece mais plausível, ainda que muito pouco (e fragilmente) documentada, a interpretação fornecida por Py e por Martins para o caso: de uma divergência sobre encaminhamentos ou métodos de direção ou projetos para o partido no Brasil e questões afins desencadeiam-se insubordinações sucessivas de um grupo de partidários da Capital Federal em torno do *Landsleiter*

Tabela 5:

Número de filiados à seção brasileira do NSDAP
por Estado entre 1931 e 1934:

	RJ	SP	RS	SC	PR	ES	MG	BA	PE	OE*	total
1931	18	14	11	19	1	0	1	0	0	8	
1932	96	40	43	20	5	8	2	3	3	9	
1933	117	45	78	94	21	3	8	2	2	30	
Sub-total	231	99	122	133	27	11	11	5	5	47	
1934	130	292	95	129	50	23	24	18	26	49	
Total	361	391	227	262	77	34	35	23	31	96	

* OE= Outros Estados e militantes sem endereço registrado

Antes mesmo de resolvido o caso do Rio de Janeiro, o partido reestrutura-se em termos orgnizacionais e realoca seu centro dirigente. Entre agosto de 1933 e maio de 1934 o partido conta com um *Landsleiter* provisório, o sr. Walter Menk, sedo substituído posteriormente por Hans Henning von Cossel, antigo dirigente do partido em São Paulo, que é escolhido, por indicação do Comissário Kohen, para ocupar o cargo definitivo de dirigente do NSDAP para o Brasil, mudando-se a sede para São Paulo. Além disso, o Brasil foi redividido, surgindo com isso novos círculos, direções regionais e os *stuckpunkt*, chamados de “pontos de apoio”.

De acordo com o primeiro relatório de Py (s/d), passam a existir sete *Kreis* no país distribuídos da seguinte forma:

- Círculo I - Rio de Janeiro
- Circulo II - São Paulo
- Círculo III - Paraná
- Círculo IV - Santa Catarina
- Círculo V - Rio Grande do Sul
- Círculo VI - Bahia

Guss. que culminam com um processo na USCHLA e com a expulsao de todos. Mas. reitero, apesar de tudo, esta hipótese continua a ser apenas plausível.

- Círculo VII - Pernambuco

Apesar deste tipo de divisão ter sido, desde então, reproduzida, o confronto com o material por nós compulsado nos traz algumas diferenças em relação ao modelo fornecido por Py.

O primeiro fato verificado foi que o número e a abrangência regional dos *Kreis* é diferenciada. Encontramos confirmação da existência de *Kreis* que abrangiam cada um os três estados do sul do Brasil, um para o Estado de São Paulo e um para o Estado do Rio de Janeiro. Contudo, não se confirmou a existência de *Kreis* referentes aos estados de Pernambuco e Bahia. Nestes dois últimos, os militantes eram organizados somente em *Ortsgruppen* (que no caso da Bahia abrangia o estado como um todo). Em outros estados não havia uma organização responsável pelo estado como um todo mas simplesmente pelos lugares onde existiam militantes, como Recife (PE) e Vitória (ES). Além disso outros estados que também apresentavam militantes eram os estados do Amazonas e Pará na região Norte; Paraíba, Sergipe e Alagoas no Nordeste, Mato Grosso no Centro Oeste e Minas Gerais no Sudeste. Estes últimos possuíam uma malha estrutural de organismos partidários de base (*Ortsgruppen* e *Stuckpuncts*) cujas relações de subordinação a uma ou outra instância partidária não puderam até agora ser localizadas.⁸⁸

O que num primeiro momento parece ser uma simples diferença de classificação de organismos partidários sem maiores conseqüências, trata-se, na realidade de diferenças em termos políticos, administrativos e de concentração de militantes.

Com isso, tendo em mente o quadro pautado pelo texto de Cohen baseado no “Relatório Secreto” (Cf. supra), pode-se ao contrário afirmar, o que é quase uma

⁸⁸ AERJ-DESPS-A-P6; AN-TSN-Proc.3757; AN-TSN-Proc.2644; AN-TSN-Proc.3611; AN-TSN-Proc.4000; AN-TSN-Proc.4760; AN-TSN-Proc.1614.

obviedade, que o partido não esteve presente em todo o Brasil e nem esteve presente da mesma forma nos lugares onde se instalou. Além disso, a distribuição dos organismos no Brasil seguiu somente em poucos casos a divisão político administrativa do país. De fato não se pode deixar de perceber, como foi anteriormente indicado, que o estabelecimento de estruturas partidárias nesta ou naquela região mantém uma relação bastante próxima com algumas variáveis importantes nas quais estão incluídas as prioridades para o trabalho de construção partidária, o grau de independência administrativa desejável e/ou necessária para as direções locais e, inclusive, o número de militantes existente ou potencial de cada uma dessas regiões. (Cf. Tabela 3 supra)

Ao final a malha organizativa que permanecerá até a dissolução do partido por ato do governo brasileiro, constituiu-se, seguindo o modelo alemão, da seguinte forma:

- Direção Central do Partido no Brasil, com sede em São Paulo e, após a proibição do funcionamento partido (1938), no Rio de Janeiro - *Landsleiter* - Hans Henning von Cossel contando com uma “diretoria” composta por algo em torno de dez pessoas.
- Círculo - Rio de Janeiro com sede no Distrito Federal
- Círculo - São Paulo com sede na capital
- Círculo - Paraná
- Círculo - Santa Catarina
- Círculo - Rio Grande do Sul
- *Ortsgruppen* - Bahia, Vitória, Recife, Belo Horizonte, Terenos (MT), Rio Tinto (PB) e grupos menores em outras localidades.

Ao lado desta estrutura formal do partido existia uma malha secundária de organismos, associações e instituições que com ele mantinham vínculos jurídico-administrativos das mais diferentes ordens.

Mais próximos ao partido estão algumas organizações para-partidárias e estatais (da Alemanha) cuja estrutura reproduz-se também no Brasil. Dessas podemos citar a *Deutschebrasilianisch Jungendring* (DBJ-Círculo da Juventude Teuto Brasileira, que apesar do nome inscreve-se nos quadros da *Hitlerjungend-HJ*), a *Deutsch Arbeitsfront* (DAF-Frente Alemã do Trabalho), a *Nationalsozialistische Frauenschaft* (NSF-Associação de Mulheres Nacional Socialistas). A NSF e a HJ datam ainda da segunda metade da década de 20 e foram criadas pelo próprio partido, sendo que a HJ por indicação do próprio Hitler. Administrativamente, estes organismos não fazem parte da estrutura formal do partido, sendo a ela paralelos e contando com divisões regionais, direções, competências e estrutura hierárquica próprias.(cf. Capítulo 3)

No Brasil, ao que parece, a existência tanto da DJB quanto da NSF não se verificou em todos os lugares onde o partido possuía um núcleo. De fato não encontramos qualquer referência a existência destas organizações em outros estados que não os de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

A perspectiva mais geral pela qual se orientava o trabalho da DBJ, de acordo com um texto de perfil programático publicado no *Volk und Heimat* em 1938, era a seguinte.

“O indivíduo precisa ser forte e independente mas não pode esquecer a sua comunidade se ele não quiser naufragar. E esse saber nós queremos dar para cada um deles e os preparar para o sacrifício que a comunidade exige.

Enquanto nós preparamos os jovens e as crianças para saírem para a vida nós formamos uma ponte entre a casa dos pais e a grande “Comunidade do Povo”.

A escola nos ajuda a alcançar esses objetivos, mas principalmente a vivência adquirida em nossas reuniões (*Heimabend*) e nos acampamentos e passeios, ou seja, em todas as ocasiões em que nós nos encontramos.

(...)Com isso, não importa mais a sua posição, se ainda está na escola ou se já começou a trabalhar, se é de confissão católica ou protestante, se seus pais são ricos ou pobres. Lá só valem aqueles que querem ser camaradas entre camaradas. (...) E disso tudo nós

tiramos a força e a vontade de fazer a nossa parte para ter a honra de ser úteis à nossa pátria e ao nosso povo.” (:199-200)

Com seu núcleo central funcionando na cidade de Porto Alegre, sob a direção de Hans Neubert, a DJB organizava um conjunto de atividades nos diversos locais onde se estruturava, para atingir estes objetivos de formativos. Da mesma forma como se dava na Alemanha, as atividades desta organização para-partidária voltavam-se, como fica evidenciado pelo texto, para práticas esportivas e recreativas.⁸⁹

A DAF, por outro lado, é um organismo estatal que foi criado em 6 de maio de 1933, num dos primeiros atos do gabinete de Hitler, objetivando “coordenar” o movimento sindical alemão através da construção de uma única estrutura que congregasse corporativamente os trabalhadores antes separados em várias organizações⁹⁰. Entregue ao comando de Robert Ley, chefe da Secretaria de Organização do NSDAP, as funções deste grande “sindicato” estendem-se para atividades assistenciais e de capacitação de força de trabalho. Constituem-se organizações a ela subordinadas, como a *Kraft durch Freude* (literalmente, “força através da alegria”) e a *Schönheit der Arbeit* (literalmente, “a beleza do trabalho”) responsáveis, a primeira, pela organização do “lazer dos trabalhadores” e, a segunda, pela melhoria da qualidade do trabalho.⁹¹

⁸⁹ Cf. AN-TSN-Proc.4000, vol. I e II, especialmente o depoimento do sub-chefe do núcleo da DBJ de São Paulo, às fls 93 e 94.

⁹⁰ “The German Labour Front is the organization for all working people without reference to their economic and social position. Within it workers will stand side by side with employers, no longer separated into groups and associations which serve to maintain special economic or social distinctions or interests. The value of personality, no matter worker or employer, shall be the determining factor in the German Labour Front. (...)”

The High aim of the Labour Front is to educate all Germans who are at work to support the National Socialist State and to indoctrinate them in the National Socialist mentality.” (Acordo sobre as atribuições da DAF assinado em 19 Novembro de 1933 por Robert Ley e pelos ministros do trabalho e da economia do Reich. Apud Noakes and Pridham, 1991, II: 338)

⁹¹ A *Schönheit der Arbeit* organizou, por exemplo, campanhas de propaganda com slogans do tipo “Lute contra o Barulho”, “Pessoas Limpas numa Fábrica Limpa” e outros. A *Kraft durch Freude*, por seu turno, prescrevia métodos, tempo e conteúdos corretos das atividades de lazer, além de organizar a preços baixos viagens de férias, atividades esportivas e “apontar para a possibilidade de que os trabalhadores tivessem acesso ao novo “carro do povo” (*Volkswagen*)”. CF. Welsch, 1995: 56-59.

Estas organizações são dirigidas por membros do partido subordinados pelos canais partidários à chefia do NSDAP na Alemanha. Sua estrutura vertical assemelha-se à de uma *Gau* ou de um *Landesgruppe*, sem contudo possuírem tal status.

No Brasil, ao contrário das duas organizações anteriormente verificadas, a presença da DAF é verificada onde o são organismos do NSDAP e as datas de fundação de núcleos da DAF são em alguns casos coincidentes com as datas de fundação de núcleos do próprio partido, como no caso de São Francisco do Sul, em Santa Catarina, quando ambos constituíram-se em 1934.⁹²

Aqui, além de reproduzir algumas das funções por ela desempenhada na Alemanha, (mediação de conflitos em firmas alemães, extensão das atividades da *Kraft durch freude*, coletas beneficentes etc.) a DAF a partir de 1938 passa a ser o espaço de organização dos militantes do partido.⁹³

Estas três organizações operavam como um espaço mais amplo que o NSDAP mas nos quais se reproduziam as concepções mais gerais deste. Com isso o quadro de associados delas abarcava, como por exemplo os da DAF, desde indivíduos que não objetivavam a filiação ao NSDAP até os que por razões das mais diversas não foram aceitos ou foram desligados do partido.⁹⁴

Um segundo tipo de organização que mantém alguma forma de vinculação com o NSDAP são as associações alemães que estabelecem-se além das fronteiras do Reich. As mais conhecidas deste tipo são as associações de ex-combatentes como a *Kiffhäuserbund*, a *Kriegsverein* e a *Stahlhelm*.

⁹² Cf. AN-TSN- Proc. 4760

⁹³ Cf. AN-TSN- Proc.3611, AN-TSN- Proc.5339, AN-TSN- Proc.1933, AN-TSN- Proc.1539, AN-TSN- Proc.3757 e AERJ-DESPS-A-P22.6.

⁹⁴ Cf. AN-TSN-Proc. 3611; AN-TSN-Proc.1539 e AN-TSN-Proc.1933

A primeira delas, por exemplo, a *Deutschen Reichkriegerbundes Kiffhäuserbund* possuía uma direção central na Alemanha e *Landesverein* (Ligas de países) no exterior. A direção central para o Brasil situava-se em São Paulo e existiam círculos regionais que não correspondiam de forma imediata aos estados brasileiros; apesar da proximidade em relação à estrutura do NSDAP, os círculos da *Kiffhäuserbund* também não são necessariamente coincidentes com os círculos daquele. Em Santa Catarina, por exemplo, existiam núcleos nas cidades de Blumenau, Porto União e Hansa Humbolt e estavam vinculados verticalmente ao círculo Paraná-Santa Catarina, enquanto que o NSDAP possuía círculos em ambos os estados.

Os objetivos da *Kiffhäuserbund* vem expressos em seus estatutos:

§2 Fins e Obras

1) Os fins e as obras da camaradagem (*Kameradschaft*) são de natureza patriótica em relação à Alemanha (*vaterländischer*), social e de companherismo:

a) avivar e fortalecer o amor e a fidelidade à pátria, ao povo alemão e a seu Führer, fortalecer em todos o pensamento militar (*Wehrgedanken*), da convicção de ser alemão e da *Volkstum* alemã.

b) encher os camaradas com o espírito nacional socialista e combater energicamente todos os movimentos inimigos do Estado.

(...)

d) festejar convenientemente as datas comemorativas da pátria.

(...)

g) auxiliar camaradas necessitados, suas famílias e sobreviventes, especialmente veteranos (...) recorrendo às organizações subsidiárias e outras organizações de assistência social da União dos combatentes do Reich.

§3) Condições de Admissão e Obtenção de Título de Sócio

Pode ser sócio da camaradagem todo alemão honesto, de origem ariana, que tenha pertencido à *Wehrmacht* ou tido uma instrução pré-militar e que, pelos seus antecedentes, seu caráter e pela sua conduta ofereça aptidões para ser sócio (...).

Está excluído da admissão:

a) aquele que sofreu condenação com prisão ou a perda dos direitos civis ou que não se encontre no gozo de seus direitos civis.

b) aquele que por motivos que afetem a honra fora expulso do exército, do NSDAP, das SA, das SS ou de qualquer outra organização congênere.

c) aquele que acompanha movimentos comunistas, marxistas ou outros movimentos contrários ao Estado.

d) aquele que não for de origem ariana ou for casado com uma judia.

Além destes dois tipos resta-nos ainda as associações, sociedades e clubes que constituíram-se no Brasil, sem vínculos jurídicos com a Alemanha semelhante ao mantido pela *Kiffhäuserbund*. Essas associações, na maioria teuto-brasileiras, eram as que guardavam as maiores distâncias jurídica e administrativa em relação ao NSDAP mas que passaram a funcionar a partir dos processos por Py (s/d e 1942) denominados de “*Anschluss* (anexação) das Sociedades”, com uma clara alusão à anexação da Áustria por parte da Alemanha (1938), como correias de transmissão do partido nos diversos lugares em que existiam..

II - Fazendo Política Alemã no Brasil: Atividades do Partido

A existência legal da seção brasileira do NSDAP tem como datas limites os anos de 1931 e 1938. Porém, de forma diferente de outros partidos ou grupamentos políticos brasileiros da época, uma tal existência legal não implicou em qualquer registro mas sim na inexistência de quaisquer atos ou leis que o tornassem ilegal.

Segundo Vamireh Chacon, os artigos 99 e 100, do Decreto nº 21.076 de 24 de fevereiro de 1932, promulgado pelo governo provisório advindo da Revolução de 30, admitia duas espécies de partido: “os permanentes, que adquiriam personalidade jurídica nos termos do artigo 18 do Código Civil, e os provisórios, que não adquiriam aquela personalidade e se formavam transitoriamente à vespera dos pleitos, apenas (sic) para disputá-los.” “Também eram equiparados a partidos as associações de classe legitimamente constituídas”. (Chacon, 1985: 118)

Porém, o NSDAP, apesar de definido e reconhecido como um partido político em sua seção brasileira, nunca procurou estabelecer qualquer vínculo jurídico com o Estado no Brasil, não se inscrevendo em quaisquer das definições fornecidas pelo decreto supra-citado. Na realidade, a relação jurídica estabelecida entre o NSDAP e o Estado brasileiro só passa a existir no ato de sua dissolução como um “partido político estrangeiro” segundo o Decreto-Lei 383 de 18 de Abril de 1938. De fato, nunca houve qualquer indício que demonstrasse o seu interesse em participar do jogo político brasileiro, buscando conquistar, através de pleitos eletivos, cargos ou mesmo funções em espaços formalizados de gerência do Estado ou mesmo ao nível legislativo.

O NSDAP, desde o início de suas atividades no Brasil, ocupou este espaço de organização extra-legal visto que nem definia-se e nem era definido como um partido político brasileiro. Suas preocupações eram direcionadas para a intervenção em espaços políticos que remetessem, de forma direta ou indireta, à política alemã, mesmo que realizada no estrangeiro. Um índice importante deste tipo de situação é a verificação do leque de atividades nas quais o partido organizava ou se fazia presente.

Nos trabalhos que abordam a existência da seção brasileira do NSDAP, poucos são os que, de alguma forma, não abordam a questão das atividades do partido.

Parte dessa literatura, convencida de que a razão da instalação do partido em terras brasileiras só se justificaria em função do plano de anexação do Brasil elaborado por Hitler, questão já anteriormente pontuada, viam todas as ações do partido como meticulosamente planejadas em função da preparação militar de seus membros, da construção de um espírito desnacionalizador entre as populações “de origem” (pelas ações propagandísticas dos fanatizados militantes nazistas) e dos atos de espionagem praticados pelo partido e por suas “redes” de agentes. Este partido é um partido sólido, enraizado nas comunidades que foram durante muito tempo deixadas de lado por governos pouco interessados em nacionalizá-las. Além disso, é um partido extremamente bem montado, que funciona de maneira muito eficaz com “ordens”, “planos” e tecnologia alemã, e, como consequência, é um partido-inteligente, capaz de, se não fosse a ação da polícia, mais inteligente que ele, instalar aqui mesmo em território brasileiro (no sul, obviamente) uma *Alemanha Antártica* ou algo equivalente.

Por outro lado, outra parte dessa literatura, seguindo um caminho diametralmente oposto, na busca de um “plano elaborado” ou de uma “concepção

clara” e uniforme sobre o que o partido faria com os teutos no Brasil, aposta no vazio de objetivos ao não encontrar tais “planos”, pelo menos da maneira como buscam por eles, ou seja, com estratégia e táticas estabelecidas, com prazos formalizados, com documentos de Berlin dando as “ordens” e as direções seguras à seguir. O partido construído à esta imagem é bem diferente do anterior. Antes de mais nada ele não sabe o que fazer e por isso não faz nada, pelo menos nada que seja significativo em se tratando do NSDAP. Por outro lado ele é ineficaz e atrapalhado, acertando muito pouco naquele filão pouco significativo que constitui o espaço em que realiza suas atividades. Por último, é um partido-burro que, nas oportunidades que tinha para fazer alguma coisa de realmente significativa, sempre escolhia errado.

Se desprezarmos as descrições e os relatos comprovadamente mais fantasiosos, poderemos identificar três grandes frentes de atuação desta seção do partido. As duas primeiras são a propaganda da Alemanha e do Nacional Socialismo e a disputa pela legitimidade da direção da assim chamada “comunidade alemã” no Brasil. Além destas, podemos citar ainda a “espionagem de guerra”, figura que preenchia, com razoável sucesso, os relatórios policiais então produzidos. Começemos por esta última.

Do Partido-Espião ao Espião do Partido

Muito pouca coisa existe no sentido de fornecer substancialidade às afirmações de que a seção brasileira do NSDAP funcionava como um braço das redes de espionagem montadas na Alemanha desde o princípio da década de 30 e acionadas com maior intensidade sobretudo a partir de 1935⁹⁵.

⁹⁵ Desde 1931 o partido possui um serviço de informações próprio, o *Sicherheitsdienst* (SD- Serviço de Segurança, subordinado às SS e dirigido por Reinhardt Reidrich. Ao lado da *SD-Inland* (para a espionagem interna) passa, pouco tempo depois, a existir a *SD-Ausland* (voltada para a espionagem política no exterior). Além do SD, atuando na área de informação existe também a *Abwehrabteilung des Reichwehr Ministerium* (ou simplesmente *Abwehr* - Serviço de informações do Ministério das Forças Armadas) com redes de informação e de contra-espionagem montadas em toda a Europa e

Isto não quer dizer que não existiram atividades de espionagem desenvolvidas no Brasil. Ao contrário encontramos mesmo uma série de indiciamentos policiais nos quais confissões, apreensões de material de rádio-transmissão, além de um leque bastante amplo de instrumentos utilizados para o envio de informações pelos serviços secretos alemães, aparecem.⁹⁶ Mas, o problema aqui, e alguns depoimentos de membros das redes de espionagem deixam isto muito claro, não é a existência de redes de espões atuando no Brasil, o que está suficientemente demonstrado (Hilton, 1982), mas o fato dessas redes estarem ligadas ao partido ou de serem estas atividades por ele captaneadas.

Hilton (1982), por exemplo, em um livro que explora a montagem de algumas dessas redes que atuavam especificamente no Brasil, não nos remete, sequer uma vez, à seção brasileira do NSDAP. Além disso, os espões, como os processos citados deixam claro, ou eram contactados no Brasil diretamente por um responsável indicado pela *Abwehr* ou eram enviados ao Brasil diretamente da Alemanha. Em alguns casos existem membros do partido na Alemanha que vem para o Brasil exercer atividades de espionagem. Mas nenhum, pelo que pudemos constatar, se liga organicamente ao partido no Brasil. Por outro lado, no caso de espões que faziam parte do partido no Brasil, os canais que os ligavam à Berlin eram paralelos aos canais partidários. Exemplar neste sentido são as declarações de Wilhelm Franz Koenig.

“Sou alemão e vim para o Brasil em 1925... [Ingressei] no Partido Nacional Socialista Operário Alemão em Munich como contribuinte em 1923, quando ainda era acadêmico de engenharia... [Permaneci] em Munich até fins de 1924, com o objetivo de terminar o curso (...) vindo logo após para o Brasil, como acima ficou dito,

particularmente ativas após 1935 já sob a direção do Almirante Canaris. A partir de 1938, com a subordinação dos serviços diplomáticos à *Auslandsorganisation* do NSDAP, e dessa forma colocados sob imediato controle do partido, as representações consulares passaram também a exercer atividades de colheita e envio de informações para a Alemanha. Cf. Brissaud, 1978; Schelleberg, 1965; Bloch, 1986 e Hilton, 1982.

⁹⁶ Cf. à título de exemplo, AN-TSN-Proc. 4000, vol. II; AN-TSN-Proc. 2996 e AN-TSN-Proc. 3093; AN-TSN-Proc.3259; AN-TSN-Proc.2672; AN-TSN-Proc.3151; AN-TSN-Proc.3256; AN-TSN-Proc.3706

desembarcando no porto de Santos. Dessa época até 1930 empre[guei minha] atividade profissional no Estado de São Paulo (...) [Voltei à Alemanha duas vezes retornando no final de 1932]. Que por essa época, isto é, logo após o [meu] retorno, ingress[ei] no Partido Nacional-Socialista - Grupo Regional São Paulo, reintegrando-[me], desse modo, nas atividades nazistas... Ao regressar de uma viagem à Alemanha, em 1934, [assumi], aqui, a direção do Departamento de Turismo das Estradas de Ferro Alemães. Como é sabido, toda organização alemã tinha instruções secretas para a preparação para a guerra (sic!)⁹⁷. Assim, comecei desde logo a preparar o ambiente que me serviria mais tarde para a colheita de elementos e informes úteis ao meu país. Fiz grande círculo de relações nos meios militares, oficiais e sociais. Distribuí e recebi obséquios. Criei ambiente. Veio a guerra e então passei a atividades mais concretas. Por ordem direta do “Reich”, passei a ser subordinado à Embaixada Alemã. (...) Agi principalmente no setor militar, obtendo por meio de minhas relações inúmeras informações, que, levadas à Embaixada foram, por sua transmissora, irradiadas para a Alemanha. (...) Veio o rompimento das relações⁹⁸ e mais ativei o meu serviço. Desde então, além das emissoras clandestinas, dos espíões Engels, Wein Gaartner, Jordan, Christensen e outros⁹⁹, o serviço secreto continuou em toda sua plenitude. ... Fui preso em 18 de agosto de 1942 e solto 3 dias depois. Fui preso novamente em 29 do mesmo mês, não tendo sido até hoje devolvido à liberdade.

Rio de Janeiro, 1943.¹⁰⁰

Além do fato dessas conexões não passarem pela seção brasileira do partido, um outro elemento reforça a hipótese da exterioridade da seção brasileira do partido em relação às atividades de espionagem exercidas no Brasil. Parte dos indivíduos indiciados nestes processos eram brasileiros, não só no sentido de serem cidadãos brasileiros mas também de fazerem parte da categoria “nacionais”, com sobrenomes Ribeiro, Figueredo, Melo, Fontes e etc..

⁹⁷ Duas observações quanto à esta frase. Quando Koenig se refere à “toda organizações alemã” ele se remete à organizações estatais, passíveis de serem controladas da forma como ele descreve. Por outro lado o texto de Koenig sugere a existência de algum tipo de plano pré-estabelecido para a guerra a se deflagrar cinco anos mais tarde. Apesar disso ser objeto de polêmica entre os que pesquisam o assunto, acreditamos que, por mais que existissem intenções de estabelecer redes de espionagem, a guerra não era a única razão para isso, se é que pode ser considerada, neste momento, uma razão para o estabelecimento deste tipo de atividade. Cf. Noakes and Pridham, 1991-III: 648-754 além de Brissaud, 1978 e Schellemborg, 1965.

⁹⁸ O indiciado se refere ao rompimento das relações diplomáticas entre o Brasil e os países que compunham o chamado Eixo (Alemanha, Itália e Japão), anunciado pelo Ministro do Exterior Oswaldo Aranha a 28 de janeiro de 1942.

⁹⁹ Nomes de membros das redes de espionagem da *Abwehr*.

¹⁰⁰ AERJ-DESPS-Pront. 36. 397. O texto por nós apresentado é uma composição de dois depoimentos sequenciais e complementares do indiciado. Os limites são demarcados por reticências sem parêntesis.

Assim, por mais que um ou outro membro da seção brasileira do partido tenha sido cooptado pela *Abwehr* ou por outro serviço de espionagem do Terceiro Reich para agir no Brasil, todos os indícios nos permitem afirmar que esta nunca foi um objetivo desta seção do NSDAP ou mesmo uma atividade a seu cargo.

As Atividades de Divulgação e a Questão das Sociedades

“The first task of propaganda is to win people for subsequent organization; the first task of organization is to win men for the continuation of propaganda.
Adolf Hitler. (MK, 530)

Ao contrário, tivemos a oportunidade de notar que as razões que sustentavam a existência de um partido marcadamente alemão no Brasil eram bem outras. Num texto bastante expressivo, o *Landsleiter* Hans Hennig von Cossel nos fornece algumas pistas à seguir: (1938: 29-30)

“A nova Alemanha conseguiu realizar o conceito de *Volksgemeinschaft*. Ela despertou essa voz (*Stimme*) em cada alemão. Mas, ela deve agora fazer com que este sentimento de comunidade dessa *Volksgemeinschaft* seja despertado em todo mundo. (...) Que cada alemão do mundo sinta esse pertencimento comum e com a sua força cooperem. Que cada injustiça dita ou cometida contra o seu Povo, queime nele como se fosse uma coisa própria sua. Pois cada um de nós somos somente um membro na grande cadeia do sangue alemão. Que cada um sinta que nós *Auslandsdeutschen* possuímos esta missão para cumprir, uma missão sagrada, para conosco e para com nossos filhos, mas principalmente para toda a Alemanha.”

Sem nos deter muito, este texto *grosso modo* aponta para a substancialização de uma idéia de “Comunidade Nacional” através da “Nova Alemanha” e que a grande tarefa do momento consiste em fazer com que cada alemão

incorpore o sentimento de que pertence a este todo, a esta “grande cadeia do sangue alemão”, e que seja, onde quer que ele esteja, a materialização concreta do *Volk*.

Em declarações de vários *parteigenossen* presentes nos materiais com os quais trabalhamos, o que transparece é que o partido se constitui no Brasil com a perspectiva de ocupar espaços entre os alemães com o fito de reconstruir, ou manter o que ainda resta da “comunidade nacional” aqui estabelecida. Através de uma fórmula muito mais simples do que a proposta por Cossel, alguns membros do partido reafirmam o papel do partido como organizador dos alemães ou como a condição de possibilidade para a manutenção dos vínculos nacionais no exterior. O pastor Karl Georg Franz Gaeter, por exemplo, chegado ao Brasil em 18 de junho de 1933 e membro de base do partido, em seu Termo de Declarações, justifica a existência do partido no Brasil afirmando que o seu objetivo era o de “congregar toda a colônia alemã evitando a quebra do caráter nacionalístico dos súditos”¹⁰¹. E, não nos esqueçamos, este “caráter *nacionalístico*” que serve de referência para o partido possui contornos bastante específicos, como já se tendou demonstrar no capítulo II. Para Johannes Hans Paul Spredtke, *Ortsgruppenleiter* do partido da Bahia, esta questão ganha tons mais claramente definidos quando, também em suas declarações afirma “que o objetivo principal [do NSDAP] foi o de propagar a idéia nazista, fazendo dos colonos bons alemães e bons nazistas, dentro das leis brasileiras”¹⁰².

É com este objetivo em mente que o partido se lança ao que é, pelo menos até o ponto onde conseguimos verificar, a atividade representada pelo conjunto de membros como a mais importante e a que sustenta a sua própria existência no Brasil: a propaganda partidária. A este respeito, um outro militante de base do *Ortsgruppen* da Bahia, Wilhelm Alexander Schwarz, nos diz o seguinte:

¹⁰¹ AN-TSN-Proc. 3351 fl. 16

¹⁰² AN-TSN-Proc. 3757 fl. 3-4.

“Que a finalidade do partido era manter em contato os alemães aqui residentes para que tomassem conhecimento das idéias do partido e propagá-las entre os alemães.

Um outro militante nos indica ainda que além das “idéias do partido”, uma das preocupações centrais do trabalho de propaganda era também fornecer “explicações aos alemães do que era o regime em vigor na sua terra, pois grande parte dos seus patrícios aqui ainda eram do tempo do Império [alemão] e não conheciam a nova organização alemã. (...)”¹⁰³

De fato, o partido dedica-se a este tipo de atividade de forma bastante intensa, sendo estas realizadas de forma pública e mobilizando quadros e instituições que muitas vezes extrapolam as fronteiras formais do partido, alcançando, não poucas vezes, até mesmo a imprensa em língua portuguesa.

Pautando seus objetivos tanto pela divulgação da ideologia nazista quanto pela demonstração dos desenvolvimentos alcançados com o “novo governo alemão” sob a direção de Hitler e do Partido Nazista, o partido lança mão tanto de material editado (em alemão ou em português) na Alemanha ou no Brasil quanto de reuniões e atos públicos. Neste último caso, determinadas “datas” e determinadas atividades periódicas tornam-se referenciais para a realização de eventos patrocinados pelo partido: o Primeiro de Maio (transformado em “Dia Nacional do Trabalho” na Alemanha), o aniversário e a renovação do voto de fidelidade ao *Führer*, o *Parteitag* (o dia do Partido), a celebração da *Machtgreifung* (a conquista do poder pelos nazistas em janeiro de 1933.) e todas as atividades desenvolvidas por ocasião do *Winterhilfswerk* (trabalho de auxílio de inverno), como festas e coletas.¹⁰⁴ Num

¹⁰³ AN-TSN-Proc. 3611, fl. 6

¹⁰⁴ Para exemplos destes tipos de atividades Cf. AN-TSN-Proc.1933, AN-TSN-Proc.3757, AN-TSN-Proc. 4760, AN-TSN-Proc.1614, AN-TSN-Proc.3611

processo instaurado contra alguns militantes do partido em São Francisco do Sul, por exemplo, temos o relato de uma testemunha que diz:

“Que muitas vezes alugou o salão de sua propriedade à avenida Dr. Nereu Ramos, nesta cidade, para nele o Sr. Reinold Baudisch, que era chefe do partido político alemão nesta cidade, fazer suas festas nazistas. Que não negava este aluguel porque nessa ocasião não era proibido o funcionamento dessas reuniões. Que o fim do partido político intitulado NSDAP era fazer propaganda do Nazismo, sabendo que Reinold Baudisch e seus companheiros daquela associação enalteciam as boas qualidades do governo de Adolf Hitler na Alemanha (...).¹⁰⁵

Além disso, atos públicos em torno de algum “enviado” da Alemanha em visita oficial, proferindo palestras em clubes ou associações, ou de tripulações presentes temporariamente em território brasileiro eram momentos privilegiados para a organização de atos que demonstrassem “os avanços conquistados pela Nova Alemanha” e a unidade dos “alemães em todo mundo”. Um dos *Orstgruppe* do Distrito Federal, sendo, por hora, difícil precisar qual, possuía até uma bandinha de música formada exatamente para estas ocasiões, segundo consta num relato sobre a participação do partido na recepção à tripulação do dirigível alemão Graff Zeppelin quando de sua estada na cidade.¹⁰⁶

Resta observar, contudo, que este tipo de atividade não era de prerrogativa exclusiva do partido. O Estado Alemão, através de uma série de agências, também organizava e distribuía este tipo de propaganda, além de organizar viagens à Alemanha, com preços subsidiados ou não, com o objetivo de “incrementar as relações entre os dois países. Voltando ao relato de Wilhelm Franz Koenig, ele nos diz que:

(...) de preferência os turistas brasileiros enviados pela dependência do Governo Alemão, a cargo do declarante, eram recrutados entre a elite do Brasil - estudantes, médicos, engenheiros etc. - [por se tratarem de] elementos com maiores aptidões para assimilar [o] quanto vissem na Alemanha, ambientando-os no meio para atrair-

¹⁰⁵ AN-TSN-Proc. 4760. fl.26

¹⁰⁶ *Volk und Heimat* 1937: 164-165. Sobre este tipo de atividade, existiam núcleos com responsáveis somente pela organização das recepções e das visitas das tripulações. A este respeito Cf. AN-TSN-Proc.4760.

lhês as simpatias pelo país do declarante, conforme lhe determinara o Governo Alemão. (...) Que além desses meios de propaganda, o departamento administrado pelo declarante dispunha de um serviço de imprensa, sob a denominação “Atualidades Alemães” [tratando-se de] periódicos que eram distribuídos gratuitamente para mais fácil divulgação; que o objetivo do Governo Alemão, proporcionando tais facilidades aos turistas brasileiros visava mostrar o seu grande desenvolvimento sob a nova organização governamental que transformou o país do declarante na grande e verdadeira Alemanha; Que em mil novecentos e trinta e seis, nas olimpíadas que tiveram lugar na Alemanha, o declarante (...) foi encarregado de visitar os estados do Brasil, entrando em contato com os consules locais para que cada um desses estados contribuísse para [a] propaganda das referidas olimpíadas, por meio de cartazes e prospectos (...).¹⁰⁷

Além da propaganda dos desenvolvimentos da “Nova Alemanha”, complementar à que o próprio Estado alemão realizava, a outra das dimensões das atividades de propaganda do partido nazista no Brasil também ganha destaque. Refiro-me ao que os depoentes anteriormente citados chamavam de “idéias nazistas” dizendo respeito à divulgação da *Weltanschauung* nazista, sua visão de mundo.

Um fato curioso é que, em determinados depoimentos, esta dimensão da divulgação do nazismo, parece se destacar do corpo mais geral das “atividades de propaganda” e ganhar um status diferenciado frente a este, sendo, nessa situação, classificada como “doutrina”. Em uma série de processos as “atividades de propaganda” (concebido aqui de forma ampla como divulgação de “realizações do Estado Alemão” e da ideologia que o subjaz) e o trabalho com a “doutrina” aparecem como atividades distintas. Embora sempre difícil de ser traçada, a demarcação entre estas duas dimensões do trabalho parece estar centrada em objetivos diferenciados para os dois tipos de trabalho. Enquanto o que parece balisar a primeira é o aspecto simplesmente propagandístico, a segunda se realiza no “estudo” ou na “leitura” feitas em reuniões só de partidários. Vejamos

¹⁰⁷ AERJ-DESPS- Pront. 36.397.

Cotidianamente, para além dos atos públicos, festas e atividades correlatas, os membros do partido participavam de reuniões periódicas. Constatamos a existência de dois tipos de reunião que chamaremos, por brevidade, de “fechadas”, ou seja reuniões em que só é permitida a presença de indivíduos já filiados ao partido, e “abertas”, ou reuniões onde também é possível a presença de convidados dos membros filiados. Alguns dos relatos de que lançamos mão nos falam da diferença entre estes dois espaços dizendo ser a segunda voltada para atividades de recrutamento enquanto a primeira para tratar de assuntos administrativos e para a formação “doutrinária” dos membros. Hans Paul Rautemberg, um dos membros da direção do *Ortsgruppe* de Salvador (BA), nos diz que nestas reuniões “abertas”

“cada alemão que já era sócio efetivo do partido tinha a oportunidade de convidar um não-sócio para dele fazer parte, [podendo ele então] ser admitido como aspirante. (...) [Outras reuniões] eram privativas dos membros do partido, que liam livros de doutrina nazista, que trocavam impressões acerca dos novos candidatos ao partido, discutiam medidas internas ao partido e instruções chegadas do Rio de Janeiro.¹⁰⁸

Sobre o primeiro dos tipos de reunião, temos ainda o relato de Paul Herman Schuenemann, que apesar de haver feito seu requerimento para ingressar no partido, a sua aceitação formal através de uma resposta da direção do partido no Rio de Janeiro ainda não havia chegado. Segundo este aspirante, nas reuniões das quais participava,

“[Eram tratados] naturalmente, assuntos relativos a política interna da Alemanha e aos problemas de seu governo, (...) relativo a economia a finanças, situação comercial industrial e também a esportes.¹⁰⁹

A clara diversidade entre estes dois espaços e as temáticas tratadas em cada um deles aponta, em primeiro para uma diferença de qualidade entre ser ou não

¹⁰⁸ AN- TSN- Proc. 3752: 52, Grifo nosso.

¹⁰⁹ AN- TSN- Proc. 3351: 12

ser do partido (questão que será mais adiante pontuada), expressa, por exemplo, pelo poder de definição dos que futuramente serão (ou não) membros do partido e pela capacidade de ter acesso ao instrumental partilhado somente pelos partidários, “a doutrina”. Em segundo, a delimitação de um espaço para a “doutrina” (espaço que é o mesmo no qual se discutem questões centrais para o partido, como por exemplo as “ordens do Rio de Janeiro”) aponta para a atividade formativa como outra das atividades que legitimavam e sustentavam a existência do partido no Brasil.¹¹⁰

De qualquer forma, a divulgação do nacional socialismo realizada pelo partido (interna ou externamente) estabelece uma síntese entre o Estado-Nação, o *Volk*, e o partido político. A comunidade nacional, não importando onde ela se encontra visto estar ligada por laços de sangue, passou a contar, desde que os Nazistas assumiram o poder, com a materialização concreta em forma de um Estado-Nação de seus vínculos e de suas potencialidades. Essa materialização só foi possível pelo projeto substancializado no NSDAP e na liderança de seu *Führer*. Dessa forma instaura-se um *continuum* entre o Estado Nacional, a Comunidade Nacional e o Partido, este aparecendo como a síntese de um projeto de sociedade que nada mais é do que a expressão verdadeira e legítima da vontade desta comunidade.¹¹¹

E é precisamente o papel de líder no Estado alemão que autoriza o partido a se lançar num outro tipo de atividade: a de conquistar espaços de liderança dos

¹¹⁰ De fato não encontramos sequer um relato no qual os estudos da “doutrina” (fundamentalmente balizada pelo *Mein Kampf*, mas também por autores outros como Rosemberg) tivessem se realizado em atos públicos ou mesmo nas reuniões por nós chamadas de “abertas”. Infelizmente não são muitos os relatos que indicam atividades que de alguma forma remetam à formação dos *parteigenossen*. Exemplos mais concretos só foram identificados para alguns núcleos do partido existentes em São Paulo, em Santa Catarina e na Bahia através dos documentos constantes em AN- TSN- Proc. 4000, AN- TSN- Proc. 3351, AN- TSN- Proc. 3757 e AN- TSN- Proc. 4760. Contudo não acreditamos implausível a hipótese de que além de servir como instrumento de divulgação, o partido constituía-se, também aqui no Brasil, como veículo de formação de seus membros. Contudo, deixemos marcado, por hora, que apenas nos referidos núcleos este era também uma de suas atividades centrais.

¹¹¹ A partir de 1939 tanto os meios quanto os eixos da propaganda partidária deslocam-se, ficando somente os consulados encarregados da coordenação das atividades que resumiam-se, quase que inteiramente, à propaganda anti-britânica e anti-francesa.

alemães mesmo que fora da Alemanha. De fato, a disputa por espaços políticos e sociais no interior da assim chamada “comunidade alemã” nos diversos lugares onde o NSDAP veio se estabelecer pode ser considerada como a materialização lógica - em suas atividades no exterior - das concepções nazistas sobre seu papel na sociedade. Dito de outra forma, à conquista da liderança do NSDAP na Alemanha e a sua constituição como partido-guia do *Volk* deve necessariamente corresponder o alcance de posição semelhante nos mais diversos lugares onde identifica-se a presença do sangue alemão. Exemplar neste sentido é o texto de Richard Zeiβig, publicado no *Volk und Heimat*, 1936:

“Quem mais deveria fornecer aos *Volksgenossen Reichsdeutschen* no exterior os fundamentos da nova visão de mundo de sua pátria? (...) Que uma rígida organização seja necessária, está fora de questão. Os grupos do partido no estrangeiro veem os *Reichsdeutschen* como defensores descompromissados da *Weltanschauung* Nacional Socialista. Tanto quanto na Pátria o Partido tem a obrigação de cuidar para que o nosso povo alemão em sua totalidade se tome e permaneça Nacional Socialista.” (:253)

Para isso, o partido objetivou ocupar espaços também nas sociedades, associações e organizações com as quais ele não mantinha quaisquer vínculos formais (sejam estes administrativos ou jurídicos) que lhe garantissem o exercício de algum tipo de controle sobre elas. Aqui não se trata de uma seção de uma sociedade alemã ou uma organização estatal ou para-partidária. Este tipo de sociedade, ao contrário, construída no Brasil a partir de tipos dos mais diversos de iniciativa era juridicamente autônoma em relação ao Estado e a organizações congêneres na Alemanha.

Em quase todas as cidades ou localidades para onde dirigiram-se alemães com objetivo de permanecerem definitiva ou apenas temporariamente no Brasil, constituíram-se a partir da segunda metade do século XIX as chamadas “Sociedades de Tiro”, *Deutsche Häuse*, “Sociedades de Assistência”, clubes “Germânia”, escolas e similares. (Cf Seyferth, 1974: 89-94; 1982, 149ss e Luebke, 1987: 35-57).

O que é interessante notar é que, ao contrário das equivalentes existentes nos distritos rurais, as sociedades existentes nas áreas urbanas, destacando-se aí as grandes cidades e as capitais, possuíam no seu quadro de membros proporções significativas de *Reischdeutsch*, em alguns casos constituindo-se até no contingente majoritário dessas associações (Luebke, 1987: 192-194). O leque de objetivos dessas associações era bastante variado. Segundo Luebke, “algumas das *Turnvereine* (Sociedades de Ginastica), por exemplo, ofereciam programas de canto, teatro e literatura. Outras organizações serviam a propósitos puramente recreativos e sociais - tiro, boliche, dança e jogos de cartas. Outras ainda, tais quais as de assistência mútua e as organizações comerciais e profissionais somavam às atividades sociais objetivos econômicos.” (:47-48).

A aproximação do partido dessas sociedades se deu por caminhos que acreditamos diversos, apesar de normalmente se reproduzir a visão segundo a qual este processo foi em todos os casos conflituoso, envolvendo “golpes-de-mão”, manifestações de repúdio e situações similares. Segundo o relato de PY (1942), o partido assumia a direção dessas sociedades ou associações da seguinte maneira:

“O *Kreisleiter* dispunha que seus adeptos arregimentados se tomassem sócios da Sociedade visada. Sempre a mesma técnica: um pequeno cavalo de tróia, ou, em linguagem moderna, uma pequena quinta-coluna, um grupo de “turistas” ... O Partido pagava-lhes as Jóias e as mensalidades. Quando chegassem a constituir maioria absoluta no meio social ou quando, mesmo antes disso, houvesse uma boa oportunidade, pela ausência ou desinteresse dos sócios, seria feito o *Anschluss*. Convocava-se a assembléia, fazia-se a votação e a Sociedade passava a ser propriedade do Partido, (:58)

Por outro lado, em alguns casos, a presença de membros do partido na diretoria de uma sociedade não era mais que circunstancial, não se constituindo em uma necessidade desde que se assegurasse o seu controle político sobre ela. Assim, na “Sociedade alemã de Vila Mariana”, mantenedora de um estabelecimento de ensino de

mesmo nome, na capital paulista, em substituição a um presidente que, ao que tudo indica, guardava reservas em relação ao partido nazista, foi eleita uma diretoria de 6 pessoas, com a intermediação do NSDAP, sendo que nenhuma delas era membro do partido, mas tratavam-se de indivíduos a ele próximos.

Em Salvador (BA) as relações entre o partido e o Clube Germânia parecem não ter sido conflituosas visto que muitos dos *Parteigenossen* eram membros deste clube antes de terem entrado para o partido.¹¹²

Neste caso, não me parece pouco significativo a referência que faz Luebke (1987) sobre o fato de que, desde antes da Primeira Guerra Mundial, os associados do Clube Germânia de Salvador mantinham uma posição tradicionalmente pró-Estado alemão. A filiação dos associados do Clube ao partido encontra dois de seus eixos de legitimação, por um lado, na vinculação entre o Estado e o Partido e, por outro, na atitude dos pares, como é claramente indicado no seguinte depoimento de um membro de base do partido na cidade:

“[o delegado pergunta]: porque razão, estando fora da Alemanha há tanto tempo e sendo do regime antigo concordou em fazer parte do Partido Nacional Socialista? Resp: Que ingressou para conhecer a organização e as idéias do partido e porque sendo alemão tinha que acompanhar o regime de seu governo, mesmo porque, si se recusasse, ficaria isolado na colônia; e que naquele tempo não era proibido o partido no Brasil e pelo que leu e pelo que ouviu, acerca do partido na Alemanha, somente pode declarar que apoiava essas idéias.”¹¹³

Um outro exemplo desta situação também pode ser encontrado em Gertz (1987), agora relativo ao estado de São Paulo. Falando da efetividade do trabalho político no estado, ele nos indica que, ainda no início da década de 30, a chefia do NSDAP na cidade conseguiu a subscrição de todas as sociedades filiadas à *Verband*

¹¹² Para estes casos cf. AN- TSN- Proc.4000 e AN- TSN- Proc.3757 e AN- TSN- Proc.3611 respectivamente.

¹¹³ AN- TSN- Proc. 3611, 6. Sublinhado nosso)

Deutscher Verein (Liga das Sociedades Alemãs) de São Paulo à um documento de solidariedade à Hitler, não parecendo terem aí se reproduzido os conflitos que, segundo Py, verificaram-se na capital gaúcha.

* * *

Com isto exposto, podemos pontuar alguns caminhos nos quais seguir para pensar os objetivos da constituição da seção brasileira do NSDAP.

Por um lado, mesmo que não se propusesse a ser, como a estrutura montada na Alemanha o germe de um futuro Estado Alemão (neste caso no Brasil) ou mesmo um braço militar do exército de seu país, trabalhando atrás das linhas inimigas para a realização de um plano anexionista de Hitler, não se pode, de todo modo, dizer que a instalação do partido no Brasil, a montagem de uma estrutura organizativa e as atividades por ele levadas a cabo tenham sido sem qualquer propósito. Dito de outra forma, mesmo que não existissem grandes planos estratégicos de sua central alemã a guiá-lo, nos parece frágil a tese de um partido um tanto cômico que não sabe muito bem a que veio.

O que de fato percebemos é que não podem ser atribuídos à seção do NSDAP aqui instalada quaisquer pretensões de ocupar os espaços formais da política brasileira tal qual o faziam os partidos nacionais. Mas com isso não se pode afirmar que não existam pretensões políticas perseguidas pelo partido. Por um lado, trabalhando, ao que parece, em conjunto com agências do governo alemão que para cá enviavam representantes e material de propaganda, o partido ocupa um espaço importante para o governo daquele país: a propaganda (ou contra-propaganda) de sua imagem no exterior.

Exemplo lapidar desta situação é a propaganda em torno dos Jogos Olímpicos de 1936. O montante dos recursos e a mobilização e constituição de

agências (estatais ou não) destinados à propaganda no exterior tinham sido até então únicos. (Cf. Holmes, 1974).

Por outro lado, os limites no interior dos quais o partido se construía e suas atividades aí desenvolvidas, nos serve de um claro indicador da perspectiva de disputa por um espaço político de bastante significação para o partido: a legitimidade na liderança da comunidade nacional, já conquistada em terras européias, objetivo que traz sua autoridade do fato de o partido ser o detentor do projeto de sua preservação e progresso.

Contudo, esta constatação não encerra o problema. Na realidade, poderíamos dizer que ela nos coloca frente a um problema aparentemente inexistente. Se alguns dos objetivos da seção brasileira do partido nazista se relacionam a ocupação de espaços de liderança política da “comunidade nacional”, quais são os limites desta “comunidade nacional” ?

Como anteriormente verificamos, os contornos dessa “comunidade nacional” tal qual definidas pela chamada “doutrina” são, em alguns momentos, desestruturados/reestruturados dando origem a limites inclusivos distintos do *Volk* durante o período da existência do NSDAP.

Como se isso só não fosse justificativa suficiente para que investigássemos o quanto eram reproduzidos aqui no Brasil estas desestruturações/reestruturações nos limites da “comunidade nacional” que a seção brasileira do partido buscava dirigir, uma passagem citada acima nos inquieta ainda mais. Se nos lembramos bem, o sr. Richard Zeißig, no trecho de seu artigo citado anteriormente, ao nos falar qual seria o alvo da propaganda partidária utiliza a categoria *Reischdeutschen* (alemãos do Reich) e não categorias inclusivas mais amplas como *Volksdeutschen* ou *Deutsshstämmiger* (“de origem alemã”). Após passada a impressão inicial de acidente (o termo é utilizado mais

de uma vez!) nós ficamos com algumas perguntas: porque uma categoria que implica em um referencial de local nascimento (que nunca ocupou qualquer lugar nos vários discursos nacionalistas alemães produzidos desde o século XIX, estando o discurso nacional socialista produzido na Alemanha aí incluído) é acionada pelo partido (através de um almanaque que se constitui em seu porta-voz oficial) no Brasil? Porque neste artigo ele não lançou mão de outras categorias (as citadas acima, por exemplo) para falar do público caracterizado como “defensor descompromissado da visão de mundo nacional socialista”? Será que havia no partido aqui no Brasil a representação de que no interior da comunidade nacional haviam diferenças irreduzíveis a uma única categoria?

Este leque de questões demandam, antes mesmo de serem tangenciadas, o controle, mesmo que instrumental, de uma certa quantidade de informações, nos parecendo portanto, importante que antes avaliemos alguns dados relativos à distribuição regional, crescimento, composição e outros, que nos permitam traçar, mesmo que de uma forma ainda geral, alguns perfis do partido e a sua relação com a população inscrita na categoria todo-inclusiva de “comunidade nacional”.

Capítulo 6

A Seção Brasileira do NSDAP e os
“Alemães” no Brasil

Introdução

“El Brasil es el país de Latinoamérica donde más rápido creció la influencia de Alemania. (...) En el Brasil existen las colonias alemanas más densas de Latinoamérica. (...). Los nazistas están estratégicamente ubicados en el sur del Brasil. (...) el idioma es el alemán, las escuelas son alemanas, la historia que se enseña es la de Alemania, el gobierno que se reconoce es el de Hitler, el partido al que se obedece es el nacionalsocialista.

Ernesto Giudici, 1938.

Se, olhando para este interessante texto do jornalista argentino que nos serve de epígrafe, nos perguntássemos o que, depois de tantos anos, mudaríamos nele, talvez, balisado pela bibliografia sobre o tema, a nossa atenção se centrasse na parte que fala sobre a influência do nazismo a Região Sul. Porém, muito provavelmente, passaria em branco a relação estabelecida pelo autor entre o NSDAP e os “alemães” identificada no fato de a presença do partido nazista no sul do Brasil ser explicada em função dessa ser a região onde se concentram as “colônias alemães” neste país.

De fato, existem alguns debates envolvendo a presença do nacional socialismo no Brasil e, de uma forma geral, a polêmica se estabelece ao se falar da influência do partido na região. Como procuramos mostrar no Capítulo 4, para alguns, dos quais Giudici é uma expressão, ele foi um partido forte nesta região; para outros, apesar de sua insistência, ele não conseguiu lá firmar suas bases. Assim, de uma forma geral, por mais que existam discordâncias importantes entre os contendores, uns afirmando e outros negando a relação *colonos alemães = nazistas*, existe pelo menos uma grande questão a partir da qual se definem as concordâncias sobre o que discordar: o nazismo só se construiu em nosso território porque aqui haviam alemães

que se estabeleceram desde o século XIX. Desta forma construiu-se um “tema obrigatório” para se falar do partido nazista no Brasil: o processo que é normalmente intitulado “A Imigração Alemã para o Brasil”.

O que nos parece interessante sobre isso é que, como qualquer “título”, este também classifica, aloca e atribui propriedades a tal processo, ou seja, delimita uma forma de vê-lo. E aqui interessa-me sobretudo uma das dimensões colocadas em relevo por este exercício classificatório: o uso do singular para se referir à vinda e ao estabelecimento de um tipo de imigrantes no Brasil não é um mero detalhe lingüístico. Na realidade ele esconde, ou, talvez fosse melhor dizer, denuncia, desvela o olhar que vê os migrantes, a construção de regiões de visibilidade sobre eles (os cabelos louros, a língua diferente, o “país” de *origem*), bem como outras tornadas invisíveis (as diferenças lingüísticas, a inexistência de “um país” ou mesmo de uma *origem*, os diferentes tempos, espaços, visões de mundo etc...).

Façamos um teste e tentemos montar um quadro da “Imigração Alemã para o Brasil”: possivelmente a imagem advinda deste quadro será a de indivíduos “fortes e bem morigerados” que desembarcaram em navios nos portos brasileiros possivelmente com suas esposas e seus filhos (todos lourinhos), dirigindo-se para “colônias” rurais (no sul, muito provavelmente) onde se estabelecem em lotes de várias “braças de frente por outras tantas de fundo” e que junto a outros “colonos alemães” como eles trabalham duro a terra e constróem uma “sociedade original”.

Difícilmente essa imagem seria substituída pela de um funcionário do Banco Germânico, bávaro, que chega em São Paulo sozinho, que veio para o Brasil para cuidar de negócios de sua empresa e que aqui se casa com uma prussiana que trabalha numa firma alemã de importação de café, indo ambos morar em Vila Mariana. Também difícilmente se imaginaria um técnico em eletricidade, social democrata que,

fugindo da repressão bismarkiana, se estabelece no Leblon, cidade do Rio de Janeiro, de onde sai todos os dias para trabalhar.

Mas, não nos desviemos muito de nosso tema. O foco deste capítulo está direcionado, no final das contas, exatamente para este universo de questões. Não necessariamente para este processo que foi tornado único e indivisível ou mesmo para os (muitas vezes também considerados indivisíveis) “alemães” mas, sobretudo, para a forma de ver a relação estabelecida pelo partido e pelos partidários com ele e com eles.

Este capítulo tem como perspectiva circunscrever, através dos espaços nos quais o partido se construiu bem como através das categorias de identificação por ele acionadas, os limites formais que orientaram o trabalho de construção partidário e verificar até que ponto estes limites nos permitem identificar a forma pela qual o partido via os pretensamente homogêneos “alemães” e o quanto essa forma de ver se substancializa no perfil do partido no Brasil. A preocupação, aqui, portanto será a de identificar como tais concepções de nacionalidade ganham visibilidade e concretude através da organização e das estratégias de construção do partido no Brasil.

Porém, falemos antes do “tema necessário”.

I

O Baile dos Números ou Para um Plural de “Imigração Alemã para o Brasil”

Muito já se falou, e a partir de pontos de vista e de abordagens das mais diferenciadas, sobre o processo normalmente denominado de “A Imigração Alemã para o Brasil”. Histórias e sociologias que iam do baluartismo à depreciação. Trabalhos falaram da “economia”, da “sociedade”, da “língua”, das tradições e da cultura dos imigrantes, dos casamentos, das relações entre a “comunidade de imigrantes” e a “sociedade nacional”, da arquitetura, etc. Muitos abordaram seus “primórdios”, que, como era de se supor, são muitas vezes diferentes entre um trabalho e outro. Alguns falaram do “ponto de vista dos imigrantes” e outros do “ponto de vista do Estado Brasileiro” (significando algumas vezes da “Nação Brasileira”). Estudos outros falaram ainda de “assimilação”, de identidade, de etnicidade. Porém, apesar deste espectro não pequeno de tipos de trabalho, poucos são os que cederam à tentação de tratar a vinda e estabelecimento de imigrantes de língua alemã no Brasil desde o século XIX como um processo único, com início, meio e, algumas vezes, fim.¹¹⁴

O objetivo desta parte do trabalho não é o de proceder, ou reeditar, um “estudo” sobre este tema ou algo semelhante a isso. Ao contrário, o que pretendemos com este “parêntesis” aberto é o de, balisado por parte deste amplo leque de estudos,

¹¹⁴ Um excelente levantamento do leque dos trabalhos escritos sobre este tema pode ser encontrado em Seyferth (1988:3-55).

situar instrumentalmente algumas ordens de grandeza, definir alguns contornos e arrolar um conjunto de informações sobre o denominado processo que serão importantes no desenvolvimento de minha argumentação.

* * *

De uma forma geral, parte da referida literatura aponta duas grandes dificuldades no trabalho de investigação sobre os imigrantes de língua alemã no Brasil. A primeira refere-se ao próprio número global de imigrantes que entraram no país. A segunda, ainda maior que a anterior, refere-se tando aos locais de estabelecimento destes imigrantes quanto ao mapeamento da direção por eles tomada após o seu estabelecimento, ou seja, a reemigração.¹¹⁵

Para responder à primeira, existem dados que nos permitem uma aproximação do número de global de imigrantes “alemães” ingressos no Brasil, podendo-se afirmar, contudo, que esta aproximação é só parcialmente segura. E isto se dá por duas razões: inicialmente a própria diferença dos dados estatísticos dos vários levantamentos (oficiais e extra-oficiais, brasileiros e alemães) e, em segundo lugar, a falta de precisão de algumas das variáveis em jogo (como, por exemplo, a própria definição de “alemão” para cada um dos levantamentos realizados) faz com que, para além das variações nas diferenças das estimativas existentes, não se tenha controle sobre os elementos que fazem parte dessas variações, o que compromete a validação dos dados.

Podem ser citados como exemplos dessa situação os grupos de imigrantes de língua alemã oriundos da Áustria, da Rússia, da Polônia e de outros lugares que, em algumas situações eram classificados pelas estatísticas segundo seu tronco lingüístico,

¹¹⁵ Cf. a este respeito, Seyferth 1974 e 1988, Willems 1980, Diegues Jr. 1964 e Roche 1969.

em outras segundo suas regiões de origem e, em outras ainda, segundo sua cidadania.¹¹⁶

De qualquer forma, segundo dados extraídos da Revista de Imigração e Colonização, entraram no Brasil, entre 1884 e 1939, 170.645 “alemães”(1940/4). Comparado aos dados existentes sobre a entrada de outras nacionalidades, estes são superados apenas por italianos (1.412.263), portugueses (1.204.394), espanhóis (581.718) e japoneses (185.799), ocupando o quinto lugar entre os grupos de imigrantes que se dirigiram para o Brasil. Por outro lado, baseado em Carneiro (1950), podemos chegar ao número de 233.392 imigrantes “alemães” ingressos no país entre 1820 e 1939, ocupando o quarto lugar entre os grupos. Podem ser listadas ainda as estatísticas alemães e brasileiras apresentadas por Willems (1980) e que nos remetem a números não totalmente improváveis visto tratarem-se de períodos mais curtos que os anteriores¹¹⁷. De qualquer forma, estas estimativas permitem a Willems, “na melhor das hipóteses”, operar com um número aproximado de 280 mil indivíduos de língua alemã ingressos no país entre 1886 e 1936.

Em relação à segunda das dificuldades, contudo, mesmo com este universo em mãos, muito pouco pode-se dizer sobre os locais onde estes imigrantes se estabeleceram, se lá permaneceram, se reemigraram para outros sítios ou mesmo se retornaram para o país natal. Para superá-la lança-se mão de estimativas baseadas em cálculos de taxas de casamento, de natalidade, etc.

¹¹⁶ Sobre esta questão, Seyferth (1988) observa que “(...)no século XIX, alemães formavam minorias nacionais em diversos países da Europa (...). Nesse sentido, as pessoas pertencentes às minorias teutas espalhadas pelo mundo eslavos e que entraram no Brasil com o rótulo de “russos”, “húngaros”, “poloneses”,etc. se consideravam alemães e procuraram se juntar aos imigrantes dessa origem no sul do País.” (:4) Cf. tb. Willems, 1980: 40-42; Diegues Jr, 1964: 73.

¹¹⁷ Segundo estas estimativas entraram:

71.467 entre 1919-1934;

6.850 entre 1818 e 1830;

71.247 entre 1830 e 1884;

65.000, 99.679 e 134.230, estes referentes à estatísticas diferentes compreendendo o mesmo período: até 1914. (: 40-42)

Roche (1969), por exemplo, estima que existem no Rio Grande do Sul, incluindo na categoria “alemães” todos os descendentes, os naturalizados e os *Reichdeutsch*, algo em torno de 620.000 e 650.000 “alemães” no Rio Grande do Sul no período entre 1935 e 1940. (vol.I:170). Gertz (1987), balizado por dados fornecidos por fontes semelhantes às de Roche, estima que o número de “alemães” distribuídos no Brasil na década de 30 era de: entre 500.000 e 600.000 no Rio Grande do Sul, 220.000 em Santa Catarina, 80.000 a 90.000 em São Paulo, 60.000 a 70.000 no Paraná, 25.000 no Rio de Janeiro e 15.000 no Espírito Santo. (:19-20).

De qualquer forma, considerando-se estas estimativas aproximadas, a assim chamada “população de origem” estaria concentrada nos dois estados mais ao sul do Brasil (que reunidos contariam com algo em torno de 80% desta população) e que somando-se a estes os “alemães” existentes no Estado do Paraná, este conjunto alcançaria a cifra de 890.000 pessoas, algo em torno de 87% dos “alemães” existentes no Brasil.

Se, contudo, reduzimos o nosso universo de “alemães” e consideramos (como um recorte possível dentre outros) somente os *Reichdeutsche*, os números desta mesma época (década de 30) se reduzem substancialmente e a sua distribuição pelos estados se altera.

Tomando a trajetória d’“A Imigração Alemã para o Brasil”, com quaisquer bases de dados que optemos por lançar mão, verificaremos de forma imediata que o maior número de “alemães” entrou no Brasil nas duas décadas posteriores à Primeira Guerra Mundial, dos 116 anos que vão de 1824 até 1940, tanto em termos relativos quanto em termos absolutos se comparados às décadas anteriores. De acordo com a Revista de Imigração e Colonização (1940/4), os números são os seguintes:

Tabela 6

Discriminação por Nacionalidade dos Imigrantes Entrados
no Brasil entre 1884-1939, em Decênios.

	1884- 893	1894- 903	1904- 913	1914- 923	1924- 933	1934- 939	Total Geral
Italianos	510.533	537.784	196.521	86.320	70.177	10.928	1.412.263
Portugueses	170.621	157.542	384.672	201.252	233.650	56.657	1.204.394
Espanhóis	103.116	102.142	224.672	94.779	52.405	4.604	581.718
Japoneses	--	--	11.868	20.398	110.191	43.342	185.799
Alemães	22.778	6.698	33.859	29.339	61.728	16.243	170.645

Fonte: Revista de Imigração e Colonização, 1940/4.

Tomando ainda o censo de 1940, podemos verificar a seguinte distribuição dos “alemães” (neste caso somente os *Reichdeutsch*) por alguns estados do Brasil:

Tabela 7

Estados	Nº de Alemães
São Paulo	33.397
Rio Grande do Sul	15.279
Santa Catarina	11.291
Paraná	12.343

(Cf. Diegues Jr., 1964).

Dessa forma, é São Paulo e não mais qualquer um dos estados da Região Sul que passa a concentrar o maior número de “alemães”, cujo montante é de mais da metade de cada um destes estados considerados isoladamente.

E isso não é para menos. Por mais que muitas vezes falemos da “imigração alemã para o Brasil” como expressão de homogeneidades, podemos dizer, sem nos estender muito, que nem a “imigração”, nem os “alemães” e nem o “Brasil” são os mesmos nestes mais de cem anos cobertos pela *quase*-categoria “Imigração Alemã para o Brasil”. De fato, durante todo este período a imigração serviu a propósitos e realizou-se de forma diversa. Alguns autores chegam a delimitar grandes recortes temporais e estabelecer “fases” ou “etapas” (com princípio, meio e fim) que

representariam grandes homogeneidades no interior de um processo nem-tão-homogêneo-assim, havendo somente que observar que nem as homogeneidades nem as heterogeneidades por eles propostas coincidem.¹¹⁸ Os imigrantes, por outro lado, mesmo considerando somente os assim chamados “alemães”, já podendo ser considerados diversos em termos sincrônicos, diacronicamente as diferenças entre as levas ou entre os diferentes grupos que aqui chegam é ainda maior. Além disso, as transformações por que passa o Brasil neste período de aproximadamente cem anos, e que se refletem tanto nos direcionamentos e objetivos da política imigratória quanto no tipo de imigrante que para cá vem, não são menores.

Assim, como Willems (1980) deixa claro, a contribuição da população urbana em relação à população rural nas sucessivas levas é cada vez maior. Também se modifica sobremaneira o tipo de profissionais que fazem parte de levas ou que imigram isoladamente, trazendo ou não suas famílias (:28-32). Por fim, também cresce, em função do aumento do número de firmas, de escolas e etc., o número de indivíduos que vem contratados da Alemanha para exercer uma função definida e com perspectivas de volta para o país natal. Dessa forma não é de se estranhar que os “alemães” que chegam ao Brasil na primeira metade deste século concentrem-se prioritariamente em áreas urbanas, exercendo profissões correlativas às áreas de moradia e com concentração preferencial nas capitais dos grandes estados e não mais nos antigos estados ou áreas de colonização. (Cf. Diegues Jr., 1964; Luebke, 1987)

¹¹⁸Diegues Jr. (1964) opera a partir de “marcos” periodizadores ligados fundamentalmente à questão da escravidão: a Lei que proíbe o tráfico negreiro de 1850 e a abolição do trabalho escravo em 1888. Com isso ele delimita 3 grandes períodos: 1808-1850, 1850-1888, 1888-1950. (:23-25). Por outro lado, Roche (1969) estabelece como critério delimitador dos dois grandes períodos e dos 5 subperíodos por ele apresentados, questões de ordem política e administrativa do Estado brasileiro: competências para o controle (Províncias/ Estados/Governos Centrais) e legislação específica de imigração. Assim ele concebe 2 fases: 1824-1889 (com 3 subfases) e outra a partir de 1889 (:93-141). Cf. tb. sobre o tema da diversidade de políticas imigratórias e de estabelecimento de imigrantes, Seyferth (1974: 29-33; 1988:5-8) e Willems(28-48).

Agora, talvez mais importante do que a constatação das variações no número ou na origem dos “alemães” ingressos no Brasil, é a percepção do quanto essas diferenças exprimem-se no campo das relações sociais. Por mais que sejam percebidos e em determinadas circunstâncias se percebam como um “grupo” nacional distinto de outro (por exemplo o “brasileiro”), o que é evidenciado por algumas das categorias de identificação acionadas nos meios de língua alemã¹¹⁹, existem demarcações no *in-group* que fazem com que as homogeneidades atribuídas pelos “de fora” percam cada vez mais espaço para as heterogeneidades que se substancializam internamente.

Já no final do século passado Koseritz chama a atenção para as diferenças existentes entre os “alemães” das regiões coloniais e os “alemães” dos grandes centros urbanos, tomando como referência o contato que manteve com a “população teuta” que conheceu no Rio de Janeiro quando de sua visita a esta cidade. Apesar da extensão vale a pena citá-lo:

“No verdadeiro sentido da expressão, não existe aqui nenhum sentimento alemão, mas somente um sentimento dos países alemães (...) Os alemães do Rio são simples estrangeiros. Eles se interessam pelo Brasil e o seu destino até o ponto em que isto coincidir com os seus imediatos interesses. (...) Chegaram ao país para ganhar dinheiro; de dia trabalham, à noite vão para as suas casas de campo, e quando se ocupam com qualquer coisa não é certamente com a posição dos alemães do Rio Grande, mas com a situação da Alemanha. Eles têm o seu “Germânia”, a sua “Sociedade Ginástica”, a sua “Sociedade Beneficente”, suas escolas alemães e o seu hospital em projeto; (...) Não existe traço de união entre os dois grupos. Os Alemães daqui na sua maior parte, consideram o Brasil como uma estação de passagem; O ponto central de seu interesse continua na Alemanha; eles se deixam conduzir e apóiam fielmente o

¹¹⁹ Uma boa delimitação de algumas dessas categorias podemos encontrar em Seyferth (1982): “Os *Auslandsdeutschen* são todos aqueles descendentes de alemães que vivem fora da Alemanha, seja na Europa, na América, ou em qualquer outra parte do mundo (...) Já os *Reichsdeutscher* são os cidadãos da Alemanha: “alemão do Reich” é um conceito de outra categoria, diferente do primeiro, porque engloba um componente político-jurídico. Os *Auslandsdeutschen* e os *Reichdeutschen*, contudo, podem ser englobados numa única categoria - *Volksdeutschen*, que implica num componente biológico e na idéia de *Volkstum* (...) Mas esta categoria (*Volksdeutschen*) não tem uma definição política; ela se refere a pessoas com origem comum, cultura comum, língua comum (...) Os teuto-brasileiros são *Volksdeutschen* como são também os teuto-americanos, os teuto-russos, etc., e todos tem em comum o fato de pertencerem à etnia germânica. (:100)

poder alemão. Nós aí somos um povo colonial, que permanece na terra, funda bens de raiz e constitui família; o ponto central dos nossos interesses está no Brasil; fazemo-nos naturalizar e compreendemos que devemos ganhar participação e influência na vida política do país, a fim de que possamos nos fazer respeitar. A diferença é tão colossal que parece finalmente muito natural que entre as duas partes não exista nenhum ponto de contato.

Carl von Koseritz , 13 de junho de 1883. (1980: 108)

Apesar de longo, o trecho é um dos mais claros que conheço na exposição do que Koseritz chamou de “colossal diferença”. Por mais que possamos relativizar algumas ênfases e algumas generalizações, é difícil negar, entretanto, que o olhar de Koseritz observa “tipos” de alemães irredutíveis à sua “origem” ou mesmo à “língua comum” (se é que não havia, inclusive nisso, diferenças). De fato o que dá substância às diferenças pontuadas é a impossibilidade de haver algum traço que possa ser subtraído pelo acionamento de uma categoria unificadora, como por exemplo “população teuta”. Aos olhos do jornalista, que como seus observados poderia ser chamado “de origem”, ele é o “*Deutschtum*” (expressão de sentimento alemão) e os outros são o “*Deutschländertum*” (expressão do sentimento de vínculo ao Estado-Nação “Alemanha”); ele quer construir sua pátria no Brasil enquanto os outros mantêm com ela uma relação utilitária; ele quer aqui se fazer respeitar lançando mão de seu espaço de cidadão enquanto os outros só querem se manter como “hóspedes” que possuem o consulado como lastro de garantia dos direitos.

Contudo poderíamos ainda ver este texto como preso ao espaço social e ao ano em que foi escrito. Porém, lançando mão de outros relatos verificamos que este tipo de questão se reproduz em outros momentos e em outros lugares.

Em suas análises sobre o Vale do Itajaí em Santa Catarina, Seyferth (1974 e 1982) nos mostra que com o desenvolvimento e crescimento da atividade industrial, é instaurado um processo de urbanização na região no qual boa parte da mão-de-obra

antes vinculada à agricultura é absorvida como força de trabalho pela indústria têxtil. Nesse processo, a região passa a receber um outro tipo de imigrante: o técnico contratado. (Cf. 1974: 124-150)

Com isso, aqui também, numa área de colonização antiga, são verificadas construções balisadas pelas diferenças internas ao grupo pretensamente homogêneo dos “alemães”. E essas diferenças percebidas pelos atores chegam ao ponto de delimitar *regiões* que passam a ser demarcadas pelos usos das categorias de identificação *Deutschbrasilianer* e *Neudeutscher*, tendo a última delas surgida em função das próprias distâncias que demarca. Seyferth (1982) expõe de maneira clara estas distinções:

“Para marcar bem a especificidade teuto-brasileira, o “sentimento étnico”, acrescido do componente “cidadania”, passou a ser definido na imprensa pelo termo *Deutschbrasilianertum*, representando a capacidade que tem de expressar “como alemães” a lealdade ao Brasil. (...) O significado de *Deutschbrasilianertum* é claro e se resume numa única colocação: “Gedenke das du ein Deutscher bist. Aber du bist auch Brasilianer” (Lembra que és um alemão; mas também és brasileiro) ...”(1979: 169)

(...)

“São alemães novos aqueles que nasceram na Alemanha e emigraram (recentemente) para o Brasil ou que vieram trabalhar no Brasil. (...) Apesar de todas as reafirmações sobre o *Deutschtum*, das atividades da escola alemã, das sociedades, da igreja, da imprensa e da insistência em perpetuar a língua, em particular no âmbito familiar, a *Weltanschauung* do teuto-brasileiro está muito distante daquela que é considerada como alemã pelos *Neudeutscher*. Tão distante que a diferença foi percebida por estes últimos, que se colocaram e foram colocados em posição distinta do teuto-brasileiro, embora dentro do mesmo conceito geral de comunidade nacional.” (1982: 166 e 170)

Também em Willems (1980) encontramos referências precisas das diferenças surgidas com o estabelecimento de imigrantes no século XX em algumas regiões coloniais. Em Arroio do Meio (RS) um médico teuto-brasileiro, falando em

1930 sobre imigrantes chegados na década de 20, não se mostra muito simpático em relação aos recém chegados porque:

“Até há dez anos atrás, a nossa população rural de ascendência germânica tinha o caráter puro e honesto. A imigração ocorrida naquele tempo fez aportar aqui elementos dos mais heterogêneos entre os quais não poucos inferiores que para as nossas condições brasileiras eram simplesmente indesejáveis. Foram eles que enfraqueceram aos poucos aquela mentalidade honrada”. (: 185)

O surgimento de categorias de identificação étnica diferenciadas, internas ao supostamente homogêneo *in-group* e por este acionada em diversas situações, demarca fronteiras que podem ser remetidas às diferenças diacrônicas anteriormente referidas.

Com isso verifica-se que diferentes variáveis entram em jogo e se combinam na definição das identidades do grupo étnico (biológica, lingüística, cultural, política, jurídica), acionadas ou não simultaneamente, e que passa a existir uma demarcação no *in-group* a partir de determinado momento entre alemães natos e descendentes dos imigrantes que para cá vieram e se estabeleceram.

Esta última demarcação está ancorada não somente numa “problemática étnica”, como nos lembra ainda Seyferth (1982). Diferenças de classe social (já que os *Neudeutscher* são muitas vezes trazidos para ocupar funções técnicas nas áreas coloniais, como no caso das indústrias textéis de Brusque), de universo lingüístico (não falam o alemão utilizado em muitas das regiões de colonização que, além da mistura de diversos dialetos, incorpora uma série de palavras da língua portuguesa) e de estatuto jurídico-político (são cidadãos alemães, mesmo sendo alguns naturalizados brasileiros) também não podem ser esquecidas como referenciais que se compõe na definição de “regiões” diferenciadas *internas* ao grupo.

Com isso, por mais que possamos encontrar algumas grandes regularidades na assim chamada “Imigração Alemã para o Brasil”, não se pode

desprezar, muito ao contrário, as irregularidades aí existentes e suas substancializações na demarcação de fronteiras que produzem efeitos concretos na vida social nos diversos lugares para onde se dirigiram os pretensamente homogêneos “alemães”. E a seção brasileira do NSDAP não fica imune a isso.

II

Em Direção a um Perfil da Seção Brasileira do NSDAP

Segundo uma cópia dos arquivos do NSDAP apreendidos pelo exército norte-americano após a ocupação de Berlim em 1945 e enviada, em 1946, para a polícia brasileira, os filiados ao partido nazista no Brasil são em número de 2822. Esses números incluem todas as filiações ao partido, processadas entre os anos-limite de 1925 e 1941, de indivíduos que se organizaram na seção brasileira do NSDAP. Uma primeira questão que se mostra significativa quanto a esta listagem diz respeito exatamente aos anos-limite em que se processam estas filiações.

Este período não corresponde, como já foi brevemente apontado, ao período de existência da seção brasileira do partido nazista. De fato, entre 1925 e 1930, anos imediatamente anteriores ao ano de constituição dos primeiros núcleos do partido, 56 indivíduos já eram membros do NSDAP. E isto porque existiam dois caminhos possíveis para que um indivíduo fizesse parte dos arquivos do partido como membro de sua seção brasileira: o primeiro destes era se filiar e se organizar no Brasil através de um dos organismos do partido aqui existente, o outro era se filiar ao partido na Alemanha (as filiações poderiam ser encaminhadas de qualquer parte da Alemanha ou do mundo para a sede do partido em Munique) e posteriormente vir a se organizar na seção brasileira do partido.

Desta forma, estão fora destes registros *Parteigenossen* que, apesar de terem vindo para o Brasil, aqui não se organizaram no partido, mantendo seu vínculo

com o seu núcleo de origem, e outros que, apesar de inscritos através da seção brasileira, no pós 1931, por razões das mais diversas, retornaram para a Alemanha ou dirigiram-se para qualquer outro local e passaram a se organizar num núcleo outro do partido, desligando-se da seção brasileira.

Deste universo de 56 indivíduos, 50 são *Reichdeutsche*, 5 nascidos no Brasil e um nos Estados Unidos¹²⁰, o que nos sugere a hipótese de que boa parte destes membros do partido inscritos antes de 31, sendo por hora difícil estimar quantos, ligaram-se ao partido na Alemanha e posteriormente vieram para o Brasil. Porém não se pode descartar a outra alternativa que nos parece provável, pelo menos para alguns deles: a filiação direta do Brasil (o que é sugerido pelo fato de que todos os 5 nascidos no Brasil nasceram e moravam - à época de sua filiação- em Blumenau).

No outro extremo, a existência de indivíduos filiados ao partido entre os anos de 1938 e 1941 pode ser tomado como um indicador da persistência de algum tipo de organização nos já ilegais núcleos do partido. Observando a tabela 8 (cf. “Anexos”) verificamos uma queda brusca no número de filiações ao partido após o ano de 1938, representando nos anos de 1939, 1940 e 1941 respectivamente apenas 3, 10.5 e 0.6% das filiações verificadas em 1938 e 0.1, 0.6 e 0.03 de todas as filiações, o que se justifica em função tanto da proibição formal quanto da ação policial que as segue, principalmente a partir de 1942, ano do rompimento das relações diplomáticas com a Alemanha, a partir do qual, segundo Cohen (1988), “o governo brasileiro empreendeu uma verdadeira caçada aos nazistas”(11).¹²¹

¹²⁰ AERJ-DESPS-A-P6

¹²¹ Porém podemos propor não ser somente no momento da proibição das atividades partidárias que passam a existir cerceamentos às atividades do partido, visto que a partir de 1937 se inicia o processo de Nacionalização do Ensino com repercussões das mais diversas nos meios assim chamados “de origem alemã”.

Apesar disso, a existência dessas inscrições no quadro geral da seção brasileira do NSDAP pode ser tomado como um indicador de que, por vias ainda não muito claras, o trabalho partidário não foi totalmente (e nem em todos os *Kreis* e *Ortsgruppen*) extinto com a proibição. Pode-se inclusive pensar que vários dos núcleos do partido, mesmo sem filiar novos membros, tenham mantido parte de suas atividades ao invés de passarem sua organização para a estrutura da DAF, que após a proibição tornou-se, ainda por algum tempo, a estrutura de organização “legal” dos militantes do partido.

A distribuição dos militantes pelas diversas regiões (e localidades) brasileiras também abre espaço para algumas considerações. A primeira questão que me parece chave a este respeito se refere às hipóteses sobre a concentração do trabalho partidário em determinadas regiões do país.

Levando em conta os dados anteriormente apontados sobre a distribuição dos “alemães” pelos estados do Brasil, aí indiferenciados *Reichdeutsch* e teuto-brasileiros, muitos afirmaram que eram exatamente os estados do sul que concentravam um maior número de *Parteigenossen* e que eram o alvo prioritário do trabalho partidário no Brasil, que durante muito tempo foi a parcela de certeza a partir da qual se poderia falar do NSDAP no Brasil. Isto pelo fato de serem exatamente os estados do sul do Brasil, principalmente Rio Grande do Sul e Santa Catarina, que concentraram a maior parte desses “alemães” que, de acordo com esta perspectiva, seria o grupo de aderentes potenciais do ponto de vista do partido em função de sua “origem alemã”. Porém, para além das concordâncias mais gerais, surgem posições que estabelecem um campo de disputas sobre o lugar que mais atraía o partido e os partidários no Brasil. Tomemos um exemplo: Py (1942) e Martins (s/d), como já vimos, trilham caminhos muito próximos e em muitos aspectos coincidentes no

tratamento do “nazismo no Brasil. Porém, na hora de definir o lugar onde o trabalho partidário foi mais incisivo eles se dividem.

Segundo Py (1942), num capítulo intitulado “Rio Grande do Sul, Espaço Vital Nazista”, no Brasil foi para o Rio Grande do Sul, “cujas condições [de abandono das populações de origem alemã] estavam detalhadamente cadastradas nos arquivos do Departamento Estrangeiro [AO do NSDAP]”, que se dirigiu o maior número de agentes do partido (:55-57). Por outro lado, para Martins (s/d) a concentração do trabalho partidário se dá no Paraná em função tanto de sua “situação geográfica e recursos naturais como pela sua população de descendência germânica em porcentagem elevada.” (:105)

De fato, apesar das diferenças em relação a qual (ou quais) dos estados caberia o “privilégio” de ter sido o mais assediado pelos “partidários de Hitler”, muitos partilham do lugar de certeza ocupado pela equação “*maior número de “alemães” nos estados do sul = maior número de nazistas*”. E a relação entre as duas informações é articulada de forma direta: nenhum deles arrisca uma previsão em termos numéricos, mas a impressão advinda destes textos é que existe uma relação de proporcionalidade entre o número de “alemães” e o número de membros do partido.

Contudo, trabalhando com o universo de membros filiados ao partido verificamos que os militantes destes dois estados somados aos do Paraná perfazem o número de 1.138, constituindo-se em apenas 40% dos militantes existentes no Brasil. Se compararmos esta cifra com os 1.232 militantes presentes somente no eixo dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, perfazendo 44% do número total, com o detalhe de ser o Estado de São Paulo o que contabiliza o maior número de militantes, em número de 785, 28% do total de militantes do país, enquanto os estados da região sul isoladamente respondem por 6,5% Paraná, 15,5% Rio Grande do Sul e 18% Santa

Catarina, perceberemos que a importância da região que contava com quase 90% da população “de origem” é bem menor do que a estimada.

Focalizando a distribuição dos militantes pelas localidades destes três estados sulinos, o primeiro traço distintivo que transparece nos diz que, vistos em seu conjunto, os *Parteigenossen* concentram-se, sobretudo, em áreas urbanas, ou áreas semi-urbanas de imigração recente, que apresentam traços de industrialização ou intensificação de atividades comerciais. No Rio Grande do Sul por exemplo, onde o conjunto de militantes chega a 439, distribuídos em 32 municípios ou localidades diferenciadas, apenas Porto Alegre reúne mais da metade (221) dos números totais do estado. Se levarmos em conta as áreas de imigração recente e as áreas de atividade comercial e industrial mais intensa, tal qual delimitadas por Roche (1969: 177-195), este número sobe para 320, ou seja, 73% dos militantes existentes no Estado, restando para todas as outras áreas (as áreas coloniais antigas, áreas de colonização italiana e outras) menos de 24% do total de militantes do estado.

Em Santa Catarina, a situação não é muito diferente: Dos 528 militantes registrados neste estado, 410 localizam-se em áreas de perfil semelhante às anteriormente descritas, sendo que neste caso há a coincidência de áreas de alta incidência de industrialização com as áreas das antigas colônias, como é o caso do vale do Itajaí no qual se desenvolveu a indústria têxtil. Desta forma, não é mais a capital mas sim Blumenau o grande centro de concentração de militantes, que totalizam 229 só nesta cidade, representando 43% dos militantes existentes no estado.

Deslocando-nos em direção ao centro geográfico do país e deixando de lado as áreas de maior concentração de pessoas “de origem”, veremos que se confirmam os padrões de concentração de militantes em áreas urbanas verificados no sul. Em São Paulo, o número global de *Parteigenossen* chegou a 785, sendo que dos

46 municípios e localidades nos quais se encontram militantes a capital é responsável por algo em torno de 46% do total, com um número de 366 indivíduos inscritos no partido. Se, procedendo como fizemos anteriormente, somarmos a este número os militantes de cidades mais industrializadas e de atividade comercial mais intensa chegaremos a cifras tão significativas quanto as anteriores: nessas localidades concentram-se 615 (78,3%) dos militantes de todo o estado.¹²²

Tomando um outro caminho podemos chegar a constatações semelhantes: como nos diz Gertz (1980), classicamente, as profissões que estão relacionadas às áreas de colonização mais antigas são as de alguma forma ligadas à agricultura e ao pequeno comércio local. Observando a distribuição dos militantes do partido no Brasil conforme os setores de atividade, verificamos que somente 318 (algo em torno de 11%) dos militantes exerciam atividades profissionais relativas ao setor primário. Destes, que incluem não somente a agricultura mas também atividades ligadas à extração mineral e vegetal, somente 132, ou seja 41,5% dos militantes do setor primário e 4,6% do número global dos militantes existentes no Brasil, eram provenientes dos três estados da Região Sul.

Por outro lado, podem ser contabilizados 911 indivíduos ligados a atividades comerciais de pequeno e de grande porte e ao setor de serviços sendo que especificamente ligados ao grande comércio contabilizamos 506, algo em torno de 56% deste universo. Seguindo a tendência anterior, destes 911 indivíduos inscritos neste tipo de ocupação, a concentração se encontra no eixo sul-sudeste sendo que, considerando os estados isoladamente, São Paulo e Rio de Janeiro respondem por 49%

¹²² Para os dados globais sobre os militantes nos estados. cf. Tabela 8 em “Anexos”. Para os dados relativos ao Rio Grande do Sul, à Santa Catarina e à São Paulo, cf., respectivamente, tabelas 10.a, 10.b e 10.d.

deste total, e os estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná, respectivamente, por 15, 14 e 5% deste universo.

Significativo também é o número de militantes ligados à atividade industrial, aqui incluídos desde os que lidam com as esferas da administração e de gerenciamento até os operários especializados e os não especializados. Estes contabilizam 758 indivíduos, sendo destes um total de 509 são operários especializados e não especializados. São Paulo e Rio de Janeiro são mais uma vez os estados que em conjunto concentram um maior número destes profissionais, sendo que, neste caso, o segundo lugar em números globais vem ocupado por Santa Catarina. De fato o maior contingente de militantes do partido neste estado em termos de sua distribuição por ocupações é formado por operários, constituindo quase o dobro do número relativo aos pequenos e médios comerciantes, o segundo grupo ocupacional que concentra o maior número de militantes.(Cf. tabela 9)¹²³

Porém, se as regularidades das distribuições tanto regional e local quanto ocupacional acima arroladas nos permitem algumas incursões sobre os caminhos e espaços sociais nos quais o partido constituiu-se no Brasil, existem ainda dois outros grupos de informações que permitem um delineamento um pouco mais preciso sobre estas questões.

A primeira delas é a composição etária do partido. Tomando os dados relativos à data de nascimento dos membros, destacam-se os 1850 indivíduos nascidos entre 1890 e 1909 (65% do total), que chegariam à década de trinta com idades entre 21 e 40 anos, sendo que destes, majoritário é o grupo dos nascidos entre 1900 e 1909, com 1083 casos. Logo depois, o grupo de maior incidência é o dos nascidos na década

¹²³ Os números com os quais Gertz trabalha, apesar de algumas diferenças de classificação e variações em termos quantitativos, são próximos: “33% eram artesãos e similares. 23% comerciantes independentes, 19% empregados do comércio e similares, 15% agricultores, 5% engenheiros e similares, 5% professores e similares.” (:202)

de 80 do século passado, perfazendo um total de 400 indivíduos, ou seja, 14% do total. As extremidades, contudo, representam uma parcela muito pouco significativa das filiações. Cruzando-se as datas de nascimento com as datas de filiação, perceberemos que, apesar de pequena variação, se confirmam as tendências etárias dos filiados: a curva das filiações é crescente até os 35 anos, sendo que o maior grupo etário é o que compreende militantes entre 25 e 35 anos de idade (cf. Tabela 14 e Gráfico 3). É de se notar que a contribuição dos jovens até 20 anos é muito reduzida. De fato, as filiações processam-se somente a partir dos 18 anos (antes disso os jovens são “preparados” na DJB, a HJ no Brasil). Contudo, a seção brasileira do partido pode ser tomada como composta majoritariamente por jovens, oriundos da chamada *war generation*, um grupo etário que de algum modo vivenciou a guerra de 14. E se podemos afirmar tal coisa é em função de um outro grupo de dados: os locais de nascimentos dos militantes.

Do universo de 2.822 membros filiados ao partido, a sua quase totalidade, ou seja algo em torno de 93%, nasceu no território do Estado Alemão, consideradas as fronteiras anteriores à segunda metade da década de 30¹²⁴. Dos 7% restantes, somente algo em torno de 2% nasceram no Brasil e 3% são oriundos de diversos países outros.

Esses números são significativos e permitem apontar para algumas conclusões. Inicialmente os estados que receberam mais imigrantes classificados normalmente como “alemães” são relativamente muito pouco representados se tomarmos os dados da distribuição de imigrantes e descendentes no Brasil comparados

¹²⁴ O território alemão sofre modificações progressivas a partir da segunda metade da década de 30, tendo como marcos referenciais a anexação dos Sudetos e da Áustria. A delimitação desse marco na consideração das fronteiras alemãs, não leva em conta as perdas de território advindas do Tratado de Versailles, visto que nenhum caso existente nas fontes compulsadas demandou este tipo de precaução, ou seja, dos nascidos na Alemanha após 1919, que são poucos, todos possuem como local de nascimento regiões que, mesmo sob Versailles, nunca deixaram de estar sobre o controle alemão.

à distribuição regional do partido. Além disso, a distribuição por localidade de moradia e por ocupação nos indica uma presença majoritária de militantes em áreas urbanas com concentração de atividades comerciais e industriais, ficando mais uma vez muito pouco representadas as áreas de colonização antiga, à exceção, como apontamos, de Santa Catarina. Somente com esses dados já poderíamos traçar um perfil do NSDAP no Brasil como sendo um partido majoritariamente representado por setores médios urbanos, boa parte com formação profissional (técnica ou outra qualquer) definida e empregados em grandes firmas e indústrias alemãs que se instalaram no Brasil. Porém com a distribuição etária e o mapeamento de suas origens nacionais (em termos jurídico-políticos), a conjectura passa a dar lugar à certeza. Dos 2822 membros do partido filiados à seção brasileira a quase totalidade sai da Alemanha em direção ao Brasil no século XX tendo de alguma forma experimentado a guerra de 1914. Muitos foram buscados em função de suas habilidades profissionais e com colocação definida, donde se pode supor que a perspectiva de retorno é mais acentuada do que entre outros tipos de migrante, fato que se verifica em muitos casos.¹²⁵

Visto isso, se tomarmos como certo que o partido objetivava arregimentar filiados entre todos os que faziam parte da “comunidade nacional”, presentes em maior número nas regiões de colonização no sul do Brasil, como nos indica boa parte da literatura sobre o tema, ficaremos frente a uma dificuldade ante a constatação de que são exatamente os grupos que não representam o perfil clássico de “colono alemão” que são majoritários no partido. A partir disso, dois caminhos lógicos podem ser utilizados para explicar esta *ausência*, tão assombrosa para alguns, dos teuto

¹²⁵ Apesar de não ser um número significativo para sua incorporação em quadros estatísticos, de todos os 64 processos do TSN com os quais lidamos, apenas 7 dos 129 membros do partido indiciados nesses processos não possuíam colocação definida quando vieram para o Brasil. Mesmo que não possamos por hora estabelecer esta informação como representativa de “todos” ou mesmo “da maioria” dos *parteigenossen*, ela é um índice de que este tipo de militante, que sai da Alemanha nos moldes acima pontuados, não é tão incomum assim.

brasileiros do partido. A primeira explicação para isso é normalmente a seguinte: os teuto brasileiros, como um “grupo”, apesar de haver excessões individuais (completamos, 69 excessões), recusaram-se a entrar para o partido por uma série de razões que tem seu carro chefe na agressividade, no autoritarismo e na prepotência dos líderes do NSDAP no Brasil.

O que está dito nesta última parte, não há como negar. É o próprio Hitler quem nos diz isso:

“The philosophy is intolerant; it cannot contend itself with the role of one ‘party beside others’, but imperiously demands, not only its own exclusive and unlimited recognition, but the complete transformation of all public life in accordance with its views. It can, therefore, not tolerate the simultaneous continuance of a body representing the former condition.” (MK, 1993: 412)

Seguindo as indicações do *Führer*, a prepotência, a arrogância e o autoritarismo sempre foram, pode-se dizer, “modos de vida” dos nazistas em todo mundo. Eles sempre foram os donos da verdade, os representantes legítimos da vontade do *Volk* e o seu partido o único espaço político possível para a realização dessa vontade. Mas se isto, por um lado, é verdade, por outro, é exatamente aí que se encontra a fragilidade desta tese: os nazistas sempre foram assim, na Alemanha, na Áustria, nos Sudetos e no Brasil, desde que começaram suas atividades políticas e, a não ser pelo abrandamento da violência golpista (e vejam só, abrandamento e não extinção!) verificado no pós 26 na Alemanha (de que tratamos no Capítulo 3), nunca se ouviu falar de um partido simpático, pouco agressivo e propenso a mediações com os que não partilhassem de seu credo. E o problema se agrava se sabemos de seu enorme sucesso em conseguir aderentes na Áustria e nos Sudetos, para não falar na Alemanha, cujas cifras de crescimento relativo, a partir de 1928, são verdadeiramente astronômicas.

Por mais que possamos considerar a repulsa criada pelas atitudes pouco amistosas e pela agressividade tutelar do partido como razões para que muitos dele se afastassem, nos parece que em complementação à este caminho lógico deve-se propor um outro que pode ser formulado da seguinte maneira: as estratégias de construção do partido no Brasil não passavam centralmente, como a unanimidade afirma, pelos teuto brasileiros.

Esta questão pode ser pautada se seguirmos o caminho inverso ao que propõe o raciocínio anterior, que parte das *motivações e recusas do grupo ou de indivíduos que o representa*, e nos perguntarmos de que forma o partido recrutava seus membros. Passemos a esta questão.

III

Partido Nazista Procura..! A Direção das Adesões

Como já foi verificado no Capítulo 2, o Partido é o único caminho e a única possibilidade de materializar o projeto de uma sociedade *Völkisch* porque ele é a própria expressão da vontade do *Volk*. Do ponto de vista da *Weltanschauung* Nacional Socialista, há uma diferença muito grande entre os membros do partido e os que, por formas e instrumentos dos mais variados, lhe oferecem apoio. Ser *Parteigenossen* implica em tomar parte na materialização da vontade do *Volk*, o partido, enquanto somente fornecer-lhe apoio ou ser um simpatizante implica somente no “reconhecimento passivo da idéia”. Nos termos de Hitler, “a supporter of a movement is one who declares himself to be in agreement with its aims, a member is one who fights for them”. (MK: 529) Porém, além disso, ser parte do partido implica em qualificar-se para a direção do *Volk* não somente em função de preparação e formação específicas mas, principalmente, pelo fato de serem somente os *Parteigenossen* que vivenciam o *Führerprinzip*, condição de possibilidade de organização da comunidade nacional pelos princípios *Völkisch* segundo o NSDAP (cf. Capítulo 2).

Mas, para tomar parte nisso tudo, para tornar-se um *Parteigenossen*, mesmo o qualificativo de “alemão” (= “sangue ariano” + *Weltanschauung* nazista) não era suficiente. De todos os membros dessa comunidade “biológico-político-ideológica” os membros do partido seriam selecionados em função de determinados atributos que eram, por assim dizer, “individuais” e não “coletivos”. Voltemos à Hitler:

“Organization embraces within its scope only those who do not threaten on psychological grounds to become a brake on the further dissemination of the idea. (...) By virtue of this fact, the organization of a really revolutionary idea obtains as members only the most active among the supporters won over by propaganda. And precisely in this activity of a movements membership, guaranteed by natural selection, lies the premise for equally active future propaganda as well as a successful struggle for the realization of the idea.” (MK, 1993: 529 e 532. grifo nosso)

Dessa forma, se atributos coletivos garantem ao *indivíduo* a potencialidade de ser um *Parteigenossen*, são suas qualidades individuais que transformam esta potencialidade em realização, qualidades estas que só podem ser avaliadas na imediaticidade do trabalho por eles desenvolvido e avaliado pelos membros do partido.

* * *

Não se pode afirmar com precisão a existência de campanhas de filiação, ou atividades afins, que buscavam em determinados momentos concentrar os esforços na conquista de adeptos potenciais e mesmo integrar militantes, levadas à cabo pelo partido nazista no Brasil. Contudo a distribuição irregular das filiações por ano e pelos meses em um mesmo ano pode abrir espaço para que consideremos esta possibilidade.

Anteriormente chamamos atenção para o fato de que a partir de 1931, ano de seu estabelecimento, a seção brasileira do partido cresce de forma constante. Contudo, como podemos verificar pelo Gráfico 2 (Anexos), a simples visualização da distribuição anual destas filiações nos indica a ausência de um processo regular por todo o período considerado e a possibilidade de serem demarcados dois períodos nos quais encontramos tendências bem definidas: o que se inicia em 1931 e se encerra em 1934, com taxas de crescimento anual sempre maiores e o que se inicia em 1936 e se encerra em 1941, com taxas de crescimento cada vez menores, destacando-se, como antes apontamos, os anos posteriores a 1938.

Ao verificarmos a distribuição das filiações pelos meses de um mesmo ano, percebemos outro tipo de tendência: a grande concentração das filiações em determinados meses e a quase inexistência de filiações em outros. Tomemos, como ilustração o ano de 1934, o que concentra isoladamente o maior número de filiados nos mais de dez anos de existência do partido no Brasil e um dos que apresenta acentuado grau de concentração de filiações em determinados períodos (Cf. Gráfico 3 em Anexos).

Das 867 filiações verificadas em todo o Brasil neste ano, os meses de Janeiro, Fevereiro, Maio, Julho, Agosto, Setembro e Novembro contabilizam, reunidos, somente 11 filiações sendo que nos dois últimos ninguém entrou para o partido. A média de filiações ao partido nestes 7 meses foi de 1,5 militantes por mês. Por outro lado, os meses de Março, Abril, Junho e Outubro contabilizam 291 filiações, uma diferença bastante grande se comparados aos primeiros: algo próximo a 73 militantes por mês em média. Porém a irregularidade na distribuição das filiações, que já pode ser percebida tomando-se somente os meses acima arrolados, ganha contornos e cores mais fortes se considerarmos o mês de Dezembro, que contabiliza 538 filiações, exatos 62% das filiações verificadas durante todo o ano, representando sozinho 179% das filiações verificadas nos outros onze meses em conjunto.

Desta forma, mesmo não tendo acesso a informações e relatos que nos indiquem a existência de campanhas de filiação, centralizadas e levadas a cabo pelo partido em seu conjunto, não me parece que se possa considerar tais variações como simples reflexo de variações no interesse dos “pretendentes” a membros do partido (inexistente ou retraído em um mês e exacerbado no mês seguinte). Ao contrário, acredito que não podemos abrir mão da hipótese de intervenção formal do partido na busca por filiados quer através de campanhas nacionais ou mesmo locais, quer através

de atividades periódicas de propaganda a que se poderiam vincular propósitos de recrutamento.

De qualquer forma, mesmo operando com a hipótese, que acredito improvável, de que as filiações partidárias não eram coordenadas pela direção do *Landsgruppe*, ou mesmo dos diversos *Kreis* ou *Ortsgruppen*, pode-se afirmar que o processo de recrutamento e filiação não era precessado sem quaisquer critérios. Na realidade, as normas para a integração de indivíduos ao partido eram, pode-se dizer, bastante estritas.

Observando diversos depoimentos a este respeito identificamos algumas pistas sobre o processo de recrutamento que podem nos ajudar a responder a questão inicialmente proposta. Citamos a seguir cinco extratos de depoimentos dos quais o primeiro é de um membro de direção de um *Ortsgruppe*, o segundo é de um *Ortsgruppenleiter*, os de números 3 e 4 de militantes de base e o número 5 de um não-militante próximo ao partido (área próxima). Vejamos:

(1) [o delegado pergunta]: Quais os requisitos necessários para que um alemão fosse aceito como sócio? Resp. que são requisitos necessários para a entrada no partido provar que não tem sangue judeu e nunca frequentou a maçonaria. (...) [o delegado pergunta]: Como eram admitidos os sócios do partido? Resp.(...) [após terem sido convidados por um membro] a sua proposta preenchida era enviada pelo *Ortsgruppenleiter* para o *Landsgruppenleiter* no Rio de Janeiro, o qual remetia à organização do exterior em Berlim, de onde passava à sede do partido em Munich, sendo que só ali era feita a sua carteira de sócio. [o delegado pergunta] Se o *Ortsgruppenleiter* dava informações a respeito do proposto? Resp: afirmativamente, que essas informações consistiam em informações sobre a [sua] conduta pessoal”¹²⁶.

(2) (...) que essas fichas (de propostas de admissão de sócios ao partido) quando iam para a Alemanha, os membros propostos já estavam em condições de serem aceitos como sócios”¹²⁷.

¹²⁶ Segundo o Termo de Declarações de Hans Paul Rautemberg, constante em AN-TSN- Proc. 3757: 52. Sublinhado nosso.

¹²⁷ Segundo o Termo de Declarações de Johannes Hans Paul Spredtke, constante em AN-TSN- Proc. 3757: 3-4. Sublinhado nosso.

(3) “[O delegado pergunta:] Porque nem todos os alemães podem fazer parte do partido? Resp.: que só os judeus alemães não podiam fazer parte do Partido Nacional Socialista.”¹²⁸

(4) “[o delegado pergunta]: Porque, sendo o partido destinado a arregimentar os súditos residentes no exterior, para que os mesmos não perdessem as suas qualidades alemães, não aceitava todo e qualquer alemão no seio da organização? Resp: que o partido não aceitava todo e qualquer alemão porque, dentre os aqui residentes, encontravam-se muitos comunistas, republicanos, imperialistas.”¹²⁹

(5) “[o delegado pergunta]: Se o depoente fez parte do Partido Nacional Socialista daqui ? Resp. que não foi sócio efetivo mas que seu nome foi incluído, em novecentos e trinta e dois, numa lista organizada no Rio de Janeiro e remetida para Berlim, não sendo entretanto admitido em vista de ser considerado indisciplinado. (...) [o delegado pergunta]: Quais as idéias políticas do depoente? Resp.: que é partidário do nacional socialismo.”¹³⁰

Antes de mais nada, duas observações necessárias: os cinco textos transcritos acima tem uma característica que os unifica: todas as declarações são feitas por indivíduos de alguma forma ligados ao mesmo *Ortsgruppe*, o de Salvador (BA). A segunda observação, um tanto curiosa, é que até mesmo a polícia da época sabia que não bastava ser “alemão” (e aqui acredito que *súdito alemão* se refira a *Reichdeutsche*) para ser do partido, tendo ciência da existência de critérios definidores de quem podia ou não ser um *Partigenossen*, apesar disso parecer estranho visto que para boa parte do discurso policial a distância entre um “membro do partido” e um “súdito alemão” era praticamente inexistente.

Centrando-nos nos depoimentos, o que se pode inicialmente verificar é a existência de uma multiplicidade de registros a partir dos quais os declarantes representam os limites exclusivos do partido. “Ser judeu”, “fazer parte da maçonaria”, ser “republicano”, “comunista” ou “imperialista” (o que quer que este último termo

¹²⁸ Segundo o Termo de Declarações de Karl Friedrich Horn, constante em AN-TSN-Proc 3611: 4v. Sublinhado nosso

¹²⁹ Segundo o Termo de Declarações de Ernest Brandmuller, constante em: AN-TSN-Proc 3611: 6, Sublinhado nosso

¹³⁰ Segundo o Termo de Declarações de Gerhad Sturm, constante em AN-TSN-Proc 3611: 8-9. Sublinhado nosso

queira dizer), ser “indisciplinado”, nos remetem à dimensões claramente diferenciadas e que se substancializam em fronteiras também diversas: biológicas, ideológicas, políticas etc.

Por outro lado, o próprio lugar ocupado por estes registros nos discursos dos depoentes não é, pode-se dizer, único. Inicialmente, o membro da direção do partido nos diz que os o indivíduo para se tornar membro do partido deveria provar que “não tem sangue judeu” e que nunca “frequentou a maçonaria”. Num outro depoimento, somente os “judeus alemães” não poderiam fazer parte do partido (curioso aqui é a presença destas duas categorias juntas quando, pelas concepções do partido, elas se tratam de categorias excludentes). Ainda num outro depoimento, as categorias “Judeu” e “Maçon” não aparecem, assumindo centralidade outras categorias que representavam impedimentos de outra ordem: mesmo sendo alemão ele não poderia ser comunista, republicano e imperialista. No último relato vemos um ex-pretendente “alemão ariano” (ele é inclusive *Reischdeutsche*), que se afirma nazista e que apesar de passar por todos os crivos de nacionalidade, de sangue, políticos, etc., após preencher sua “proposta” foi impedido de se filiar por ser “indisciplinado”.

Os textos ainda nos trazem uma indicação clara de como se processa a incorporação de membros ao partido: o pretendente, depois de aprovado em relação a alguns destes requisitos, preenchia algo semelhante a uma ficha de inscrição, documento este que saía do núcleo de base e percorria as escalas hierárquicas superiores até chegar na direção do partido na Alemanha onde era aprovado. Este caminho, como também pode ser percebido, não era nada além do cumprimento de uma formalidade visto que a aceitação dos membros, como deixam claro os dois primeiros relatos, era feita no próprio núcleo de base, que aprovava ou não a “proposta” dos pretendentes e julgava se sua “conduta pessoal” era ou não compatível

com a sua inclusão no partido, ficando o núcleo responsável pela aplicação dos critérios definidores da inclusão ou da exclusão de um “pretendente”.

Além de ser o NSDAP a expressão política do *Volk*, os limites da “comunidade nacional” coincidindo com os limites do grupo de aderentes potenciais ao partido, o partido era também o instrumento de realização de sua vontade, não bastando que os indivíduos fossem *arianos e comprometidos com a visão de mundo nazista* para dele fazer parte. Eles precisavam ser os melhores para os propósitos partidários, sendo isso traduzido no processo de recrutamento pelo acionamento de critérios de aceitação de membros, que levavam em conta tanto os limites formalmente estabelecidos da “comunidade de aderentes potenciais” quanto critérios delimitadores de qualidades e capacidades individuais.

O que me parece ainda mais significativo em relação a isso diz respeito ao fato de que esses critérios são acionados principalmente não pelas direções que avaliam as “fichas” dos pretendentes mas pelos militantes do partido organizados em suas estruturas de base, que fazem de um ou de outro “ariano-nazista” um “aspirante”, categoria intermediária que é portadora de determinados atributos mas ainda não viu comprovada suas qualificações. E neste aspecto, os militantes não exercem somente o poder de julgar se um pretendente tem ou não requisitos, capacidade e condições para ingressar no partido, eles tem a chance de exercitar um outro crivo que consiste na seleção de quais indivíduos podem ou não ser “aspirantes” ao partido através do exercício do “convite”.

Como vimos anteriormente, o “convite” era o instrumnto através do qual os não-militantes poderiam se tornar “aspirantes” a membros do partido. Aprovados como “aspirantes”, se processaria algo que podemos chamar de um “período de observação” no qual o pretendido/pretendente participava das atividades organizadas

pelo partido e das reuniões que não eram exclusivas aos membros (cf. supra). Existem relatos de que este “período de experiência” era de um ano em média mas contamos também com relatos de membros que levaram mais ou menos tempo para se integrar ao partido.¹³¹

Com isso, parece-me claro que se a *doutrina* opera com dois grandes tipos de limites para a composição da organização (os que *fazem* parte do *grupo* de aderentes potenciais e os *indivíduos* deste grupo que *podem* ser membros do partido), a realização da doutrina depende de avaliações e valorações materializadas em critérios inclusivos/exclusivos acionados cotidianamente pelos responsáveis pela “criação” de “aspirantes”: os membros e os dirigentes das organizações de base do partido que se organizam nas mais diferentes partes do mundo, colocados frente a realidades das mais diferenciadas que poderíamos admitir, por hipótese, que entrassem em jogo na seleção e na aceitação de novos membros.

Porém, como confrontar essas dimensões, no sentido de buscar algum nível de inteligibilidade para a ação do partido enquanto instituição. Colocado de uma outra maneira, existe algum espaço “entre” a *doutrina* e a escolha individual dos militantes do partido que pudesse ser por nós acionado como índice de algum tipo de direcionamento do trabalho de recrutamento pela seção do NSDAP no Brasil?

Para dar conta disso, retomemos agora um caminho que foi por breve deixado de lado: as grandes regularidades verificadas na composição bem como no processo de filiações ao partido, nos abrem o espaço para buscarmos outros elementos que nos sirvam de índice para apontar para algumas estratégias de construção do partido no Brasil, em termos das opções de onde e em que meios organizá-lo.

¹³¹ Cf., p. ex., AERJ-DESPS-A-P1: 014-024, AERJ-DESPS-A-P6: 0121-0127

IV

Um Povo, um *Reich*, um *Führer*

Durante sua existência na Alemanha, os únicos critérios pautados oficialmente pelo partido nazista para a aceitação de membros foram a “pureza do sangue ariano” e o compromisso com a *weltanschauung* nazista, não importando aí de onde viessem os membros em termos tanto de sua origem social quanto de sua cidadania ou local de nascimento. Mesmo quando a cidadania tornava-se um impecílio formal para as perspectivas do partido, em relação às estruturas e agências do Estado Alemão (no caso das forças armadas, por exemplo), a incorporação de *Volksdeutsche* se realizava pelas já mencionadas estruturas paralelas ao Estado, progressivamente constituídas a partir de 1933. Exemplos disso abundam: do efetivo de 1.076.500 homens das *Waffen-SS*, cerca de 300.000 eram *Volksdeutsche* sem cidadania alemã, oriundos dos mais diversos países do mundo. Boa parte do contingente da *Allgemeine-SS* (o corpo geral das SS) e das *Totenkopf* (formações da Caveira - responsável pela guarda nos Campos de Concentração) eram de *Volksdeutsche* (Cf. Manvell, 1974 e Keegan, 1973).¹³²

Ainda, a preocupação demonstrada por Hess com a criação de setores partidários responsáveis pelos chamados *Volksdeutsche* denuncia o interesse em fazer com que as fronteiras de nacionalidade traçadas pelo partido se realizassem também na

¹³² Como ilustração, podemos remeter ao caso de Pery Broad que há aproximadamente dois anos ganhou notoriedade. Este “carioca” foi para a Alemanha com menos de dois anos de idade sem contudo nunca ter-se naturalizado alemão guardando, em termos jurídicos, a nacionalidade brasileira. Após ter sido recusado o seu alistamento como voluntário ao exército alemão pouco antes da guerra em função de sua cidadania brasileira, apresentou-se às SS e foi designado para a *Totenkopf*, sendo lotado no campo de extermínio de Auschwitz, onde serviu até sua desativação.

incorporação destes como militantes aos seus quadros formais. No Exterior, a *Auslandsorganization* também filiava indivíduos aceitos pelas seções locais do partido, não importando o seu local de nascimento nem a sua cidadania.¹³³

Contudo, em função uma série de elementos novos, começou-se a oficialmente limitar aos *Reischdeutsche* a possibilidade de inscrição ao partido em vários dos países latino americanos a partir da segunda metade da década de trinta. Desta forma, em termos administrativos, e não ideológicos, a adesão aos quadros partidários em países latino americanos, mas não na Alemanha (caso, por exemplo o indivíduo para lá migrasse) estava restrita aos possuidores de cidadania alemã.

Neste campo entram em cena as relações econômicas e políticas interestatais. No caso brasileiro, em função da perspectiva alemã de manutenção de “boas relações” entre os dois países nestas áreas, a “precaução”, já há muito no horizonte político das representações diplomáticas deste país, passou, a partir da instauração do Estado Novo (1937), a orientar a postura oficial da *Ausladsorganization* do NSDAP.¹³⁴

No pós-1937, os primeiros passos do Governo brasileiro em direção à Campanha de Nacionalização, com reflexos importantes na vida do partido nazista, foram registrados em 30 de março de 1938 pelo embaixador alemão no Brasil, Karl Ritter, através de um “relatório político confidencial”:

¹³³ Além de não termos conseguido encontrar nenhuma referência da correção da afirmação de Gertz (1987) segundo a qual “oficialmente só cidadãos alemães podiam pertencer à NSDAP” (: 98), não precisamos ir muito longe para notar sua incorreção: o Sr. Ernst Wilhelm Bohle, *Gauleiter* da *Auslandsorganization* do NSDAP era cidadão britânico quando foi indicado para esta função em 1931 (sem falar do fato de ter sido membro do partido há mais tempo) só requerendo a cidadania alemã em 1937, antes, portanto, de assumir funções no Ministério das Relações Exteriores, uma estrutura estatal. Além disso, as referências citadas, remetendo à estrutura partidária das SS, nos aponta para uma direção diferenciada: a de que “oficialmente” não haviam impedimentos para que quaisquer *Volksdeutsche* fizessem parte do partido, formalidade que, como buscaremos apontar, sofre modificações na prática em função de algumas variáveis não inclusas nas formulações “oficiais” do partido mas que a partir de um determinado momento entram em jogo. (cf. Bloch, 1986: 84ss.)

¹³⁴ Sobre as relações comerciais entre Brasil e Alemanha e os interesses na manutenção de “relações cordiais”, cf. Gertz (1980 e 1987) e na avaliação de algumas de suas consequências para o partido nazista no Brasil, Cohen (1988).

“É difícil perceber-se por que o Governo brasileiro tem levado a efeito nos últimos meses uma campanha contra os nacionais alemães e suas organizações, assim como contra os alemães de cidadania brasileira.

(...) O próprio Governo Federal e vários governos estaduais, não só permitem que uma campanha seja feita contra o NSDAP, ou contra membros individuais do partido, escolas alemães etc., mas até aprovam. (...) O Presidente está obcecado com a idéia de eliminar as diferenças étnicas existentes na população brasileira (...). Aí então, os *Volksdeutsche* (...) perturbam-no fortemente (...). Mesmo que acreditassem em nossas afirmativas de que a atividade do NSDAP é estritamente limitada aos nacionais alemães eles temem que a sua forte organização (...) exerçam uma influência espontânea e inevitável também sobre cidadãos brasileiros de origem alemã (...).¹³⁵

Pouco depois, a 18 de abril, é oficializada a proibição das atividades dos partidos estrangeiros em território brasileiro, retirando da “legalidade” o NSDAP, o que foi prontamente comunicado a Berlin e contraposto, por meio de protestos formalizados, por Ritter. Seguiu-se a aprovação, em outros países sul americanos de medidas que representavam um endurecimento em relação ao partido. Um dos argumentos acionados como uma justificativa dessas medidas se refere à “agressão a soberania” verificada com a incorporação pelo partido de indivíduos que, segundo o *Jus Solis*, não eram alemães.¹³⁶

Como resultado de todo este processo, o *Gauleiter* Bohle, agora já como membro do Ministério do Exterior, define para todos os *Landesgruppen* da região,

¹³⁵ “O Terceiro Reich e o Brasil”, (1968: 27-30) Uma observação me parece aqui de importância bastante grande: em função das concepções de nacionalidade em jogo, normalmente a categoria “nacional alemão” é utilizada como tradução para *Volksdeutsche*. Contudo o uso dos termos *Volksdeutsche* e “nacionais alemães” pelo tradutor do referido documento nos remete a duas classes distintas. O termo “Nacional Alemão” aponta aqui de forma bastante explícita para a categoria que engloba a vinculação política ao Estado alemão, ou seja, *Reichsdeutsch*. O mesmo tipo de problema na tradução ocorre por todo o corpo da coletânea onde as categorias são acionadas. Num outro memorando, os exemplos são ainda mais claros: “O embaixador não soube dizer o nome da pessoa nem se se tratava de um nacional alemão ou de uma pessoa de origem alemã. (...) Repeti-lhe (...) que sobretudo protegemos os interesses dos nacionais alemães, mas que a opinião pública alemã não pode ficar indiferente se *Volksdeutsche* forem perseguidos apenas por causa de sua origem ...” (Idem: 66).

¹³⁶ A Evolução dos tensionamentos diplomáticos entre a Alemanha e alguns países da América Latina pode ser verificada em vários dos documentos da já citada coletânea “O Terceiro Reich e o Brasil” (1968). Cf. especialmente Volume I, pp 27ss.

numa circular de 18 de maio de 1938, algumas diretrizes novas para o trabalho partidário:

“A situação exige as seguintes medidas em apoio ao trabalho da *Auslandsorganization*:

1) Evitar-se qualquer atividade aberta; concentração das forças na doutrinação interna.

2) Afastamento dos *Volksdeutsche*, demissão dos *Volksdeutsche* e pessoas com dupla nacionalidade do partido, do Front Alemã de Trabalho e de suas formações; separação dos nacionais alemães das organizações *Volksdeutsche* com objetivos políticos.

3) Preparação para o estabelecimento de organizações para nacionais alemães, dirigidos do interior do partido. O Chile é um exemplo. Submeter estatutos da organização à Berlin.” (Idem: 63)

Antes de mais nada, não há como não notar a existência de registros diferenciados acionados por ambos os textos a partir das categorias *Volksdeutsche* e “nacionais alemães” (= *Reischdeutsche*). Por mais que um dos eixos centrais da “doutrina” partidária seja a homogeneização interna da “comunidade nacional” em função da “herança de sangue” e da visão de mundo, este tipo de diferenciação em que estão em jogo vínculos de ordem jurídico-política, estranhos aos mais diferentes discursos do nacionalismo alemão, entra em cena e ocupa espaços ainda originais no âmbito deste discurso nacional.

Algumas outras questões sobressaem se pontuados os dois textos: a primeira delas é que, por mais que o embaixador alemão Ritter indique a existência de trabalho partidário somente entre os *Reichdeutsch*, o memorando de Bohle evidencia o contrário. Não me parece, contudo, que haja aqui qualquer tipo de desconhecimento ou falta de informação por parte do diplomata. De fato, o tom do embaixador não deixa as coisas muito claras: o “mesmo que acreditassem em nossas afirmativas...” evidencia o que os diplomatas afirmavam e não necessariamente que era verdade o que eles afirmavam: isto pode ser lido como um “sinal dos tempos”. Como Gertz (1980) demonstrou de maneira enfática, a abertura de amplo espaço político por parte de

autoridades brasileiras para a propaganda do nazismo antes de 37¹³⁷ nos indica a possibilidade de sua ocupação pelo partido, prática confirmada pela atitude não só do partido bem como de agências alemães que desenvolviam este tipo de atividade. Na realidade, lembrando do relato de F. Koenig (cf. capítulo 6), estas atividades se estendiam inclusive para além das fronteiras de “nacionalidade” dos assim chamados “alemães”, objetivando muitas vezes alcançar os que eles consideravam “brasileiros”. Mesmo destilando-se dessas atividades somente as diretamente relacionadas ao recrutamento, os termos da circular de Bohle evidenciam que a direção do partido não só não fez nenhuma restrição oficial à incorporação de não-cidadãos alemães ao partido como também demonstra sua crença no contrário.

Com a proibição das atividades, Bohle tira o partido de suas atividades públicas e “demite” todos os membros que não possuíam cidadania alemã.¹³⁸

Apesar disso, podemos hoje conjecturar sobre a existência de medidas (logicamente) possíveis de serem aplicadas que não implicassem na demissão destes militantes, por exemplo: tendo o partido se reduzido às atividades internas, a expulsão formal somente (ao contrário do que o documento enviado aos Landesgruppenleiter evidencia) com a manutenção de suas atividades internas poderia ter sido suficiente para resolver o problema da adesão pública de cidadãos brasileiros (ou argentinos etc.) aos quadros do partido. De qualquer forma não foi isso que aconteceu e, por mais que existissem outras alternativas (lógicas), a opção foi pelo “desligamento” dos militantes que não eram cidadãos alemães que, como nos indica o “Memorando da Reunião em

¹³⁷ “Para beneficiar a política externa do governo federal e também por interesses de política estadual, inicia-se uma intensa bajulação da população de descendência alemã no Estado [RS]. Neste clima ser contra o Terceiro *Reich* podia ser motivo de perseguição.(...) O governador assistia a festas promovidas pelos *parteiigenossen*. (...) Neste contexto manifestações de simpatia pelo nazismo e juras de fidelidade à “pátria-mãe” de maneira alguma eram incompatíveis com colaboração e fidelidade ao governo estadual [e, acrescento, ao governo federal]. Destacar esta realidade é importante, pois muito daquilo que posteriormente foi caracterizado e perseguido como “nazista” aconteceu abertamente e com consentimento das autoridades.” (1980: 209-210)

¹³⁸

Montevideu dos Chefes de Missão na Argentina, Brasil, Chile e Uruguai, em 28 e 29 de julho de 1938”, foi muito bem recebida: “uma separação orgânica dos nacionais alemães e dos *Volksdeutsche* é necessária”(: 103-109).

Dessa forma, como vimos inicialmente, os limites da nação tal qual definidos pelo discurso nacional socialista, produz um campo de homogeneidades balisados pela herança e pelos vínculos de sangue e pela adesão à visão de mundo nazista, campo este que se materializa e se realiza concretamente na possibilidade formal de pertencimento aos quadros partidários. Contudo, ainda no campo das definições formalizadas, num determinado momento e em face a uma determinada “exigência”, esta igualdade é atravessada por referentes que não são, em tese, definidores de limites do *Volk* e os referenciais da possibilidade formal de adesão são superpostos por uma impossibilidade, expressa através da “separação orgânica” entre os “nacionais alemães” e os que não o são, fazendo com que os vínculos juridico-políticos com o Estado-Nação operem como critérios singulares no amplo espectro deste discurso nacionalista ganhando com isso centralidade inédita.

Porém, através da trajetória da propaganda partidária, podemos verificar que o “inédito” na medida de Bohle é só no campo das formalidades. Antes mesmo de 1938, podem ser identificadas referências, como já foi anteriormente pontuado, de que as homogeneidades da comunidade nacional não eram tão homogêneas assim do ponto de vista do partido.

Como foi pontuado no capítulo anterior, a partir do final da década de 30, principalmente com o início dos conflitos na Europa, a propaganda realizada no Brasil pelo partido passa a ser gerenciada pelas representações consulares, agora subordinadas ao controle partidário, e alteram seu eixo temático, trabalhando de forma direta e intensa com propaganda que poderíamos chamar de “anti-inimigos”. Porém,

até este momento é a seção brasileira do partido que a controla e é sobre a ideologia nazista e a propaganda da “Nova Alemanha” que se centram as preocupações do partido.

Vários órgãos de imprensa em língua alemã podem ser tomados como exemplos de divulgadores, de forma muito geral, da ideologia nazista mas, como nos alerta Seyferth (1979), na maioria dos casos “os assuntos abordados giravam quase sempre em torno dos aspectos mais relacionados com o nacionalismo alemão até então divulgado”, girando em torno da identidade étnica teuto-brasileira”, (:269) cujos contornos já foram brevemente assinalados anteriormente.

Da grande quantidade de jornais e almanaques então editados no Brasil em alemão, dois órgãos podem ser destacados em função de desempenharem o papel de porta-vozes nacionais da seção brasileira do NSDAP, gerenciados sob os auspícios de sua direção nacional: o jornal *Deutscher Morgen* e o almanaque *Volk und Heimat, Kalender für das Deutschtum im Brasilien*, ambos publicados pela Editora Deutscher Morgen, com sede em São Paulo.

Infelizmente não nos foi possível identificar quaisquer informações sobre a origem do jornal (se foi comprado ou criado pelo partido, sua primeira edição, etc.). O almanaque, por outro lado, foi criado pelo partido e teve sua primeira edição em 1935. Por mais que seja difícil o estabelecimento de fronteiras muito nítidas, pode-se divisar entre estes dois órgãos ênfases, perspectivas, tipo e caráter de matérias etc., que apontam para objetivos diferenciados a serem cumpridos por cada um deles.

O *Deutscher Morgen* é mais marcadamente noticioso apresentando constância na cobertura de política nacional e internacional, notícias dos progressos alcançados pela “Nova Alemanha”, anúncios relacionados a festividades e vida social etc... Por outro lado, o *Volk und Heimat* possui um perfil que (na ausência de termo melhor)

chamaremos de “órgão de formação”. Este perfil, muito nitidamente visualizado tomando o almanaque em seu conjunto, tem como pedras angulares material de divulgação direta da ideologia formalizada do NSDAP, ou seja, textos doutrinários, muitos deles reproduzidos de discursos ou mesmo de “textos fundamentais” escritos por dirigentes do partido na Alemanha, e textos que tratam de assuntos que poderíamos classificar como políticos e históricos. Um curioso exemplo deste último tipo de material advém de um gigantesco artigo em série (inacabado) publicado desde 1936 (forçadamente encerrado em 1939) denominado *Beiträge zur Siedlungs =, Sippen= und Familiengeschichte Der Deutschen in Brasilien* (Contribuição à História da Colonização, da família e das redes de parentesco alemães no Brasil) no qual encontramos um dos primeiros exemplos de uma tentativa de síntese sobre a “História da Imigração Alemã para o Brasil”, sob a ótica, como não poderia deixar de ser, do nacional socialismo.

Entre os anos de 1939 e 1940 os dois órgãos de imprensa da seção brasileira do NSDAP interromperam a sua circulação por força da edição e da regulamentação da legislação sobre estrangeiros aprovada em 1938.¹³⁹

Observados em seu conjunto, os cinco anos em que o *Volk und Heimat* foi publicado, incluem-se no período em que os jornais da Alemanha, e mais marcadamente os órgãos do partido, centram suas atenções sobre quatro grandes eixos temáticos: a necessidade de pureza racial, tema, pode-se dizer, perene em toda a história do NSDAP, contudo mais radicalizado após a aprovação das chamadas “Leis de Nuremberg” em 1935; o ódio aos inimigos, que cada vez mais focalizava o

¹³⁹ Refiro-me aos Decretos-Lei nº 383, de 18 de abril de 1938, e 406, de 3 de maio de 1938. O primeiro deles veda a estrangeiros o exercício de qualquer atividade política no país enquanto o segundo, que dispõe sobre entrada e permanência de estrangeiros no Brasil, traz em seus artigos 272 a 274 regulamentações referentes a publicação de livros, folhetos, revistas, jornais ou boletins em língua estrangeira no país e a modificações do ensino nas escolas estrangeiras aqui existentes. Cf anexos.

bolchevismo e o judaísmo; a liderança do *Führer* e as suas conquistas para a “Nova Alemanha” e a questão da comunidade nacional (a *Volksgemeinschaft*) (Cf. Welch, 1995: 50-89).

No Brasil esta tendência geral da imprensa partidária se reproduz mas, por mais que a presença destes temas seja identificada, a irregularidade e a desigualdade desta presença pode ser facilmente notada. No *Volk und Heimat* as atenções da quase totalidade dos artigos centram-se explicitamente na abordagem, a partir das mais diferentes perspectivas, da questão da *Volksgemeinschaft*. É realmente impressionante o fato de que nestas 5 edições a quase totalidade dos artigos, notas, e matérias remeterem, de forma mais ou menos extensa, à questão da nação e da nacionalidade dos “alemães que vivem no Brasil” sempre enfatizando e reafirmando o pertencimento destes à “comunidade de cem milhões de alemães espalhados pelo mundo”.

Um dado chave neste sentido é que o desenho proposto pelo discurso nazista desta “comunidade nacional” pouco em comum guarda em relação ao que é definido pelo teuto-brasileirismo. O trabalho de Seyferth (1979) neste sentido é de grande valia. Segundo ele

“a ideologia nazista (...) privilegiou o conteúdo racial do nacionalismo alemão, enquanto que a imprensa teuto-brasileira dava destaque à perpetuação da língua e modo de vida alemão como indispensáveis à sobrevivência da *Volksgemeinschaft*. Para os nazistas, a força do nacionalismo alemão é o sangue comum que une o povo e que deve ser mantido puro.” (270)

Porém, como vimos (cf. capítulo 2), e a autora identifica isso também no Brasil, há uma dimensão eminentemente política do pertencimento representada pela adesão à visão de mundo nazista e expressa pela categoria *Volksgenosse*. Os contornos do grupo nacional não se esgotavam no pertencimento biológico ou hereditário mas deveriam ser reafirmados e mantidos através da manutenção do *Volkstum* (que para o

Nacional Socialismo significava a sua *Weltanschauung*) pois era ele a “fonte eterna de onde [o alemão] retira a força para sua existência” (V&H, 1936: 123).”¹⁴⁰

Há, contudo, no citado texto de Seyferth uma inquietante indicação: ao mesmo tempo em que se diluem demarcações internas ao grupo nacional e se enfatiza os laços comuns, a propaganda nazista veiculada no Brasil “concede privilégios maiores aos *Reichsdeutsche*, atribuindo a eles responsabilidades de conduzir ao nazismo os descendentes de alemães de sua comunidade”(271). E não se precisa ir muito longe para ver a razão da inquietação: a final de contas, para os nazistas, a nação homogeneizada pelo sangue e pela ideologia admite ainda demarcações internas?

O Sr. Eduardo Sack por exemplo, um dos indiciados no processo contra a Escola Alemã de Vila Mariana, São Paulo, reforça a nossa inquietação:

“(…) durante o ano de mil novecentos e trinta e cinco, como simples “aspirante” frequent[ei] a sede do partido “nazista” que funcionou à rua conselheiro Nebias, que entretanto não pude ser inscrito no partido “nazista” conforme era de [minha] vontade, por ser brasileiro”¹⁴¹

Em 1935 ainda não existiam quaisquer definições por parte das autoridades partidárias da AO em relação à filiação de pessoas de cidadania não-alemã, situação que só se modificaria, como vimos em 1938. Este tipo de impedimento enfrentado pelo Sr. Sack não fazia parte das regulações formais da vida partidária, não podendo ser lido portanto como uma forma de seleção legitimada pelo partido na Alemanha, ou pelo menos pelas regras que o orientam.

Além disso, Gertz (1980) também nos traz ao conhecimento o fato de que em 1935 o jornal de língua alemã *Serra-Post* de Ijuí se levanta contra ofensas aos teuto brasileiros dirigidas possivelmente por membros do partido da localidade. Este

¹⁴⁰ Em relação a isso cf. AN-TSN- Proc. 4000. onde encontram-se algumas referências a este respeito.

¹⁴¹ Segundo o Termo de Declarações de Eduardo Sack, constante em AN-TSN- Proc. 4000: 138.

“considerava impossível calar quando se xingava o ‘indolente teuto-brasileiro que não pode mais ser considerado como parte integrante do povo alemão’”(203).

Ao mesmo tempo em que alguns escrevem através do *Volk und Heimat* verdadeiras “odes à unidade” dos alemães em todo mundo, existem traços de que do interior do próprio partido esta representação da comunidade nacional como, antes de mais nada, homogênea, não era uma unanimidade e que, ao contrário, referenciais outros sobrepõe-se à raça e à ideologia. Enfática é, neste sentido, a afirmação de Richard Zeiβig (V&H, 1936):

“Poucas vezes uma palavra serviu ao mesmo tempo para dizer e para esconder tanta coisa como “*Einigkeit*” (unidade), como se efetivamente existisse uma tal “unidade” entre os alemães no estrangeiro. (...) [isso se expressa no conjunto de sociedade e associações existente no exterior,] todas refletindo a *Uneinigkeit* (desunião) em seus próprios projetos, tal qual se dava com a Alemanha até o nacional socialismo ter assumido o poder.”

Mas, apesar de mencionar algumas das variáveis em torno das quais se as diferenças se estabelecem, percebe-se logo a centralidade de uma delas que se relaciona de forma direta com a organização do partido nazista, onde as demarcações ficam mais nítidas:

(...) Os de origem alemã que são cidadãos dos países sul americanos cuidam de forma consciente de sua língua e de seu modo de ser alemão com a visão certa de que através da manutenção de sua herança eles podem ser cidadãos mais valorosos. A sua associação à organização do NSDAP está fora de questão por que através disso eles entrariam em conflito com suas obrigações de cidadãos de um país estrangeiro. Por outro lado, seu estorço para manter seu modo de ser e sua língua seria um modo inteligente de demonstrar uma grande boa vontade em relação aos governos sul americanos.”(V&H,1936: 254)

É até engraçado que isto seja dito no *Volk und Heimat*. Se o Sr. Zeiβig não fosse um membro declarado do NSDAP, que defende de maneira intransigente a presença e as atividades do partido na América do Sul, boa parte deste texto poderia ter sido publicada por muitos jornais radicalmente teuto brasileiros. O problema é que

ele foi publicado no Almanaque do partido e, não nos enganemos, a grande preocupação do autor não é, como a primeira vista pode parecer, tentar fazer com que o Brasil conquiste cidadãos mais valorosos e mais comprometidos com suas “obrigações”. O ponto de vista aqui é o do partido e a preocupação é também com ele:

“O impulso mais forte para a manutenção de sua *Deutschtum* eles [os “de origem” que não possuem cidadania alemã] sem dúvida conseguem através dos *Reichsdeutsche Volksgenossen* que vivem em seu meio pois estes podem cumprir melhor sua missão se em sua atitude espiritual e em sua organização eles se aproximarem o máximo possível das condições internas do Terceiro *Reich*.

Ainda assim parece um tanto enigmático: qual a relação que pode haver entre a atitude espiritual em relação às condições internas da Alemanha e a missão dos membros do partido? E não é outro senão o próprio *Landesgruppenleiter*, Hans Henning von Cossel, num texto curiosamente intitulado *Gesinnungsgemeinschaft* (Comunidade de Sentimento) que nos fornece mais algumas pistas para desvendar esta preocupação em afastar os *Volksdeutsche* com cidadania brasileira do partido: (1938: 29-30)

Talvez - em muitos casos certamente - alguns *Volksgenossen* ainda podem ser ajudados através de organizações competentes que existem hoje em todos os lugares no exterior, mas talvez não adiante mais tentar convencê-los, a lhes dar qualquer proteção e nem mesmo ser com eles rigoroso. (...) Cada um de nós já viveu isso uma centena de vezes. E nós sabemos o suficiente que em muitos casos a ajuda não é somente uma perda de tempo bem como um desperdício de forças pois em primeiro lugar a ajuda deveria se voltar para aqueles que pudessem ser ajudados. (...)

E ainda assim não nos bate a voz do nosso sangue dizendo: “aquele lá também não é parte de nós”?

Cada vez mais essa vós deve nos lembrar de ver e sentir cada *Volksgenossen* efetivo, valoroso como parte de nós, onde e quando ele estiver.”

No Brasil, como apontamos, o teuto-brasileirismo implicava numa identidade ao mesmo tempo com a *Deutschtum*, ao nível do registro cultural, e com o Estado Brasileiro, ao nível jurídico-político, um tipo de fidelidade incompatível com à

fidelidade monoreferenciada do nacional socialismo ao partido, que estabelece vínculos que tem no Führer o referencial de legitimidade fundamental.

Ter isso em mente me parece fundamental para que uma aproximação tanto do texto de Zeißig quanto do de von Cossel, que, lembrando, é o *Landesgruppenleiter* para o Brasil. De fato, o que está dito aqui não nos remete de forma explícita e nem imediata aos *Volksdeutsche* com cidadania brasileira. No primeiro deles, é fundamental do ponto de vista do partido que as condições vividas no Terceiro *Reich* devam ser aqui reproduzidas pela atitude espiritual dos partidários. Nesse momento ele aciona a categoria que remete ao vínculo com o Estado Nação e aí podemos nos perguntar: que tipos de impedimentos podem ser colocados em jogo pela reafirmação da cidadania? Voltemos mais uma vez a Cossel: por mais que um indivíduo seja classificado, balizado por sua herança de sangue ou qualquer outro critério de pertencimento, como fazendo parte da comunidade nacional, para Cossel o fundamental é que ele se sinta como um membro da comunidade, sendo assim um “*Volksgenossen* valoroso”, comunidade esta que está distante daquela comunidade nacional realizada e materializada em qualquer lugar onde “se fale o alemão e onde sejam cantados os hinos a Deus”, para lembrar os versos de Arndt. A comunidade nacional construída pelo nacional socialismo pressupõe o “sangue puro” e a sua visão de mundo, necessariamente acompanhada pela pressuposição da proeminência do partido e de seu *Führer*. Com isto, a afirmação de vínculos que não se desfazem ante à esta “comunidade nacional” também traz consigo um pressuposto: a impossibilidade do pertencimento. O que me parece que os textos de Zeißig e de v. Cossel expressam com rara clareza é um grande pragmatismo em relação à construção partidária no Brasil: o investimento neste ou naquele indivíduo vai depender não mais dos critérios de sangue mais da afirmação ou não dos vínculos jurídico-políticos por ele mantidos.

Estes artigos publicados no Brasil não levantam sua voz contra indivíduos que são cidadãos brasileiros mas contra a afirmação dos vínculos de um grupo que, se não fosse este impedimento jurídico-político que ele materializa enquanto grupo, poderia ser perfeitamente objeto das intenções partidárias. Assim eles não se contrapõem aos “alemães pelo sangue” que abrem mão desses vínculos mas contra a ideologia que os afirma e que os materializa: o teuto-brasileiro passa a ser considerado como um “desperdício de esforços” quando ele já “não pode mais ser ajudado”, quando ele já foi perdido pela reafirmação do segundo dos termos da identidade hifenada. Para fazer parte do grupo cujos indivíduos tem possibilidades de se tornar um “aspirante”, ou seja, de serem futuros *Parteigenossen* não basta mais, lembrando os termos de Kosetitz, que haja um “sentimento alemão”, é necessário que outras amarras se desfaçam, que outros nós sejam desatados para que os vínculos dessa comunidade estabelecidos entre o “sangue” e a “Nova Alemanha” possam ser plenamente realizáveis.

Por mais que a hipótese de recusa não seja de todo improvável, podendo ser inclusive verificada em vários casos, nos parece arriscado apresentá-la como uma motivação individual compartilhada pelos milhares de teuto-brasileiros existentes no Brasil. Ao lado disso, não se pode deixar de observar que as estratégias de construção da seção Brasileira do partido (formalizadas ou não, não é isso que está em questão) passaram pelos grandes centros, nos revelando a opção por ele assumida de construir-se em áreas onde houvesse um maior número de aderentes potenciais, que, como ficou mostrado, nunca foram os indiferenciados “alemães”, mas aqueles que o partido considerava como “valorosos compatriotas” nos quais poderia investir.

A própria *região* ocupada pelo grupo absolutamente majoritário de militantes que compõe o partido nazista, os diferencialmente classificados como *Neudeutscher*, é

exterior à *região* ocupada pelos teuto-brasileiros. De fato os registros de que o partido lança mão no estabelecimento de limites definidores do “grupo de aderentes potenciais” podem ser compreendidos remetendo-os às próprias diversidades existentes no pretensamente singular processo comumente chamado de “A Imigração Alemã para o Brasil”.

A composição do partido nos indica de maneira clara que ele foi, de fato, um espaço de organização não de indistintos “alemães” mas somente dos que se inscreviam nas fronteiras nacionais pautadas pelo partido, ou seja, os que, nascidos na Alemanha ou não, não guardavam ou não afirmavam quaisquer vínculos jurídico-políticos outros que se sobrepusessem aos vínculos demandados pela ideologia nazista, fazendo com que os *Reichsdeutsche* ganhassem destaque no estabelecimento de suas prioridades.

Considerações Finais

Por todo o percurso desta dissertação buscamos exercitar uma forma de pensar o fenômeno nacional (a nação e o discurso que a constitui) tal qual explicitada no início deste trabalho, nos balisando por um caso específico de construção de limites nacionais, qual seja, o da seção brasileira do NSDAP.

O caminho e o material escolhidos para sua apresentação nos permitiu explorar algumas relações de continuidade/descontinuidade em relação à um conjunto de discursos paralelos (em termos sincrônicos) normalmente singularizados pelo fato de lançarem mão dos significantes “Alemanha”, “Alemão” e seus derivados e indicar algumas diferenças de lugares ocupados por critérios de pertencimento e por suas correlativas formas de expressão política.

Na primeira das partes a intenção foi traçar um mapa de alguns discursos nacionalistas alemães, mapa este que nos serviu ao mesmo tempo de informação para o tratamento do objeto deste trabalho como de argumento em favor de nossa perspectiva de ver o fenômeno nacional. Ao lado disso buscou-se problematizar um olhar que, ancorado na idéia de tradição, substancializou e substancializa as afirmações de continuidade entre os mais diversos discursos nacionalistas alemães e o nacional socialismo.

Tendo explicitamente como foco o discurso nacionalista produzido pelo nacional socialismo buscou-se identificar alguns dos referentes que para alguns constituíam elo de ligação inexorável dele com o *passado alemão* -- possuindo somente, nos termos de Fromm, uma “aerodinâmica nova” -- e inserí-los num conjunto de relações específicas mantidas por eles com outros referenciais, buscando indicar que na realidade a única coisa que os ligava ao passado era exatamente sua “aerodinâmica” sendo original o lugar por eles ocupado.

Além de pontuar alguns dos referentes com base nos quais os limites da “comunidade nacional” se estabelecem através da assim chamada *doutrina* nazista, buscou-se também verificar se, e de que forma, esses limites são maleabilizados por formulações posteriores, lançando-se mão do que acredito sejam momentos privilegiados para se pensar a operação dos critérios de pertencimento e a redefinição tanto das fronteiras da nação quanto do *lugar* onde recai a legitimidade de sua expressão política.

Por este caminho, vimos como foram sendo introduzidos na Alemanha pós 33, critérios definidores do pertencimento à “comunidade nacional” tais como a saúde mental, a adaptação a um “modo de ser alemão” definido pelo partido, a perfectibilidade física ou o fenótipo que, se num primeiro momento não faziam parte do quadro referencial mais geral nas definições das fronteiras do *Volk* presentes na *doutrina*, afetam de forma significativa a forma como o Estado se relaciona com as populações que gerencia. Da mesma forma, o Estado Nacional, encarnação prototípica do “espírito e da soberania” nacionais para uma série de discursos nacionalistas, inclusive alguns alemães, é continuamente “desestatizado” pela instituição autorizada a representar o *Volk* por expressão de sua vontade: o partido.

Ainda nesta parte do trabalho buscou-se fornecer um quadro geral da organização da qual a seção brasileira era somente uma fração, buscando relacionar alguns aspectos que me pareceram significativos para a compreensão do lugar por esta ocupado em relação a todo o partido.

Tivemos a intenção de pontuar que o partido constitui-se “de cima para baixo” sendo este também o caminho seguido pelas definições de ordem política e organizacional, implicando com isto que as instâncias superiores são responsáveis diretas pelo cotidiano das instâncias imediatamente inferiores e que as definições de

políticas específicas ou a orientação de atividades mais gerais tem como eixo as diretivas encaminhadas também no sentido descendente. Contudo, também formalmente, o próprio *Führerprinzip* estabelecia graus de autonomia relativa para as direções inferiores em relação às superiores, o que nos permitiu por em questão o monolitismo partidário e pensar na possibilidade de existência de variações regionais que abrissem espaço para que pensássemos descontinuidades interiores ao próprio partido.

E neste ponto se encontra nossa pesquisa em relação à seção brasileira do partido. A segunda parte teve como perspectiva averiguar até que ponto as representações sobre nação e nacionalidade próprias do partido nazista como um todo são reproduzidas pela seção do partido estabelecida no Brasil.

O partido sempre se viu e foi visto como um partido de alemães e um espaço de organização de alemães e, como sugerimos no capítulo quatro, boa parte dos estudos referentes ao partido nazista no Brasil tomaram esta referência e, de forma imediata, a associaram a um problema relativo ao processo denominado “imigração alemã do Brasil”, a formação dos quistos étnicos, à dificuldade de assimilação por parte dos imigrantes desta “raça” e questões correlatas. O que está por traz disso senão a idéia de que entre os imigrantes de língua alemã vindos desde a primeira metade do século XIX da região que a partir de 1871 tornar-se-ia a Alemanha e os dirigentes do partido nazista na Alemanha existe algo que os unifica. E este elemento unificador não é outro que não a nacionalidade ou, é melhor que se diga, o fato de herdarem uma qualidade substantiva que é o “ser alemão”, que se não os torna nazistas em potencial, os faz pelo menos alvo prioritário do partido que assim os vê.

Porém, com a avaliação do material empírico, algumas faltas de correspondência entre esta perspectiva e a forma como o partido se organizou no Brasil começaram a

nos chamar a atenção pois um de seus objetivos para aqui se construir era precisamente a direção dos que pertenciam ao *Volk* tal qual ele o definia. Retomemos algumas: o centro decisório, organizativo e propagandístico do partido não eram os estados onde se encontram a maior parte da população de descendente de imigrantes, ou seja, os Estados do Sul mas sim Rio de Janeiro e São Paulo que se revezam como sede da estrutura central do partido no Brasil. Além disso, por mais que também tenha se organizado nos estados do sul, são as capitais e as cidades industrializadas as que maior concentram militantes e trabalho de propaganda e não as regiões onde é maior a presença de pessoas “de origem”.

Com isso, este partido pode ser visto como a imagem dos espaços sociais nos quais se constitui, sendo composto em sua quase totalidade por indivíduos que não mantinham vínculos jurídico-políticos formais com o Estado brasileiro, população majoritária nestas áreas.

Sendo um partido para o qual o critério da nacionalidade é pedra fundamental para a aceitação de membros buscou-se identificar até que ponto esta estratégia de construção de que se serve a seção brasileira do NSDAP era o resultado da recusa dos teuto-brasileiros ao partido como grupo ou, ao contrário, estava ancorada em uma opção do próprio partido para que fosse desta e não de outra forma.

Em relação a esta questão se mostrou fundamental a percepção de que o partido nazista filiava formalmente seus membros, ou seja, de que existia uma inscrição no partido que, no mínimo, demarcava diferenças entre os que se identificavam de alguma forma com a ideologia nazista e os *parteigenossen*. Por outro lado, ele não filiava indivíduos através de banquinhas colocadas nas ruas com fichas de filiação a serem preenchidas pelos que se interessassem. Na realidade o caminho era bem outro: o partido é que recrutava seus membros e o termo recrutamento deve ser lido na

radicalidade de seu sentido, ou seja, implicando em seleção por parte de uma instituição com base em determinados critérios. Este processo de seleção é levado a cabo num grupo de aderentes potenciais, definido, antes de mais nada pelos laços de sangue e pela orientação nazista da *Volkstum*, que implica que, além de outras coisas, que o vínculo estabelecido entre o indivíduo e a nação seja referenciado somente no partido e no *Führer* da “Nova Alemanha”, traduzidos pelos três termos da palavra de ordem bastante divulgada à época: *Ein Volk. Ein Reich. Ein Führer.*

Um outro aspecto também pautado por esta discussão, apesar de não tratado em maiores detalhes me parece também significativo: por mais que o partido impessoalmente defina linhas de trabalho prioritário e concentre esforços nesta e não naquela área, quem recruta não é o *Partido*, ou seja, não são somente as definições da estratégia de construção partidária que definem quem pode e quem não pode ser “aspirante” ou se este “aspirante” tem ou não tem os requisitos necessários para ser um *parteigenossen*. Os responsáveis por todo este trabalho são os militantes. São eles que, antes de mais nada “convidam” um potencial “aspirante” a membro do partido para provar sua condição de se tornar um deles. São eles que controlam e acompanham estes “aspirantes” e são eles que fornecem as informações, através do *Ortsgruppenleiter* para a formalização de sua aceitação ou recusa.

Com isso para além dos limites propostos pelos “textos clássicos” ou os reformulados por políticas do partido, são incorporados cotidianamente critérios de trabalho político que são regionalizados e, poderíamos dizer, localizados nos quais os mundos pelos quais os militantes circulam podem ser chave para a sua abordagem: as relações de trabalho e familiares, as sociedades e os clubes por eles frequentados e os que eles não frequentam etc. As grandes regularidades na composição partidária em termos regionais e locais, profissionais, etários etc. nos apontam para a plausibilidade

desta hipótese. Porém, por hora, a sugestão de que este era um “partido de pares” só pode ficar indicada, não nos sendo possível entretanto tangenciar esta questão de forma mais aprofundada pela própria dificuldade de apresentar alguma substância que corrobore as estatísticas.

Porém, isto não invalida os traçados mais globais aqui sugeridos sobre a política de construção da seção brasileira definida ao nível de suas direções superiores que optam por construir-se em determinados espaços sociais em função da priorização por determinados tipos de militante, definidos com base em vínculos de ordem jurídico-política.

O que se pode sugerir, em função do material analisado, é que estas demarcações inexistentes nos diversos discursos que desde os séculos XVIII e XIX constróem e reconstróem a “Nação Alemã”, não só reproduzindo aqui no Brasil os contornos da nação tal qual pautados pelo nacional socialismo. A “raça”, substância genealógica e metricamente verificável, e a *Weltanschauung* nazista, materialização política e ideológica da nação, tanto quanto lá, são aqui acionadas como condições de possibilidade de sustentação da unidade da “Comunidade Nacional” e critérios formais únicos a partir dos quais um indivíduo pudesse se integrar ao partido. Contudo, no estabelecimento de limites operativos para a relação com os pretensamente homogêneos “alemães”, o binômio raça-ideologia é atravessado pelo critério de vínculo jurídico-político expresso pela cidadania que, por mais que não formalizado até 1938, é antes disso operador das estratégias de construção partidárias.

Isto porque, a nação alemã instaurada pelo nacional socialismo, como qualquer outra nação, seja ela alemã ou não, longe de estar presa a referentes que se constituem em elos de continuidade com tempos imemoriais ou a substâncias (naturais ou não) que determinam de uma vez por todas seus limites, é uma entidade plástica,

maleabilizável pelos sucessivos discursos que a constituem. Se nos propuséssemos a tarefa de traçar o percurso de alguma coisa que pudéssemos chamar de nação alemã, *desde sua origem até os dias de hoje*, atravessando todas as peripécias de *tempos* e *espaços*, estaríamos diante de uma impossibilidade: cada nação que se constrói é o produto de um tipo de engenharia que só evidencia os interesses, os tempos e espaços incorporados em seu produto por seu ato de construção.

Anexos

Organograma 1

Estrutura Organizativa da AO

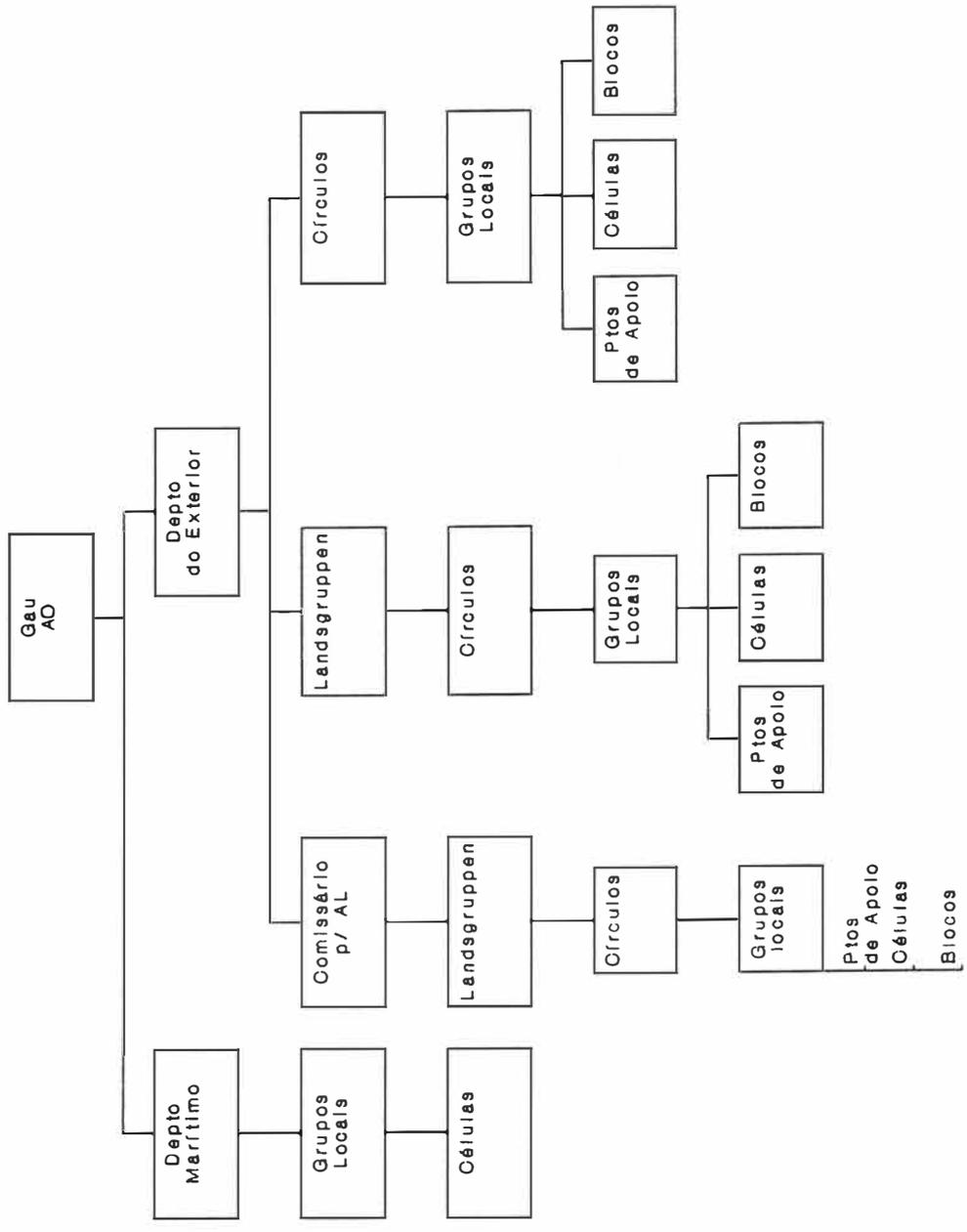


Tabela 8

Distribuição dos Filiações à Seção Brasileira do NSDAP
por Data e por Estado.

	SR	Até 1930	1931	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938	1939	1940	1941	Total
	SR	4	2	4	9	14	25	2	29	39	8	0	1	137
	AL	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
	AM	0	0	0	0	0	0	0	3	1	0	0	0	4
	BA	0	0	0	3	2	18	9	0	7	0	0	0	39
	CE	0	0	0	0	0	2	0	0	2	0	0	0	4
	ES	0	0	0	8	3	23	0	2	4	0	0	1	41
	GO	1	0	0	0	0	0	0	0	0	22	0	0	23
	MG	0	0	1	2	8	24	0	5	25	1	0	0	66
	MT	0	0	0	0	0	0	0	8	18	5	0	0	31
	PA	0	0	0	5	5	1	0	7	7	2	0	0	27
	PB	0	0	0	1	4	12	0	4	0	0	0	0	21
	PE	1	0	0	3	2	26	4	2	3	2	0	0	43
	PR	2	0	1	5	21	52	1	64	30	9	0	0	185
	RJ	4	8	19	97	121	135	4	11	35	11	2	0	447
	RS	4	10	11	43	79	100	22	100	50	20	0	0	439
	SC	0	30	20	23	103	136	22	128	40	26	0	0	528
	SE	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
	SP	6	6	14	41	46	313	8	168	111	53	3	16	785
	Total	22	56	70	241	408	867	72	529	374	160	5	17	2822

SR = Sem referência de data de filiação ou endereço.

Tabela 9

Distribuição dos Filiados à Seção Brasileira do NSDAP
por Profissão e por Estado.

	SR	0	10	20	21	22	30	31	32	40	50	51	52	Totais
SR	3	8	30	10	10	17	0	20	16	6	10	7	0	137
AL	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
AM	0	0	0	0	1	0	0	1	2	0	0	0	0	4
BA	0	4	0	1	1	6	0	9	14	3	0	1	0	39
CE	0	0	0	0	0	0	1	1	2	0	0	0	0	4
ES	0	3	1	4	3	4	0	8	12	4	0	2	0	41
GO	1	0	18	0	1	3	0	0	0	0	0	0	0	23
MG	0	4	19	7	2	10	1	4	11	3	4	1	0	66
MT	0	1	19	0	1	7	0	1	1	1	0	0	0	31
PA	0	0	11	2	1	5	0	2	5	1	0	0	0	27
PB	0	0	0	0	4	5	0	7	5	0	0	0	0	21
PE	1	4	0	6	0	8	0	9	12	1	2	0	0	43
PR	2	6	24	19	22	35	5	26	25	13	5	3	0	185
RJ	3	23	4	58	25	69	24	83	115	22	14	1	6	447
RS	4	18	33	32	28	76	7	64	65	37	32	31	12	439
SC	0	27	75	37	58	104	4	76	65	48	25	7	2	528
SE	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
SP	2	41	84	72	54	160	38	94	156	47	31	0	6	785
Total	16	140	318	249	211	509	80	405	506	186	123	53	26	2822

Códigos das profissões: SR = Sem Referência; 0 = S/ Profissão, Aposentados, Donas de Casa; 10 = Agricultores e Extratores; 20 = Industriais, Técnicos (Nível Superior) Administradores; 21 = Artesãos; 22 = Operários (especializados e não especializados); 30 = Servidores Públicos e Funcionários de Banco; 31 = Pastores; 32 = Pequenos Comerciantes e Prestadores de Serviços; 33 = Grandes Comerciantes; 40 = Profissionais Liberais 50 = Professores; 51 = Pastores; 52 = Estudantes.

Tabela 10

Distribuição dos Filiados à Seção Brasileira do NSDAP
por Estado e por Localidade

Tabela 10-a Rio Grande do Sul

Número de Militantes	Cidade/ Localidade	Total Absoluto	Total Relativo
até 5	Alegrete, Arroio do Meio, Bom Retiro, Burica, Candelária, Gramado, Jacuí, Livramento, Montenegro, Palmitos, Passo Fundo, Porto Feliz, São Gabriel da Estrela, Sampaio, Santa Maria, São Pedro, São João da Reserva, São Sebastião do Cai, Taquara, Uruguaiana.	48	10,9
entre 6 e 15	Estrela, Hamburgo Velho, Marcelino Ramos, Novo Hamburgo, Pelotas, Rio Grande, São Leopoldo	82	18,7
entre 16 e 30	Cachoeira - 20 Carasinho - 25 Getúlio Vargas - 16 Santo Ângelo - 16	77	17,5
entre 30 e 50	-	-	
Mais de 50	Capital - 221	221	50,3

Sem Referência - 11

Tabela 10-b Santa Catarina

Número de Militantes	Cidade/ Localidade	Total Absoluto	Total Relativo
até 5	Iracoma - Jaraguá - Mafra - Passarinhos - Perdizes - Rio Bonito- Rio negrinho - Santa Clara- São Joaquim - Teresópolis	24	4,5
entre 6 e 15	Boitensburgo, Brusque, Canoinhas, Cruzeiro do Sul, Itajaí, Rio do Peixe, Rio Preto, São Bento, Trombudo Central	71	13,5
entre 16 e 30	Capital - 19 Jaraguá do Sul - 21 Porto União - 17 São Francisco do Sul - 16	73	13,8
entre 30 e 50	-		
Mais de 50	Blumenau - 229 Joinville - 66 Rio do Sul - 62	357	67,6

Sem Referência - 3

Tabela 10-c Paraná

Número de Militantes	Cidade/ Localidade	Total Absoluto	Total Relativo
até 5	Irati - Foz do Iguaçu - Hortlândia - Jacarezinho - Palmeira - Paranaguá- Rolândia - Taruman - Terra Nova - Thomazicra	22	11,9
entre 6 e 15	Cachoeirinha - Cruz Machado - Rio Negro	32	17,3
entre 16 e 30	Castro - 21 Ponta Grossa - 16	37	20,0
entre 30 e 50	-		
Mais de 50	Capital - 94	94	50,8

Sem Referência - 0

Tabela 10-d São Paulo

Número de Militantes	Cidade/ Localidade	Total Absoluto	Total Relativo
até 5	Assis - Buri - Catanduva - Cayeiras- Cubatão - Guarulhos - Heliópolis- Itajubi, Jaboticabal - Jacaréi - Jundiá - Lins - Marília - Marimbondo - Neu Dantzig - Parada Piraquera - Peneápolis - Piracicaba - Pirituba - Ribeirão Pires - Santo Amaro - Santo Anastácio - São Brenardo - São Carlos - Taipas - Tremembé - Wartburghaus	52	6,6
entre 6 e 15	Araraquara - Bauru - Indianópolis - Maracai - Presidente Prudente - Regente Feijó - Ribeirão Preto - Rio Claro - Roland - Taquaritinga	93	11,9
entre 16 e 30	Presidente Bernardes -18 São Vicente - 16	34	4,4
entre 30 e 50	Araçatuba - 32 Campinas - 38 Presidente Wenceslau - 34 Santo André - 34 Santos - 37	175	22,3
Mais de 50	Capital - 366	366	46,6

Sem Referências - 65

Tabela 10-e Rio de Janeiro

Número de Militantes	Cidade/ Localidade	Total Absoluto	Total Relativo
até 5	Angra dos Reis - Nilópolis - Paraíba do Sul - São Gonçalo - Resende	8	1,8
entre 6 e 15	-		
entre 16 e 30	Petrópolis - 19	19	4,2
entre 30 e 50	Nova Friburgo - 44	44	9,9
Mais de 50	Capital - 267 Niterói - 53	320	71,6

Sem Referência - 56

Tabela 10-f Outros Estados

Número de Militantes	Cidade/ Localidade	Total Absoluto	Total Relativo
até 5	Maceió (AL) - Manaus (AM) - Cabrália, Caravelas, Maragogipe, São Félix (BA) - Irajá, Fortaleza (CE) - Campinho (ES) - Barbacena, Bom Despacho, Burnier, Cordisburgo, Coromandel, Diamantina, Juiz de Fora, Nova Lima, Sete Lagoas, Valão (MG), Campanário, Porto Murtiho (MT), Santarém, Prata, Breves (PA) , João Pessoa (PB) , Jaboatão (PE)	52	12,0
entre 6 e 15	Cuiabá (MT) -8 Belém (PA) - 12 Maracanã ((PA) - 9 Paulista (PE) - 12	42	9,7
entre 16 e 30	Salvador (BA)- 30 Goiânia (GO) - 20 Belo Horizonte (MG) - 22 Teófilo Otoni (MG) - 23 Terenos (MT) - 19 Rio Tinto (PB) - 18 Recife (PE) - 23	155	35,7
entre 31 e 50	Vitória (ES) - 38	38	8,7
Mais de 50			

Sem referência de cidade e localidades não identificadas - 147

Tabela 11

Distribuição Global dos Filiados por Setor de atividade

Setor de Atividade	Números Absolutos	Percentuais
Primário	322	11.41
Secundário	969	34.34
Terceário	1375	48.72
S/ Profissão, Donas de casa, Aposentados	140	4.96
S/ Referência	16	0.57
Totais	2822	100

Tabela 12

Distribuição Global dos Filiados de acordo com os
Meses de Filiação

SR	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
21	148	94	345	159	337	273	140	142	34	312	172	645	2822

Tabela 13

Distribuição Global dos Filiados por Ano de Nascimento

Nascimento	Números Absolutos	Números Relativos
Após 1919	5	0,18%
Entre 1910- 1919	332	11,76%
Entre 1900- 1909	1083	38,38%
Entre 1890- 1899	767	27,18%
Entre 1880- 1889	400	14,17%
Entre 1870- 1879	172	6,09%
Entre 1860- 1869	42	1,50%
Ates de 1860	2	0,07%
Sem Referência	19	0,67%

Tabela 14

Distribuição Global dos Filiados por Idade na Data de Filiação

Idade (anos)	Números absolutos	Números relativos
18 e 19	27	0.95%
20 a 29	776	27.50%
30 a 39	978	34.65%
40 a 49	620	21.97%
50 a 59	295	10.46%
60 a 69	86	3.04%
mais de 70	18	0.63%
Sem Referência	22	0.80%

Tabela 15

Distribuição Global dos Filiados por Local de Nascimento

Local de Nascimento	Números Absolutos	Números Relativos
Alemanha	2618	92,77%
Exterior (exceto) Brasil	102	3,61%
Brasil	69	2,45%
Sem Referência	33	1,17%
Totais	2822	100%

Tabela 16

Número de Filiados ao NSDAP Nascido no Brasil

Tabela 16.a - Distribuição por Estado

Estados	BA	CE	GO	PE	PR	RJ	RS	SC	SP	SR	Total
Nº de Filiados	1	1	1	1	2	13	11	12	25	2	69

Tabela 16.b - Distribuição por Data de Filiação

Data	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	Total
Nº de Filiados	1	2	2	7	6	13	25	1	5	5	2	69

Tabela 16.c - Distribuição por Ocupação

Ocupação	Números Absolutos	Percentuais
Agricultores		
Extratores	4	5,8
Industriais		
Técnicos - Nível Superior	2	2,9
Administradores		
Artesãos	5	7,2
Operários - especializados e não especializados	9	13,0
Servidores Públicos		
Funcionários de Banco	3	4,4
Pequenos Comerciantes		
Prestadores de Serviços	7	10,1
Grandes Comerciantes	26	37,7
Profissionais Liberais	2	2,9
Estudantes	1	1,5
Professores	4	5,8
Pastores	0	0
S/ Profissão, Aposentados, Donas de Casa,	6	8,7
Totais	69	100

Gráficos

Gráfico 1:

Filiações ao NSDAP no ano de 1931 por meses:

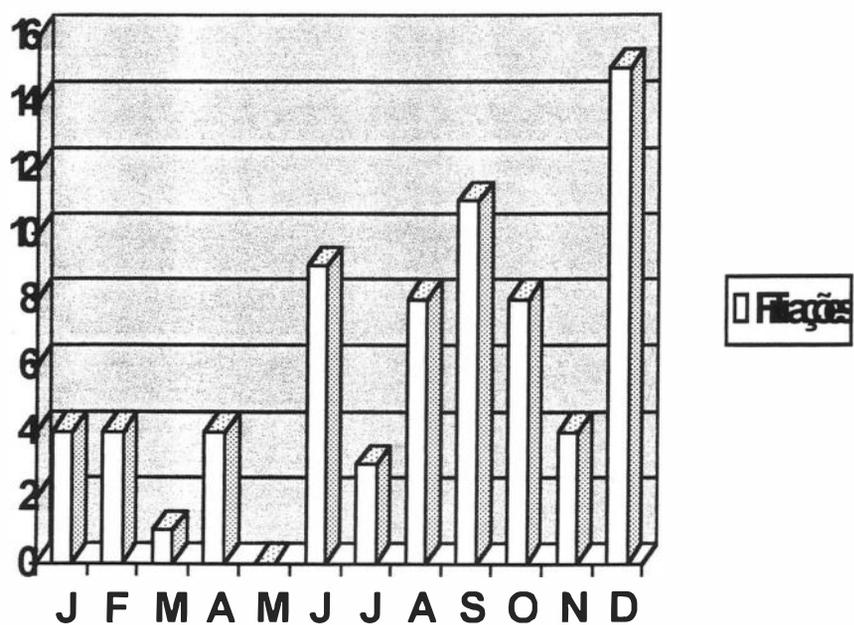


Grafico 2

Distribuição anual das Filiações à Seção Brasileira do NSDAP entre 1925 e 1941

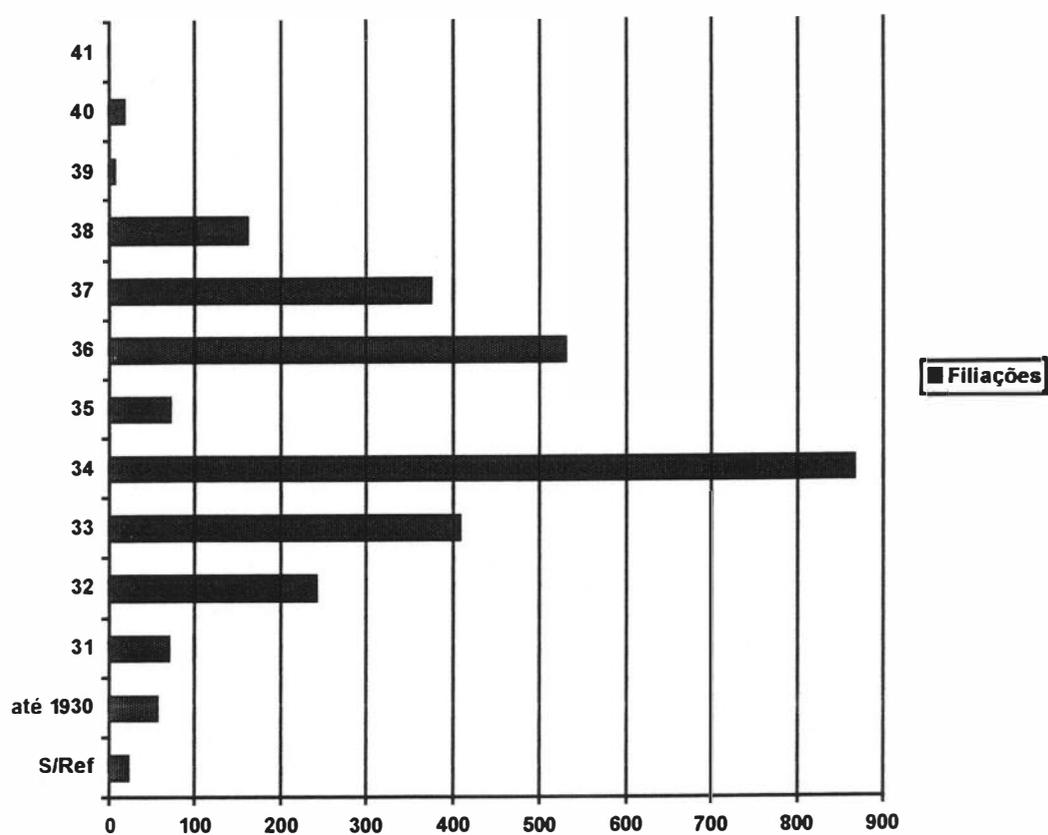


Gráfico 3:

Filiações ao NSDAP no ano de 1934 pelos meses do ano:

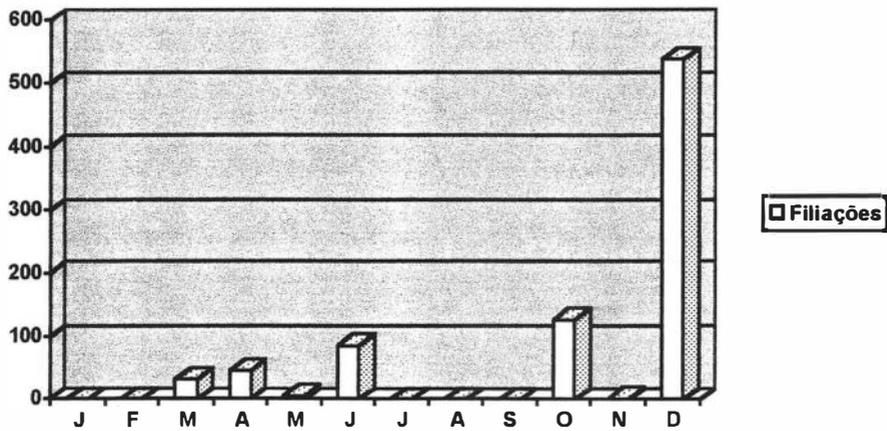
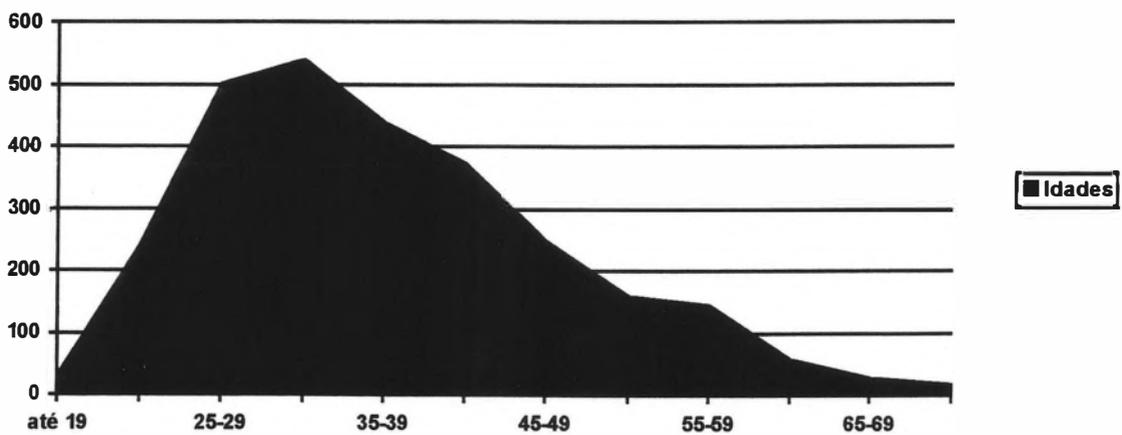


Gráfico 4

Distribuição dos Militantes por Idade



Legislação Sobre Estrangeiros (Extratos)

Decreto-Lei Número 406 de 4 de maio de 1938

Dispõe sobre a entrada de estrangeiros no Território Nacional, determina o registro dos que nele se encontram e dá outras Providências.

(...)

Art. 272. A publicação de quaisquer livros, folhetos, revistas, jornais e boletins em língua estrangeira fica sujeita a autorização e registro prévio no Ministério da Justiça. Cabe ao Governo livre apreciação do mérito dos pedidos de licença e registro.

§ 1º. Tratando-se de zona rural, o Ministério da Justiça não concederá a autorização sem prévia consulta ao C.I.C. e parecer favorável deste último. Na apreciação da Matéria, o Conselho terá em vista a necessidade de impedir o cultivo demasiadamente vivo da língua, de tradições e costumes estrangeiros numa determinada zona.

§ 2º. Atendendo a condições peculiares, o Ministro da Justiça poderá dispensar o pagamento da taxa especial de registro.

Art. 273. Nos programas de curso primário e secundário das escolas mantidas em zonas rurais, e ainda que não equiparadas às oficiais, ou sujeitas a inspeção para o efeito de validade dos diplomas, é obrigatório o ensino cívico e o da geografia e da história do Brasil.

Parágrafo único. Para o curso secundário, o programa será o de ensino das mesmas matérias do Colégio Pedro II; para o curso primário, o das escolas primárias mantidas pela prefeitura do DF.

Art. 274. Nas escolas para estrangeiros adultos é obrigatório o ensino de noções sobre as instituições políticas do país.

Parágrafo único. Essas noções constarão, no mínimo, dos seguintes princípios:

1 - Conhecimento sumário da Constituição, notadamente:

- a) organização federal, preeminência da União;
- b) Poderes do Estado: seus órgãos
- c) Direito e deveres dos brasileiros e dos estrangeiros residentes no país;
- d) nacionalidade brasileira e direitos políticos, sua aquisição, sua perda;

2 - Código Civil; família, propriedade;

3 - leis penais, especialmente os crimes contra o Estado; (...)"

* * *

Decreto-Lei Número 383 de 18 de abril de 1938

Veda a estrangeiros a atividade política no Brasil e dá outras providências.

(...)

Art. 1º. Os estrangeiros fixados no Território Nacional e os que nele se acham em caráter temporário não podem exercer qualquer atividade de natureza política nem imiscuir-se direta ou indiretamente, nos negócios públicos do país.

Art. 2º. É-lhes vedado especialmente:

- 1- organizar, criar ou manter sociedades, fundações, companhias, clubes e quaisquer estabelecimentos de caráter político, ainda que tenha por fim exclusivo a propaganda ou difusão de ideais, programas ou normas de ação de partidos políticos do país de origem. A mesma proibição estende-se ao funcionamento de sucursais ou filiais, ou de delegados, prepostos, representantes e agentes de sociedades, fundações, companhias, clubes e quaisquer estabelecimentos dessa natureza que tenham no estrangeiro a sua sede principal ou a sua direção;
- 2 - exercer ação individual junto a compatriotas no sentido de, mediante promessa de vantagens ou ameaça de prejuízo ou constrangimento de qualquer natureza, obter adesões a idéias ou programas de partidos políticos do país de origem;
- 3 - hastear, ostentar ou usar bandeiras, flâmulas ou estandartes, uniformes, distintivos, insígnias ou quaisquer símbolos de partido político estrangeiro. Esta proibição será estendida, a critério do Ministro da Justiça e Negócios Interiores, a quaisquer sinais

exteriores de filiação política ainda que não constantes de disposições legais ou estatutárias;

4 - organizar desfiles, passeatas, comícios ou reuniões de qualquer natureza, e qualquer que seja o número de participantes com os fins a que se referem os incisos ns. 1 e 2;

5 - com o mesmo objetivo manter jornais, revistas ou outras publicações, estampar artigos e comentários na imprensa, conceder entrevistas, fazer referências, discursos, alocações diretamente ou por meio de telecomunicação, empregar qualquer outra forma de publicidade e difusão. (...)"

Fontes Consultadas

A) Impressas:

- 1) Periódico - *Volk Und Heimat- Kalender für das Deuschtum im Brasilien*
Anos 1936-1939
- 2) Documentos y Materiales de Viesperas de la Segunda Guerra Mundial. Moscú: Ministério de las Relaciones Exteriores de la URSS. 1948.
Tomo I - Archivo de Relaciones Exteriores de Alemania (1937 -1938)
Tomo II - Archivo de Dirksen (1938-1939)
- 3) O Terceiro Reich e o Brasil: Documentos Autênticos Capitulados na Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Editora Loudes: 1968
- 4) Textos e Discursos de Hitler
 - 4.1) HITLER, Adolf 1934 - Ein Jahr Nationalsozialismus in Deutschland. Rede des Reichskanzerls Adolf Hitler vor dem Reichtag am 30.Januar 1934.
 - 4.2) HITLER, Adolf 1934 - Rede des Reichskanzerls Adolf Hitler vor dem Reichtag am 13.July 1934. Berlin: Druck und Verlag.
 - 4.3) HITLER, Adolf 1962 - Als Gefangene bei Stalin und Hitler. BUBER-NEUMANN, Margareth (org.). Münschen: Deutscher Taschenbuch Verlag.
 - 4.4) HITLER, Adolf 1969 - Staatsmänner und Diplomaten bei Hitler: Vertrauliche Aufzeichnungen 1939 - 1941. - HILLGRUBER, Andreas (org.). München: Deutscher Taschenbuch Verlag.
 - 4.5) HITLER, Adolf 1976 - Hitler's Letters and Notes. Organizada por Werner Maser. New York: Bantam Books.
 - 4.6) HITLER, Adolf 1993 - Mein Kampf. London: Pimlico.
- 4) Coletâneas de Documentos em:
 - Noakes & Pridham, 1991
 - Py, 1942
 - Ribas, 1943
 - Richard, 1988a
 - Welch, 1995

B) Documentos de Arquivo

1) Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

Documentos constantes do Arquivo da Delegacia Especial de Segurança Pública - Setores: Alemão, Geral, Estados, Político, Sul Americano e Diversos.

2) Arquivo Nacional

Processos Tribunal de Segurança Nacional:

Procedência	Número do Processo
Bahia	2506, 3193, 3351, 3414, 3471, 3611, 3618, 3641, 3757, 3763, 3773
São Paulo	1063, 1551, 2434, 2502, 3685, 3902, 4000, 4007, 4572
Santa Catarina	526, 837, 968, 1927, 2142, 2152, 2154, 3042, 3267, 3477, 3785, 4760, 5109, 5150, 5199, 5701, 5430, 5917.
Rio de Janeiro	873, 887, 2469, 2996, 3093, 3269, 3808, 4203, 5339
Goiás	1434, 2117, 2404.
Rio Grande do Sul	1933, 1614
Paraná	1373, 3367, 5946
Minas Gerais	2430, 2495, 5942
Paraíba	2519
Amazonas	4126
Pará	2599
Maro Grosso	1561
Pernambuco	2644
Território do Iguaçu	6319

Referências Bibliográficas

1. AARÃO REIS, Daniel 1984 - A Revolução Alemã. São Paulo: Brasiliense,.
2. ABEL, Theodore 1986 [1938] - Why Hitler Came to Power. Cambridge (Mass.): Harvard Univ. Press.
3. AYÇOBERRY, Pierre 1991 - "L'Ordre Nuveau Règne à Berlin". *In* L'Allemagne de Hitler (1933 - 1945). Paris: Seuil.
4. AYÇOBERRY, Pierre 1979 - La Question Nazie: Les interprétations du nacional-socialisme (1922-1975). Paris: Seuil.
5. AMOROUX, Henri 1971 - La Vie des Français sous l'occupation. Paris: Fayard.
6. ANDERSON, Perry 1985 - Linhagens do Estado Absolutista. São Paulo: Brasiliense.
7. ANDERSON, Benedict 1992 - Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nacionalism. London/New York: Verso.
8. ARENDT, Hannah 1989 - Origens do Totalitarismo. São Paulo: Cia. das Letras.
9. ARTÚCIO, Hugo Fernández 1942 Nazi Underground in South America. New York/Toronto: Farrar & Rinehart, inc.
10. AUSTING, J. L. 1962 - How to do Things with Words. Oxford/New York: Oxford University Press.
11. AUSTING, J. L. 1979 - Philosophical Parers. Oxford: Clarendon Press.
12. BARTOV, Omer 1994 - "The Missing Years: German Workers, German Soldiers". *In* David F. Crew (ed.) Nazism and German Society: 1933-1945. London and New York: Routledge.
13. BATESON, Gregory 1953 "Hitlerjung Quex" in Mead, M. & Mértreaux, R. (orgs.) The Study of Culture at a Distance. Chicago: The University of Chicago Press.
14. BERENSTEIN, Serge 1991 - "La Prise du Povoir par Hitler". *in* L'Allemagne de Hitler (1933 - 1945). Paris: Seuil.
15. BERGHahn, V.R. 1973 - Germany and the Approach of War in 1914. London: The Macmillan Press Ltd.

16. BESSEL, Richard 1995 - Germany after the First World War. Oxford: Oxford University Press.
17. BETTELHEIM, Charles 1973 - La Economia Alemana Bajo el Nazismo. Madrid: Editorial Fundamentos. 2 Volumes.
18. BEZIMENSKI, L. O Militarismo Alemão com/sem Hitler. 2 Vol. Rio de Janeiro: Editora Saga.
19. BILLIG, Joseph 1967 - L'Hitlérisme et le Système Concentrationnaire. Paris: Presses Universitaire de France.
20. BLEUEL, Hans Peter 1972 - O Sexo Na Alemanha Nazista. Rio de Janeiro: Record.
21. BLOCH, Charles 1986 - Le Troisième Reich et le Monde. Paris: Imprimerie Nationale.
22. BOCK, Gisela 1994 "Antinatalism, Maternity and Paternity in National Socialist Racism" *In* David F. Crew (ed.) Nazism and German Society: 1933-1945. London and New York: Routledge.
23. BOURDERON, Roger 1979 - Le Fascisme: Idéologie et Pratiques - Essay d'analyse comparée. Paris: Éditions Sociales.
24. BOURDIEU, Pierre 1982 - Ce Que Parler Veut Dire. Paris, Fayard.
25. BOURDIEU, Pierre 1979 - La Distincion. Paris: Minuit.
26. BRACHER, Karl Dietrich 1995 - Hitler et la Dictature Allemande. s/l. Editions Complexe.
27. BRANDT, Harm-Hinrich 1987 - "The Revolution of 1848 and the Problem of Central European Nationalities" in: Schultze, Hagen. Nation Building in Central Europe. Berg. Publishers. pp: 107-134
28. BREUILLY, John 1994 - Nacionalism and the State. Chicago: The University of Chicago Press.
29. BROSSAT, Alain 1993 - "Cenas do Fim do Mundo" in RICHARD, Lionel Berlin, 1919-1933: A Encarnação Extrema da Modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
30. BRESCIANI-TURRONI, Costantino 1989 - Economia da Inflação: O Fenômeno da Hiperinflação Alemã nos Anos 20. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura.
31. BRISSAUD, André 1978 - Almirante Canaris: O Príncipe da Espionagem Alemã. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército.
32. BURGELIN, Henri 1991 - "Les Succès de la Propagande Nazie". *In* L'Allemagne de Hitler (1933 - 1945). Paris: Seuil.

33. BURON, Thierry y GAUCHON, Pascal 1983 - Los Fascismos. Mexico: Fondo de Cultura Econômica.
34. BURRIN, Philippe 1991 - "Le Führer dans le Systeme Nazi". in L'Allemagne de Hitler (1933 - 1945). Paris: Seuil
35. BURRIN, Philippe 1991 - "Qui Etait Nazi ?" in L'Allemagne de Hitler (1933 - 1945). Paris: Seuil.
36. CALIC, Edouard 1970 - O Império de Himmler. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura.
37. CAPLAN, Jane 1992 - "The Rise of National Socialism 1919-1933" in MARTEL, Gordon (ed.) Modern Germany Reconsidered (1870-1945). London: Routledge.
38. CARNEIRO, J. Fernando 1950 - Imigração e Colonização no Brasil. Rio de Janeiro: Faculdade Nacional de Filosofia.
39. CARSTEN, F.L. 1982 - The Rise of Fascism. Los Angeles: UCLA Press.
40. CHACON, Vamireh 1985 - História dos Partidos Brasileiros: discurso e praxis dos seus programas. Brasília: Editora Universidade de Brasília
41. CHATELET, François 1976 - "Hypothèses Concernant les relations de l'État Liberal et de l'État Fasciste" in MACCIOCCHI, Maria A. Éléments pour une Analyse du Fascisme. Tomo I. Paris: Union Générale d'Éditions.
42. CHATELET, François; DUHAMEL, Olivier e PISIER-KOUCHNER, Évelyne 1985 - História das Idéias Políticas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
43. CHICKERING, Roger 1988 - "'Casting their Gaze more Broadly': Women's Patriotic Activism in Imperial Germany". In Past & Present, n.118
44. CHILDERS, Thomas 1990 - "The Social Language of Politics in Germany: The Sociology of Political Discourse in the Weimar Republic". s/ referência.
45. COELHO DE SOUZA, J.P. s/d [1941] - Denúncia: O Nazismo nas Escolas do Rio Grande. Porto Alegre: Editora Thurmman.
46. COLLIER, Richard s/d - Duce ! Ascensão e queda de Benito Mussolini. São Paulo: Círculo do Livro.
47. COLLOTI, Enzo 1965 - A Alemanha Nazi. Lisboa, Arcádia.
48. CRAIG, Gordon 1992 - Germany (1866-1945). Oxford: Oxford University Press.
49. DADOUN, Roger 1976 - "Sacs e Ressacs du Fascisme Autour de Wilhelm Reich et de la Psychologie de Masse du Fascisme" in MACCIOCCHI, Éléments pour une Analyse du Fascisme. Tomo II. Paris: Union Générale d'Éditions.

- 50.DAVID, Claude 1987 - Hitler y el Nazismo. Barcelona: Oikos-tau ediciones.
- 51.DEIST, Wilhelm 1981 - The Wehrmacht and German Rearmament. London: The Macmillan Press.
- 52.DELARUE, Jacques 1962 - História da Gestapo. Rio de Janeiro/ São Paulo: Distribuidora Record.
- 53.DELEUZE & GUATARRI 1980 - "Micropolitique et Segmentaritarité" in Mille Plateaux. Paris: Minuit. pp. 253-283.
- 54.DIEGUES JR. Manuel, 1964 Imigração, Urbanização, Industrialização. Guanabara: INEP-MEC.
- 55.DIMITROV, George 1976 "A Orden Jurídica do Fascismo Alemão: Resposta ao Sr. Von Ribbentrop" in _____. Obras Escolhidas. Vol. 3. Lisboa: Editorial Estampa.
- 56.DIMITROV, George 1984 "La Ofensiva del Fascismo y las Tareas de la Internacional Comunista en la Lucha por la Unidad de la Classe Obrera contra el Fascismo". in Fascismo, Democracia y Frente Popular. VII Congresso de la Internacional Comunista, Moscú, 25 de Julio-20 de Agosto de 1935. México: Siglo XXI.
- 57.Disposições Legais Vigentes sobre Imigração e Permanência de Estrangeiros no Brasil 1939. São Paulo: Cultura Moderna
- 58.DROZ, Jacques 1974 - Europa: Restauración y Revolución Mexico: Siglo Vientiuno Editores.
- 59.DROZ, Jacques 1958 - Histoire de L'Allemagne Paris: PUF.
- 60.DÜDING, Dieter 1987 "The nineteenth-century german nationalist movement as a movement of societies". In: Schultze, Hagen - Nation Building in Central Europe. s/l: Berg. Publishers. pp: 19-49.
- 61.ELIAS, Norbert 1993 O Processo Civilizador: Formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- 62.ELIAS, Norbert 1994 - A Sociedade dos Indivíduos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- 63.ELIAS, Norbert 1987 - A Sociedade de Corte. Lisboa: Estampa
- 64.FALCON, Francisco J.C. 1991 - "Fascismo: Autoritarismo e Totalitarismo" in WERNECK DA SILVA, José Luis (org.) O Feixe e o Prisma: Uma revisão do Estado Novo. vol.1 - O Feixe. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- 65.FELICE, Renzo 1978 - Explicar o Fascismo. Lisboa: Edições Setenta.

- 66.FEUCHWANGER, E.J. 1995 - From Weimar to Hitler. Germany 1918-33. London: Macmillan Press.
- 67.FEST, Joachin C. 1970 - The Face of the Third Reich: Portraits of the Nazi Leadership. New York: Pantheon Books.
- 68.FEST, Joachin C. 1975 - Hitler. New York: Vintage Books.
- 69.FOULCAULT, Michel 1990 - As Palavras e as Coisas: Uma Arqueologia das Ciências Humanas. São Paulo: Martins Fontes. *Introdução*.
- 70.FOULCAULT, Michel 1979 - "Nietsche a Genealogia e a História" in Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal.
- 71.FOUQUET, Carlos 1974 - O Imigrante Alemão e seus Descendentes no Brasil. São Paulo/ São Leopoldo: Instituto Hans Staden/ Federação dos Centros Culturais "25 de Julho".
- 72.FRAGA NETO, Arminio 1985 - German Reparations and the Brazilian Debt Crisis: A Comparative Study of International Lending and Adjustment. PUC/RJ Departamento de Economia. Texto para Discussão . nº 92.
- 73.FRANK, Walter 1934 - Franz Ritter von Epp: Der Weg Eines Deutschen Soldaten. Hamburg: Hanseatische Verlag, 1934.
74. FREI, Norbert 1994 - L'Etat Hitlerien et la Société Allemande (1933-1945). Paris: Seuil.
- 75.FROMM, Erich 1970 - O Medo à Liberdade. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- 76.GALLI, Giorgio 1990 - Hitler e o Nazismo Mágico: As Componentes Esotéricas do III Reich. Rio de Janeiro: Edições 70.
- 77.GAY, Peter 1978 - A Cultura de Weimar. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- 78.GELLNER, Ernest 1983 - Nations and Nationalism. Oxford, England: Basil Blackwell.
- 79.GERTZ, René 1980 - "O Integralismo na zona Colonial Alemã" in Dacanal, José Hildebrando (org.) RS: Imigração e Colonização. Porto Alegre: Mercado Aberto.
- 80.GERTZ, René 1987 - O Fascismo no Sul do Brasil: Germanismo, Nazismo, Integralismo. Porto Alegre: Mercado Aberto.
- 81.GERTZ, René 1991 - O Perigo Alemão. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS.
- 82.GERTZ, René 1994 - "A Construção de uma Nova Cidadania". In Mauch, Claudia e Vasconcelos, Naira Os Alemães no Sul do Brasil: Cultura, Etnicidade e História. Canoas: Editora ULBRA.

83. GERTZ, René 1989 - "Preconceito de Sangue" *In* História: Questões e Debates. Curitiba a. 10, n. 18/19.
84. GERTZ, René 1991 - "Estado Novo: Um Inventário Historiográfico" in WERNECK DA SILVA, José Luis (org.) O Feixe e o Prisma: Uma revisão do Estado Novo. vol.1 - O Feixe. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
85. GERTZ, René 1986 - "Operários Alemães no Rio Grande do Sul (1920/1937) ou Friedrich Kniestedt também foi um Imigrante Alemão". *In* Revista Brasileira de História, São Paulo, v.6. n. 11.
86. GINSBURG, Carlo 1982 - Mitos, Emblemas e Sinais: Morfologia e História. São Paulo: Cia das Letras.
87. GIUDICI, Ernesto 1938 - Hitler Conquista America. Buenos Aires: Editorial Acento.
88. GOEBBELS, Joseph s/d Diário (1942 -1943). Rio de Janeiro: Editora A Noite.
89. GOEBBELS, Joseph 1978 - Diário: 1945 - Últimas Anotações. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
90. GOLDMANN, Márcio 1994 - Teorias Representações e Práticas: Introdução a uma Análise Antropológica do Voto. Rio de Janeiro, MN-PPGAS, 1994. Mimeo.
91. GOLDMANN, Márcio 1995 "Antropologia Contemporânea, Sociedades Complexas e outras questões" *In* Anuário Antropológico/93. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
92. GRUNBERGER, Richard 1971 - The 12-Year Reich: A Social History of Nazi Germany 1933-1945. New York: Ballantine Books.
93. GUÉRIN, Daniel 1971 - La Peste Brune. Paris: Maspero.
94. GUYOT, Adelin e RESTELLINI, Patrick 1987 - L'Art Nazi: Un Art de Propagande. Bruxelles: Éditions Complexe.
95. HAFFNER, Sebastian 1989 - Germany's Self-Destruction: The Reich From Bismark to Hitler. London: Simon and Schuster.
96. HANDLER, Richard 1984 - "On Sociocultural Discontinuity: Nationalism and Cultural Objectivation in Quebec". *In*: Current Anthropology 25(1): 55-71
97. HANDLER, Richard 1985 - "On Having a Culture. Nationalism and the preservation of Quebec's Patrimoine". *In*: STOCKING JR., George W. (ed.) Objects and Others: Essays on Museums and Material Culture. Madison: The University of Wisconsin Press, pp 192-217.
98. HART, B.H. Linddell 1983 - The Other Side of the Hill. London: Pan Books.

99. HEHL NEIVA, Arthur e LIMA CAMARA, Aristóteles de 1941 - "Colonizações Nipônica e Germânica do sul do Brasil" in Revista de Imigração e Colonização II (1): 39-119.
100. HEMSDORF, Guilherme E. s/d - Versailles e Yalta: Os Dois Grandes Erros do século. Rio de Janeiro, Argus.
101. HENRY, Clarissa and HILLEL, Marc 1976 - Children of the SS. London: Corgi Books.
102. HERF, Jeffrey 1993 - O Modernismo Reacionário. São Paulo: Ensaio.
103. HERWIG, Holger H. 1991 - Sueños Alemanes de un Império en Venezuela. Caracas: Monte Avila Editores.
104. HILDEBRAND, Klaus 1969 - Vom Reich zum Weltreich. Hitler, NSDAP und die Koloniale Frage, 1919-1945. München, Wilhelm Fink Verlag.
105. HILTON, Stanley 1982 - Hitler's Secret War in South America 1939-1945. New York: Ballantine Books.
106. HOLMES, Judith 1974 - Olimpiada - 1936: Glória do Reich de Hitler. Rio de Janeiro: Renes
107. HOBBSAWN, Eric J. 1977 - A Era das Revoluções: Europa 1789-1848. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
108. HOBBSAWN, Eric J. e RANGER, Terence (org.) 1984 - A Invenção das Tradições. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
109. HOBBSAWN, Eric J. 1990 - Nações e Nacionalismos desde 1780: Programa, Mito e Realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
110. JONES, Larry Eugene 1992 - "Culture and Politics in the Weimar Republic" in MARTEL, Gordon (ed.) Modern Germany Reconsidered (1870-1945). London: Routledge.
111. JURT, Joseph 1991 - "La Romanisque Allemand Sous le Troisième Reich: Attentistes, résistents, émigrés" in Actes de La Recherche en Sciences Sociales, 86/87 (mars).
112. JURT, Joseph 1992 "L'Identité Allemande et ses Symboles. Une identité Mal Assurée par l'Histoire". In Les Temps Modernes, n. 550, 48^o année.
113. KEEGAN, John 1973 - Waffen-SS. Rio de Janeiro: Renes.
114. KERSHAW, Ian 1993- Hitler: Um Perfil do Poder. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

- 115.KINDLEBERGER, Charles P. 1993 - A Financial History of Western Europe. New York: Oxford University Press.
- 116.KOGON, Eugen 1970[1946] - L'Etat SS: Le Système de camps de Concentration Allemands. Paris: Seuil
- 117.KOCH, H.W. 1973 - A Juventude Hitlerista. Rio de Janeiro, Renes.
- 118.KOHN, Hans 1963 - A Era do Nacionalismo São paulo: Editora Fundo de Cultura.
- 119.KONDER, Leandro 1979 - Introdução ao Fascismo. Rio de Janeiro: Graal.
- 120.KUCZYNSKI, Jürgen 1993 - "Efeitos da Crise no Cotidiano" in RICHARD, Lionel Berlin, 1919-1933: A Encarnação Extrema da Modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed..
- 121.KÜHNL, Reinhard 1982- Liberalismo y Fascismo: Dos Formas de Dominio Burgues. Barcelona: Libros de Confrontacion.
- 122.LANGEWIESCHE, Dieter 1992 - "The Nature of German Liberalism" in MARTEL, Gordon (ed.) Modern Germany Reconsidered (1870-1945). London: Routledge.
- 123.LEMMONS, Russel 1994 - Goebbels and Der Angriff. Lexington: The University Press of Kentucky.
- 124.LENHARO, Alcir 1986 Nazismo: "O Triunfo da Vontade". São Paulo: Ática.
- 125.LICHTENBERGER, Henri 1936 - L'Allemagne Nouvelle. Paris: Flammarion.
- 126.LIMA, Antônio Carlos de Souza 1992 - O Grande Cerco da Paz: Poder Tutelar e Indianidade no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/MN/PPGAS. (Tese de Doutorado).
- 127.LIMA, Antonio Carlos de Souza e VIANNA, Adriana de Resende Barreto 1995 - "História, Antropologia e Relações de Poder. Algumas Considerações em torno de Saberes e Fazeres sobre o Social. Mimeo.
- 128.LOWIE, Robert H. 1980 - The German People: A Social Portrait. New York: Octagon
- 129.LUEBKE, Frederik C. 1987 - Germans in Brazil: A Comparative History of Cultural Conflict During World War I. Baton Rouge: Louisiana State University.
- 130.LÜDTKE, Alf 1994 "The Honour of Labor": Industrial workers and the power of Symbols under National Socialism". In David F. Crew (ed.) Nazism and German Society: 1933-1945. London and New York: Routledge.
- 131.LUDWIG, Emil 1932 - Colóquios com Mussolini. Porto Alegre: Livraria Globo.

- 132.LUDWIG, Emil 1944 - Comment Traiter Les Allemands. New York: Éditions de la Maison Française.
- 133.LUDWIG, Emil 1947 - Os Alemães: Dupla História de uma Nação. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora.
- 134.MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl 1989 - “Velhos e Novos Nacionalismos; Heimat, Vaterland, Gastland”. *In* História: Questões e Debates. Curitiba a. 10, n. 18/19.
- 135.MALLMANN, Klaus-Michael e PAUL, Gerhard 1994 - “Omniscient, Omnipotent, Omnipresent ? Gestapo Society and Resistance”. *In* David F. Crew (ed.) Nazism and German Society: 1933-1945. London and New York: Routledge.
- 136.MANVEL, Roger 1974 - SS e Gestapo. Rio de Janeiro: Editora Renes.
- 137.MANVEL, R. e FRAENKEL, H. s/d - Goebbels. Lisboa: Aster.
- 138.MANDEL, Ernest 1962 - Traité d'Economie Marxiste. 4 volumes. Paris: Union Générale d'Éditions. Volume 3.
- 139.MARABINI, Jean 1989 - Berlin no Tempo de Hitler. São Paulo: Companhia das Letras.
- 140.MARTINS, Mário s/d - Hitler Guerreira o Brasil há Dez Anos. Curitiba: Empresa Editora “O Dia” S/A.
- 141.MARX, Karl 1976 - The German Ideology. Moscow: Progress Publishers.
- 142.MEAD, Margareth 1965 (1942) - And Keep Your Poder Dry. New York: Morrow Quill Paperbacks.
- 143.MILZA, Pierre 1991 - Les Fascismes. Paris: Éditions du Seuil.
- 144.MILZA, Pierre & BENTELI, Marianne 1973 - Le Fascisme au XXe Siècle. Paris: Richelieu- Bordas
- 145.MINDER, Robert 1948 - Allemagne et Allemands: Essai D'histoire Culturelle. Paris: Éditions du Seuil, Tomo I.
- 146.MOMMSEN, Hans 1991 - “Promesses et realizations sociales du IIIe Reich”. *In* L'Allemagne de Hitler (1933 - 1945). Paris: Seuil.
- 147.MOURIN, Maxime 1947 - Histoire des Grandes Puissances. Paris: Payot. Capítulo III.
- 148.NEIBURG, Federico G. 1993 - A Invenção do Peronismo e a Constituição das Ciências Sociais na Argentina. Rio de Janeiro: UFRJ/MN/PPGAS. (Tese de Doutorado).

149. NENNI, Pietro 1960 - Vingt Ans de Fascismes: De Rome a Vichi. Paris: Maspero.
150. NOAKES & PRIDHAM 1991 - Nazism 1919-1945: A Documentary Reader. Exeter: University of Exeter Press. 3 volumes.
151. NOLTE, Ernst 1963 - Le Fascisme Italien. Paris: Julliard.
152. OHLWEILER, Otto Alcides. 1987 - Humanidades e Lutas Sociais - Vol. 4: "A Era do Imperialismo". Porto Alegre: Editora Tchê!.
153. PALMIER, Jean-Michel 1976a - "Del'Expressionisme au Nazisme: Les Arts et la Contre-Revolution en Allemagne 1914-1933." in in MACCIOCCI, Maria A. Éléments pour une Analyse du Fascisme. Tomo II. Paris: Union Générale d'Éditions.
154. PALMIER, Jean-Michel 1976b "Der Jude Süss de Veit Harlan". in MACCIOCCI, Maria A. Éléments pour une Analyse du Fascisme. Tomo II. Paris: Union Générale d'Éditions.
155. PADFIELD, Peter 1995 - Himmler: Reichsführer-SS. London: Papermac.
156. PARIS, Robert 1976 - As Origens do Fascismo. São Paulo: Perspectiva.
157. PAULEY, Bruce F. 1987 - Hitler and the Forgotten Nazis: A History of Austrian National Socialism Chapel Hill: The University of Carolina Press.
158. PAYNE, Robert 1973 - Life and Death of Adolf Hitler. New York: Popular Library.
159. POIS, Robert A. 1986 - National Socialism and the Religion of Nature. London: Croom Helm.
160. POLIAKOV, Léon 1974 - O Mito Ariano. São Paulo: Perspectiva, 1974.
161. POLIAKOV, Léon 1985a - De Voltaire a Wagner. São Paulo: Perspectiva, 1985.
162. POLIAKOV, Léon 1985b - A Europa Suicida. São Paulo: Perspectiva, 1985.
163. POLLAK, Michael 1982 - "Des mots qui Tuent" *In Actes de La Recherche*. n.41/ Février
164. POLLAK, Michael 1991 - "La Science Nazie" . *In L'Allemagne de Hitler (1933 - 1945)*. Paris: Seuil.
165. POULANTZAS, Nicos 1976 - "A Propos de l'Impact Populaire du Fascisme" in MACCIOCCI, Maria A. Éléments pour une Analyse du Fascisme. Tomo I. Paris: Union Générale d'Éditions.
166. POULANTZAS, Nicos 1978 - Fascismo e Ditadura. São Paulo: Martins Fontes.

- 167.PY, Aurélio da Silva s/d [1940]. O Nazismo no Rio Grande do Sul. s/l. s/e
- 168.PY, Aurélio da Silva 1942 - A Quinta Coluna no Brasil: A conspiração Nazi no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Globo.
- 169.RAUSCHNING, Hermann 1939a - Hitler M'a Dit. Paris: Coopération.
- 170.RAUSCHNING, Hermann 1939b - The Revolution of Nihilism: Warning to the West. New York, Longmans, Green & Co.
- 171.REICH, Wilhelm 1988 - Psicologia de Massas do Fascismo. São Paulo: Martins Fontes.
- 172.RIBEIRO Jr., João 1987 - Nazismo. São Paulo: Brasiliense.
- 173.RICHARD, Lionel 1988a - Le Nazisme et la Culture. Bruxelles: Éditions Complexe.
- 174.RICHARD, Lionel 1988b - A República de Weimar. São Paulo: Cia. das Letras.
- 175.RICHARD, Lionel 1993 "Uma Identidade Contraditória" in _____. Berlin, 1919-1933: A Encarnação Extrema da Modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- 176.ROCHE, Jean 1969 - A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Globo. 2 volumes.
- 177.ROMMEL, M. 1965 - Memórias. Barcelona: Luis de Caralt.
- 178.ROSEMBERG, Artur 1986 - Democracia e Socialismo: História política dos últimos cento e cinquenta anos (1789 - 1937). São Paulo: Global.
- 179.ROSENHAFT, Eve 1993 "Guerra nas ruas" in RICHARD, Lionel Berlin, 1919-1933: A Encarnação Extrema da Modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- 180.SAID, Edward O Orientalismo: O Oriente como Invenção do Ocidente. São Paulo: Cia. das Letras.
- 181.SAUNDERS, Thomas 1992 - "Nazism and Social Revolution" in MARTEL, Gordon (ed.) Modern Germany Reconsidered (1870-1945). London: Routledge.
- 182.SCHELLENBREG, Walter s/d - A Confissão do Silêncio. Lisboa: Editora Ulisseia.
- 183.SCHORSKE, Carl E. 1988 - Viena Fin-de-Siècle. São Paulo: Cia. das Letras.
- 184.SCHULTZE, Hagen 1987 - "The Revolution of the European Order" in _____. Nation Building in Central Europe. s/l: Berg. Publishers.
- 185.SEYFERTH, Giralda 1974 - A Colonização Alemã no Vale do Itajaí-Mirim: Um Estudo de Desenvolvimento Econômico. Porto Alegre: Editora Movimento.

186. SEYFERTH, Giralda 1979 - "O Nazismo e a Imprensa Teuto-Brasileira do Estado de Santa Catarina" in: Revista do Museu Paulista, nova série, vol. XXVI, USP.
187. SEYFERTH, Giralda 1982 - Nacionalismo e Identidade Étnica. Florianópolis Fundação Catarinense de cultura.
188. SEYFERTH, Giralda 1988 - "Imigração e Colonização Alemã no Brasil: Uma Revisão Bibliográfica". In Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais. Rio de Janeiro/ São Paulo: ANPOCS/Vértice.
189. SEYFERTH, Giralda 1989 - "A Liga Pangermânica e o perigo alemão no Brasil: análise sobre dois discursos étnicos irreduzíveis". In História: Questões & Debates. 10(18/19): 113-155.
190. SEYFERTH, Giralda 1990 - Os Paradoxos da Miscigenação: observações sobre o tema imigração e raça no Brasil. Trabalho apresentado na Mesa Redonda "Raça, Cultur e Classe no Brasil". XVII Reunião Brasileira de Atropologia, Florianópolis, 8 a 11 de Abril.
191. SEYFERTH, Giralda 1994 - "O Incidente do Panther (Itajaí), SC, 1905: Estudo sobre Ideologias Étnicas. In Comunicações do PPGAS. 4(Novembro): 15-80.
192. SEYFERTH, Giralda - 1994/1995 "Identidade, Território, Pertencimento" In Psicologia & Práticas Sociais. 1(2): 57-71.
193. SHEEHAN James J. 1993 - German History: 1770-1866. Oxford: Oxford University Press.
194. SHELLEMBERG, Walter. 1965 - Schellemberg. London: Mayflower Books.
195. SHIRER, William L. 1964 - Ascensão e Queda do Terceiro Reich. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
196. SHIRER, William L. 1970 - La Chute de la Troisième République. Paris: Stock.
197. SORLIN, Pierre 1974 - O Anti-Semitismo Alemão. São Paulo: Perspectiva.
198. SOUPAULT, Philippe 1993- "Reuniões Hitleristas" in RICHARD, Lionel Berlin, 1919-1933: A Encarnação Extrema da Modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
199. SPEER, Albert 1971 - Por Dentro do III Reich. Rio de Janeiro: Editora Artenova. 2 volumes.
200. SPERBER, Jonathan 1992 - "Festivals of National Unity in the German Revolution of 1848-1849". In Past & Present, n.136.
201. SPIELVOGEL, Jackson J. 1992 - Hitler and Nazi Germany: A History. New Jersey: Prentice Hall.

202. STEINERT, Marlis 1991a - Hitler. Paris: Fayard.
203. STEINERT, Marlis 1991b - "Les Succès de la Propagande Nazie". *In* L'Allemagne de Hitler (1933 - 1945). Paris: Seuil.
204. STEPAN, Nancy Leys 1991 - "The Hour of Eugenics: Race, Gender, and Nation in Latin America". Ithaca/London: Cornell University Press.
205. STERN, Fritz 1974 - The Politics of Cultural Despair: A Study in the Rise of the Germanic Ideology. London: University of California Press
206. STRASSER, Otto 1940 - Hitler et Moi. Paris, Grasset.
207. STROHMEYER, Klaus 1993 - "Harmonia Aparente, Crise Latente" in RICHARD, Lionel Berlin, 1919-1933: A Encarnação Extrema da Modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
208. SWEEZY, Paul 1976 - Teoria do Desenvolvimento Capitalista: Princípios de Economia Política Marxista. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
209. TAMBIAH, S.J. 1968 - "The Magical Power of Words". *In* Man: 3(2/June): 175-208.
210. TAMBIAH, S.J. 1985a - "Form and Meanig of Magical acts". *In* Culture Thought and Social Action. Cambridge: Harvard University Press. pp.60-86.
211. TAMBIAH, S.J. 1985b - "A Performative Approach to Ritual". *In* Culture Thought and Social Action. Cambridge: Harvard University Press. pp.123-166.
212. THYSEN, Fritz 1942 - Eu Financiei Hitler. Porto Alegre: Livraria do Globo.
213. TILLY, Charles 1975 - "Reflections on the History of European State-Making" in: Tilly, Charles. (ed.). The Formation of National States in Western Europe.
214. TOLAND, John 1976 - Adolf Hitler. New York: Doubleday & Company
215. TREVOR-ROPER, H.R. 1972 - The Last Days of Hitler. London: Pan Books.
216. TRINDADE, Helgio 1979 - Integralismo: Fascismo Brasileiro na década de 30. Rio de Janeiro/ São Paulo: Difel.
217. TROTSKI, Leon 1979 - Revolução e Contra-Revolução na Alemanha. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas.
218. VINCENT, Jean-Marie 1976 - "Sur La Montée et la Victoire du Nazisme" in MACCIOCCHI, Maria A. Éléments pour une Analyse du Fascisme. Tomo I. Paris: Union Générale d'Editions.
219. WULF, Joseph 1970 - L'Industrie de L'Horreur. Paris: Fayard.